



ZEE DF

Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

**UM DF MELHOR
PARA TODOS**

CADERNO TÉCNICO

MATRIZ SOCIOECONÔMICA

GOVERNO DE BRASÍLIA

Governador

Rodrigo Rollemberg

Vice-Governador

Renato Santana

COORDENAÇÃO GERAL POLÍTICA DO ZEE-DF

Casa Civil do Distrito Federal

Sérgio Sampaio

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG

Leany Lemos

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

André Lima

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH

Thiago de Andrade

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

José Guilherme Leal

Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDES

Valdir Oliveira

Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB

Fábio Damasceno

Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

Tiago Coelho

COORDENAÇÃO GERAL TÉCNICA DO ZEE-DF

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Maria Sílvia Rossi

Ludmyla Macedo de Castro e Moura

Rogério Alves Barbosa da Silva

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH

Carlos Roberto Machado Vieira

Heloísa Pereira Lima Azevedo

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

Marcos de Lara Maia

José Lins de Albuquerque Filho

Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDES

Rogério Galvão de Carvalho

Rodrigo Vilela de Avelar Resende

SECRETARIA EXECUTIVA DO ZEE-DF

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Vanessa Cortines Barrocas

Jéssica de Melo Rodrigues

Maria Leides Lina Neiva Meireles

BRASÍLIA, 2017

CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO: DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO

ÍNDICE

1 - Preâmbulo

1.1 - Introdução: o ZEE e a relação entre o desenvolvimento nacional, regional e do Distrito Federal

2 - As análises socioeconômicas do ZEE-DF

2.1 - Fontes de dados, informações, documentos e análises

2.2 - Recortes territoriais utilizados

2.3 - Resultados das análises

2.3.1 - Bloco 1 - Conhecendo a população do DF: caracterização de cada Região Administrativa

- Qual o tamanho da população do Distrito Federal e da região metropolitana?
- A população do DF e Entorno em 2009, segundo a Pesquisa OD/PDTU
- A população do DF e Entorno em 2011, segundo a PDAD
- Qual a proporção urbana e rural por RA?
- Quais as características do DF e Entorno imediato quanto aos domiciliados, por gênero, em 2011?
- Qual a estrutura etária do DF e das RAs?
- O crescimento populacional no DF e Entorno de 2000 a 2010
- O que nos ensinam as análises demográficas preliminares?
- Qual a renda domiciliar média mensal por RA?

2.3.2 - Bloco 2 - Aproximação a potencialidades e vulnerabilidades da força de trabalho no DF a partir da análise da escolaridade da população

2.3.3 - Bloco 3 - As atividades econômicas das Regiões Administrativas e a existência de polos geradores de emprego: onde estão os empregos no DF por faixa de renda e por RA

- Qual a estrutura de postos de trabalho no DF?
- Quais as movimentações de população em função da localização dos postos de trabalho?
- Qual quantitativo de população trabalha na RA Brasília?
- Qual quantitativo de população trabalha na própria RA?
 - ✓ Principais Regiões Administrativas empregadoras do DF
 - ✓ Regiões Administrativas com os maiores e menores percentuais trabalhando na própria RA
 - ✓ Regiões Administrativas com os maiores percentuais trabalhando na própria RA
 - ✓ Regiões Administrativas com os menores percentuais trabalhando na própria RA
 - ✓ Destino do contingente de trabalhadores que não trabalham na própria RA
 - Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores
 - ✓ Superávit e déficit na geração de postos de trabalho por RA em relação ao quantitativo de pessoas ocupadas residentes por RA
 - Regiões Administrativas superavitárias
 - Regiões Administrativas com equilíbrio em oferta de postos de trabalho e pessoas ocupadas na própria RA
 - Regiões Administrativas deficitárias
 - Origem dos trabalhadores que se deslocam para a RA Brasília
- O mercado de trabalho no DF em 2012
- Quantitativo de população desempregada
- Evolução da taxa de desemprego por grupo de RAs

2.3.4 - Bloco 4 - Identificando a situação atual de mobilidade e de transportes no DF e os limites da infraestrutura instalada

- Contingente populacional por RA que depende de transporte público
- O sistema viário regional e a rede de transporte público coletivo do sistema semiurbano
 - Sistema Viário Regional
 - Cidades do Entorno
 - Sistema de transporte público coletivo semiurbano
 - Oferta e demanda
 - Área geográfica de atendimento da rede
 - Infraestrutura de apoio à operação
 - Custo operacional e estrutura tarifária
 - Transporte público coletivo municipal
 - Carregamento do transporte coletivo
 - Sistema viário
 - Deslocamento da população

2.3.5 - Bloco 5 - Qual a infraestrutura hídrica instalada no DF para diversos usos e empreendimentos?

- Quantidade de água no DF
- Provimento de água potável no DF
 - Infraestrutura instalada para provimento de água potável
 - Perfil da demanda
- Provimento de esgotamento sanitário no DF
 - Infraestrutura instalada para o provimento de esgotamento sanitário
 - Atendimento da população por rede de esgotamento sanitário

2.3.6 - Bloco 6 - Qual a infraestrutura elétrica instalada para suportar a demanda do DF?

- Mercado de energia elétrica no DF: evolução e tendências
- Consumo de energia elétrica por classe de consumidores no DF
 - Análises qualitativas e quantitativas do mercado de energia elétrica no DF
 - Consumo de energia elétrica pela Classe Residencial
 - Consumo de energia elétrica pela Classe Industrial
 - Consumo de energia elétrica pela Classe Comercial
 - Consumo de energia elétrica no Espaço Rural
 - Consumo de energia elétrica pela Classe Poder Público
- Potencialidades e fragilidades no suprimento de energia elétrica no DF

3 - Resultados das análises

3.1 - Análises com base na caracterização dos domicílios

- ▮ Indicadores de renda
 - Distribuição das faixas de renda nos grupos de RAs a partir da RDMM *per capita*
- Indicadores de bens e serviços
 - Posse de automóveis
 - Computador/laptop
 - Assinatura de internet
 - TV por assinatura
 - Assinatura de jornais

3.2 - Análises com base na caracterização da população

- Indicadores demográficos
 - Razão de Sexo
 - Razão de Dependência
 - Índice de Envelhecimento

- ▢ Indicadores educacionais
- População de 7 a 14 anos fora da escola
- Taxa de analfabetismo
- Participação relativa da população com nível superior completo

3.3 - Análises com base na caracterização da estrutura produtiva por RA

- Balanço de postos de trabalho face ao total de residentes
- ▢ Taxas de desemprego
- ▢ Tipologias de empregos por setor nas RAs
- ▢ Indicadores de infraestrutura (cobertura de rede)
 - Água potável
 - Esgotamento sanitário
 - Drenagem pluvial
 - Ruas asfaltadas
 - Coleta de lixo urbano
 - Iluminação pública
 - Energia elétrica

4 - Considerações finais

4.1 - Principais lições aprendidas

- Compreendendo a dinâmica socioeconômica do DF
 - A rápida urbanização e a ocupação urbana intensa e desordenada
 - A assimetria geoespacial na distribuição dos postos de trabalho
 - Os fluxos de trabalhadores no DF e no Entorno imediato
 - Os níveis de escolaridade, o acesso à cultura e as oportunidades
 - O envelhecimento da população
- ▢ Desconstruindo alguns mitos
 - O alto PIB *per capita* do DF. E a assimetria na distribuição da riqueza, os municípios do Entorno e as populações vulneráveis?
 - As cidades dormitórios. E os subpolos econômicos?
 - A solução: trazer indústrias para o DF. Quais tipos de indústrias?
- Potencialidades socioeconômicas do DF
 - Potencialidades já instaladas como subsídios à discussão de vocação das RAs e demais localidades

4.2 - Contribuições ao desenvolvimento econômico sustentável do DF, particularmente, às Unidades de Intervenção do ZEE-DF

- O papel do ZEE-DF na discussão do desenvolvimento sustentável do DF
- Reflexões sobre qual o desenvolvimento econômico para o DF, a Capital do Brasil, Patrimônio da Humanidade, com terra e gente do Cerrado
 - Onde estamos? O que já temos?
- Recomendações para as Unidades de Intervenção, Zonas e Subzonas do ZEE-DF
 - Harmonização dos instrumentos de planejamento e gestão para a construção do futuro sustentável
 - Fazer comparecer uma “demografia da sustentabilidade” no ZEE-DF
 - Contribuição das mudanças climáticas

LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição	Pág.
01	Representação esquemática das Diretrizes Metodológicas do Programa ZEE-Brasil	03
02	Porcentagem da população do DF e do Entorno	07
03	Estrutura etária da população no DF e no Entorno imediato em 2009	09
04	População brasileira e projeções populacionais no período de 1900 a 2100	11
05	Crescimento populacional do DF entre 2000 e 2010	16
06	Razão de Sexo das Regiões Administrativas do DF em 2011	17
07	Razão de Dependência Total das Regiões Administrativas do DF em 2011	18
08	Índice de Envelhecimento das Regiões Administrativas do DF em 2011	20
09	Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) <i>per capita</i> das 30 Regiões Administrativas do DF	21
10	Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) <i>per capita</i> em 2011	22
11	Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) <i>per capita</i> em 2011	23
12	Grau de instrução da população residente no DF em 2009	24
13	Grau de instrução da população residente nas cidades do Entorno imediato em 2009	25
14	Grau de instrução da população residente no DF em 2011	25
15	Escolas no meio rural do DF, segundo classes de ensino, em 2012	27
16	Total de empregados por tipo de atividade no DF em 2011	28
17	Participação relativa das atividades econômicas no DF	29
18	Proporção de trabalhadores residentes na RA-I (Brasília) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas	29
19	Proporção de trabalhadores residentes na RA-III (Taguatinga) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas	30
20	Proporção de trabalhadores residentes na RA-IX (Ceilândia) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas	31
21	Participação das RAs quanto à população residente empregada nas diversas atividades econômicas no DF	32
22	Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas à Administração Pública Federal no DF	33
23	Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas ao Comércio no DF	33
24	Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas à Construção Civil no DF	34
25	Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas aos Serviços Domésticos no DF	34
26	Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas a Serviços em Geral no DF	35
27	As principais Regiões Administrativas empregadoras do DF em 2011	37
28	População ocupada que trabalha na própria RA	38
29	Regiões Administrativas com os maiores percentuais trabalhando na própria RA (acima de 40%)	39
30	Regiões Administrativas com os menores percentuais trabalhando na própria RA (até 20%)	40

31	Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores	41
32	Regiões Administrativas superavitárias	42
33	Principais Regiões Administrativas deficitárias	44
34	Principais Regiões Administrativas deficitárias em termos relativos (ocupações geradas/ocupados residentes)	45
35	Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto	46
36	Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto em termos relativos	48
37	População ocupada que trabalha na RA-I (Brasília)	48
38	Localização espacial da ocorrência de desemprego no DF por Região Administrativa	50
39	Sistema Viário Regional	53
40	Rede de Transporte Público Coletivo do Serviço Semiurbano	54
41	IPK médio mensal do serviço semiurbano (1999 a 2007)	55
42	Situação das viagens de transporte coletivo na hora de pico pela manhã em 2009	57
43	Desempenho do sistema viário na hora de pico pela manhã em 2020 no Cenário “Nada a Fazer”	58
44	Repartição das viagens motorizadas por motivo no DF	59
45	Repartição das viagens motorizadas por motivo no Entorno imediato	59
46	Repartição das viagens por modo motorizado no Distrito Federal	59
47	Repartição das viagens por modo motorizado no Entorno imediato	60
48	Linhas de desejo futuro das viagens por transporte coletivo no pico da manhã (2010 e 2020)	60
49	Linhas de desejo futuro das viagens por automóveis no pico da manhã (2010 e 2020)	61
50	Mananciais utilizados pela CAESB e suas respectivas Bacias Hidrográficas	63
51	Sistemas produtores de água no DF para o atendimento urbano	64
52	Comunidades rurais atendidas pela CAESB em 2013	66
53	Consumo Médio Micromedido (m^3 /mês) da categoria Residencial no DF em 2013	67
54	Consumo Médio Micromedido (m^3 /mês) da categoria Comercial no DF em 2013	68
55	Consumo Médio Micromedido (m^3 /mês) da categoria Industrial no DF em 2013	68
56	Consumo Médio Micromedido (m^3 /mês) da categoria Pública no DF em 2013	69
57	Consumo Médio Total (m^3 /mês) por categoria no DF em 2013	69
58	Consumo Médio (m^3 /mês) da categoria Residencial no DF em 2013	70
59	Consumo Médio (m^3 /mês) da categoria Comercial no DF em 2013	70
60	Consumo Médio (m^3 /mês) da categoria Industrial no DF em 2013	71
61	Consumo Médio (m^3 /mês) da categoria Pública no DF em 2013	71
62	Mapa das áreas de atendimento dos sistemas de esgotamento sanitário no DF	73
63	População atendida por rede de esgoto na bacia de esgotamento no DF em 2013	74
64	Carga <i>per capita</i> pós-tratamento na bacia de esgotamento no DF em 2013	74

65	Mapa de operação do sistema elétrico do Distrito Federal	75
66	Mapa de geoelétrico do Distrito Federal (versão 2012 com previsão de obras até 2021)	76
67	Evolução da carga própria em comparação ao PIB/DF e ao PIB/Brasil (2007 a 2013)	77
68	Consumo acumulado no ano por classes (participação percentual) em 2013	78
69	Número de consumidores por classes (participação percentual) em 2013	78
70	Consumo Residencial por localidade em 2013 (MWh)	81
71	Número de consumidores no segmento Residencial por localidade em 2013 (MWh)	81
72	Consumo Residencial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)	82
73	Consumo Industrial por localidade em 2013 (MWh)	82
74	Número de consumidores no segmento Industrial por localidade em 2013 (MWh)	83
75	Consumo Industrial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)	83
76	Consumo Comercial por localidade em 2013 (MWh)	84
77	Número de consumidores no segmento Comercial por localidade em 2013 (MWh)	84
78	Consumo Comercial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)	85
79	Consumo Rural por localidade em 2013 (MWh)	85
80	Número de consumidores no segmento Rural por localidade em 2013 (MWh)	86
81	Consumo do Poder Público por localidade em 2013 (MWh)	86
82	Número de consumidores no segmento Poder Público por localidade em 2013 (MWh)	87
83	Consumo do Serviço Público por localidade em 2013 (MWh)	87
84	Número de consumidores no segmento Serviço Público por localidade em 2013 (MWh)	88
85	Consumo de Iluminação Pública por localidade em 2013 (MWh)	88
86	Número de luminárias por localidade em 2013	89
87	Renda Domiciliar Média Mensal <i>per capita</i> por Região Administrativa	90
88	Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) <i>per capita</i> em 2011	91
89	Espacialização dos Grupos de RAs no território segundo a RDMM <i>per capita</i>	92
90	Faixas de RDMM <i>per capita</i> por Grupos de RAs	94
91	Classificação das Regiões Administrativas segundo posse de automóveis por domicílios em 2001	96
92	Indicadores de bens e serviços dos Grupos de RAs	97
93	Caracterização de domicílios com posse de computador (A, B) e assinatura de internet (A, C)	98
94	Caracterização de domicílios com serviço de TV por assinatura (A, B) e assinatura de jornais (A, C)	99
95	Razão de Dependência nas 30 Regiões Administrativas do DF em 2011	101
96	Razão de Dependência no DF e nos Grupos de RAs em 2011	102
97	Índice de Envelhecimento por Região Administrativa em 2011	104
98	Comparação da participação do grupo etário de 0 a 14 anos nos Grupos de RAs	105
99	Perfil de Indicadores Demográficos relativos à Dependência e Envelhecimento por Grupos de RAs	107

100	Grupos etários dos municípios e distritos/aglomerações urbanas na PMB	109
101	Percentual de população de 7 a 14 anos fora da escola por Grupos de RAs	110
102	Percentual de população analfabeta por Grupos de RAs	111
103	Percentual de população com nível superior completo por Grupos de RAs	113
104	Percentual dos graus de instrução da população do Entorno imediato e do DF em 2009	114
105	Razão de Instrução segundo as classes de escolaridade da população do Entorno imediato e DF	115
106	Populações urbanas da PMB segundo o local de trabalho	119
107	Percentual de domicílios por Grupos de RAs com cobertura de serviços públicos de infraestrutura	124
108	Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de água potável (2011)	124
109	Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de esgotamento sanitário (2011)	125
110	Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de drenagem pluvial (2011)	125
111	Percentual de domicílios por Grupos de RAs com ruas pavimentadas (2011)	126
112	Percentual de domicílios por Grupos de RAs com coleta de lixo urbano (2011)	127
113	Percentual de domicílios por Grupos de RAs com iluminação pública (2011)	127
114	Indicadores DEC (A) e FEB (B) por conjunto elétrico	128
115	Taxa de crescimento da população nos municípios brasileiros, com destaque nas metrópoles	130

Nº	Descrição	Pág.
01	Instituições colaboradoras no provimento de informações ao GT4, ZEE-DF (2014)	04
02	Características dos recortes territoriais utilizados	05
03	População por gênero, segundo as Regiões Administrativas	07
04	População por gênero, segundo os municípios do Entorno	08
05	Distribuição da população por faixa etária no DF e no Entorno imediato	09
06	Distribuição etária no Distrito Federal entre 2009 e 2011	10
07	População do DF e do Brasil e Taxas de Crescimento Anual no período de 1960 a 2020	11
08	Resultados de projeção populacional anual pelos Métodos Decrescente e Logístico até 2040	12
09	Taxa de crescimento das Regiões Administrativas do Distrito Federal	13
10	População e taxa de crescimento geométrico anual da RIDE/DF	15
11	Grandes grupos etários nas Regiões Administrativas do DF em 2011	19
12	Regiões Administrativas com maior e menor Renda Domiciliar Média Mensal em 2009	23
13	Renda Média Mensal Domiciliar das cidades do Entorno em 2009	24
14	Grau de instrução da população residente no DF e no Entorno em 2009	25
15	Principais Regiões Administrativas empregadoras do DF	36
16	Pontos de corte para a classificação das RAs do ponto de vista da oferta de postos de trabalho	37

17	Regiões Administrativas com os maiores percentuais trabalhando na própria RA	38
18	Regiões Administrativas com até 20% do contingente ocupado trabalhando na própria RA	40
19	Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores	41
20	Regiões Administrativas superavitárias	42
21	Regiões Administrativas superavitárias (ocupações geradas/ocupados residentes)	42
22	Regiões Administrativas equilibradas (ocupações geradas/ocupados residentes)	43
23	Regiões Administrativas superavitárias (ocupações geradas/ocupados residentes)	43
24	Principais Regiões Administrativas deficitárias	43
25	Principais Regiões Administrativas deficitárias em termos relativos (ocupações geradas/ocupados residentes)	45
26	Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto	46
27	Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto em termos relativos	47
28	Estimativa da população em idade ativa, segundo condição de atividade, no DF (2011/2012)	49
29	Taxa de desemprego por tipo e por Grupos de Regiões Administrativas do DF (1992 a 2012)	50
30	Características dos serviços de transporte público coletivo urbano do Entorno em 2009	56
31	Índice de mobilidade pessoal no DF (2000 e 2009)	58
32	Principais características dos Sistemas Produtores de Água Superficial no DF em 2013	64
33	Localização das ETEs e Bacias de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal	72
34	Consumo total de energia elétrica e taxas de crescimento no DF (2004 a 2013)	79
35	Consumo por classe (MWh) no DF (2004 a 2013)	80
36	Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal <i>per capita</i> em 2011	92
37	População dos municípios do Entorno imediato em 2013	94
38	Características da população para a determinação da Razão de Sexo em cada Grupo de RAs	100
39	Índice de Envelhecimento por Região Administrativa em 2011	103
40	Características da população para determinação da Razão de Dependência e do Índice de Envelhecimento para os Grupos de RAs e com diferentes grupos etários	105
41	Habitantes do Entorno imediato que estudam no município de origem	112
42	Destino e origem de habitantes do Entorno imediato que se deslocam para o DF por motivo de estudo	113
43	Balanco de postos de trabalho face ao total de residentes das RAs do DF em 2011	117
44	Percentual de residentes dos municípios do Entorno imediato que trabalham no DF	119
45	Refinamento dos sete Grupos de RAs	120
46	Taxas de desemprego no DF em 1992 e 2012	121

1 - Preâmbulo

O presente documento tem como objetivo sistematizar as análises realizadas no GT4 do ZEE-DF, no período compreendido entre 2013 e 2014, de sorte a subsidiar as discussões conjuntas com o GT6 (Zonificação), para a integração das Matrizes Ecológica e Sócio Econômica, rumo às Unidades de Intervenção e às Zonas, após o exercício de Cenarização.

Consoante com o espírito de articulação, convergência e integração das informações disponíveis sobre o território, por meio de documentos e planos de políticas setoriais, o presente documento síntese inclui um conjunto de textos contextualizadores, análises realizadas e conclusões elaboradas pelo GT com base em dados primários, secundários, análises institucionais, programas institucionais e governamentais, planos setoriais e documentos extraídos da literatura, conforme consta do item 2.2 e das referências bibliográficas.

1.1 - Introdução: o ZEE e a relação entre o desenvolvimento nacional, regional e do Distrito Federal

Não há como falar do desenvolvimento do Distrito Federal, sem compreender minimamente as dinâmicas regionais, nacionais e supranacionais, posto serem faces de um mesmo processo, complexo, cuja síntese depende da escala de análise. Assim, a compreensão da grande heterogeneidade de situações no DF depende de uma leitura mais ampla, particularmente dos processos cuja governança não está nesta escala de trabalho e cujas consequências aqui comparecem.

Neste sentido, importa compreender que o mundo se desenvolveu, principalmente a partir do pós-guerra, com grandes desigualdades (incluindo-se as diversas estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e possibilidade de acesso da população aos bens e serviços básicos de saúde e educação), apresentando a todos um desafio crescente no enfrentamento de disparidades entre regiões/estados nacionais. As disparidades regionais se acentuaram, ao longo do tempo, com a crescente transferência de recursos produtivos para os locais mais dinâmicos, tendo como consequência a concentração econômica e populacional em algumas porções dos territórios, enquanto outras experimentaram (e experimentam) processos importantes de estagnação e de desconstrução econômica. O processo de globalização, iniciado no final do século XX, aponta a continuidade desta tendência, com o aprofundamento da reestruturação econômica mundial e a acomodação do capital, tendo como consequências o aprofundamento do contraste entre integrados e excluídos.

O Brasil comparece na análise mundial seguindo a mesma trajetória. O desenvolvimento regional marcado pela desconcentração espacial da economia nacional¹ (meados dos anos 70 a meados dos anos 80) não foi suficiente para diminuir significativamente as desigualdades entre as regiões do país. A abertura comercial rápida nos anos 90 que, no contexto do programa de estabilização econômica, priorizou a integração competitiva do país no mundo em globalização, levou a reformas profundas do Estado e resultou na manutenção da tendência à concentração de investimentos nas áreas mais competitivas do país. Tal situação interrompeu o esforço, empreendido nas décadas anteriores, para a desconcentração do desenvolvimento em direção a regiões menos desenvolvidas, visando à integração produtiva nacional através da inserção produtiva regional mais homogênea. Buscava-se, deste feito, assegurar o desenvolvimento mais uniforme graças ao maior desenvolvimento intrarregional (Galvão e Vasconcellos, 1995)².

A reconcentração espacial pode ser verificada com os grandes projetos de investimentos privados anunciados no período pós-real. O país foi, assim, se construindo, em um cenário de consolidação do controle inflacionário e de crescimento de economias externas, com dinâmicas espaciais, promovendo áreas modernizadas com renda *per capita* superior a de países industrializados e outras com proporções de pobreza e miséria em valores similares a de países de maior subdesenvolvimento. Em que pese a existência de

dificuldades afeitas à política macroeconômica com manutenção de altos juros e carga fiscal, o Brasil experimentou, neste período, uma alteração dos níveis privados de investimento, inclusive na formação bruta de capital para atender ambas as demandas, interna e externa.

Em 2011, o PIB do Distrito Federal acumulou o valor de R\$ 164,5 bilhões, em valores correntes, resultado de R\$ 144,5 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos, aliados a R\$ 20 bilhões de impostos sobre produtos. Com esses valores, o Distrito Federal passou a ocupar a sétima posição no ranking nacional das economias medidas pelo Produto Interno Bruto.

Em que pese o aparentemente excepcional desempenho do Distrito Federal, estes indicadores encobrem uma grave situação de desigualdades sociais e de renda, informalidade e desemprego. Estas desigualdades se manifestam no território com elevada concentração espacial das oportunidades de emprego nas áreas com maior renda e periferação do desemprego e da pobreza.

Em que pese uma diferença de oito vezes entre o PIB *per capita* do Distrito Federal, maior do Brasil, e o menor, correspondente ao Maranhão, evidenciando claramente importantes disparidades regionais, as disparidades entre as Regiões Administrativas no Distrito Federal são ainda mais importantes. A diferença entre a renda domiciliar *per capita* da RA mais rica (RA Lago Sul) e a da mais pobre do DF (RA Estrutural) é de quase quinze vezes, evidenciando a gravidade da assimetria na distribuição da riqueza no interior do DF (GT4/ZEE-DF, 2014).

A taxa de desemprego no DF também é reveladora. Em agosto de 2013, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (Seplan/Dieese/Codeplan) mostrou uma taxa de desemprego total no DF variando de 11,0% a 12,5%. No entanto, uma análise mais acurada reforça a assimetria e disparidades entre as Regiões Administrativas, as quais têm padrões de renda muito diferentes. A comparação da taxa de desemprego total nas RAs de menor renda (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas) em dezembro/2007 em relação às de maior renda (Brasília, Lago Sul e Lago Norte) revela que, enquanto a taxa de desemprego das RAs de menor renda foi de 20,3%, a taxa nas de maior renda é menos da metade (9%). Em última instância, as desigualdades constituem fator de reprodução dos mecanismos que geram os entraves a um desenvolvimento menos predatório no DF.

Outro aspecto importante é a alocação das funcionalidades no território, estratégica para uma gestão territorial integrada no DF no enfrentamento dos problemas que contribuem estruturalmente para os entraves ao desenvolvimento, a começar pelo desafio de descentralização da oferta de empregos. Este constitui um elemento central para a qualidade de vida e redução das desigualdades socioespaciais históricas no DF, além de ser uma medida de eficiência e eficácia urbana e rural, pois traduz a disponibilidade de postos de trabalho e geração de renda. É, ademais, um elemento importante de integração do conceito de capacidade de suporte ambiental, no processo de gestão territorial. Isto porque o desenvolvimento acontece nos territórios, utilizando as potencialidades e os recursos naturais, humanos e sociais, articulados com as estruturas e modos de integração derivados da organização das atividades no espaço. Assim, não existe desenvolvimento econômico e social desarticulado com sua inserção espacial.

A superação dos entraves ao desenvolvimento exige uma abordagem articulada e sistêmica do desafio, posta a complexidade e conexão entre questões sociais, econômicas, ambientais, de infraestrutura e institucionais, cujo arranjo impacta todo o sistema produtivo. A aproximação para esta superação dá-se, atualmente, no Distrito Federal, pela construção do Zoneamento Ecológico Econômico local (ZEE-DF). Este se apresenta como uma grande oportunidade para apontar, pela primeira vez no DF, vocações das diversas porções do território em busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental, a partir da integração das políticas públicas e dos planos setoriais.

O desafio proposto ao Grupo de Trabalho 4, do ZEE-DF, é o de responder a um conjunto objetivo de perguntas, por meio da realização de análises e integração dos resultados, de modo a determinar áreas homogêneas e construir a “Matriz Socioeconômica”, através de Unidades Territoriais Básicas Socioeconômicas” (UTB-SE) do ZEE-DF. Estes elementos de análises deverão integrar-se, nos próximos passos, à “Matriz Ecológica” e às UTBs Ambientais, para a construção das Unidades de Intervenção, consoante com a metodologia nacional do ZEE (conforme abaixo).

Ressalte-se o fato de que, em que pese a diretriz nacional indicar a necessidade de compreensão das dinâmicas socioeconômicas do território, a opção feita no ZEE-DF quanto à proposição de UTBs Socioeconômicas, que traduzam, fisicamente, no território, as homogeneidades destas dinâmicas, é, sem sombra de dúvidas, uma inovação importante desta iniciativa.

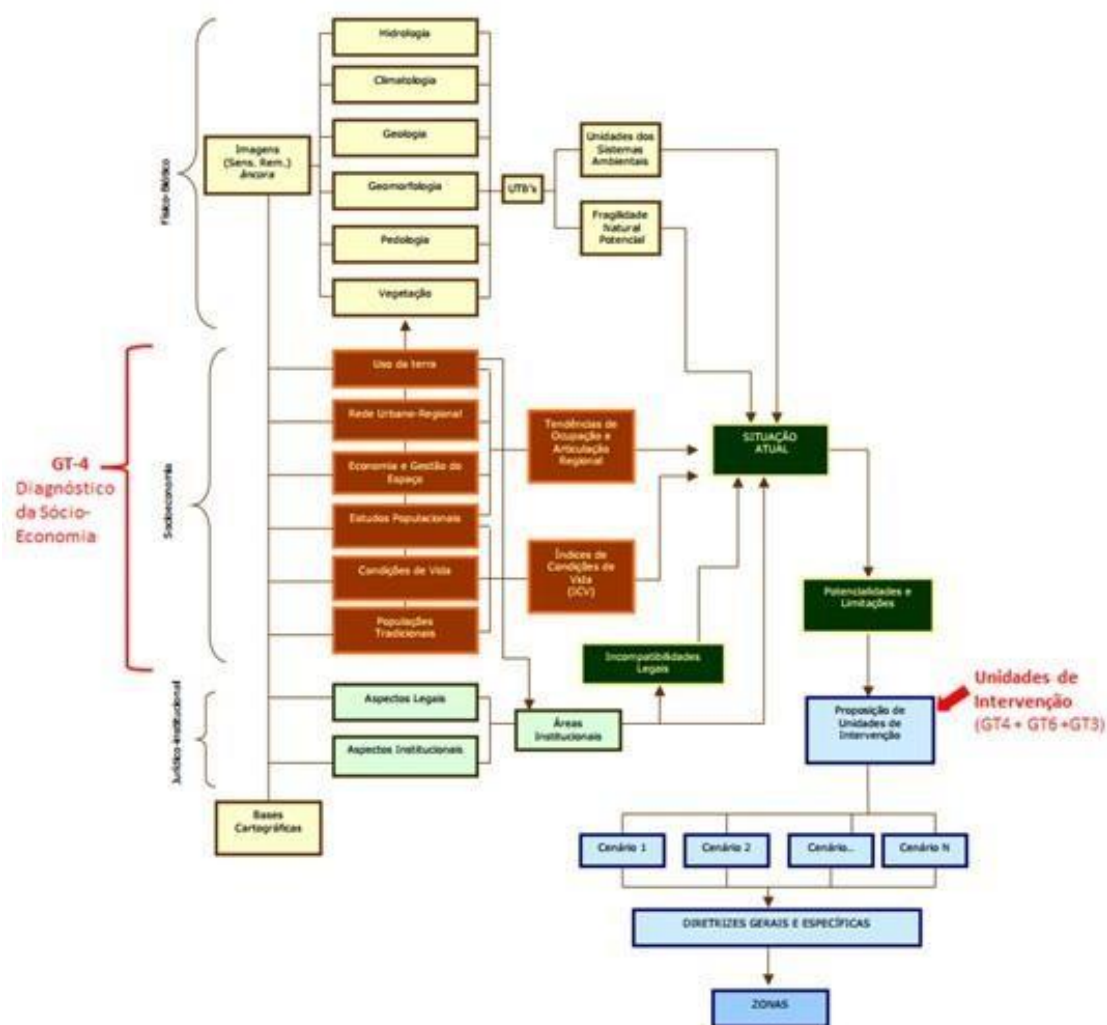


Figura 01 – Representação esquemática das Diretrizes Metodológicas do Programa ZEE-Brasil
Fonte: Diretrizes Metodológicas do Programa ZEE-Brasil

O GT4 iniciou seus trabalhos em abril de 2013. Em setembro de 2014, suas análises e recomendações.

2 - As análises socioeconômicas do ZEE-DF

2.1 - Fontes de dados, informações, documentos e análises

Para melhor encaminhamento dos trabalhos, foram estabelecidos os subgrupos para desenvolvimento das análises dos blocos de interesse. A seguir, estas análises foram sistematizadas em um documento único, possibilitando a realização das análises integradas pelo grupo, em suas reuniões ordinárias, duas vezes por semana, em busca da proposição das Unidades Territoriais Básicas Socioeconômicas (UTB-SE), contribuindo para a construção das Unidades de Intervenção.

As análises realizadas a partir do roteiro acima demandaram a interface com diversos setores do Governo, para o provimento de informações, estruturação e amadurecimento de análises. A Tabela abaixo lista algumas dessas interfaces.

Tabela 1 – Instituições colaboradoras no provimento de informações ao GT4, ZEE-DF (2014)

Instituições	Sigla	Documentos Institucionais disponibilizados
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	✓ Base Censitária de 2000 ✓ Base Censitária de 2010
Companhia de Planejamento do DF	CODEPLAN/GDF	✓ Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2011 ✓ Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) 2011, realizada em conjunto com Secretaria de Trabalho do DF ✓ Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) 2013 ✓ Projeções Demográficas para Brasília 2030: impacto nas demandas nas áreas de emprego, educação, saúde, transporte e habitação (2013)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF	SDE/GDF	✓ Política de Desenvolvimento Econômico para o DF ✓ Estudo de Avaliação das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF (Produtos do contrato nº43/2008 SEPLAG) – autoria: Sete Serviços Técnicos Especializados/2008-2009
Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF	SEDHAB/GDF	✓ Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) ✓ Coleção de Análises: “ <i>Leitura Territorial</i> ” ✓ Base de Dados do GDF (SITURB)
Secretaria de Transportes do DF	ST/GDF	✓ Plano Distrital de Transporte Urbano (PDTU) 2009 ✓ Base de dados da Pesquisa OD/PDTU 2009 ✓ Estudos Técnicos Específicos
Companhia de Saneamento Ambiental do DF Esgotos de Brasília	CAESB/GDF	✓ Plano Diretor de Água e Esgoto do DF (PDAE) 2010 ✓ Base de Dados de Águas e Esgotos ✓ Estudos Técnicos Específicos
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF	SEMARH/GDF	✓ Decisões do CRH-DF ✓ Pareceres Técnicos SUPAM/SEMARH/GDF
Companhia Energética de Brasília	CEB/GDF	✓ Base de Dados de Infraestrutura Elétrica ✓ Estudos Técnicos Específicos
Agência de Desenvolvimento do DF	TERRACAP	✓ Informações sobre áreas da Terracap e do Programa PróDF

Fonte: GT4, ZEE-DF (2014)

Cabe registrar o extenso trabalho de compatibilização de informações e análises de diferentes origens sobre um mesmo tema, a exemplo de IBGE, PDAD e PDTU, sobre a caracterização de população. Em que pesem estas diferenças, fizemos opção pela utilização das mais diversas fontes, sempre indicadas, e, inclusive, eventuais limitações nas análises, para a melhor caracterização do diagnóstico a ser desenvolvido.

2.2 - Recortes territoriais utilizados

Em função das diferentes fontes de informações e análises, trabalhamos diferentes níveis de aproximação do DF, considerando o grau de inserção deste com as regiões circunvizinhas. Dependendo do olhar neste “macro território”, existem diferentes arranjos de localidades (externas ao DF e a este relacionadas) que, do ponto de vista da dinâmica socioeconômica, representam um *continuum*, o qual já está incorporado em planos setoriais distritais e nas políticas públicas em execução. Talvez o exemplo mais claro desta situação seja o Plano Distrital de Transporte Urbano (PDTU), que incorpora, de maneira orgânica, oito municípios da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), caracterizando o que chamamos de “Entorno imediato”.

Desta forma, temos os seguintes níveis de análise (mapas completos no Anexo):

Tabela 2 – Características dos recortes territoriais utilizados

Recorte Territorial	Características	Fonte	Representação
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno, composta por 22 municípios de GO e MG, sob coordenação do Ministério da Integração Nacional	Definida por marco legal federal (Lei Complementar nº 94/1998 e Decreto nº 7.469/2011)	
Área Metropolitana	Doze municípios de GO que compõem a RIDE/DF e apresentam dinâmicas socioeconômicas dependentes do DF, sendo caracterizadas nos estudos como “cidades dormitórios”	CODEPLAN/GDF	
DF e Entorno Imediato	Oito municípios de GO que compõem a RIDE/DF e apresentam dinâmicas socioeconômicas consideradas integradas ao DF	Adotado para planejamento e gestão do sistema de transporte e mobilidade do DF (PDTU/GDF)	
DF	Unidade da Federação sob análise neste estudo	Composta por 31 Regiões Administrativas, cuja dinâmica detalhamos neste estudo	

Fonte: GT4, ZEE-DF (2014)

Para efeito das principais análises, consideraremos, prioritariamente, dois níveis de análise, *DF* e *DF e Entorno imediato*, sem prejuízo aos outros dois recortes territoriais indicados. Registre-se, com clareza, que não se propõe aqui a formulação de políticas públicas para os municípios do Entorno imediato. No entanto, seu comparecimento neste estudo é mandatório para caracterizar as dinâmicas socioeconômicas internas ao DF.

2.3 - Resultados das análises

Os resultados estão apresentados abaixo, por tema, seguidos de breve discussão. O conjunto de análises integradas é apresentado ao final deste capítulo.

2.3.1 - Bloco 1 - Conhecendo a população do DF: caracterização de cada Região Administrativa

A caracterização da população residente em cada uma das Regiões Administrativas, bem como nos municípios do Entorno do DF, sejam estes denominados Entorno, RIDE/DF ou Área Metropolitana, é fundamental para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas que ocorrem no território.

Neste sentido, para a construção de um panorama mais amplo das questões sócio econômicas, fez-se opção de lançar mão de diversos materiais e estudos já disponíveis no DF, com elementos importantes à caracterização. As pesquisas diretas com a população têm, neste contexto, destaque, por constituírem fontes primárias de informações, ainda que por amostragem e, em que pese utilizarem anos diferentes, embora próximos. A PDAD figura entre estas pesquisas, bem como a Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (Pesquisa OD) do PDTU. Neste sentido, as análises foram feitas respeitando-se a coerência interna dos dados (ano da pesquisa, por exemplo).

- **Qual o tamanho da população do Distrito Federal e da região metropolitana?**

- **A população do DF e Entorno em 2009, segundo a Pesquisa OD (PDTU/2009)**

Para a construção do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF – PDTU/DF foi realizada uma Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (Pesquisa OD) junto à população usuária do sistema do DF e de municípios da Área Metropolitana. Estas informações foram atualizadas em 2009 e permitiram um conjunto de estimativas utilizadas nas análises deste documento.

Observe-se que esta pesquisa setorial, embora focada na mobilidade e transportes, traz informações fundamentais sobre a população residente, por sexo, por faixa etária, por escolaridade e por renda, tanto do DF quanto do Entorno imediato, constituído por oito municípios goianos: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Em relação ao Entorno do DF, são considerados, para fins de planejamento, oito municípios, cuja dinâmica de mobilidade da população apresenta profunda integração com o DF.

Segundo estimativas advindas da Pesquisa OD/PDTU, a população do DF era de 2.490.737 mil habitantes em 2009.

A análise da participação percentual da população residente no DF e nas oito cidades do Entorno mostra que a população total da área de estudo é de 3.312.908 habitantes, sendo que 75% deles residem no DF e 25% no Entorno:

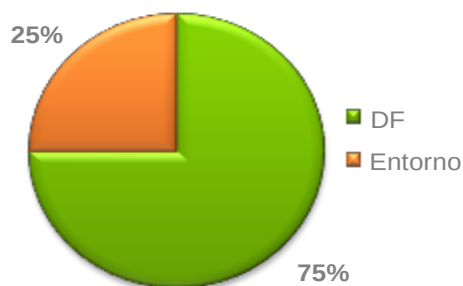


Figura 2 – Porcentagem da população do DF e do Entorno
Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

– A população do DF e Entorno em 2011, segundo a PDAD

O total de domicílios na área urbana do DF estimado pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) foi de 784.092. Dada a sua população urbana, estimada em 2.556.149 habitantes (em julho de 2011), o número médio de moradores por domicílio urbano foi calculado em 3,26 pessoas.

• Qual a proporção urbana e rural por RA?

Segundo o IBGE (2013), o percentual de população total urbana é de 96,62%, correspondendo a 2.476.249 habitantes. No caso da população total rural, o percentual é de 3,38%, correspondendo a 86.714 habitantes (estimativa para 2013).

• Quais as características do DF e Entorno imediato quanto aos domiciliados, por gênero, em 2011?

Em termos de gênero, existe uma maioria do sexo feminino, no DF. A tabela abaixo ilustra os residentes no domicílio, por sexo, em 2011.

Tabela 3 – População por gênero, segundo as Regiões Administrativas

Região Administrativa	Residentes no domicílio por sexo				Total
	Masculino	%	Feminino	%	
Brasília	97.289	46,34	112.637	53,66	209.926
Gama	60.635	47,57	66.840	52,43	127.475
Taguatinga	89.617	45,31	108.166	54,69	197.783
Brazlândia	23.305	47,16	26.113	52,84	49.418
Sobradinho I	27.804	47,11	31.220	52,89	59.024
Planaltina	76.027	46,98	85.785	53,02	161.812
Paranoá	20.055	47,27	22.372	52,73	42.427
Núcleo Bandeirante	9.947	44,07	12.622	55,93	22.569
Ceilândia	194.113	48,01	210.174	51,99	404.287
Guará	48.641	45,11	59.176	54,89	107.817
Cruzeiro	14.746	47,22	16.484	52,78	31.230
Samambaia	95.051	47,09	106.820	52,91	201.871

Santa Maria	58.181	48,71	61.263	51,29	119.444
São Sebastião	38.882	49,98	38.911	50,02	77.793
Recanto das Emas	59.953	48,06	64.802	51,94	124.755
Lago Sul	14.595	49,18	15.082	50,82	29.677
Riacho Fundo I	16.039	45,48	19.229	54,52	35.268
Lago Norte	15.973	47,64	17.553	52,36	33.526
Candangolândia	7.510	47,08	8.443	52,92	15.953
Águas Claras	53.671	48,82	56.264	51,18	109.935
Riacho Fundo II	18.229	49,20	18.822	50,80	37.051
Sudoeste / Octogonal	24.096	46,73	27.469	53,27	51.565
Varjão	4.408	48,86	4.613	51,14	9.021
Park Way	9.486	48,28	10.162	51,72	19.648
SCIA – Estrutural	15.930	49,55	16.218	50,45	32.148
Sobradinho II	44.940	47,67	49.339	52,33	94.279
Jardim Botânico	11.496	48,19	12.360	51,81	23.856
Itapoã	28.119	49,89	28.241	50,11	56.360
SIA	1.107	45,22	1.341	54,78	2.448
Vicente Pires	33.665	49,67	34.118	50,33	67.783
Distrito Federal	1.213.510	47,47	1.342.639	52,53	2.556.149

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

Nas Regiões Administrativas do DF, a população do sexo feminino é predominante, verificando-se diferenças pequenas de percentuais (menos de 1%) nas RAs de São Sebastião, Estrutural, Riacho Fundo II e Lago Sul. As localidades com maior percentual de habitantes do sexo feminino incluem Guará, SIA, Taguatinga e Riacho Fundo I, atingindo até 54,89%. A população pesquisada nos oito municípios do Entorno imediato foi de 822.171 mil habitantes. A Tabela abaixo mostra os residentes do Entorno no domicílio, por sexo segundo a Zona de Tráfego pesquisada, segundo PDTU (2009).

Tabela 4 – População por gênero, segundo os municípios do Entorno

Cidade	Residentes no domicílio por sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Águas Lindas	74.293	72.646	146.939
Cidade Ocidental	22.072	23.264	45.336
Formosa	48.879	48.711	97.591
Luziânia	84.878	87.841	172.720
Novo Gama	43.638	43.846	87.484
Planaltina	38.902	38.938	77.839
Santo Antônio do Descoberto	27.942	29.146	57.088
Valparaíso	66.536	70.638	137.174
Total	407.141	415.030	822.171

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

A população do sexo masculino é maior no município de Águas Lindas e em Formosa, onde diferença é discreta. Por outro lado, existe uma predominância de mulheres na Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Nos demais municípios que compõem o Entorno imediato, existe relativo equilíbrio entre gêneros.

De maneira geral, enquanto no DF, 52% da população são do sexo feminino e 48% do sexo masculino, no Entorno a população é praticamente equilibrada quanto a essa composição.

O acompanhamento da proporção de gênero, aliado à análise das tendências de fertilidade e à estrutura etária ao longo de décadas, permite o registro de elementos importantes da demografia, a exemplo da aferição da existência de “Bônus Demográfico”, o qual pode ser um elemento importante no acompanhamento do ZEE-DF.

• Qual a estrutura etária do DF e das RAs?

A estrutura etária do DF e dos municípios do Entorno imediato encontra-se na tabela abaixo:

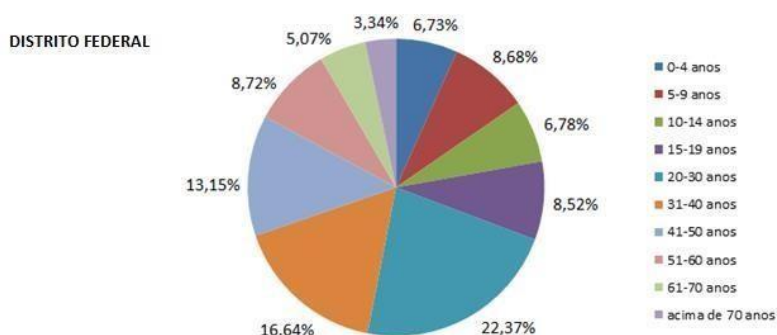
Tabela 5 – Distribuição da população por faixa etária no DF e no Entorno imediato

Faixa Etária	Distrito Federal População aproximada (%)	Entorno imediato População aproximada (%)
0 – 4 anos	6,7	7,8
5 – 14 anos	15,5	20,0
15 – 30 anos	31,0	31,0
31 – 50 anos	30,0	28,0
51 – 70 anos	13,8	11,0
> 70 anos	3,3	2,3

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

O DF e seu Entorno imediato possuem cerca de um terço da população (31% cada) entre 15 e 30 anos. As diferenças ocorrem discretamente na população entre 31 e 50 anos, em plena força de trabalho (30% no DF e 28% no Entorno imediato), e se acentuam com o deslocamento para a base da pirâmide etária, considerando a maior ocorrência de crianças e jovens no Entorno (20%) em relação ao DF (15,5%). Inversamente, verifica-se maior ocorrência acima dos 51 anos no DF (17,1%), em relação ao Entorno imediato (13,3%).

As estruturas etárias do DF e Entorno imediato estão apresentadas abaixo.



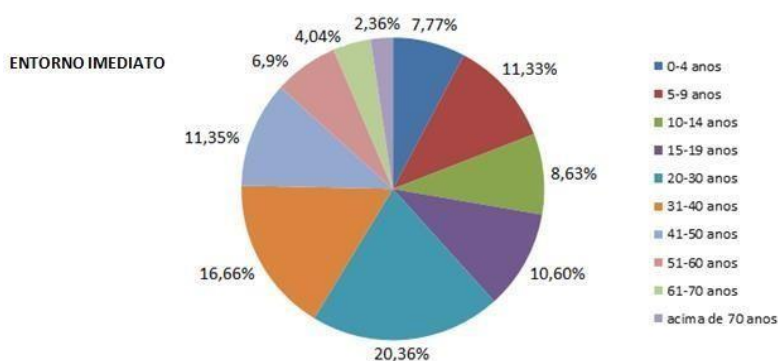


Figura 3 – Estrutura etária da população no DF e no Entorno imediato em 2009

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

A comparação da distribuição etária de 2009 e 2011 mostrou algumas variações que suscitaram interesse no aprofundamento das análises, sob a ótica da demografia.

Tabela 6 – Distribuição etária no Distrito Federal entre 2009 e 2011

Faixa Etária	2009		2011	
	Percentual (%)	Acumulado (%)	Percentual (%)	Acumulado (%)
0 a 4 anos	6,73	6,73	6,26	6,26
5 a 9 anos	8,68	15,41	7,17	13,43
10 a 14 anos	6,78	22,19	7,88	21,31
15 a 19 anos	8,52	30,71	8,54	29,85
20 a 30 anos	22,37	53,08	17,44	47,29
31 a 40 anos	16,64	69,72	15,94	63,23
41 a 50 anos	13,15	82,87	13,34	76,57
51 a 60 anos	8,72	91,59	10,66	87,23
61 e ou mais	8,41	100,00	12,77	100,00
Total	100,00	---	100,00	---

Fonte: PDTU (2009), PDAD (2011), análise do GT4, ZEE-DF (2014)

▣ O crescimento populacional no DF e Entorno de 2000 a2010

A população do Distrito Federal atingiu 2.852.372 habitantes, em 2014, segundo estimativas do IBGE divulgadas em agosto do corrente ano. Este número pressupõe uma taxa de crescimento geométrico anual de 2,64%, superior àquela determinada pelo Censo de 2010, em relação ao Censo 2000 (que foi de 2,28% ao ano). Caso fosse mantida a taxa constatada no Censo 2010, a população do DF seria 2.813.000 moradores em 2014, representando uma diferença de 39.372 pessoas.

As projeções de população feitas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), em 2009, pela SEDUMA (atual SEDHAB/GDF), apresentam números próximos aos do Censo 2010. Nestes, o declínio gradual das taxas de crescimento do DF vem se mostrando mais adequado à realidade, a partir de estimativas locais. Chega-se, assim, a um quantitativo de 2.808.665 habitantes, em 2015, a uma taxa de crescimento de 1,74%.

A tabela abaixo foi extraída do Documento Técnico do PDOT e demonstra a queda das taxas de crescimento do DF, ao longo das décadas, a partir de dados dos Censos de 1960 a 2000. Os números para os anos de 2010 e 2020 são de projeções.

As taxas de crescimento do DF revelam-se altas, quando comparadas às taxas de outras capitais e do Brasil. Para 2010, por exemplo, o Censo projetou 2.570.160 habitantes para o DF, número inferior à projeção feita para o período, no contexto do Brasil atingir com uma população de 190.732.694 habitantes e taxa de crescimento de 1,17%.

Tabela 7 – População do DF e do Brasil e Taxas de Crescimento Anual no período de 1960 a 2020

Anos	População DF	População Brasil	TCA DF	TCA Brasil
1960	141.742	70.070.457	-	3,06
1970	537.492	93.139.037	14,39	2,91
1980	1.176.908	119.011.052	8,22	2,50
1991	1.601.094	146.825.475	2,86	1,94
2000	2.051.146	169.799.170	2,82	1,64
2010	2.580.757	196.834.086	2,34	1,27
2015	2.808.665	208.468.035	1,74	1,08
2020	3.016.507	219.077.729	1,59	0,95

Fonte: Censos IBGE. DATASUS. Estimativas IBGE Revisão 2004. Projeções SEDUMA 2006. Documento Técnico PDOT/2009

Neste sentido, a desaceleração do crescimento da população do DF e do Brasil tem sido mais intensa do que a capacidade de acompanhamento pelas projeções.

Segundo o IBGE, as taxas de crescimento vão se manter declinantes e tendem a atingir uma estabilização, a partir de 2040. Ademais nestas projeções, em 2060, a população nacional se reduziria aos níveis do ano de 2025, representando, portanto, uma taxa de crescimento negativa. A figura abaixo ilustra a situação, conforme análise do Instituto Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

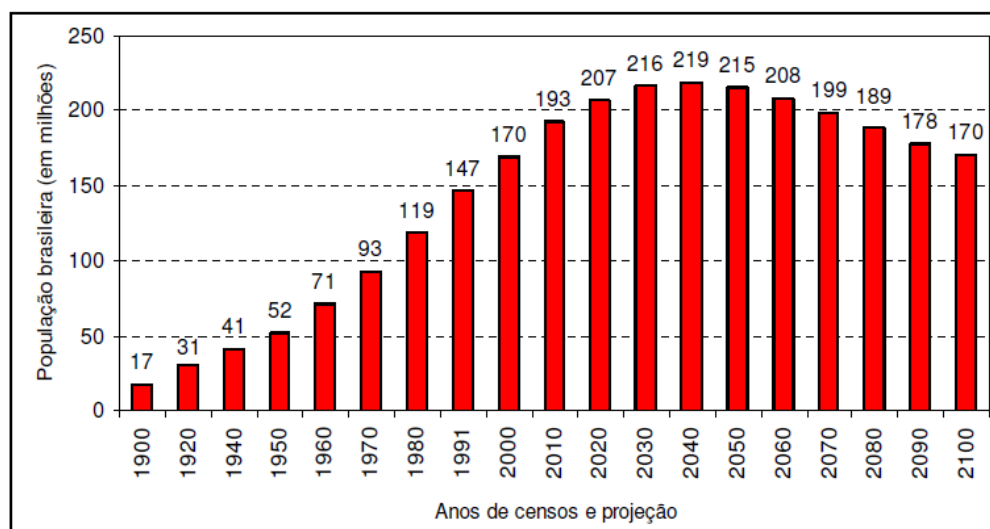


Figura 4 – População brasileira e projeções populacionais no período de 1900 a 2100

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1900 a 2000, projeções do IBGE de 2010 a 2050 (Revisão 2008) e projeções do Professor José Eustáquio Diniz Alves, da ENCE/IBGE de 2050 a 2100

No ano de 2014, a CAESB iniciou processo de revisão do Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal - PDAE/2010 e propôs-se a elaborar novas projeções de população, de sorte a subsidiar avaliações dos investimentos necessários aos setores de abastecimento.

A utilização de diferentes métodos estatísticos para projeções de crescimento populacional resultou em uma tendência contínua de crescimento da população do DF, até 2040, quando a população total ficaria entre 3.572.179 (método decrescente) a 3.983.765 habitantes. Este último valor foi adotado pela CAESB, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Resultados de projeção populacional anual pelos Métodos Decrescente e Logístico até 2040

Ano	Método Decrescente		Método Logarítmico	
	1980-1990-2000	1990-2000-2010	1980-1990-2000	1990-2000-2010*
2010	2.431.579	2.570.160	2.595.527	2.570.160
2011	2.467.735	2.612.004	2.652.655	2.622.839
2012	2.503.560	2.653.175	2.710.140	2.675.486
2013	2.539.057	2.693.684	2.767.948	2.728.059
2014	2.574.229	2.733.540	2.826.040	2.780.514
2015	2.609.080	2.772.756	2.884.379	2.832.808
2016	2.643.612	2.811.340	2.942.926	2.884.898
2017	2.677.828	2.849.303	3.001.642	2.936.742
2018	2.711.732	2.886.656	3.060.487	2.988.301
2019	2.745.325	2.923.407	3.119.423	3.039.532
2020	2.778.611	2.959.568	3.178.408	3.090.399
2021	2.811.592	2.995.146	3.237.403	3.140.862
2022	2.844.271	3.030.152	3.296.366	3.190.885
2023	2.876.652	3.064.594	3.355.259	3.240.433
2024	2.908.737	3.098.482	3.414.040	3.289.471
2025	2.940.528	3.131.825	3.472.670	3.337.969
2026	2.972.028	3.164.632	3.531.110	3.385.895
2027	3.003.240	3.196.911	3.589.322	3.433.219
2028	3.034.167	3.228.670	3.647.266	3.479.916
2029	3.064.810	3.259.918	3.704.905	3.525.958
2030	3.095.174	3.290.663	3.762.204	3.571.323
2031	3.125.259	3.320.914	3.819.125	3.615.989
2032	3.155.070	3.350.678	3.875.635	3.659.935
2033	3.184.607	3.379.963	3.931.699	3.703.142
2034	3.213.875	3.408.776	3.987.285	3.745.595
2035	3.242.875	3.437.126	4.042.361	3.787.279
2035	3.242.875	3.437.126	4.042.361	3.787.279
2036	3.271.609	3.465.020	4.096.898	3.828.180
2037	3.300.081	3.492.465	4.150.867	3.868.288
2038	3.328.292	3.519.469	4.204.240	3.907.593
2039	3.356.245	3.546.038	4.256.991	3.946.087
2040	3.383.943	3.572.179	4.309.095	3.983.765

Fonte: CAESB - Relatório 01 (Atividades Preliminares, Revisão 01 – PDAB/DF – 2010)

Por esta projeção recente, ainda na análise da CAESB, podemos prever que o Distrito Federal terá o desafio de alocar de 800.000 a 1.200.000 pessoas, até 2040.

Entre os Censos de 2000 e 2010, o acréscimo de população chegou a 520.000 habitantes. Do Censo 2010 à estimativa de 2020 (método decrescente), espera-se um incremento em torno de 520.000 moradores. De 2020

a 2030, podem ser 430.000 habitantes e de, 2030 a 2040, outros 300.000. Observe-se a redução das taxas de crescimento e sua estabilização. Não obstante os acréscimos de população total serem menores que no passado, estes ainda são importantes.

A população em crescimento no DF se concentra em determinadas Regiões Administrativas e localidades internas às RAs, em busca de habitação. A tabela abaixo mostra os dados do Censo 2000 e 2010 do IBGE, ¹³ incluindo a Taxa de Crescimento Geométrico Anual e o Crescimento Proporcional dos habitantes das RAs, em uma década.

Considerando as 31 Regiões Administrativas do DF e a população que ocupa domicílios particulares permanentes, existe uma diferença de 13.980 habitantes em relação ao total do Censo 2010, justificada pelo fato de que este inclui os domicílios coletivos (asilos, orfanatos, quarteis, presídios).

Tabela 9 – Taxa de crescimento das Regiões Administrativas do Distrito Federal

Regiões Administrativas	População das Regiões Administrativas do Distrito Federal nos Censos Demográficos					
	Censo 2000		Censo 2010		Taxa Cresc.	Cresc.
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	Anual RA %	2000/2010 %
01 - Brasília	196.069	9,56	208.666	8,12	0,62	6,42
02 - Gama	128.630	6,27	133.717	5,20	0,39	3,95
03 - Taguatinga	204.293	9,96	198.681	7,73	-0,28	-2,75
04 - Brazlândia	52.698	2,57	57.542	2,24	0,88	9,19
05 - Sobradinho	56.871	2,77	60.254	2,34	0,58	5,95
06 - Planaltina	147.114	7,17	171.303	6,67	1,53	16,44
07 - Paranoá	51.900	2,53	46.365	1,80	-1,12	-10,66
08 - Núcleo Bandeirante	22.428	1,09	22.173	0,86	-0,11	-1,14
09 - Ceilândia	344.039	16,77	402.729	15,67	1,59	17,06
10 - Guará	101.319	4,94	107.226	4,17	0,57	5,83
11 - Cruzeiro	33.610	1,64	31.379	1,22	-0,68	-6,64
12 - Samambaia	162.928	7,94	199.541	7,76	2,05	22,47
13 - Santa Maria	99.133	4,83	118.777	4,62	1,82	19,82
14 - São Sebastião	53.814	2,62	78.768	3,06	3,88	46,37
15 - Recanto das Emas	94.712	4,62	122.619	4,77	2,62	29,47
16 - Lago Sul	28.083	1,37	29.521	1,15	0,50	5,12
17 - Riacho Fundo	22.135	1,08	35.684	1,39	4,89	61,21
18 - Lago Norte	23.747	1,16	32.903	1,28	3,31	38,56
19 - Candagolândia	15.634	0,76	15.924	0,62	0,18	1,85
20 - Águas Claras	21.987	1,07	102.076	3,97	16,59	364,26
21 - RiachoFundo	19.269	0,94	36.807	1,43	6,69	91,02
22 - Sudoeste/Octogonal	30.273	1,48	49.696	1,93	5,08	64,16
23 - Varjão	5.758	0,28	8.724	0,34	4,24	51,51
24 - Park Way	14.098	0,69	20.971	0,82	4,05	48,75
25 - Estrutural - SCIA	12.793	0,62	30.388	1,18	9,04	137,54
26 - Sobradinho II	60.504	2,95	89.583	3,49	4,00	48,06
27 - Jardim Botânico	15.019	0,73	31.155	1,21	7,57	107,44
28 - Itapoã	4.964	0,24	51.501	2,00	26,36	937,49
29 - SIA	2.892	0,14	2.488	0,10	-1,49	-13,97
30 - Vicente Pires	17.982	0,88	64.218	2,50	13,57	257,12
31 - Fercal	6.450	0,31	8.781	0,34	3,13	36,14
Distrito Federal	2.051.146	100,00	2.570.160	100,00	2,28	25,30

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000/2010 com base nos domicílios particulares permanentes e coletivos. Tabulações especiais da GEMOT/SEDHAB para o ZEE-DF (2014)

Segundo a Tabela, três Regiões Administrativas se destacam por suas taxas de crescimento: Itapoã (26,36%); Águas Claras (16,59%); e Vicente Pires (13,57%); o que significa um aumento proporcional da população de 257% a 937%, em 10 anos, nestas áreas. Estas RAs representam 217.795 moradores (8,47% do DF).

Em um grupo com taxas de crescimento entre 5% e 10%, encontram-se seis RAs: Estrutural/SCIA (9,04% ao ano), Jardim Botânico (7,57%); Riacho Fundo II (6,69%); Sudoeste/Octogonal (5,08%); Riacho Fundo I (4,89%); e Varjão (4,24%). O crescimento proporcional destas RAs permaneceu entre 51 e 138%, reunindo 192.454 habitantes (7,49% do DF).

Com taxas não tão altas, mas ainda superiores à média do DF (2,28%), temos outras seis RAs: Park Way (4,05%); Sobradinho II (4,00%); São Sebastião (3,88%); Lago Norte (3,31%); Fercal (3,13%); e Recanto das Emas (2,62%). Este grupo abarca 353.625 moradores, totalizando 13,76% do DF, com um crescimento proporcional entre 29 e 49% da população.

Outro grupo, envolvendo quatro Regiões Administrativas, obteve taxas de crescimento que permanecem abaixo da média distrital, e reúnem 892.350 habitantes, representando 34,72% da população do DF. São elas: Samambaia (2,05% ao ano); Santa Maria (1,82%); Ceilândia (1,59%) e Planaltina (1,53%). Estas RAs cresceram entre 16 e 23% no período apurado.

A partir de taxas de crescimento que podem ser consideradas baixas, temos Brazlândia (0,88%); Brasília (0,62%); Sobradinho (0,58%); Guará (0,57%); Lago Sul (0,50%); Gama (0,39%); e Candangolândia (0,18%). Estas sete RAs possuem 612.850 moradores – 23,84% do DF, aumentando sua população entre 2% e 10% em 10 anos.

Por último, cinco Regiões Administrativas apresentaram taxas de crescimento negativas, ou seja, tiveram redução no número de moradores. Foram elas: Núcleo Bandeirante (-0,11%); Taguatinga (-0,28%); Cruzeiro (-0,68%); Paranoá (-1,12%); e SIA (-1,49%). Ao todo, estas cinco RAs atingem 11,71% da população do DF com 301.86 habitantes, mantendo um crescimento percentual de -13 a -1%.

A taxa de crescimento do Distrito Federal (2,28%) coloca-se, ainda, num patamar inferior quando comparada com a dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno – RIDE/DF, que alcançou 2,55%, entre o ano 2000 e 2010. Alguns destes municípios, que são mais dependentes da economia e de serviços públicos do DF, tiveram destaque em suas taxas. Entre eles: Águas Lindas de Goiás (4,19%); Valparaíso de Goiás (3,44%); Cidade Ocidental (3,31%); Novo Gama (2,48%); e Formosa (2,44%).

A tabela abaixo revela as altas taxas de crescimento de outros dois municípios: Luziânia (2,15%) e Santo Antônio do Descoberto (2,00%). Estes municípios reunidos, nominados neste documento como “Entorno imediato”, apontam para uma taxa média de crescimento de 2,70%. No entanto, Planaltina de Goiás é o único destes municípios com taxa de crescimento inferior à média do Entorno imediato, apresentando uma população de 862.806 moradores, conforme o Censo 2010. Ao todo, a RIDE/DF adiciona mais 1.159.166 habitantes no Entorno do Distrito Federal, crescendo acima das taxas do Estado de Goiás (1,85%) e da Região Centro-Oeste (1,93%).

Tabela 10 – População e taxa de crescimento geométrico anual da RIDE/DF

Brasil, Região, Estado e Municípios da RIDE	População - IBGE						
	Censo 2000	Censo 2010	Estimativa 2014	Taxa Cresc. 2000/2010 %	Taxa Cresc. 2010/2014 %	Cresc. 2000/2010 %	Cresc. 2010/2014 %
Brasil	146.917.459	190.755.799	202.768.562	2,65	1,54	29,84	6,30
Minas Gerais	17.866.402	19.597.330	20.734.097	0,93	1,42	9,69	5,80
1 - Buritis	20.396	22.737	24.169	1,09	1,54	11,48	6,30
2 - Cabeceira Grande	--	6.453	6.818	--	1,39	--	5,66
3 - Unaí	70.033	77.565	82.298	1,03	1,49	10,75	6,10
Região Centro-Oeste	11.616.745	14.058.094	15.219.608	1,93	2,00	21,02	8,26
Goiás	4.996.439	6.003.788	6.523.222	1,85	2,10	20,16	8,65
4 - Abadiânia	11.452	15.757	17.701	3,24	2,95	37,59	12,34
5 - Água Fria de Goiás	4.469	5.090	5.451	1,31	1,73	13,90	7,09
6 - Águas Lindas de Goiás	105.746	159.378	182.526	4,19	3,45	50,72	14,52
7 - Alexânia	20.047	23.814	25.805	1,74	2,03	18,79	8,36
8 - Cabeceiras	6.758	7.354	7.773	0,85	1,39	8,82	5,70
9 - Cidade Ocidental	40.377	55.915	62.903	3,31	2,99	38,48	12,50
10 - Cocalzinho de Goiás	14.626	17.407	18.871	1,76	2,04	19,01	8,41
11 - Corumbá de Goiás	9.679	10.361	10.896	0,68	1,27	7,05	5,16
12 - Cristalina	34.116	46.580	52.235	3,16	2,91	36,53	12,14
13 - Formosa	78.651	100.085	110.388	2,44	2,48	27,25	10,29
14 - Luziânia	141.082	174.531	191.139	2,15	2,30	23,71	9,52
15 - Mimoso de Goiás	2.801	2.685	2.723	-0,42	0,35	-4,14	1,42
16 - Novo Gama	74.380	95.018	104.899	2,48	2,50	27,75	10,40
17 - Padre Bernardo	21.514	27.671	30.599	2,55	2,55	28,62	10,58
18 - Pirenópolis	21.245	23.006	24.279	0,80	1,36	8,29	5,53
19 - Planaltina de Goiás	73.718	81.649	86.751	1,03	1,53	10,76	6,25
20 - Santo Antônio do Descoberto	51.897	63.248	69.000	2,00	2,20	21,87	9,09
21 - Valparaíso de Goiás	94.856	132.982	150.005	3,44	3,06	40,19	12,80
22 - Vila Boa	3.287	4.735	5.371	3,72	3,20	44,05	13,43
23 - Vila Propício	--	5.145	5.520	--	1,77	--	7,29
Distrito Federal	2.051.146	2.570.160	2.852.372	2,28	2,64	25,30	10,98
RIDE - MG / GO	901.130	1.159.166	1.278.120	2,55	2,47	28,63	10,26
RIDE - Conurbada (8 munic. verde)	660.707	862.806	957.611	2,70	2,64	30,59	10,99
RIDE - DF / MG / GO	2.952.276	3.729.326	4.130.492	2,36	2,59	26,32	10,76

Fonte: IBGE, análise da SEDHAB (2014)

A figura a seguir mostra a evolução do crescimento populacional no DF, entre 2000 e 2010, a partir dos dados do IBGE, agrupados e tratados pela equipe da SEDHAB/GDF, para o ZEE-DF. São apresentadas sete classes de taxas de crescimento populacional: (i) muito alta (300% a 2000%); (ii) alta (100% a 300%); (iii) médio/alta (25% a 100%); (iv) média (15% a 25%); (v) 0% a 15%; (vi) -8% a 0%; e (vi) nulo.

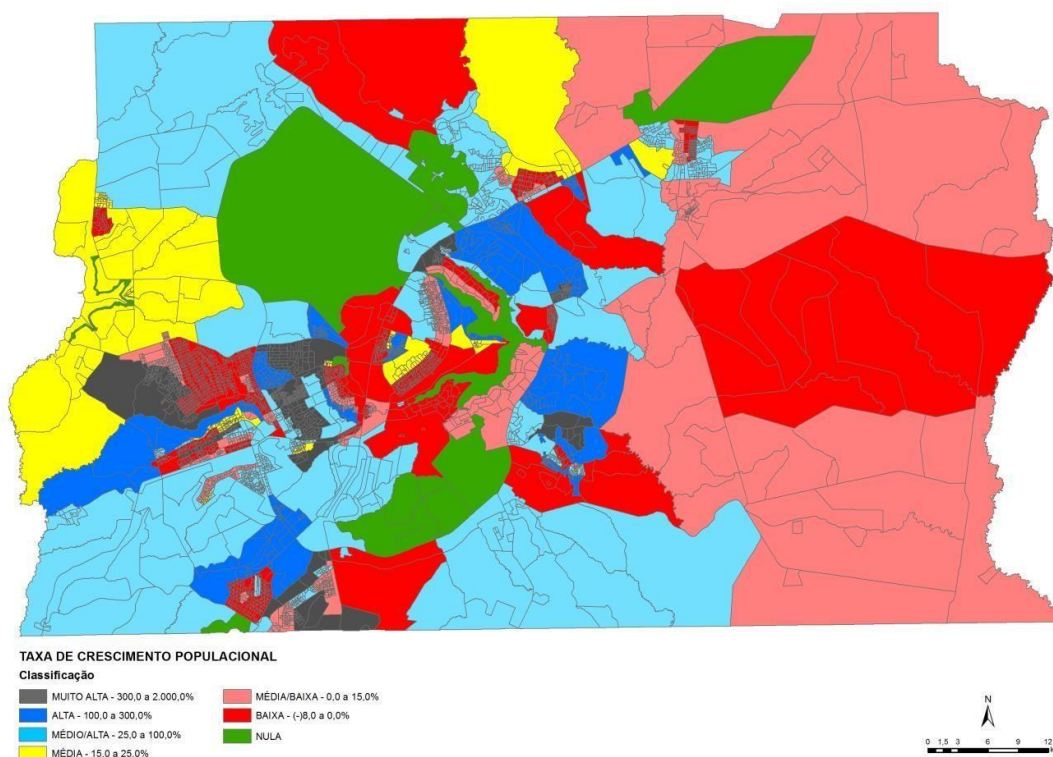


Figura 5 – Crescimento populacional do DF entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE, análise e produção do mapa pelo GT4, ZEE-DF (2014)

As áreas com crescimento populacional nulo, acima, são áreas de proteção integral, a exemplo do Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica ESECAE e área militar/IBGE/FAL-UnB. As regiões leste e nordeste do DF são as regiões que menos crescem, em coerência com a orientação histórica dada pelos sucessivos planos de ordenamento territorial, desde o PEOT, em 1977 (PEOT/1977, POT/1985), Brasília Revisitada 85-87/1987, POUSO/1990, PDOT/1992, 1997 e 2009.

• O que nos ensinam as análises demográficas preliminares?

Em 2004, a equipe de Estudos Demográficos da Codeplan produziu, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), um documento denominado “Demografia em Foco – 1: Indicadores de Desigualdade Social no DF”. A partir do agrupamento das RAs em cinco faixas de renda média domiciliar mensal, foram desenvolvidos indicadores demográficos, de renda, domiciliares e educacionais/culturais.

Consideramos este documento uma referência para o trabalho e, neste sentido, utilizamos da mesma metodologia, embora com outros recortes, a partir dos dados da PDAD de 2011, para as análises demográficas.

Trabalhamos com os seguintes Indicadores Demográficos: Razão de Sexo, Razão de Dependência, Índice de Envelhecimento, Idade Média da População e Percentual de Mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos). Apresentamos abaixo os indicadores calculados para as 30 RAs. Esclarece-se que, à época, ainda não havia sido criada a 31ª RA, Fercal, resultante do desmembramento da RA Sobradinho II. No entanto, utilizando os dados da PDAD 2013 para a RA Fercal (RA-XXXI), foi possível extrair importantes informações, posteriormente integradas às análises.

A figura abaixo mostra a Razão de Sexo das 30 RAs distritais em 2011. Observamos que, em que pese existir uma maioria de mulheres em relação aos homens, a razão varia. Enquanto RAs como Núcleo Bandeirante, Guará I, Riacho Fundo, SIA e Taguatinga apresentam as menores taxas de Razão de Sexo do DF, com até 85 (85 Homens para cada 100 Mulheres), as RAs de São Sebastião e Itapoã apresentam-se muito equilibradas na proporção. As RAs de Vicente Pires, Estrutural, Riacho Fundo II, Lago Sul, Varjão, Aguas Claras apresentam-se na Razão de Sexo igual ou superior a 95, e as demais RAs apresentam indicador entre 85 e 95%. Interessante notar que não é possível correlacionar este indicador diretamente com a renda (RDMM *per capita*).

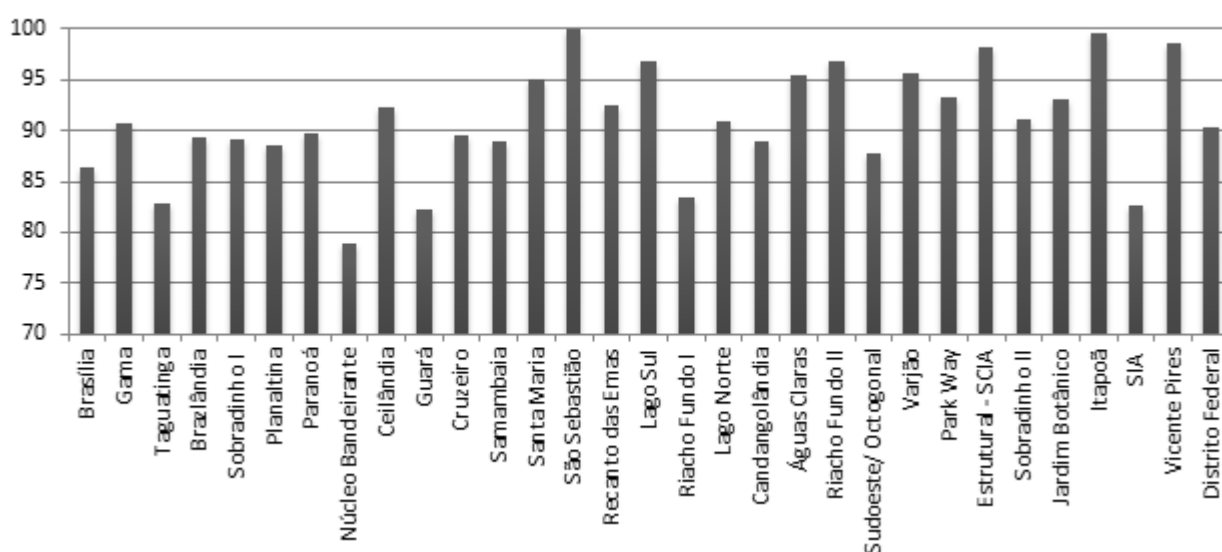


Figura 6 – Razão de Sexo das Regiões Administrativas do DF em 2011

Fonte: IBGE, análise do GT4, ZEE-DF (2014)

As figuras a seguir apresentam outros dois indicadores demográficos, Razão de Dependência e Índice de Envelhecimento.

A Razão de Dependência apresenta a razão entre a soma das duas faixas etárias extremas (abaixo de 14 anos e 70 anos ou mais) em relação à população potencialmente ativa (15 a 69 anos). Isto significa que cada indicador mostra a proporção de população dependente em relação ao total de população potencialmente ativa.

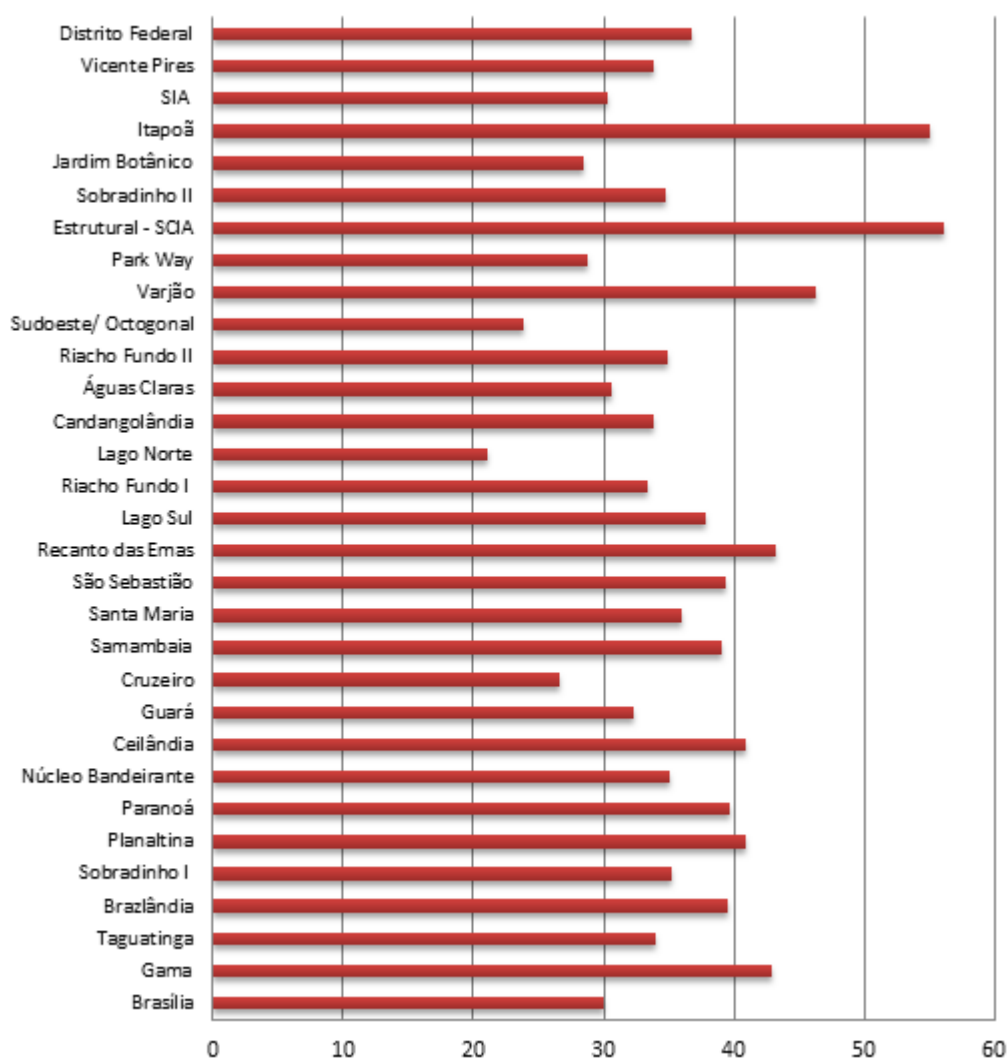


Figura 7 – Razão de Dependência Total das Regiões Administrativas do DF em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Observa-se que as três RAs que apresentam maiores proporções de população dependente, acima de 45% da população, são as três RAs de menor Renda Domiciliar Média Mensal *per capita*: Estrutural, Itapoã e Varjão. Na Estrutural e no Itapoã, inclusive, a maioria da população é dependente de uma minoria que trabalha. De fato, encontramos a Razão de Dependência Total acima de 50%. Temos, portanto, menos de 50% da população para sustentar mais de 50% de população dependente.

Sabemos, ademais, que dentre os grupos etários determinados, a proporção da população de 0 a 14 anos é grande nestas RAs: Estrutural, que apresenta nada menos do que 35% de sua população nesta faixa, enquanto Itapoã apresenta 34%. Por outro lado, apresentam apenas 0,75% e 1,65% com 70 anos ou mais, respectivamente, conforme Tabela 11.

Por outro lado, RAs como Lago Norte e Sudoeste/Octogonal apresentam as menores proporções (abaixo de 25%) de dependentes em relação ao grupo etário de 15 a 69 anos, potencialmente ativo. São estas as RAs de renda muito alta. Até 30% de Dependentes Totais temos, ademais, Cruzeiro, Jardim Botânico, Park Way, Brasília. São todas RAs de renda alta.

Tabela 11 – Grandes grupos etários nas Regiões Administrativas do DF em 2011

Nome RA	Id% 0-14a	Id% 15-69a	Id% 70+
Brasília	12,80	87,25	10,24
Gama	20,53	79,54	9,48
Taguatinga	16,42	83,63	8,93
Brazlândia	24,38	75,81	3,97
Sobradinho I	17,37	82,78	8,68
Planaltina	23,91	76,14	5,12
Paranoá	25,33	74,88	3,15
Núcleo Bandeirante	18,20	82,21	7,82
Ceilândia	24,47	75,56	4,56
Guará	15,71	84,38	8,69
Cruzeiro	13,64	86,66	7,39
Samambaia	24,79	75,26	3,30
Santa Maria	23,20	76,88	3,29
São Sebastião	26,49	73,62	1,76
Recanto das Emas	27,72	72,35	2,47
Lago Sul	12,04	88,28	15,40
Riacho Fundo I	19,99	80,27	5,03
Lago Norte	9,38	90,90	8,03
Candangolândia	19,59	80,98	5,74
Águas Claras	19,61	80,48	3,85
Riacho Fundo II	23,34	76,90	2,59
Sudoeste/ Octogonal	14,42	85,77	4,91
Varjão	29,68	71,29	2,13
Park Way	15,85	84,63	6,53
Estrutural - SCIA	35,26	65,01	0,75
Sobradinho II	21,90	78,20	3,90
Jardim Botânico	17,41	82,99	4,83
Itapoã	33,88	66,28	1,65
SIA	22,55	81,27	1,37
Vicente Pires	21,77	78,37	3,56
Distrito Federal	21,32	78,69	5,57

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Assim temos que, no DF, as RAs de maiores renda apresentam significativamente menores proporções de população dependente (entre 20 a 30%) enquanto as RAs de menor renda no DF apresentam importantes proporções de população dependente, inequivocamente jovem, constituindo populações com importantes níveis de vulnerabilidade. As análises integradas, utilizando Indicadores de Renda e níveis de Escolaridade, entre outros, permitem explicitar a questão da vulnerabilidade socioeconômica e localiza-la no território.

O Índice de Envelhecimento ou Índice do Idoso apresenta a razão entre os extremos da pirâmide etária, isto é, a razão entre a população de 70 anos ou mais em relação à população com menos de 15 anos. Este indicador importa para a definição de políticas públicas específicas para grupos etários, em função da idade. Aponta, ademais, as populações jovens que em até 15 anos estarão aptas a entrar no mercado de trabalho, permitindo o estabelecimento de condições estruturais e conjunturais mais adequadas à redução de vulnerabilidade etária com menores riscos de vulnerabilidade social.

Encontramos no DF as Regiões Administrativas do Lago Sul, Lago Norte e Brasília com as mais altas proporções de idosos, com destaque ao Lago Sul, que apresenta 15,4% de sua população no grupo etário com 70 anos ou mais. São, ademais, RAs de renda muito alta. No outro extremo, com menores índices de Envelhecimento temos Estrutural, com apenas índice de 2,11 devido a apenas 0,75% da população acima de 69

anos. Próximo a este valor, temos Itapoã, SIA, Varjão e São Sebastião. Logo na sequência temos RAs com Índice de Envelhecimento entre 10 e 20 % da população: Riacho Fundo II, Samambaia, Paranoá e Santa Maria. São RAs de baixa RDMM *per capita*. Guara I, Cruzeiro, Taguatinga, Sobradinho I, Gama, Park Way apresentam Índice de Envelhecimento entre 40 a 60%.

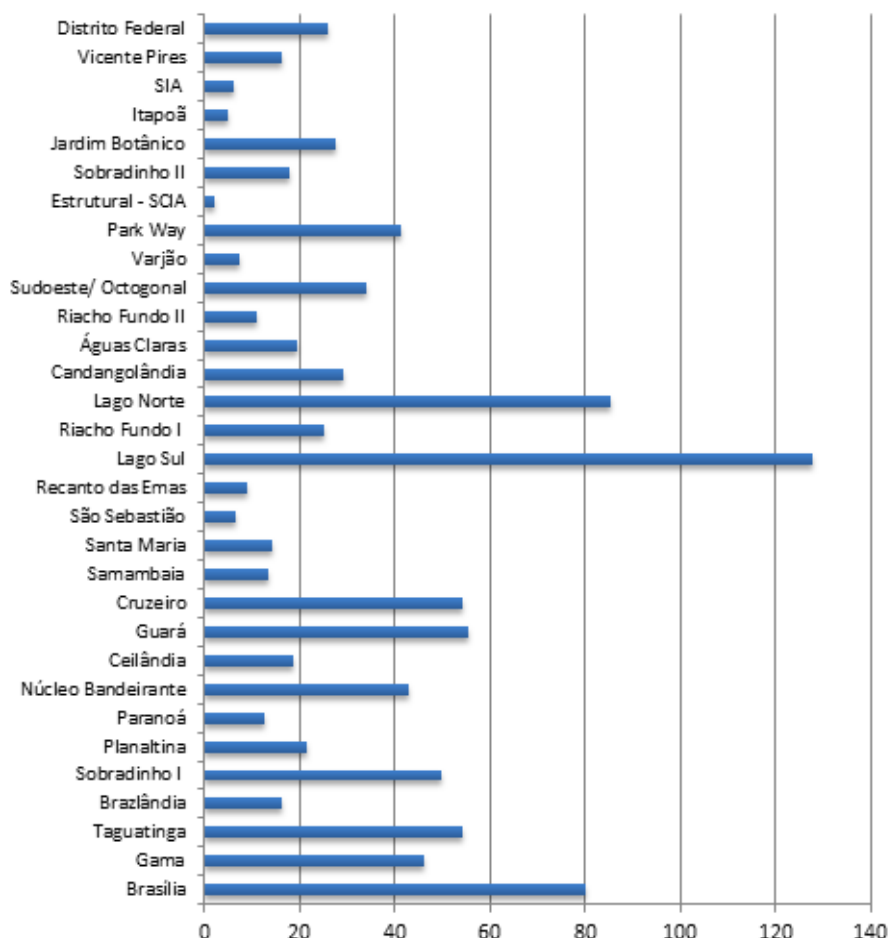


Figura 8 – Índice de Envelhecimento das Regiões Administrativas do DF em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Ressalte-se que estes índices estão em seus valores mínimos posto que utilizamos um ponto de corte de 69 anos e não 65 anos, estendendo portanto o segundo grande grupo etário (15 a 69 anos) e reduzindo o terceiro (70 anos ou mais).

- **Qual a renda domiciliar média mensal por RA?**

Assumimos, no presente estudo, o parâmetro “*renda domiciliar mensal per capita*” como central nas análises das dinâmicas socioeconômicas, pois ele permite uma aproximação do poder aquisitivo e, com isto, todas as decorrências necessárias à análise, tais como recursos para assegurar a manutenção do domicílio, estudos, transporte e lazer, dentre outros.

No intuito de aprofundar as análises, os dados disponíveis foram reorganizados para a segmentação da renda média mensal domiciliar por RA e Municípios do Entorno imediato, de forma a tornar visíveis as similaridades e diferenças entre as localidades.

A renda média mensal domiciliar *per capita* no DF foi de R\$ 1.319,00 (hum mil, trezentos e dezenove reais), segundo a PDAD/2011. Já nesta análise, observa-se uma diferença de 18 (dezoito) vezes, entre a RA-XVI/Lago Sul (R\$ 5.756,00) e a RA-XXV/Estrutural-SCIA (R\$ 306,00). A figura abaixo apresenta as localidades distritais, conforme a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita*.

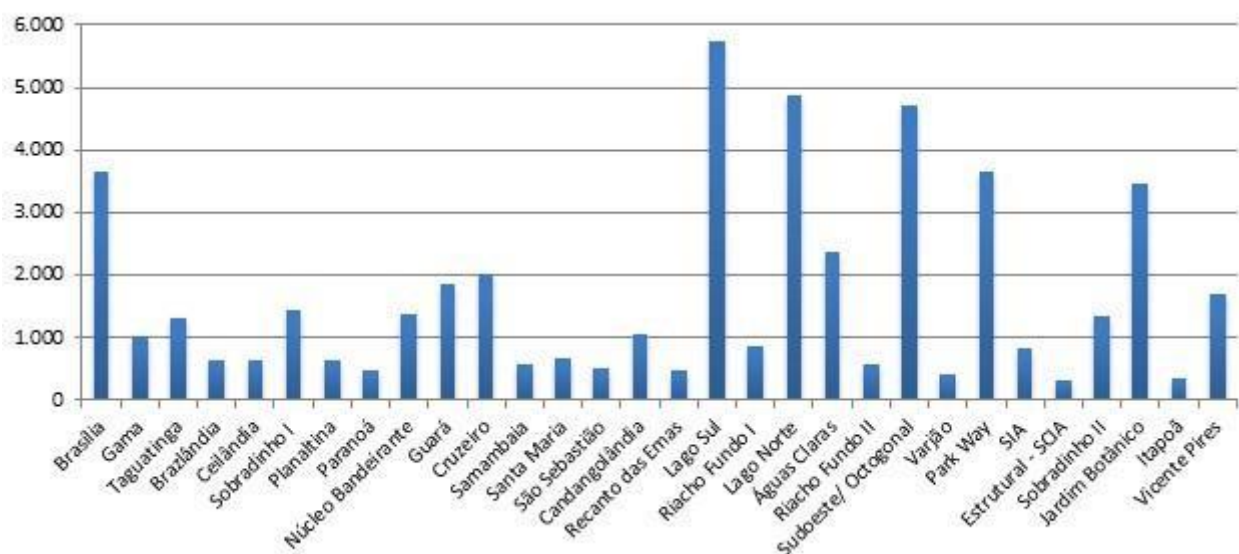


Figura 9 – Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita* das 30 Regiões Administrativas do DF

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Os resultados mostram grande assimetria de renda no DF, segundo as localidades.

Dada esta profunda assimetria, observada à luz deste parâmetro, as RAs foram classificadas com base nas faixas de renda domiciliar média mensal *per capita* e agrupadas em sete grupos. As Regiões Administrativas foram, então, alinhadas de forma decrescente, com base no parâmetro de renda selecionado, de modo a possibilitar as similaridades e diferenças entre as RAs, conforme figura a seguir:

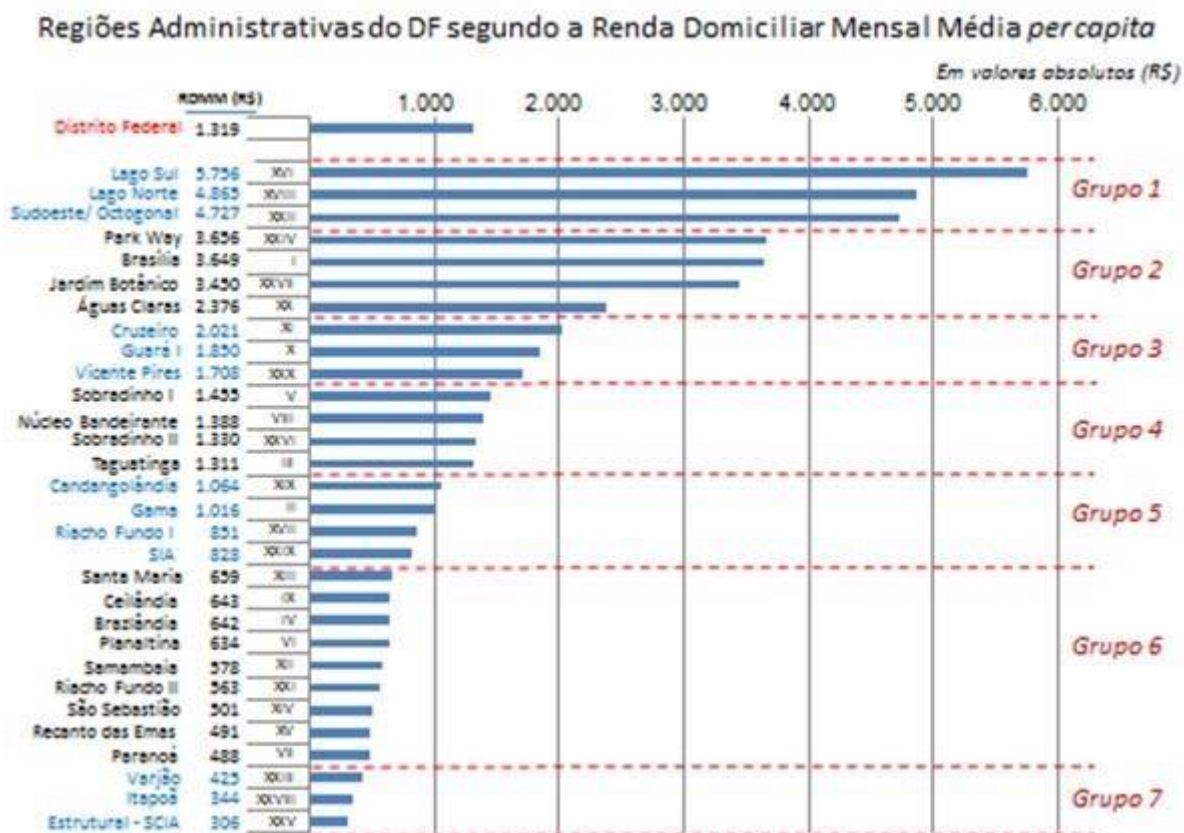


Figura 10 – Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita* em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Observa-se que, no Distrito Federal, três das 30 regiões administrativas pesquisadas apresentavam renda média mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 450,00 (Grupo 7): Varjão (R\$ 425,00), Itapoã (R\$ 344,00) e Cidade Estrutural (R\$ 306,00). Isto corresponde a 97.529 habitantes (3,82% da população) ou 24.663 domicílios (3,15% dos domicílios) do DF em 2011.

Ademais, oito das 30 regiões administrativas apresentavam os maiores rendimentos domiciliares mensais médios *per capita*, superiores a R\$ 2.300,00: Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way, Brasília, Jardim Botânico e Águas Claras (Grupos 1 e 2). Isto corresponde a 478.133 habitantes (18,71% da população) ou 175.740 dos domicílios do DF (22,41 % do total) em 2011.

Entre estas duas grandes faixas, temos, por um lado, os Grupos 3, 4 e 5, apresentando RDMM *per capita* entre R\$ 2.021,00 (RA-XI/Cruzeiro) e R\$ 828,00 (RA-XXIX/SIA) e correspondentes a onze RAs, com 761.629 habitantes (29,80% da população) ou 232.899 domicílios (29,70 % do total) no DF em 2011.

Por outro lado, temos nove RAs agrupadas como Grupo 6, com RDMM *per capita* variando de R\$ 659,00 (RA-XIII/Santa Maria) a R\$ 488,00 (RA-VII/Paranoá), o que corresponde a 1.176.431 habitantes (46,02% da população) ou 339.030 domicílios (43,24%) do DF em 2011. Mais informações podem ser encontradas no Anexo, que apresenta tabelas com a Renda Média Domiciliar Média Mensal (RDMM) e a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita* (destacada), ambas em valores absolutos e em salários mínimos, bem como o Índice de Gini (expressão da concentração de renda), por RA no DF em 2011.

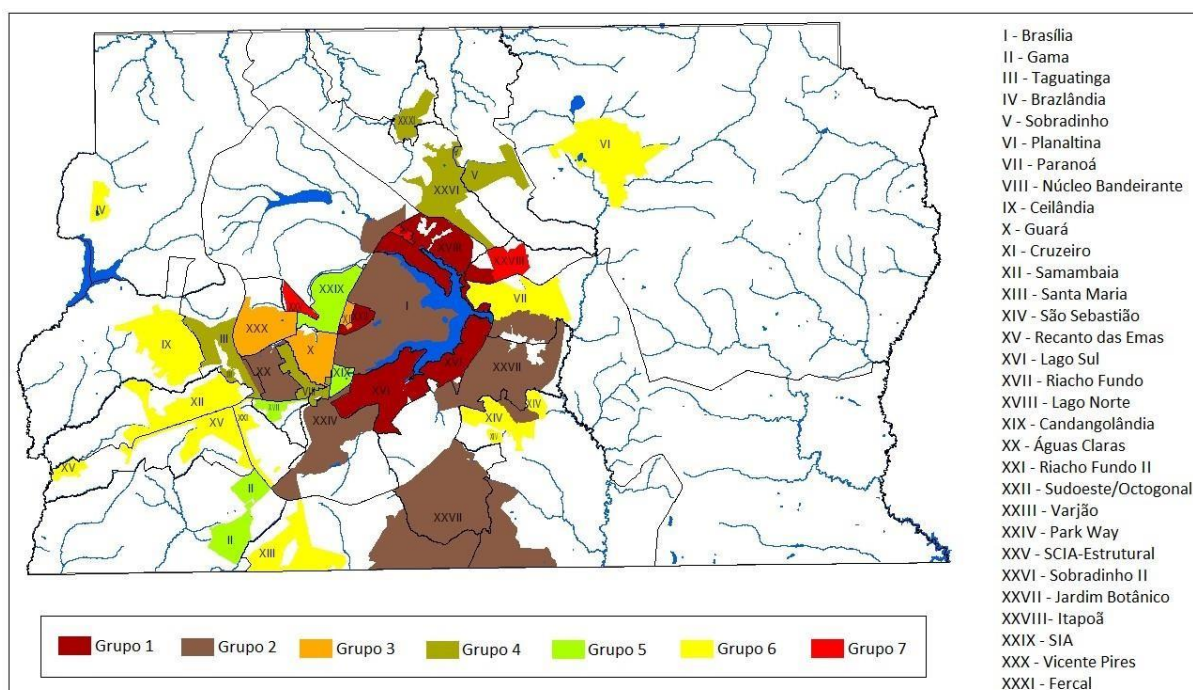


Figura 11 – Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita* em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A assimetria na distribuição da renda domiciliar pode ser verificada historicamente no DF, a exemplo dos dados da Pesquisa OD, da Secretaria de Transportes, no contexto do PDTU/2009. Para simples efeito da comparação, observando a renda domiciliar média mensal (não *per capita*) em valores nominais, observa-se uma diferença de 19 vezes entre a renda encontrada entre as RA-XVI, Lago Sul, e RA-XXV, Estrutural.

Tabela 12 – Regiões Administrativas com maior e menor Renda Domiciliar Média Mensal em 2009

Região Administrativa	Nº	Renda Domiciliar Média Mensal (R\$) (valores de 2009)
Lago Sul	RA-XVI	14.866,00
Estrutural - SCIA	RA-XXV	780,00

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

Ademais, neste estudo, é possível verificar a situação dos domicílios do Entorno imediato. A renda média mensal domiciliar (não *per capita*) da população do DF foi, em 2009, de R\$ 4.454,23 enquanto das cidades do Entorno foi de R\$ 1.603,00 (tabela abaixo). A diferença foi, portanto, de 2,78 vezes maior no DF, em relação a dos oito municípios do Entorno imediato. Estes, aliás, encaixam-se todos nos blocos de menor renda (G6 e G7).

Tabela 13 – Renda Média Mensal Domiciliar das cidades do Entorno em 2009

Agrupamento RAs por faixa de Renda Mensal Domiciliar	Cidade	Renda Média Mensal Domiciliar Em R\$ de 2009	Renda Média Mensal Domiciliar Em SM de 2009
6º grupo	Valparaíso - GO	2.143,00	4,61
	Formosa	1.890,00	4,06
	Cidade Ocidental	1.625,00	3,49
	Luziânia	1.542,00	3,32
	Novo Gama	1.488,00	3,20
	Santo Antônio do Descoberto	1.441,00	3,10
7º grupo	Planaltina - GO	1.312,00	2,82
	Águas Lindas de Goiás	1.252,00	2,69
Total	Total	1.603,00	3,45

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)
Salário Mínimo de R\$ 465,00

Planaltina e Águas Lindas de Goiás apresentavam renda média mensal domiciliar inferior a três salários mínimos, com 224.778 habitantes, ou seja, 27,3% da população do Entorno imediato, à época, considerando-se estes oito municípios. Ademais, nenhuma das outras seis cidades possuía rendimento mensal médio por domicílio superior a cinco salários mínimos.

2.4.2 - Bloco 2 - Aproximação a potencialidades e vulnerabilidades da força de trabalho no DF a partir da análise da escolaridade da população

O grau de instrução das populações estudadas a partir de dados da Pesquisa OD/PDTU, e considerando a situação de renda, indica importantes diferenças entre as populações do DF e Entorno imediato.

Há uma predominância de população no DF (cerca de 40%) com escolaridade até o primeiro grau completo, um terço da população (31%) com até o ensino médio e um quinto (21%) da população possui pelo menos ensino superior, conforme apresentado a seguir:

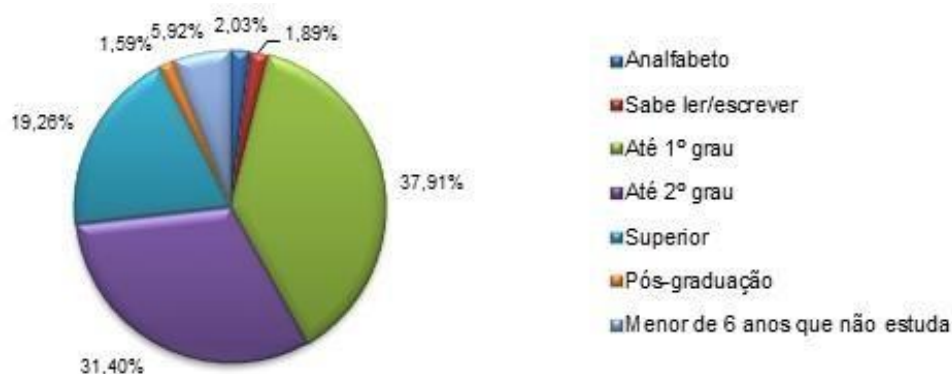


Figura 12 – Grau de instrução da população residente do DF em 2009

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009), modificado pelo GT-4, ZEE-DF (2014)

Na população do Entorno imediato, mais da metade da população (51%) tem ensino fundamental completo, um terço (30,2%) da população tem ensino médio e menos de 5% tem pelo menos ensino superior. A população analfabeta ou que apenas sabe ler e escrever é de 6%, enquanto, no DF, temos menos de 4% neste segmento.

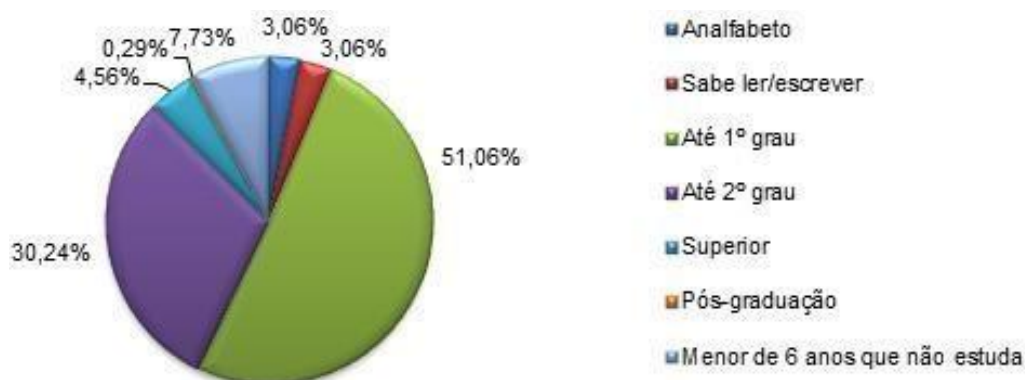


Figura 13 – Grau de instrução da população residente das cidades do Entorno imediato em 2009

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009), modificado pelo GT-4, ZEE-DF (2014)

Tabela 14 – Grau de instrução da população residente no DF e no Entorno em 2009

Grau de Instrução	Entorno (%)	DF (%)
Menor de 6 anos que não estuda	7,73	5,92
Analfabeto	3,06	2,03
Sabe ler/escrever	3,06	1,89
Até 1º grau ou Ensino Fundamental	51,06	37,91
Até 2º grau ou Ensino Médio	30,24	31,40
Superior	4,56	19,26
Pós Graduação	0,29	1,59

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009), modificado pelo GT-4, ZEE-DF (2014)

É importante destacar que, em 2009, a população do Entorno imediato (822.171 habitantes constituía 1/3 da população residente no DF, que totalizava 2.490.737 habitantes). Se considerarmos a população total destas localidades (3.312.908 habitantes), teremos uma proporção de 3/4 no DF e de 1/4 no Entorno, desta população total.

Atualizando os dados do DF para 2011, temos a distribuição abaixo. Segundo a PDAD/DF 2011, a população do Distrito Federal era de 2.556.149 habitantes.

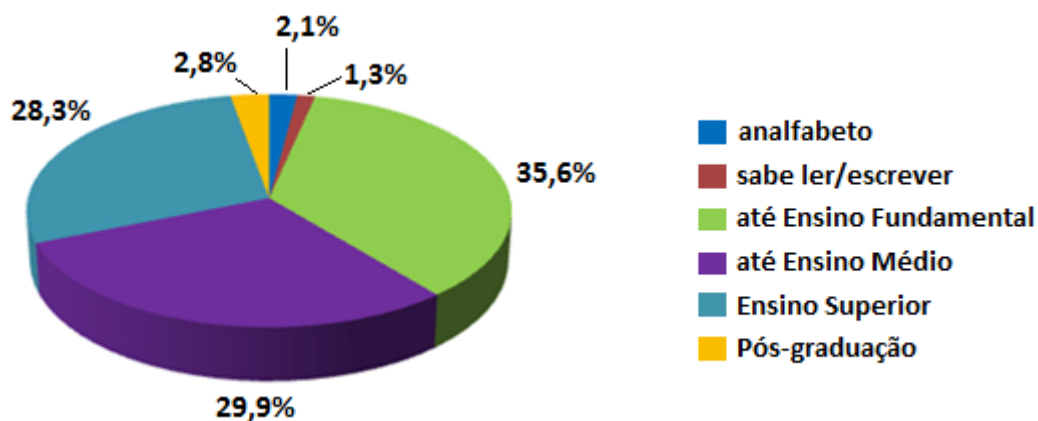


Figura 14 – Grau de instrução da população residente do DF em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Na classe *Pós Graduação*, considerou-se a *Especialização*, o *Mestrado* e o *Doutorado*.

As classes “*Analfabeto*” e “*Sabe Ler/Escrever*” mantiveram as ordens de grandeza, embora apresentem alguma alteração. Observamos um aumento relativo da participação das classes *Ensino Superior* (de 19,26% para 28,3%) e *Pós Graduação* (de 1,59% para 2,8%), expressando maior qualificação da população. Por outro lado, observamos uma redução relativa na participação das classes de escolaridade básica (Ensino Fundamental, de 37,91% para 35,6%) e média (Ensino Médio, de 31,4% para 29,9%).

Verifica-se que redução relativa da classe de ensino médio não teve um aumento correspondente o que pode indicar que parcela da população abandonou os estudos após ou durante o ensino fundamental.

Existem importantes diferenças entre as populações do DF e Entorno imediato, que podem trazer indicações para as análises integradas, a construção das UTBs Socioeconômicas e, posteriormente, contribuir para a proposição das Unidades de Intervenção:

➤ Os quantitativos de população com até o Ensino Médio completo são praticamente equivalentes em termos percentuais no DF (782.091 habitantes) e no Entorno imediato (248.625 habitantes). Juntos DF e Entorno apresentam quase um milhão e meio de pessoas (1.364.030 habitantes) com até o Ensino Médio completo, ou seja, 41,17% da população total do DF e Entorno imediato (PDTU/2009).

➤ A diferença de maior destaque entre as duas regiões estudadas é, por um lado, a presença no DF de um quantitativo importante de população com formação superior (20,85%), o que corresponde a mais de meio milhão de habitantes (519.319 habitantes), em 2009. O quantitativo é modesto no Entorno, com menos de 40 mil pessoas (PDTU/2009).

➤ Em termos da população com Ensino Fundamental, em que pese o percentual ser menor no DF (37,91%), o contingente populacional do mesmo corresponde a 944.238 habitantes, mais do dobro do contingente populacional do Entorno, com o mesmo nível de escolaridade (419.801 habitantes).

➤ Ademais, o contingente de população de menores de seis anos que não estuda é maior no Entorno. A análise complementada pela apreciação da renda domiciliar média parece indicar uma população com certa vulnerabilidade. De fato, os municípios do Entorno imediato comparecem nos Grupos 6 e 7 das faixas de renda domiciliar média, isto é, de 5,07 a 1,68 salários mínimos (em valores de 2009), correspondentes às menores faixas do DF. A ausência de infraestrutura voltada para esta faixa de renda no Entorno torna a situação ainda mais crítica.

Assim, os municípios do Entorno imediato não são a única – nem a maior – fonte de trabalhadores com baixa escolaridade. Observa-se um contingente importante de mão de obra potencial, atualmente com baixo nível de escolaridade, mas com potencial imediato para cursos técnicos profissionalizantes, no DF. Trata-se de uma população de 1.364.039 habitantes com até o Ensino Fundamental completo.

Há, ademais, um contingente importante com condições imediatas de ingressar ou concluir cursos técnicos profissionalizantes, desde que haja uma política de geração de emprego e renda e, em última instância, de desenvolvimento econômico sustentável no território. Trata-se de um contingente adicional de mais de um milhão de pessoas com até o Ensino Médio completo, no DF. Isto significa que já há público potencial para escolas técnicas, pronto para uma formação profissionalizante, em ambas as regiões, não apenas no Entorno.

A imagem a seguir, apresenta a distribuição das escolas no meio rural do Distrito Federal de acordo com a classe de ensino, em oito Regiões Administrativas, que atendem a 18.184 alunos (dados de 2012).

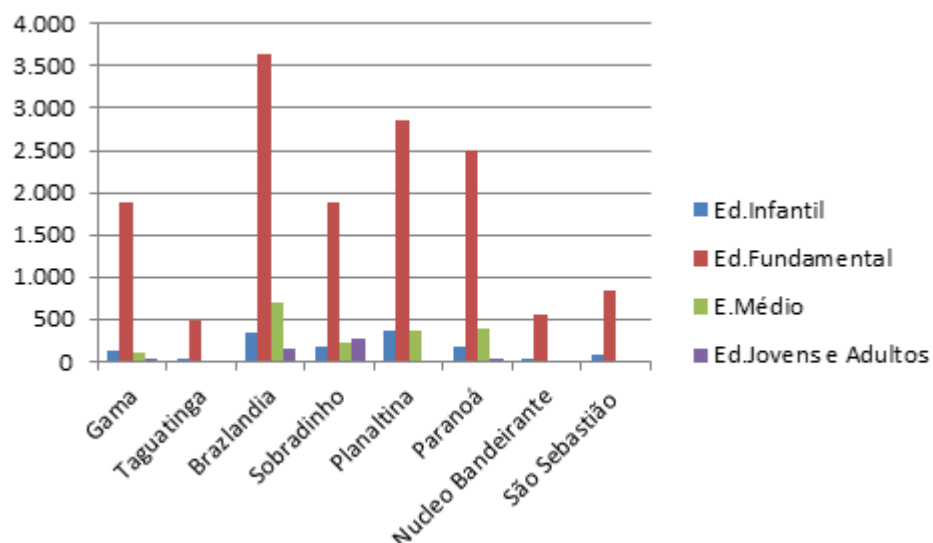


Figura 15 – Escolas no meio rural do DF, segundo classes de ensino, em 2012

Fonte: Secretaria de Educação do DF, em julho/2012

Seguindo outra linha de raciocínio, considerando a interdependência dos espaços rural e urbano e tendo em vista o fluxo migratório das populações, de suas residências para os locais de trabalho, principalmente no meio rural, deve-se levar em conta que uma RA com maior número de residentes alfabetizados não é necessariamente a mesma a empregar essa mão-de obra melhor qualificada.

A análise do problema deve incluir uma avaliação dos níveis de qualificação necessários para as atividades econômicas em execução, ou programadas, nas diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal. Deve ser avaliado se as instituições de educação atendem às necessidades existentes, tanto em conteúdo programático quanto à sua capacidade e localização. Em outras palavras: Existem escolas técnicas adequadas às necessidades locais? As áreas de formação são compatíveis com a região e o nível de tecnologia recomendado?

2.4.3 - Bloco 3 - As atividades econômicas das Regiões Administrativas e a existência de polos geradores de emprego no DF: onde estão os empregos no DF por faixa de renda e por RA

- **Qual a estrutura de postos de trabalho no DF?**

Em 2011, a população no Distrito Federal era de 2.556.149 de habitantes (PDAD/2011), sendo 1.078.261 habitantes (42,18%) com atividade remunerada.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, fonte das informações desta análise, é realizada nas residências urbanas, consequentemente, quando perguntado ao residente em que atividade trabalha, a resposta não indica em qual RA ele exerce sua atividade laboral. Contudo a pesquisa identifica quais atividades empregam mais trabalhadores. Assim, com base nas informações levantadas pela PDAD/2011 podemos tecer uma análise quanto à ocupação por atividade profissional no Distrito Federal.

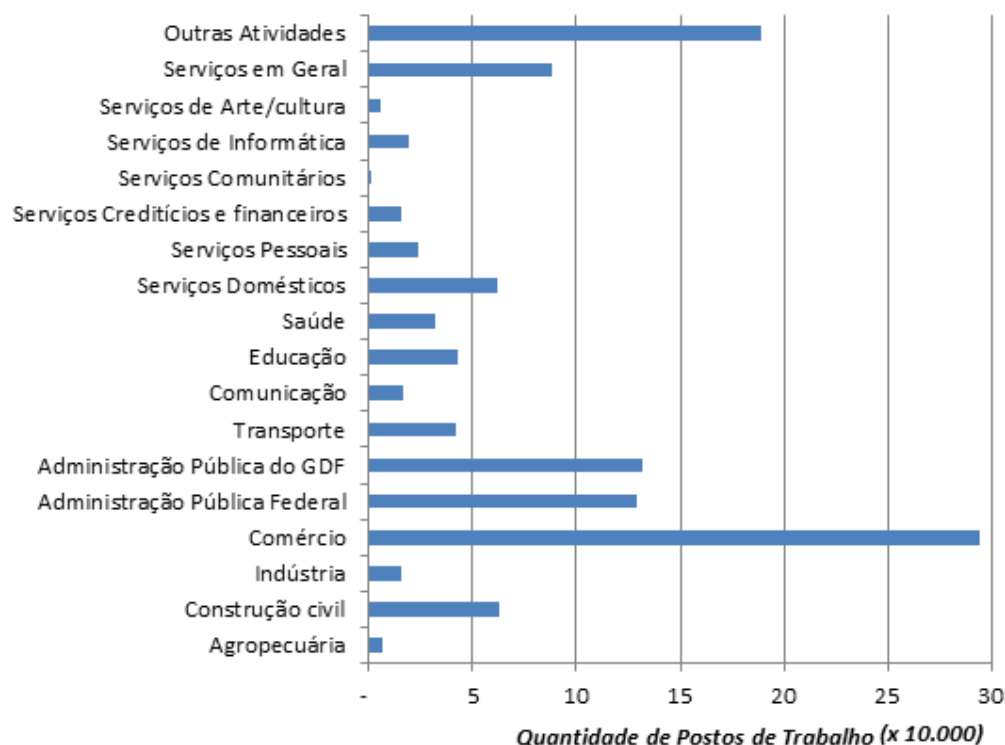


Figura 16 – Total de empregados por tipo de atividade no DF em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

De um total de 1.177.944 postos de empregos, observamos que a maior participação advém da atividade de *Comércio*, com 294.268 empregos (24,98%), seguida de *Administração Pública*, que soma 261.294 empregos (22,19%) e *Serviços em Geral*, com 87.855 empregos (7,46%).

A maioria dos postos de trabalho da Administração Pública corresponde à Administração Pública Distrital. A *Administração Pública Federal* corresponde a 49,2% dos postos de trabalho da Administração Pública, enquanto 50,6% são da *Administração Pública do GDF*.

Em termos de *Serviços*, com exceção dos *Serviços Domésticos* (5,2%) e dos *Serviços em Geral* (7,5%), as atividades de *Serviços de Arte/Cultura*, *Informática*, *Comunitários*, *Creditícios/ Financeiros*, e *Pessoais* respondem individualmente por menos de 5% do total de postos de empregos. Dada a grande diversidade de níveis de escolaridade demandados pelos diferentes tipos de serviços, não foi possível fazer uma análise de conjunto. De fato, *Serviços Creditícios e Financeiros* (1,3%) relacionada a bancos, exige formação superior enquanto os *Serviços Domésticos* e em *Geral*, que somam 5,7% dos postos de trabalho, exigem bem menor qualificação. A figura a seguir apresenta a participação relativa por Atividade Econômica:

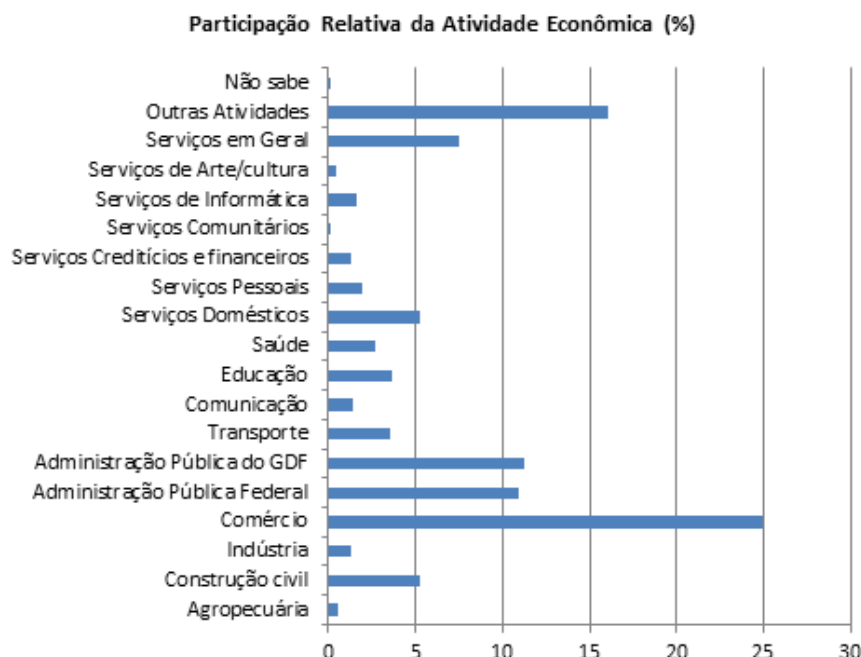


Figura 17 – Participação relativa das atividades econômicas no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Uma parte importante dos trabalhadores residentes no DF está empregada na Região Administrativa I – Brasília (Plano Piloto), com 44,5%. Desse total de trabalhadores, a maioria (34,4%) está empregada no *Serviço Público* (21,0% no S.P./Federal e 13,4% no S.P./GDF). Em seguida, ainda nesta RA, apresenta-se o Setor *Comercio*, propiciando ocupação para 17,3% dos trabalhadores da localidade. Assim sendo, na RA-I, enquanto as maiores participações relativas estão no *Serviço Público* (34,4%) e *Comercio* (17,3%), ainda temos 48,3% dos empregados trabalhando em outras atividades de menor contribuição relativa, indicando que (i) constitui-se um polo gerador de empregos; (ii) há uma diversidade de trabalhos nesta RA.

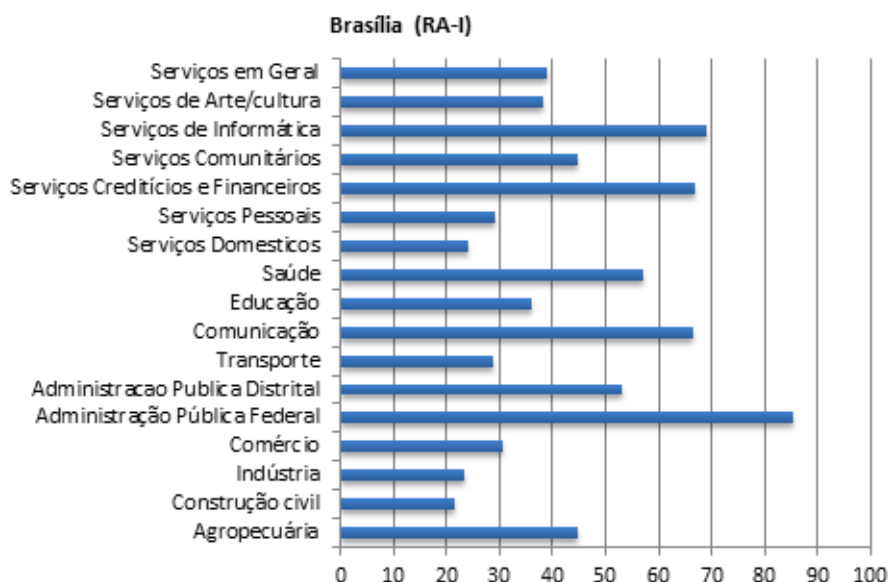


Figura 18 – Proporção de trabalhadores residentes na RA-I (Brasília) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A Região Administrativa de Taguatinga aparece como a segunda localidade com maior número de postos de trabalho ofertados, representando 8,4% na composição do total do Distrito Federal. Nesta RA, o destaque é para os setores *Comércio* (12,8%), *Indústria* (12,0%), *Saúde* (11,6%), e *Educação* (11,0%). A RA apresenta 10,0% da população empregada em *Serviços Pessoais*; 9,2% com *Serviços Creditícios/Financeiros*; 9,7% em *Serviços em Geral*; 8,0% em *Serviços de Arte/Cultura*; e 7,5% em *Serviços Domésticos*. Temos, portanto, um ³⁰ perfil de atividades econômicas muito distinto da RA-I e bastante diversificado. Nesta RA-III, as quatro principais atividades econômicas (individualmente empregadoras de mais de 10% dos trabalhadores) respondem, juntas, por 47,4% dos trabalhadores empregados residentes. A Figura abaixo apresenta a síntese, ressaltada a alteração da escala (de 100% para 25%).

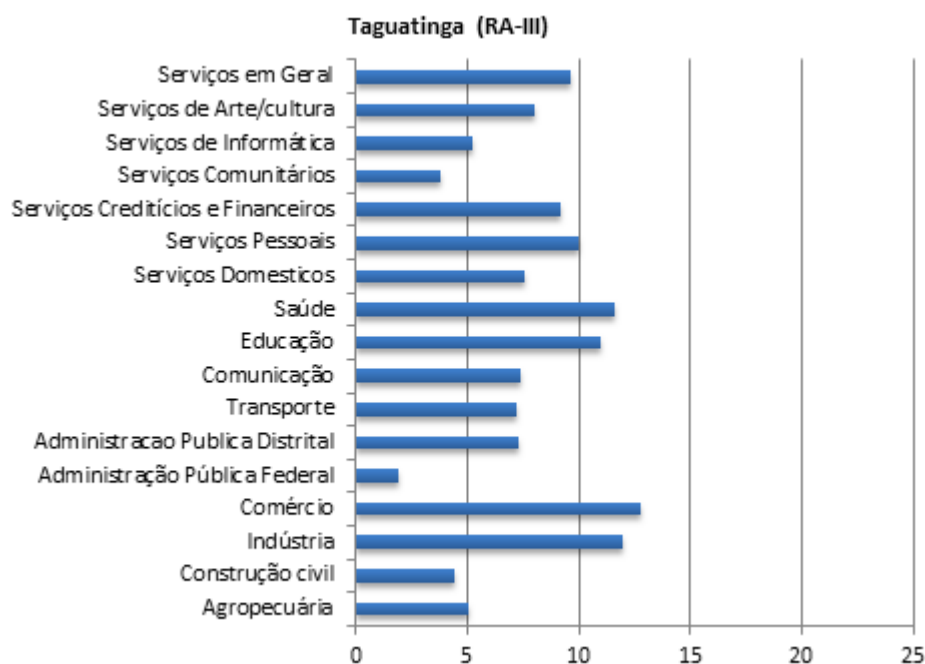


Figura 19 – Proporção de trabalhadores residentes na RA-III (Taguatinga) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A localidade de Ceilândia compõe o grupo das três Regiões Administrativas com maior número de postos de trabalho no Distrito Federal, e é responsável por 6,2% dos seus residentes trabalhadores na composição do total do Distrito Federal. Nesta RA, 10,9% da população esta empregada no *Setor Industrial*; seguida de *Serviços Educacionais* (9,9%), nas atividades *Comerciais* (9,5%). Completando o grupo de trabalhadores dos quatro principais setores de atividades, são 8,2% ocupados nas atividades de *Serviços Pessoais*; e 7,6% ocupado em *Serviços de Arte/Cultura*. As quatro principais atividades econômicas respondem por 38,5% dos trabalhadores. A Figura abaixo apresenta a síntese, ressaltada a alteração da escala (de 100% para 25%).

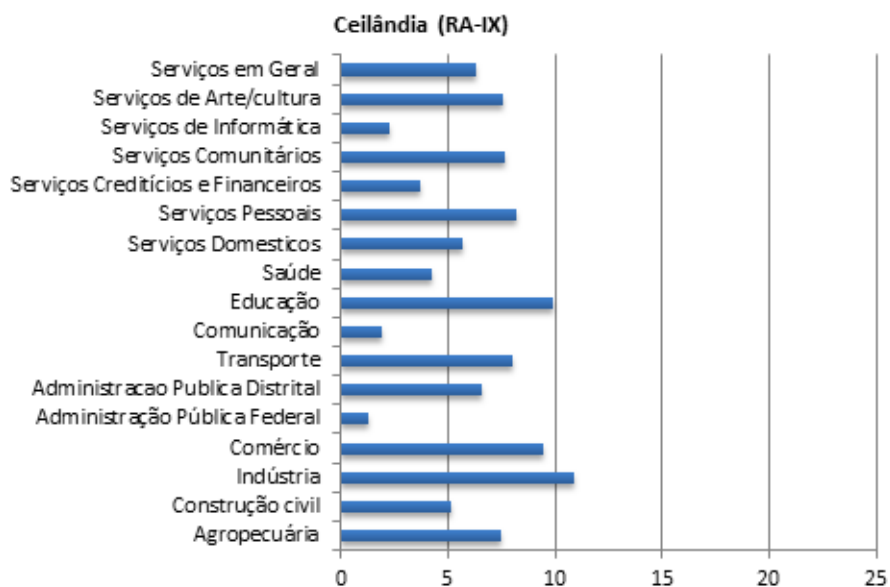


Figura 20 – Proporção de trabalhadores residentes na RA-IX (Ceilândia) em relação ao total de trabalhadores residentes no DF, empregados nas diversas atividades econômicas

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Observa-se, assim, que nestas três localidades (RAs de Brasília, Taguatinga e Ceilândia) concentram 59,1% dos trabalhadores empregados da Capital do País, com destaque para a RA- I/Brasília.

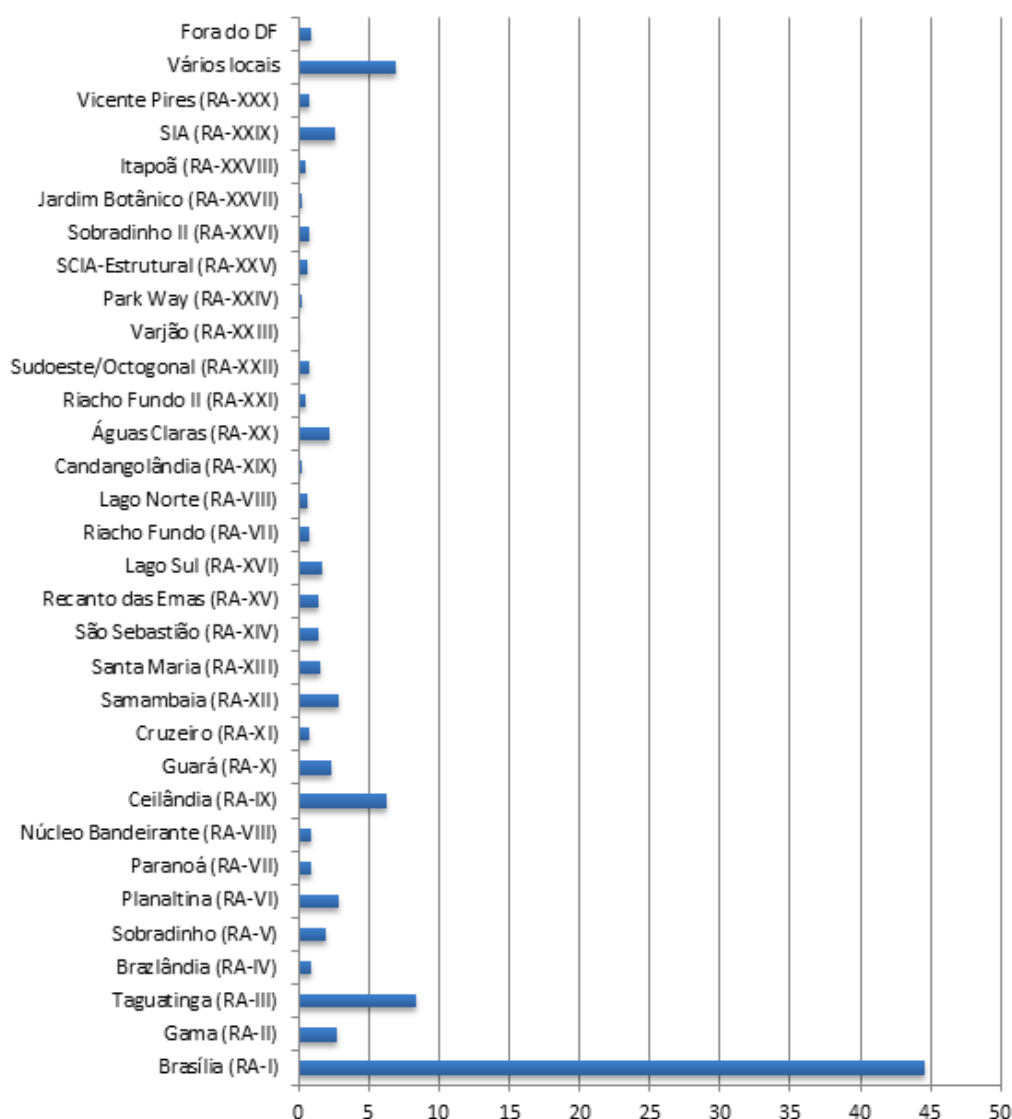


Figura 21 – Participação das RAs quanto à população residente empregada nas diversas atividades econômicas no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Em relação às demais localidades, o que chama atenção é a participação de trabalhadores de *Outras Localidades* (fora do Distrito Federal), com 7,9% dos postos de trabalho total do Distrito Federal. Destes, 31,5% são da Construção Civil.

O setor da Construção Civil empregou 5,32% do total de trabalhadores remunerados do DF. Em relação à RA-I, os empregados da categoria da Construção Civil totalizaram 919 trabalhadores remunerados (0,99%). Quanto à escolaridade, a maioria destes trabalhadores apresentou nível superior (43,53%), 17,4% com médio completo e 13,1% com nível superior incompleto; médio incompleto e fundamental completo.

A participação do Setor Agropecuário do Distrito Federal, em termos de mão de obra ocupada, foi de 0,54% do total de trabalhadores remunerados. Em termos da principal localidade atratora de mão de obra (RA-I Brasília), os empregados na categoria Agropecuária foram de 560 trabalhadores remunerados (0,58%). 77,44 % deste total apresentou nível superior, 14,28% com médio completo e 7,14% com nível superior incompleto e médio incompleto respectivamente.

As figuras abaixo ilustram a ocorrência espacial das atividades de Administração Pública Federal (Figura 22), Comércio (Figura 23), Construção Civil (Figura 24), Serviços Domésticos (Figura 25) e de Serviços em Geral (Figura 26).

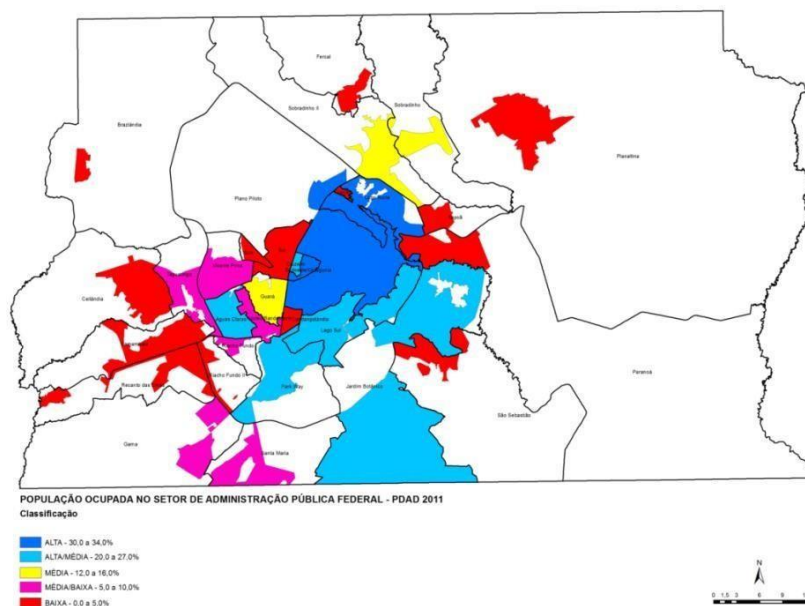


Figura 22 – Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas à Administração Pública Federal no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

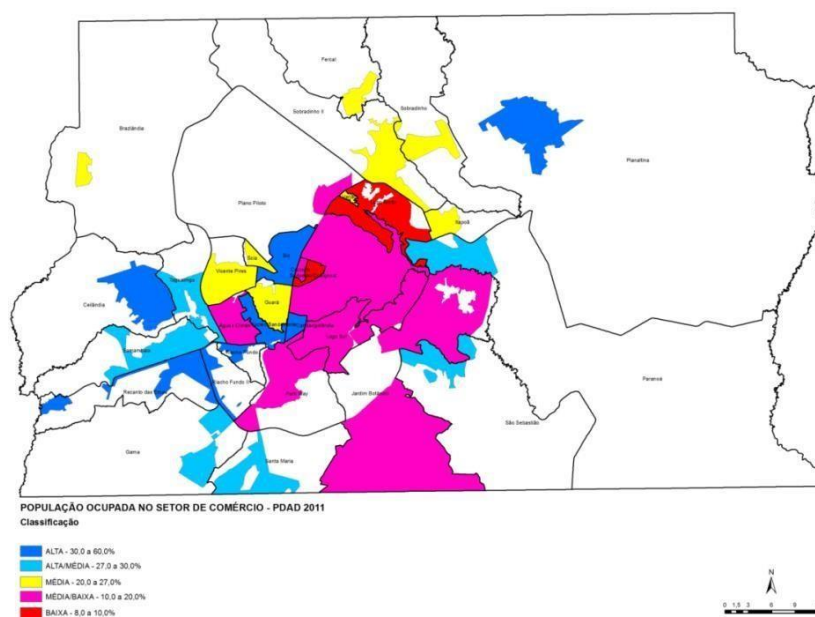


Figura 23 – Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas ao Comércio no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

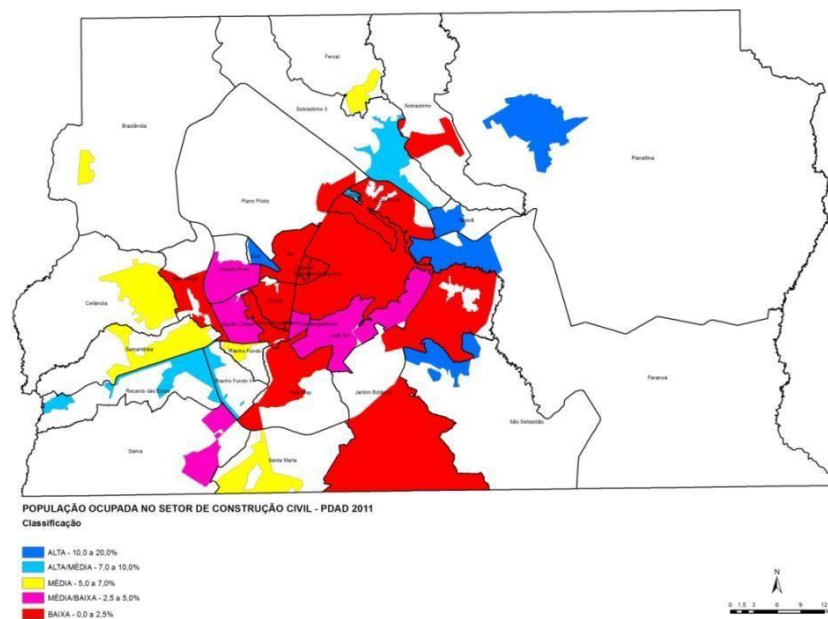


Figura 24 – Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas à Construção Civil no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

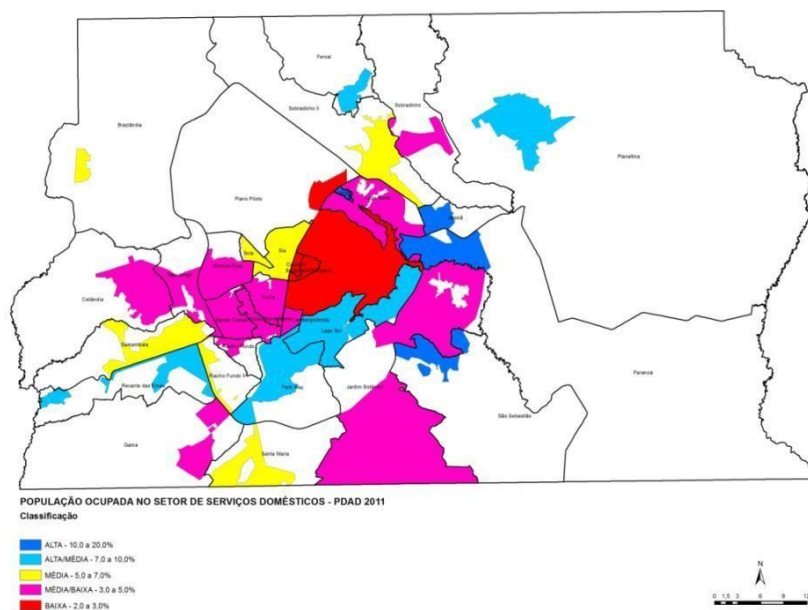


Figura 25 – Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas aos Serviços Domésticos no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

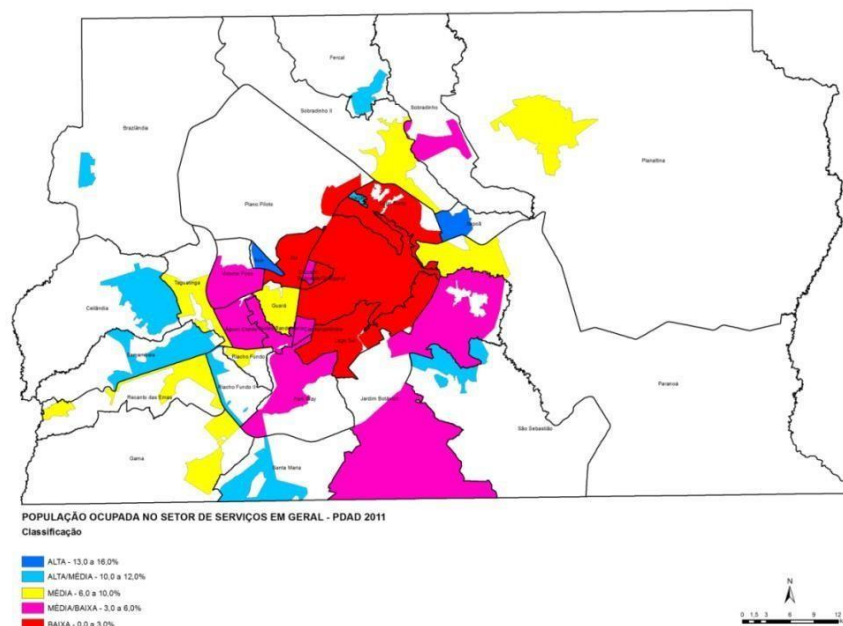


Figura 26 – Ocorrência espacial das atividades econômicas relacionadas a Serviços em Geral no DF
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Estes dados apontam uma hegemonia do setor terciário no DF em termos de postos de trabalhos ocupados e traduzem uma formatação histórica, demonstrando uma situação quase consolidada de prevalência da economia terciária na composição do PIB distrital. Esta é uma informação fundamental para a proposição das Unidades de Intervenção, de modo que as atividades econômicas possam aprofundar construções históricas que valorizem e resgatem o papel de Capital Federal.

- **Quais as movimentações de população em função da localização dos postos de trabalho?**

- Qual quantitativo de população trabalha na RA Brasília?
- Qual quantitativo de população trabalha na própria RA?

O documento “*Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades-Dormitório*”, elaborado em abril de 2013 pela CODEPLAN, aborda parte das preocupações do GT4, elencadas desde o ano passado, no que tange as análises da socioeconomia. As análises do documento estão apresentadas abaixo, mantendo-se em *itálico* apenas os trechos reproduzidos em sua totalidade.

A análise a seguir demonstra a distribuição dos postos de trabalho no Distrito Federal, segundo suas 30 regiões administrativas, com base em informações obtidas na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD/DF-2011.

As informações da fonte mostram as regiões administrativas que apresentavam saldo positivo em termos de oferta de postos de trabalho (número de postos de trabalho superior ao número de pessoas ocupadas residentes na RA) e as regiões administrativas que apresentam saldo negativo, situação exatamente oposta, e que atingia 25 das 30 RAs, caracterizando-as como verdadeiras cidades-dormitório. Constata também a excepcional concentração de postos de trabalho na RA I – Brasília, mais conhecida como Plano Piloto de Brasília.

Em que pese a movimentação de um contingente muito expressivo de população para ocupar os postos de trabalho em algumas RAs, a opção de trabalho do ZEE não está focada na constatação das “verdadeiras cidades dormitórios”, e sim no potencial de dinamização econômica existente na RA incluindo-se a oferta de postos de trabalhos e a qualificação da mão de obra residente na RA.

Deste feito, apesar de termos uma movimentação muito expressiva para a RA-I (Brasília, ou Plano Piloto), dada a oferta de trabalho da ordem de 48% do total, ressalte-se que mais da metade dos postos de trabalho do DF, ou seja, 53%, não estão lá, estão em outras RAs, indicando potenciais econômicos que precisam ser identificados e desenvolvidos no sentido do reequilíbrio na oferta de trabalhos no DF, no curto, médio e longo prazos.

✓ Principais Regiões Administrativas empregadoras do DF

O Plano Piloto (...) aparece como a RA que gera o maior número de postos de trabalho no Distrito Federal, nada menos que 514,5 mil, contingente muito acima da segunda colocada, Taguatinga, com 96,6 mil postos de trabalho. Em seguida aparece Ceilândia, região mais populosa do DF, com 72,5 mil ocupações.

Somente o Plano Piloto concentra 47,7% dos postos de emprego no Distrito Federal. Somadas as dez RAs que mais empregam, temos da ordem de 82,19% dos postos de trabalho do DF. Isto é, 34,49% dos postos são ofertados por nove RAs, com destaque para Taguatinga (8,96%) e Ceilândia (6,73%), seguidas de Samambaia, Planaltina e Gama, SIA, Guará, Águas Claras e Sobradinho, com uma participação da ordem de 2,5 a 3% cada.

A compreensão das características destes postos de trabalho, articuladas com a melhor compreensão da população residente poderá nos permitir indicar potencialidades econômicas ainda não exploradas que possam ser fomentadas através de políticas públicas.

Tabela 15 – Principais Regiões Administrativas empregadoras do DF

Nº	Região Administrativa	Pessoas Ocupadas (número de postos de trabalho)		Pessoas Ocupadas (%)	
		RA	Acumulado	RA	Acumulado
01	Brasília	514.500	514.500	47,72	47,72
02	Taguatinga	96.600	611.100	8,96	56,68
03	Ceilândia	72.530	683.630	6,73	63,41
04	Samambaia	33.000	716.630	3,06	66,47
05	Planaltina	32.940	749.570	3,05	69,52
06	Gama	32.200	781.770	2,99	72,51
07	SIA	29.070	810.840	2,70	75,21
08	Guará	27.180	838.020	2,52	77,73
09	Águas Claras	24.400	862.420	2,26	79,99
10	Sobradinho	23.700	886.120	2,20	82,19
	Demais regiões	192.140	1.078.260	17,81	100,00
	Total	1.078.260	1.078.260	100,00	100,00

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

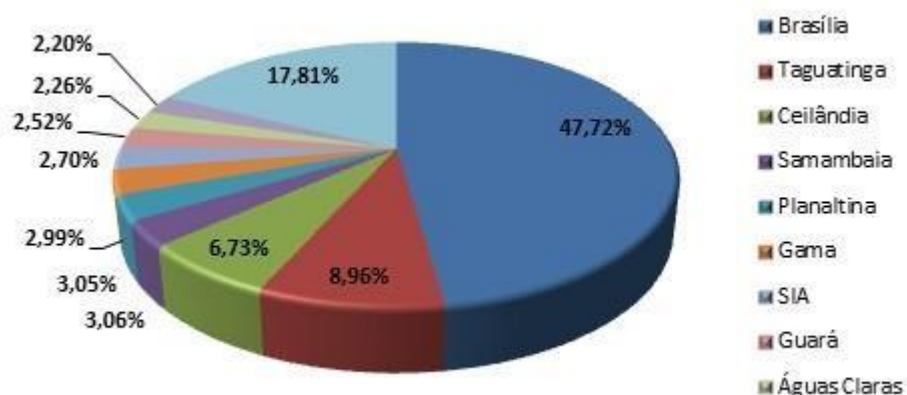


Figura 27 – As principais Regiões Administrativas empregadoras do DF em 2011
Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

Em termos de número total de postos de trabalho, estas RAs representam os principais polos atratores de mão de obra, ou seja, os polos econômicos atuais no DF, com destaque ao Plano Piloto, mas merecendo atenção Taguatinga e Ceilândia, seguidas de outras sete RAs.

No entanto, importa saber os demais subcentros econômicos do DF, a começar pela identificação das RAs mais equilibradas em termos de um maior número de residentes trabalhando na própria RA. A identificação e caracterização não apenas dos polos atratores, mas também dos polos difusores de mão de obra, responsáveis pelo conhecido “movimento pendular diário”, poderá trazer elementos para problemas estruturais no DF, a exemplo da mobilidade e transportes.

✓ **Regiões Administrativas com os maiores e menores percentuais trabalhando na própria RA**

Considerou-se, para a análise, os seguintes pontos de corte:

Tabela 16 – Pontos de corte para a classificação das RAs do ponto de vista da oferta de postos de trabalho

Ponto de corte	Percentuais de postos de trabalho (faixas)
RA importadora de mão de obra (atratora)	<u>Mais de 40 %</u> de trabalhadores domiciliados empregados na própria RA
RA equilibrada (oferta de postos de trabalhos em função da população residente economicamenteativa)	<u>Entre 20% e 40%</u> de trabalhadores domiciliados empregados na própria RA
RA exportadora de mão de obra (difusora)	<u>Menos de 20%</u> de trabalhadores domiciliados empregados na própria RA

A figura a seguir mostra a população ocupada que trabalha na própria RA:

As regiões com os maiores percentuais trabalhando na própria RA (acima de 40%)

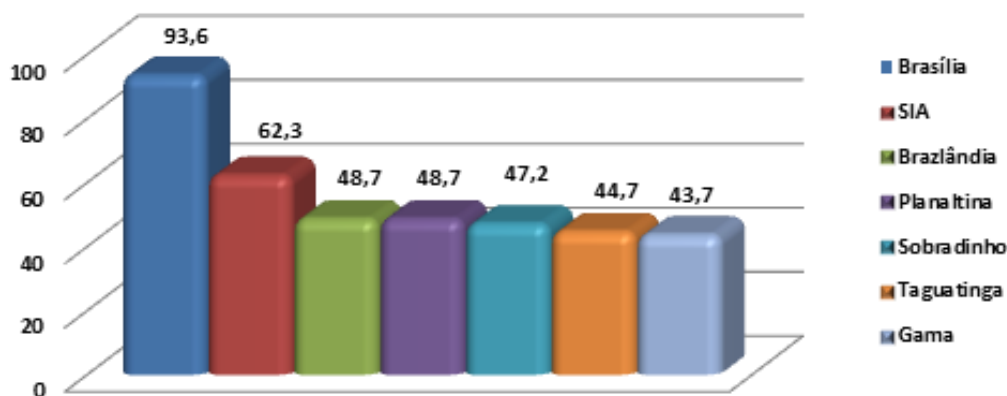


Figura 29 – Regiões Administrativas com os maiores percentuais trabalhando na própria RA (acima de 40%)

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

Algumas RAs, particularmente aquelas que são importantes polos econômicos (casos de Taguatinga, Gama e Sobradinho) e/ou estão localizadas a uma considerável distância do Plano Piloto (casos de Brazlândia e Planaltina), apresentam entre 40% e 50% de sua população ocupada trabalhando na própria região.

Além de Brasília, Taguatinga e Ceilândia, existem algumas outras RAs que constituem subpolos econômicos. O conjunto das informações disponíveis no DF mostra que Gama e Sobradinho também constituem polos que pertencem a estas RAs com maiores percentuais trabalhando na própria RA.

✓ **Regiões Administrativas com os menores percentuais trabalhando na própria RA**

Em relação às Regiões Administrativas com menores percentuais de população residente trabalhando na própria RA, considerando as 28 Regiões Administrativas, em nove RAs esta participação é inferior a 1/5, ou seja, com menos de 20% do contingente ocupado trabalhando na própria RA.

No Lago Norte e no Sudoeste, menos de 8% de seus trabalhadores trabalham na própria região. No Jardim Botânico, este percentual é pouco superior a 10% e em Vicente Pires e Park Way, em torno de 15%. Nas demais quatro regiões, a participação varia entre 17% e 20%.

Deve-se observar que, com a única exceção de Riacho Fundo II, oito entre as nove regiões administrativas são de alta ou de média-alta renda, expressando a reduzida atividade econômica nessas regiões, pois tratam-se de “bairros” eminentemente residenciais e, que têm parcela excepcional de seu pessoal ocupado trabalhando no Plano Piloto, notadamente no setor público (...).

Tabela 18 – Regiões Administrativas com até 20% do contingente ocupado trabalhando na própria RA

Nº	Região Administrativa	(%)
01	Lago Norte	7,4
02	Sudoeste	7,7
03	Jardim Botânico	10,8
04	Vicente Pires	15,0
05	Park Way	15,2
06	Lago Sul	17,5
07	Cruzeiro	18,0
08	Águas Claras	19,2
09	Riacho Fundo II	19,4

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

As regiões com os menores percentuais trabalhando na própria RA (até 20%)

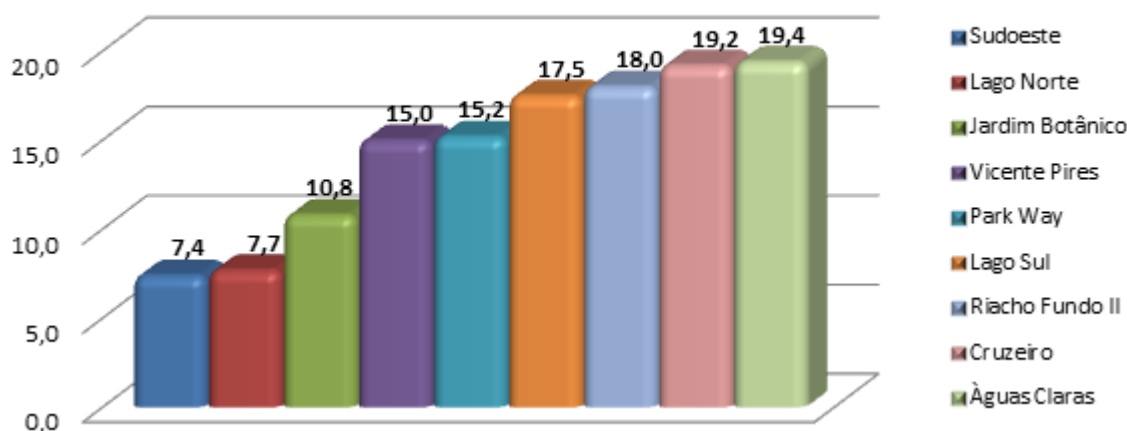


Figura 30 – Regiões Administrativas com os menores percentuais trabalhando na própria RA (até 20%)

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

As demais mantêm certo equilíbrio entre a oferta de postos de trabalho e o contingente ocupado na própria localidade. Nestas RAs, entre 30 a 40 % dos trabalhadores residentes estão empregados na própria RA, minimizando os problemas estruturais decorrentes da migração diária em virtude da jornada de trabalho.

✓ Destino do contingente de trabalhadores que não trabalham na própria RA

➤ Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores

O Plano Piloto é, de forma destacada, a região administrativa que mais atrai trabalhadores de outras regiões. Do total de 666,5 mil pessoas que desenvolvem suas atividades laborais fora da sua região de moradia, nada menos que 63,73% o fazem no Plano Piloto. Na sequência, aparecem Taguatinga e o SIA.

A aparição de regiões de alta renda (Lago Sul e Águas Claras) na relação deve estar relacionada à ampla oferta de emprego na área de serviços domésticos e correlatos, posto que são localidades essencialmente residenciais, com renda média-alta a alta.

Tabela 19 – Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores

Nº	Região Administrativa	Pessoas Ocupadas (número de postos de trabalho)		Pessoas Ocupadas (%)	
		RA	Acumulado	RA	Acumulado
01	Brasília	424.770	424.770	63,73	63,73
02	Taguatinga	59.420	484.190	8,92	72,65
03	SIA	28.210	512.400	4,23	76,88
04	Lago Sul	17.120	529.520	2,57	79,45
05	Águas Claras	14.580	544.100	2,19	81,64
06	Ceilândia	14.680	558.780	2,20	83,84
07	Guará	13.730	572.510	2,06	85,90
08	Sobradinho	11.990	584.500	1,80	87,70
09	Gama	11.520	596.020	1,73	89,43
10	Samambaia	7.660	603.680	1,15	90,58
	Demais regiões	62.820	666.500	9,43	100,00
	Total	666.500	666.500	100,00	100,00

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

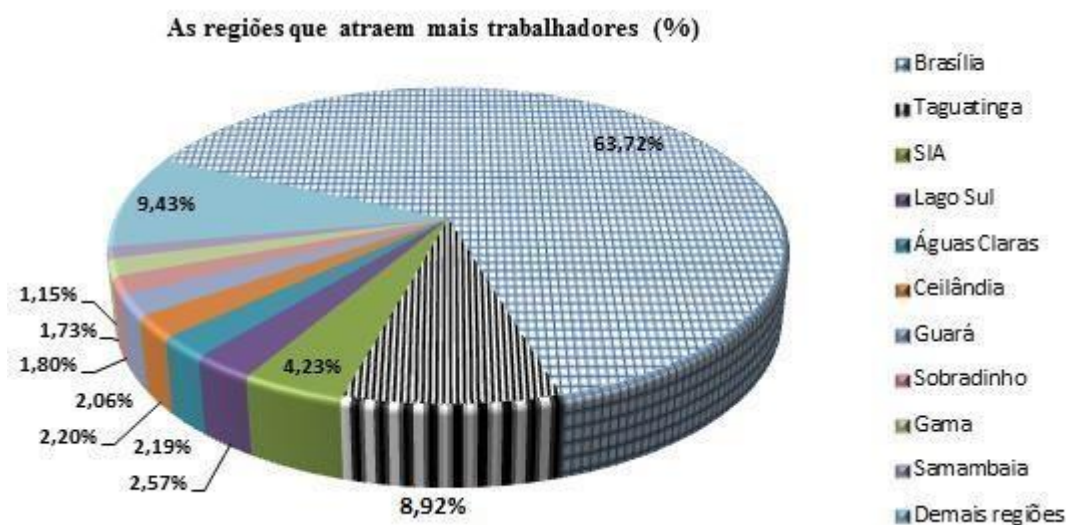


Figura 31 – Regiões Administrativas que mais atraem trabalhadores

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

- ✓ **Superávit e déficit na geração de postos de trabalho por RA em relação ao quantitativo de pessoas ocupadas residentes por RA**

➤ **Regiões Administrativas superavitárias**

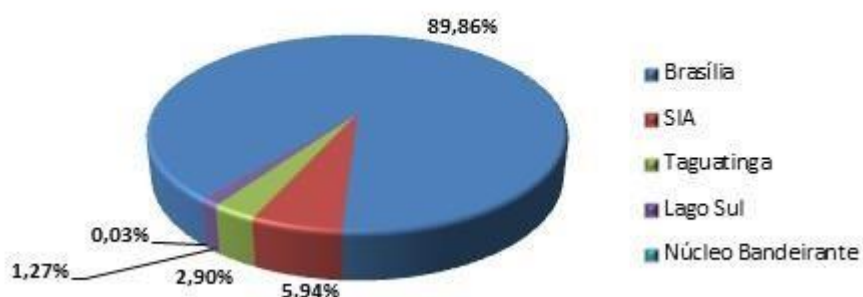
São apenas cinco as regiões que apresentam saldo positivo em termos de geração de postos de trabalho no Distrito Federal, ou seja, o número de postos de trabalho excede o número de pessoas ocupadas residentes na RA (...):

Tabela 20 – Regiões Administrativas superavitárias

Nº	Região Administrativa	Excedente de Postos de Trabalho (número de postos de trabalho)		Excedente de Postos de Trabalho (%)	
		RA	Acumulado	RA	Acumulado
01	Brasília	418.600	418.600	89,86	89,86
02	SIA	27.690	446.290	5,94	95,80
03	Taguatinga	13.490	459.780	2,90	98,70
04	Lago Sul	5.900	465.680	1,27	99,97
05	Núcleo Bandeirante	160	465.840	0,03	100,00

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

¹A diferença para a totalização das RAs deficitárias é representada por residentes do DF e ocupadas na sua periferia metropolitana (10.300)

As regiões superavitárias (%)**Figura 32** – Regiões Administrativas superavitárias

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

Quase 90% desse saldo superavitário ocorrem no Plano Piloto, secundado pelo SIA e Taguatinga. Com contingentes menores, aparecem o Lago Sul e Núcleo Bandeirante.

Em termos relativos, o SIA desponta na primeira posição, em função do diminuto contingente de residentes na RA. São nada menos que 21,07 postos de trabalho gerados para cada residente ocupado. No Plano Piloto, esta relação é de 5,36.

Tabela 21 – Regiões Administrativas superavitárias (ocupações geradas/ocupados residentes)

Nº	Região Administrativa	Ocupações geradas / Ocupados residentes
01	SIA	21,07
22	Brasília	5,36

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN), modificado pelo GT4, ZEE-DF (2014)

➤ Regiões Administrativas com equilíbrio em oferta de postos de trabalho e pessoas ocupadas na própria RA

Os índices entre ocupação gerada e ocupado residente, que resultam em aproximadamente 1 (um), indicam uma relação de equilíbrio entre a oferta de postos de trabalho e o total de residentes empregados na própria RA.

Tabela 22 – Regiões Administrativas equilibradas (ocupações geradas/ocupados residentes)

Nº	Região Administrativa	Ocupações geradas / Ocupados residentes
01	Lago Sul	1,43
02	Taguatinga	1,16
03	Núcleo Bandeirante	1,02
04	Sobradinho	0,96
05	Gama	0,68
06	Brazlândia	0,62

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN), modificado pelo GT4, ZEE-DF (2014)

As RAs do Lago Sul (1,43), Taguatinga (1,16) e o Núcleo Bandeirante (1,02) apresentam-se nesta situação de equilíbrio, com ligeiro superávit.

Sobradinho aproxima-se do equilíbrio com ligeiro déficit, uma vez que esta relação é de 0,96. A RA Gama (0,68) e Brazlândia (0,62) já apresentam déficit, ainda que discreto, se comparado à grande maioria das regiões administrativas.

Tabela 23 – Regiões Administrativas superavitárias (ocupações geradas/ocupados residentes)

Nº	Região Administrativa	Ocupações geradas / Ocupados residentes
01	SIA	21,07
02	Brasília	5,36
03	Lago Sul	1,43
04	Taguatinga	1,16
05	Núcleo Bandeirante	1,02

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN), modificado pelo GT4, ZEE-DF (2014)

➤ Regiões Administrativas deficitárias

A maioria das Regiões Administrativas apresentam expressivos déficits em seus balanços de geração de postos de trabalho. A tabela abaixo apresenta as dez RAs com maiores déficits em seus balanços de postos de trabalhos em relação à população residente.

Tabela 24 – Principais Regiões Administrativas deficitárias

Nº	Região Administrativa	Déficit de Ocupações (número de postos de trabalho)		Déficit de Ocupações (%)	
		RA	Acumulado	RA	Acumulado
01	Ceilândia	87.170	87.170	18,31	18,31
02	Samambaia	47.500	134.670	9,98	28,29
03	Recanto das Emas	33.840	168.510	7,11	35,40
04	Santa Maria	31.550	200.060	6,63	42,03
05	Sobradinho II	30.700	230.760	6,45	48,48
06	Planaltina	30.060	260.820	6,31	54,79

07	Águas Claras	26.700	287.520	5,61	60,40
08	Guará	21.820	309.340	4,58	64,98
09	Vicente Pires	21.760	331.100	4,57	69,55
10	Sudoeste	20.360	351.460	4,28	73,83
	Demais regiões	124.690	476.150	26,19	100,00
	Total	476.150	476.150	100,00	100,00

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

As principais regiões deficitárias (%)

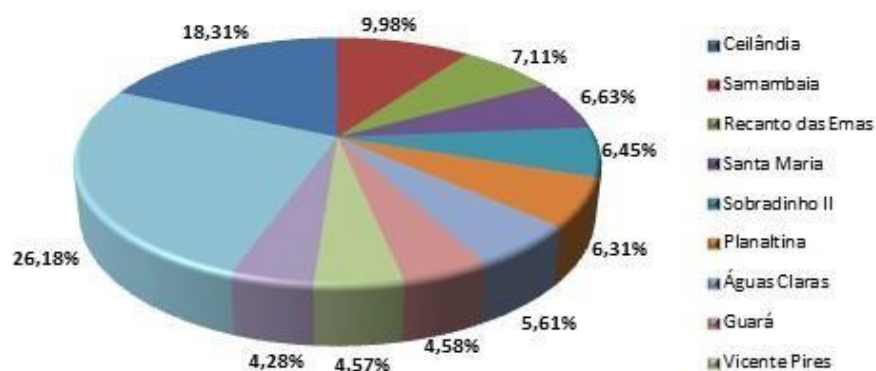


Figura 33 – Principais Regiões Administrativas deficitárias

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

A RA Ceilândia se destaca por ser a localidade mais populosa do DF, com cerca de 160 mil pessoas empregadas, mas que gera apenas 45,4% dos postos de trabalho necessários. Em outras palavras, oferta apenas cerca de 72 mil postos de trabalho. Ou seja, aproximadamente 87 mil trabalhadores precisam deslocar-se para outra RA em função da disponibilidade.

Por ser a RA mais populosa e a que apresenta maior *déficit* de postos de trabalho para os residentes da localidade, Ceilândia é uma RA prioritária em termos de alternativas para o fortalecimento da economia local e diversificação das atividades em busca de maior equilíbrio na oferta de postos de trabalho.

Em seguida, aparecem as RAs mais populosas, de renda baixa e com atividade econômica pouco desenvolvida, tais como Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, Sobradinho II e Planaltina.

Este conjunto de RAs também requer um tratamento prioritário em termos de políticas públicas para a geração de emprego e renda, de modo assegurar maior equilíbrio na oferta de postos de trabalho na própria RA. Este tema precisa ser aprofundado de modo articulado com as características da população residente nestas localidades, a começar dos níveis de escolaridade.

Na sequência, aparecem quatro regiões administrativas de renda alta ou média-alta, com atividade produtiva também incipiente e com parcela substancial de seu pessoal ocupado trabalhando no setor público.

Trata-se de Águas Claras, Guará, Vicente Pires e Sudoeste.

Em termos relativos, a região administrativa com maior déficit é o Jardim Botânico, com apenas 16 postos de trabalho gerados na região para 100 ocupados.

Esta RA apresenta características de polo exportador/difusor de mão de obra, corroborando com a análise das RAs com menores contingentes de residentes trabalhando na própria RA (menos de 20%).

Tabela 25 – Principais Regiões Administrativas deficitárias em termos relativos (ocupações geradas/ocupados residentes)

Nº	Região Administrativa	Ocupações geradas / Ocupados residentes	Proporção
01	Jardim Botânico	0,16	1/5
02	Sobradinho II	0,24	1/4
03	Itapoã	0,25	1/3
04	Sudoeste	0,29	
05	Vicente Pires	0,30	
06	Park Way	0,32	
07	Recanto das Emas	0,33	
08	Santa Maria	0,36	2/5
09	Varjão	0,39	
10	Riacho Fundo II	0,39	

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

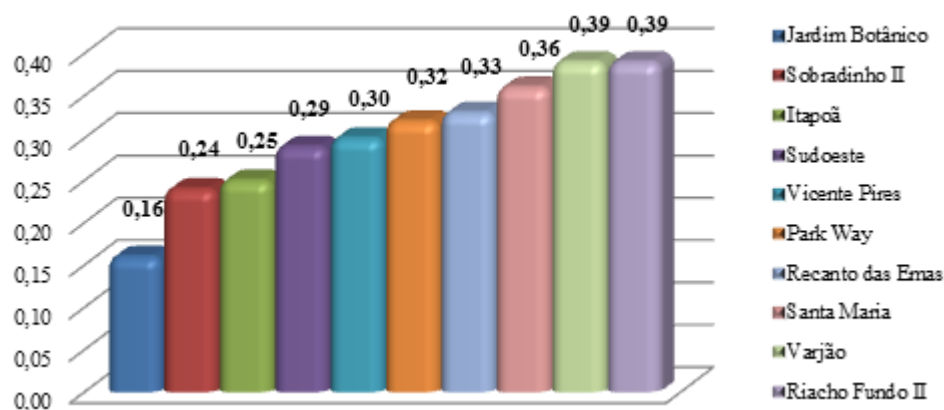


Figura 34 – Principais Regiões Administrativas deficitárias em termos relativos (ocupações geradas/ocupados residentes)

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

O Jardim Botânico é um bairro essencialmente residencial, cuja ocupação irregular/illegal impede a instalação/regularização de atividades comerciais passíveis de regularização, risco este claramente percebido pelo setor privado. A baixa relação é encontrada tanto em outras regiões de renda alta ou média-alta, como Sudoeste, Vicente Pires e Park Way, quanto em RAs de baixa renda, como Itapoã, Recanto das Emas, Santa Maria, Varjão e Riacho Fundo II.

O que as torna similares é a diminuta atividade produtiva existente.

Assim, a falta de postos de trabalho na própria RA não pode ser direta- e simplesmente associada ao nível de renda da população residente.

As RAs de renda alta ou média alta apresentam grande parte de sua população residente ocupada no setor público, o qual está concentrado na RA-I, Brasília, resultando em localidades essencialmente residenciais, que apresentam, no máximo, comércio e outros serviços essenciais àquelas localidades.

➤ **Origem dos trabalhadores que se deslocam para a RA Brasília**

Conforme mostrado, o Plano Piloto destaca-se como a região administrativa que mais atrai trabalhadores de outras RAs. (A tabela e o quadro abaixo) apresentam as regiões que possuem os maiores contingentes de pessoas ocupadas na RA I.

Esta análise põe em evidência as RAs que “se esvaziam” diariamente, no período da jornada de trabalho, em direção à RA-I (Brasília, ou Plano Piloto), posto o déficit de postos de trabalho em suas próprias RAs.

Portanto, do contingente total de pessoas empregadas que saem diariamente de Ceilândia para ocupar postos de trabalho em outras RAs, 59,4% (ou seja, aproximadamente 87 mil pessoas) dirigem-se para a RA I - Brasília. Isto corresponde a cerca de 13% do contingente de 667 mil pessoas que se deslocam diariamente para outras RAs.

Tabela 26 – Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto

Nº	Região Administrativa	Pessoas Ocupadas		(%)		Situação
		RA	Acumulado	RA	Acumulado	
01	Ceilândia	51.760	51.760	12,33	12,33	Deficitária
02	Taguatinga	30.300	82.060	7,22	19,55	Equilíbrio
03	Guará	26.620	108.680	6,34	25,89	Deficitária
04	Samambaia	26.590	135.270	6,33	32,22	Deficitária
05	Planaltina	25.160	160.430	5,99	38,21	Deficitária
06	Sudoeste	24.150	184.580	5,75	43,96	Deficitária
07	Águas Claras	23.930	208.510	5,70	49,66	Deficitária
08	Santa Maria	22.890	231.400	5,45	55,11	Deficitária
09	Sobradinho II	20.750	252.150	4,94	60,05	Deficitária
10	Gama	18.110	270.260	4,31	64,36	Deficitária
	Demais regiões	149.620	419.880	35,63	100,00	
	Total	419.880	419.880	100,00	100,00	

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN), modificado pelo GT4, ZEE-DF (2014)

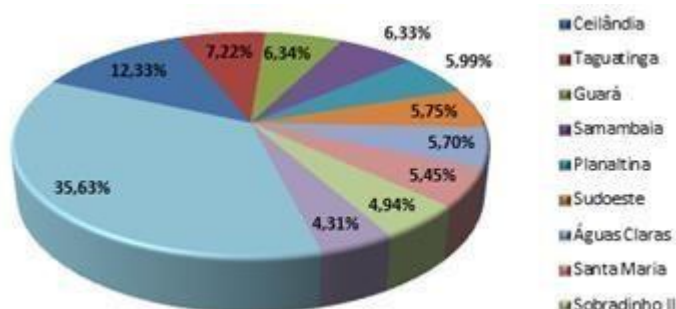


Figura 35 – Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

Apesar de Taguatinga contribuir com aproximadamente 30 mil pessoas no contingente em deslocamento diário, esta RA apresenta situação equilibrada, ligeiramente superavitária, ao contrário de outras RAs.

As outras nove regiões têm entre 18 mil e 30 mil pessoas trabalhando no Plano Piloto, predominando as de baixa e média-baixa rendas, com exceções do Sudoeste e de Águas Claras.

Essas dez RAs contribuem com aproximadamente 64% do contingente de cerca de 420 mil pessoas que a RA I recebe para efeito de trabalho, oriundas das demais regiões administrativas do Distrito Federal. Não são considerados os municípios de Goiás e de Minas Gerais, que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF). Em termos relativos, são, contudo, os empregados residentes nas regiões de alta e média-alta renda que predominam no contingente que se desloca para a RA-I para ocupar postos de trabalho, além do contingente de pessoas para assegurar os serviços em geral e domésticos.

No Lago Norte, por exemplo, nada menos que 87,30% do pessoal ocupado trabalham no Plano Piloto, percentual que alcança 83,68% no Sudoeste. Também no Jardim Botânico e no Lago Sul, esse percentual é alto, em torno de 74%, conforme mostram o Quadro 10 e a Figura 10.

Tabela 27 – Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto em termos relativos

Nº	Região Administrativa	(%)	Situação
01	Lago Norte	87,30	Deficitária
02	Sudoeste	83,68	Deficitária
03	Jardim Botânico	74,31	Deficitária
04	Lago Sul	74,12	Superavitária
05	Cruzeiro	69,07	Deficitária
06	Park Way	62,75	Deficitária
07	Guará	54,27	Deficitária
08	Sobradinho II	51,62	Deficitária
09	Candangolândia	48,99	Deficitária
10	N. Bandeirante	48,10	Superavitária

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN), modificado pelo GT4, ZEE-DF (2014)

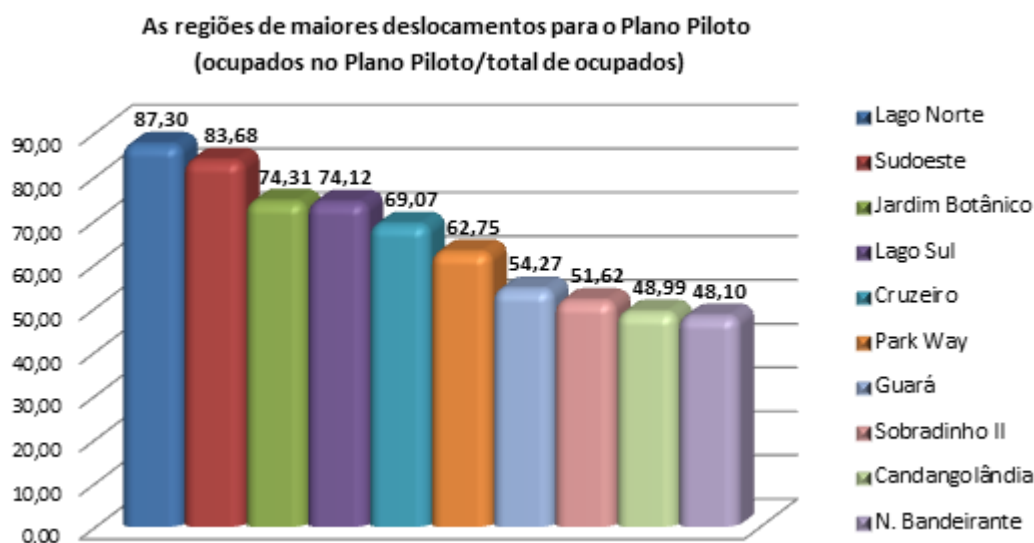


Figura 36 – Regiões Administrativas com maiores contingentes de trabalhadores deslocando-se para o Plano Piloto em termos relativos

Fonte: PDAD 2011 (CODEPLAN)

A imagem abaixo mostra, espacialmente, as RAs que apresentaram maior deslocamento para a RA I (Brasília) em 2011:

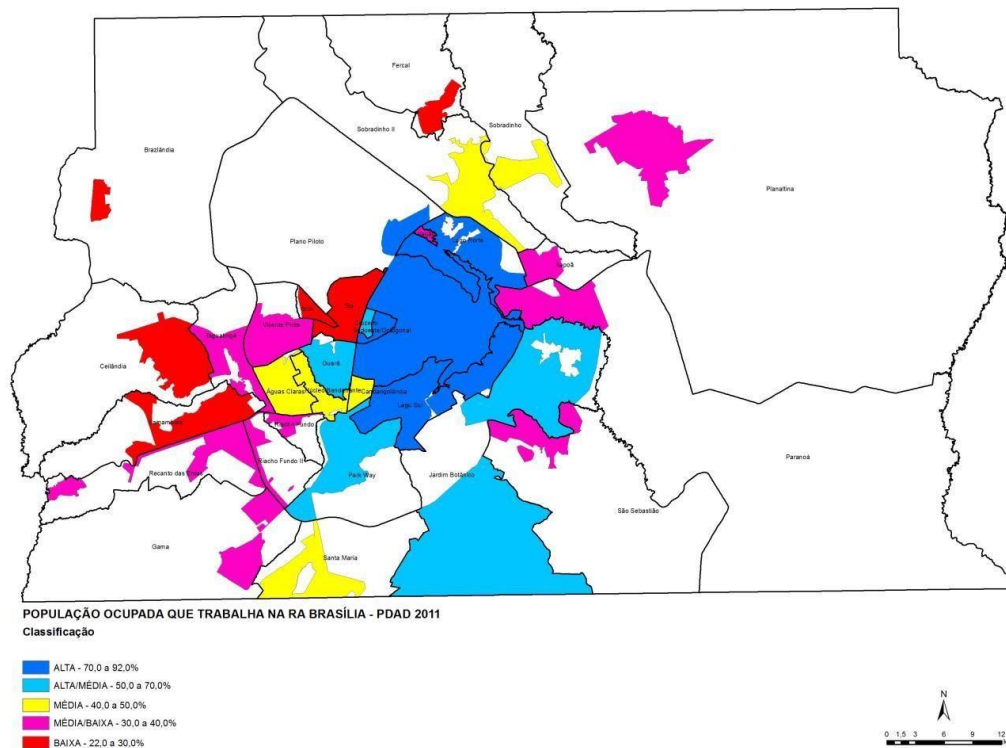


Figura 37 – População ocupada que trabalha na RA-I (Brasília)

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

• O mercado de trabalho no DF em 2012

– Quantitativo de população desempregada

Os resultados apresentados referem-se aos valores anuais médios dos principais indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal. Em 2012, o Nível Ocupacional no Distrito Federal aumentou 3,3%. Esse resultado foi acima do verificado no ano de 2011, quando a ocupação expandiu 1,7%.

49

A geração de 40 mil postos de trabalho e o crescimento da População Economicamente Ativa – PEA (44 mil pessoas), resultou no aumento do contingente de desempregados em 4 mil. Em números absolutos, os Desempregados foram estimados em 178 mil pessoas (2,3%), os Ocupados em 1.269 mil (3,1%) e a PEA em 1.447 mil (3,3%).

Tabela 28 – Estimativa da população em idade ativa, segundo condição de atividade, no DF (2011/2012)

Condição de Atividade	VARIAÇÕES			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
População em idade ativa	2.239	2.304	65	2,9
População Economicamente Ativa - PEA	1.403	1.447	44	3,1
Ocupados	1.229	1.269	40	3,3
Desempregados	174	178	4	2,3
Em desemprego aberto	124	138	14	11,3
Em desemprego oculto pelo Trabalho Precário	28	24	-4	-14,3
Em desemprego oculto pelo Desalento	22	16	-6	-27,3
Inativos com 10 anos e mais	836	857	21	2,5

Fonte: PED/DF 2012 (Convênio SETRAB, CODEPLAN e DIEESE)

A figura a seguir mostra a alocação espacial dos Desempregados do Distrito Federal segundo a Região Administrativa, segundo as seguintes faixas:

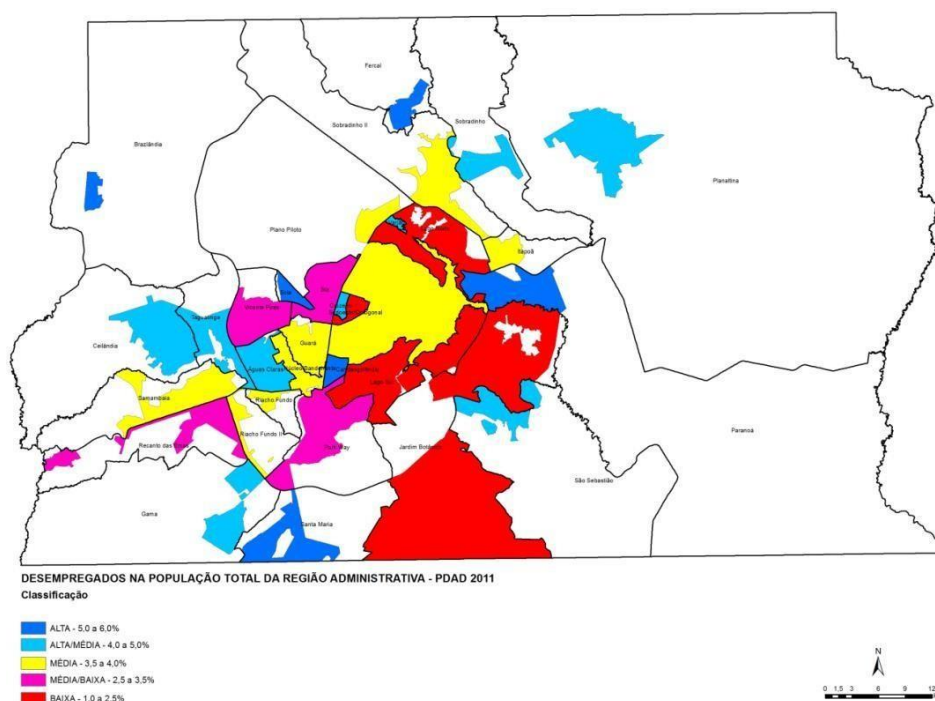


Figura 38 – Localização espacial da ocorrência de desemprego no DF por Região Administrativa

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

– Evolução da taxa de desemprego por grupo de RAs

A evolução da taxa de desemprego total no Distrito Federal é apresentada por grupos de RAs, agrupadas por classes de renda. Segue uma metodologia que se fundamenta no fato de que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal) é realizada por amostra, tendo o Distrito Federal como universo. Isto inviabiliza um resultado tecnicamente confiável para o cálculo por RA. Assim, para se ter resultado confiável, por RA, os testes estatísticos concluíram e indicaram a agregação por RA de acordo com as classes de renda, tornando possível o cálculo da taxa de desemprego, conforme consta da tabela abaixo.

O Grupo 1 é constituído de Regiões Administrativas de renda mais alta (Brasília, Lago Sul e Lago Norte). O Grupo 2, de Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo); e o Grupo 3, de Regiões Administrativas de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas). Registre-se que o recorte com base na renda foi da própria PDAD e não mantém relação direta com o corte aqui utilizado a partir da Renda Domiciliar Média Mensal *per capita*.

Tabela 29 – Taxa de desemprego por tipo e por Grupo de Regiões Administrativas do DF (1992 a 2012)

ANO	TAXAS DE DESEMPREGO													
	POR TIPO					POR GRUPO DE REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
	Total	Aberto	OCULTO			GRUPO I			GRUPO II			GRUPO III		
			Total	Precário	Desalento	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
1992	15,4	10,0	5,4	2,9	2,5	7,8	5,5	(1)	14,7	9,8	4,9	20,4	12,8	7,7
1993	14,7	9,6	5,0	2,6	2,5	6,9	5,0	(1)	13,9	9,1	4,8	19,7	12,7	7,0
1994	14,2	9,6	4,6	2,4	2,1	5,4	4,0	(1)	13,6	9,4	4,2	19,0	12,5	6,6
1995	15,4	10,5	4,8	2,8	2,1	6,4	4,7	(1)	14,5	10,1	4,4	20,5	13,7	6,8

1996	16,7	10,8	5,8	3,2	2,7	7,5	5,4	(1)	15,7	10,2	5,5	21,7	13,8	7,9
1997	18,4	11,2	7,1	4,1	3,0	8,5	5,9	2,6	17,2	11,1	6,1	23,7	13,6	10,2
1998	19,7	12,3	7,3	4,2	3,1	8,6	6,4	(1)	18,3	12,0	6,3	25,5	15,0	10,5
1999	22,1	14,4	7,6	4,3	3,3	9,2	6,6	2,6	20,0	14,0	5,9	29,1	17,7	11,4
2000	20,2	13,3	6,9	3,6	3,3	9,2	6,4	2,8	17,7	12,0	5,7	26,7	17,2	9,5
2001	20,5	13,1	7,4	3,9	3,5	9,9	6,9	3,0	18,0	12,1	5,9	26,8	16,2	10,6
2002	20,7	12,9	7,9	4,2	3,6	9,9	7,2	2,8	18,3	12,5	5,8	26,7	15,0	11,7
2003	22,9	14,7	8,1	4,5	3,6	10,3	7,5	(1)	20,0	13,9	6,1	29,5	17,6	11,9
2004	20,9	13,0	7,9	4,2	3,7	10,3	7,9	(1)	18,3	12,8	5,5	26,5	14,7	11,8
2005	19,0	12,4	6,5	3,6	3,0	9,8	7,2	(1)	16,7	11,9	4,9	23,7	14,4	9,3
2006	18,8	11,2	7,6	4,3	3,2	9,8	7,0	(1)	17,3	10,7	6,6	22,3	12,7	9,7
2007	17,7	11,5	6,1	3,3	2,9	9,0	6,7	(1)	16,1	11,3	4,8	21,3	12,9	8,3
2008	16,6	10,8	5,7	3,0	2,7	9,2	6,8	(1)	14,7	10,4	4,3	19,9	12,1	7,8
2009	15,8	10,6	5,3	2,7	2,6	8,7	6,5	(1)	14,5	10,6	3,8	18,5	11,3	7,2
2010	13,6	9,3	4,4	2,2	2,2	7,4	5,8	(1)	11,5	8,9	2,7	16,7	10,3	6,4
2011	12,4	8,9	3,5	2,0	1,6	7,0	5,5	(1)	10,2	8,0	2,2	15,2	10,2	5,0
2012	12,3	9,5	2,8	1,7	1,1	6,6	5,9	(1)	10,5	8,7	1,9	14,7	10,8	3,8

Fonte: PED/DF 2012 (Convênio SETRAB, CODEPLAN, DIEESE, MTE-FAT, SEADE-SP)

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

NOTA: a série histórica dos índices foi revisada

Segundo as informações da tabela, constata-se que a taxa de desemprego é acentuadamente maior nas regiões de classe de renda mais baixa: as taxas do Grupo 3 são mais do que o dobro das do Grupo 1.

Neste sentido, as análises integradas revestem-se de grande importância para apontar elementos que, quando combinados, resultam em sinergia, amplificando os riscos de vulnerabilidade das populações no DF. As taxas de desemprego ilustram esta afirmação, se consideradas juntamente com indicadores demográficos, Renda Domiciliar Média Mensal *per capita* e nível de escolaridade.

2.3.4 - Bloco 4 - Identificando a situação atual de mobilidade e de transportes no DF e os limites da infraestrutura instalada

• Contingente populacional por RA que depende de transporte público

Sobre o contingente populacional que se desloca diariamente para os postos de trabalho, vimos, no bloco anterior, que a concentração de empregos na RA-I Brasília e, em menor proporção, em Taguatinga e SIA, leva ao movimento pendular diário destas populações. Trata-se de mais de 600 mil pessoas nesta condição, sem contar o contingente populacional dos municípios do Entorno imediato do DF.

A principal fonte utilizada para as análises de mobilidade e transportes no DF e Entorno imediato foi o PDTU / Secretaria de Transportes.

• O sistema viário regional e a rede de transporte público coletivo do sistema semiurbano

A malha viária do Distrito Federal e do Entorno é composta por rodovias federais e distritais, além da malha viária urbana. Esse sistema difere daquele das demais cidades brasileiras, pela importância da malha rodoviária na articulação dos núcleos urbanos e pelas características de uma concepção urbanística, cujo sistema viário foi projetado, principalmente, para o uso do automóvel.

O sistema rodoviário é responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF), cujas atribuições envolvem a implantação, manutenção e operação da malha rodoviária no Distrito Federal.

Além das suas funções, voltadas para o tráfego privado e de carga, as rodovias do DF são de extrema importância para o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) e para o transporte semiurbano da região do Entorno. Merecem destaque as BR-020, BR-040, BR-060, BR-070, DF-002, DF-003, DF-075, DF-085 e DF-095.

A malha de estradas está dividida em Sistema Viário Regional e Sistema Viário Urbano.

– Sistema Viário Regional

O Sistema Viário Regional é formado pelas rodovias que atendem às viagens:

- ✓ entre as áreas urbanas do DF e dos municípios do Entorno com o Plano Piloto e entresi;
- ✓ entre outros Estados e o Distrito Federal; e
- ✓ que atravessam o território do DF, mas que a ele não se destinam.

Dada a distribuição espacial dos núcleos urbanos do DF e do Entorno e a configuração da rede viária, há situações em que se manifesta um conflito entre o tráfego de passagem e o tráfego local, sobretudo nos trechos que margeiam áreas habitacionais ou de atividade econômica, com repercussões na fluidez e na segurança de trânsito.

As vias que compõem o Sistema Viário Regional, em sua maioria, apresentam pavimento em bom estado de conservação. Entretanto, alguns trechos necessitam de manutenção e/ou adequação do espaço de acostamento. Por receberem um grande fluxo de veículos, estas vias necessitam constantemente de manutenção e sinalização adequada.

Observa-se que, na grande maioria das vias, o tratamento de escoamento das águas pluviais apresenta deficiências, devido à falta de dispositivos de drenagem, o que repercute diretamente na condição do pavimento e na segurança viária.

A rodovia DF-001(Estrada Parque Contorno - EPCT) forma o Anel Viário do Distrito Federal. Dentro dele está localizada a DF-003 (Estrada Parque Indústria e Abastecimento EPIA). A ligação do anel com a DF-003 é feita através de rodovias estaduais, as chamadas Estradas Parque.

Devido a esta configuração viária, a EPIA recebe, diariamente, grande volume de tráfego, e seus cruzamentos com as demais rodovias geram grandes pontos de retenção do tráfego.

O sistema viário regional do DF e Entorno (abaixo apresentado) mostra coerência com os eixos de adensamento urbano previstos no planejamento distrital (a exemplo do PDOT), apontando os eixos Oeste, Leste, Sudoeste, Sul e Norte.

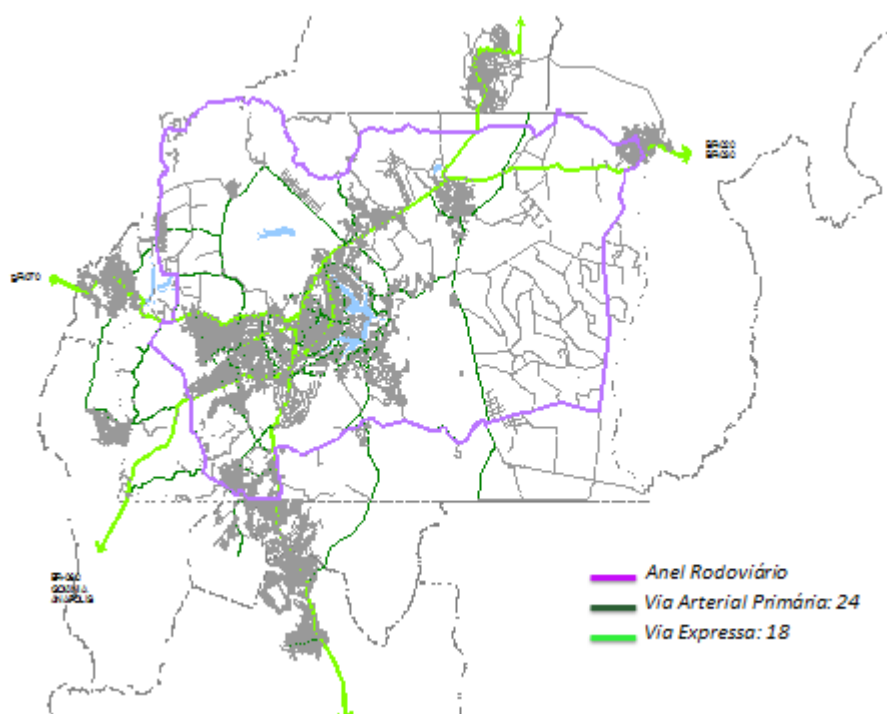


Figura 39 – Sistema Viário Regional
 Fonte: PDTU (2009)

– Cidades do Entorno

As áreas centrais das cidades do Entorno apresentam a maioria de suas vias pavimentadas e com sinalizações horizontal e vertical bem definidas. Existem calçadas para a circulação de pedestres, mas nota-se a ausência de ciclovias.

Nas áreas mais periféricas das cidades, a infraestrutura viária é precária. As vias apresentam desgaste na pavimentação ou não são pavimentadas, além de não possuírem sinalização adequada, calçadas ou ciclovias.

Somente nas cidades de Formosa e Luziânia verifica-se a presença de semáforos. Nas demais, o controle das interseções é feito por rotatórias e por sentidos preferenciais.

Os acessos principais a estas cidades são realizados principalmente pelas rodovias BR-030, BR-040 e BR-060. Em Valparaíso de Goiás, a BR-040 e a linha férrea cruzam a cidade, dificultando a integração e a circulação interna no município.

A rede de transporte público coletivo do serviço semiurbano mostra, da mesma maneira, os mesmos eixos de desenvolvimento, conforme a seguir:

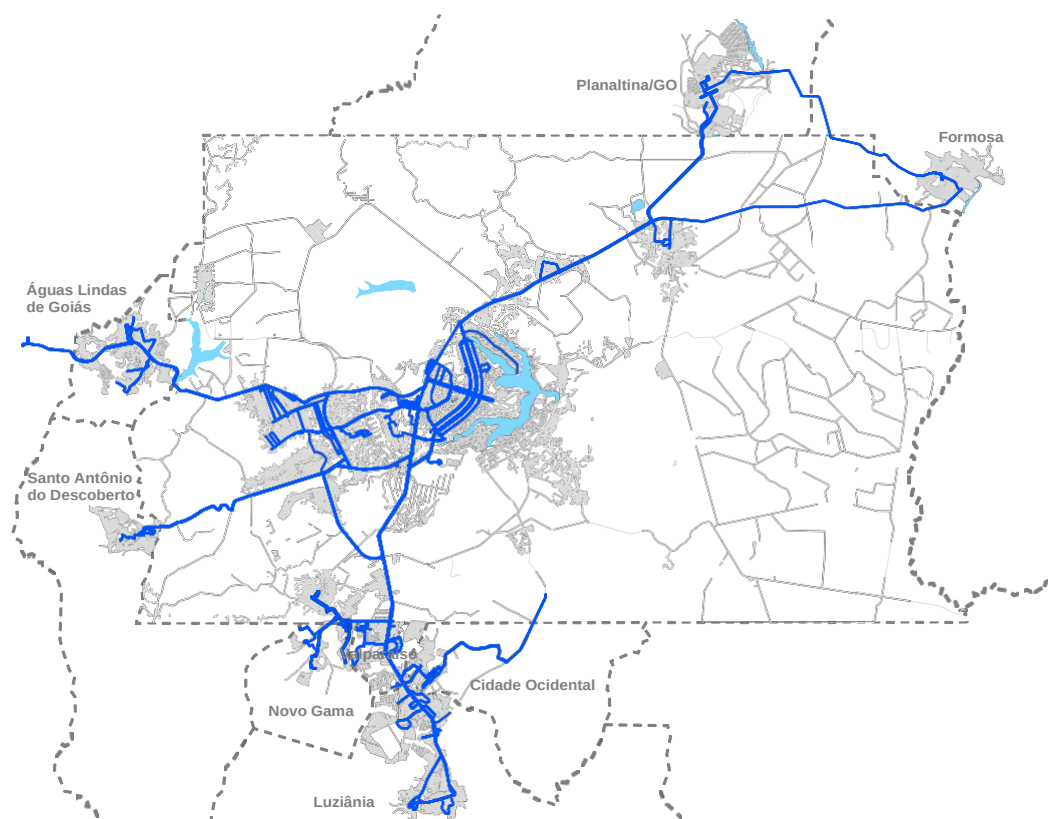


Figura 40 – Rede de Transporte Público Coletivo do Serviço Semiurbano
Fonte: PDTU (2009)

– Sistema de transporte público coletivo semiurbano

Uma situação praticamente única na realidade brasileira, na dimensão em que ocorre no Distrito Federal, é o fenômeno do transporte rodoviário interestadual de características urbanas ou semiurbanas (viagens de até setenta quilômetros), ligando o Distrito Federal a municípios limítrofes do Estado de Goiás. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é o órgão responsável pela outorga de permissão e de autorização para a operação desses serviços, conforme Lei nº 10.233¹, de 05 de junho de 2001.

– Oferta e demanda

O serviço semiurbano entre Goiás e o Distrito Federal é o de maior volume no país, com o registro de mais de 58 milhões de passageiros em 2007, segundo a ANTT.

Oficialmente, existem 30 linhas operando entre os municípios do Entorno e o Distrito Federal (quatro de Formosa, quatro de Planaltina, duas de Águas Lindas de Goiás, três de Santo Antônio do Descoberto, quatro do Novo Gama, quatro de Cidade Ocidental, cinco de Luziânia e quatro de Valparaíso de Goiás). Mas, segundo a própria Agência e pesquisas de campo realizadas, o número de atendimentos passa dos 500. Ainda segundo a ANTT, em 2007 foram percorridos mais de 7,1 milhões de quilômetros, em mais de 128 mil viagens. Não há um controle mensal sobre o que efetivamente foi realizado.

¹ Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências

Conforme os dados da ANTT, verifica-se que desde 1999/2000 esse serviço vem tendo aumento na produção quilométrica e no número de passageiros transportados (exceção feita à cidade de Águas Lindas de Goiás, que apenas registra aumento de demanda a partir de 2003). Contudo, a partir de 2005, o número de passageiros transportados em quase todas as cidades sofreu uma queda, o que se refletiu em redução do IPK (Índice de Passageiros por Km), como pode ser visualizado na figura abaixo.

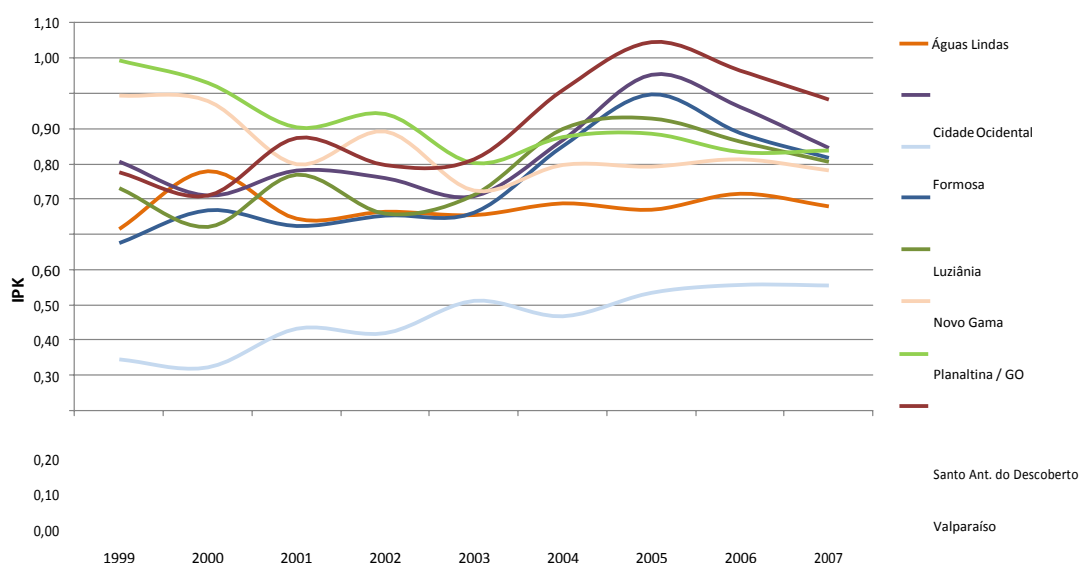


Figura 41 – IPK médio mensal do serviço semiurbano (1999 a 2007)

Fonte: ANTT

– Área geográfica de atendimento da rede

O serviço semiurbano não possui qualquer tipo de integração ou ligação com a rede do Distrito Federal, apesar de utilizar praticamente o mesmo sistema viário e os mesmos equipamentos urbanos locais (pontos de parada e terminais rodoviários), ocasionando superposição de linhas e de atendimentos. O mapa acima apresenta a rede de linhas do serviço semiurbano.

Nos municípios do Entorno, as linhas partem das rodoviárias/terminais de ônibus locais ou de pontos espalhados pela cidade, e têm como principal destino o Plano Piloto, apesar de também existirem ligações com Planaltina, Taguatinga, Gama, Ceilândia, Sobradinho e outras RAs. No Plano Piloto, os itinerários passam pelo Eixo Rodoviário, W3, L2 e Eixo Monumental. Conforme descrito anteriormente, existem vários atendimentos (desmembramentos de linhas) que utilizam as principais vias do Distrito Federal.

– Infraestrutura de apoio à operação

Em levantamento realizado nos oito municípios do Entorno, constatou-se a existência de 590 pontos de parada, dos quais 49% tinham abrigos, ainda que de forma precária e sem padronização (11 modelos diferentes). Verificou-se, ainda, que em 51% dos abrigos as condições foram consideradas boas pelos usuários, apesar de que 13,5% dos pontos não possuem baia.

Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Formosa e Planaltina são os municípios que possuem terminais rodoviários que atendem às linhas urbanas, semiurbanas e interestaduais. Todos precisam de reformas e/ou ampliações para melhor atender aos usuários e operadores.

– Custo operacional e estrutura tarifária

As linhas semiurbanas possuem legislação específica e metodologia diferenciada de apropriação de custos. As tarifas são definidas em função tanto da quilometragem da linha quanto do tipo de serviço prestado. Assim, a estrutura vigente contempla um conjunto elevado de níveis tarifários, definidos pela ANTT, onde a quilometragem varia de 16,8 km (tarifa de R\$ 1,10) – Novo Gama/Gama – a 70,8 km (tarifa de R\$ 13,50) – Formosa/Plano Piloto.

– Transporte público coletivo municipal

Os serviços locais de transporte público coletivo de cada município são prestados, basicamente, por operadores autônomos com a utilização de vans. Em alguns casos, há micro-ônibus operados por empresas. A tabela abaixo apresenta as características dos serviços em cada município.

Os órgãos gestores municipais não possuem informações ou dados operacionais confiáveis e atualizados, o que dificulta um diagnóstico.

Tabela 30 – Características dos serviços de transporte público coletivo urbano do Entorno em 2009

Município	Frota	Operador	Valor da Tarifa (R\$)	Demanda Mensal (pass.)
Valparaíso de Goiás	62 vans	autônomos (autorização)	1,50	NI
Novo Gama	09 micro-ônibus 22 vans	autônomos (permissão) autônomos (autorização)	1,10	NI
Cidade Ocidental	20 vans	não informado (NI)	1,40	NI
Luziânia	42 micros e ônibus 11 vans	Viação Transcoluz (permissão) autônomos (autorização)	1,60	255 mil
Formosa	12 micro-ônibus	não informado (NI)	1,25	60 mil
Planaltina	09 micro-ônibus	Viação Santana (permissão)	1,50	NI
Águas Lindas de Goiás	06 micro-ônibus 50 vans	Viação Águas Lindas Autônomos (liminar)	1,50	300 mil
Santo Antônio do Descoberto	50 vans	autônomos	1,00	10 mil

Fonte: Prefeituras municipais (2009)

– Carregamento do transporte coletivo

A rede de transporte, na qual estão incorporados todos os sistemas modais, bem como a infraestrutura do sistema viário da área de estudo do PDTU/DF, foi alimentada com as matrizes de viagens resultantes da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino 2009, obtendo-se, assim, os carregamentos para análise.

Tais carregamentos permitem identificar os eixos (infraestrutura viária e de transporte) mais solicitados, tanto para o transporte público coletivo como para o individual.

Para facilitar a visualização, é apresentado, na figura a seguir, o carregamento atual do transporte público coletivo para o Distrito Federal e municípios do Entorno imediato.

Situação Atual 2009
Viagens de Transporte Coletivo
Hora Pico da Manhã

— Ônibus
— Metrô



Figura 42 – Situação das viagens de transporte coletivo na hora de pico pela manhã em 2009
Fonte: PDTU (2009)

– Sistema viário

Outro aspecto a considerar é o nível de serviço do sistema viário, ou seja, as condições operacionais. A figura a seguir apresenta os níveis de serviço em trechos do referido sistema, para a alternativa “Nada a Fazer” no horizonte de 2020. O nível de serviço é determinado pelas relações V/C em cada trecho do sistema viário, onde **V** representa o volume de veículos na hora de pico verificado em um trecho de via e **C** é a capacidade do trecho, correspondente ao volume máximo de veículos por hora.

Consideram-se seis níveis de serviço, variando de **A** a **F**. **A** significa trafegar na melhor condição, sendo **F** o pior caso de tráfego, expondo o usuário a condições de congestionamento. O mapa abaixo mostra, para cada nível de serviço, o intervalo da relação V/C admitido e a correspondente convenção de cores.

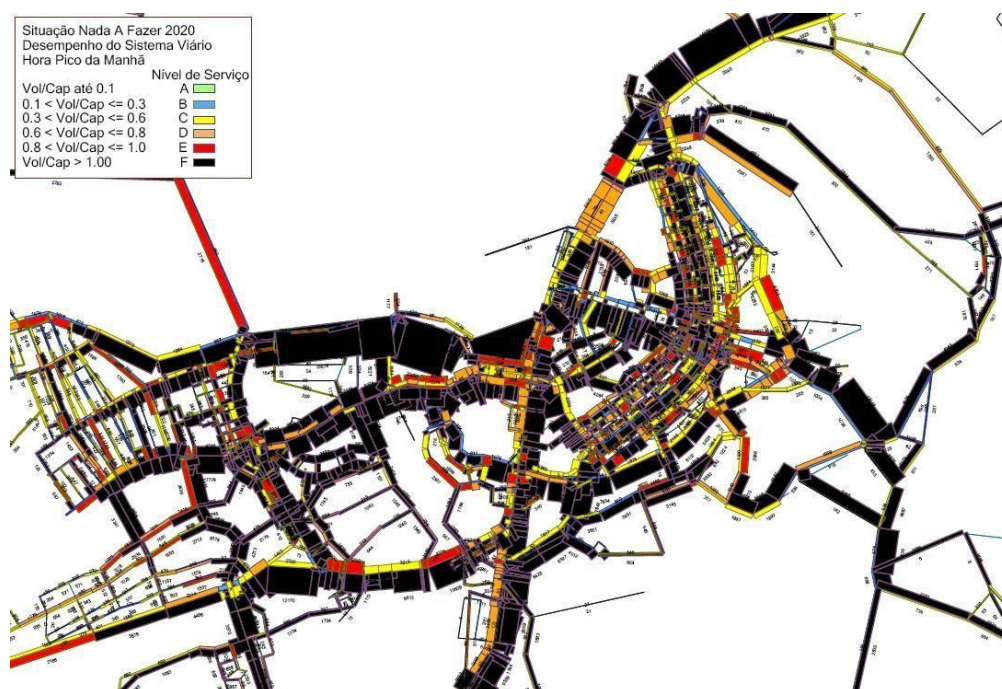


Figura 43 – Desempenho do sistema viário na hora de pico pela manhã em 2020 no Cenário “Nada a Fazer”
Fonte: PDTU (2009)

A malha viária e a rede de transporte público coletivo do DF enfrentam o desafio de articular e prover condições para o deslocamento de populações nos oito municípios do Entorno imediato já citados. No entanto, em que pese o esforço distrital, o marco legal federal demanda a interveniência de diversos órgãos federais, tais como a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para, por exemplo, fazer a gestão das linhas. A complexidade do arranjo institucional hoje, em vigor, relativo à gestão do transporte, pode ser verificada em três níveis de poder envolvidos:

- ✓ Na instância federal de governo, por meio de organismos voltados para a concepção e gestão das políticas públicas de âmbito nacional;
- ✓ No Governo do Distrito Federal, ente federativo de natureza especial;
- ✓ Nos Governos Municipais do Entorno imediato do Distrito Federal, considerados no Plano Diretor de Transporte e Mobilidade, que inclui a RIDE/DF.

– Deslocamento da população

Os índices de mobilidade do Distrito Federal para os anos de 2000 e 2009 são os apresentados abaixo, com base nos dados das Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino realizadas nos respectivos anos.

Tabela 31 – Índice de mobilidade pessoal no DF (2000 e 2009)

Período	Mobilidade pessoal	
	Todos os modos	Modos motorizados
2000	1,41	1,02
2009	1,51	1,16

Fonte: PDTU (2009)

Como esperado, houve o aumento no índice de mobilidade para todos os modos. No caso dos modos motorizados, o aumento do índice de motorização, combinado com o aumento da renda no Distrito Federal e o uso e a ocupação do solo, constituem fator explicativo do crescimento do índice de mobilidade de 2000 para 2009.

Com base nos dados da pesquisa origem/destino, foi determinada a repartição por motivo das viagens motorizadas no DF e no Entorno imediato, conforme abaixo.

Figura 44 – Repartição das viagens motorizadas por motivo no DF

Fonte: PDTU (2009)

Tanto no Distrito Federal como no Entorno, os motivos trabalho e estudo são os mais representativos, representando 78% e 82%, respectivamente.

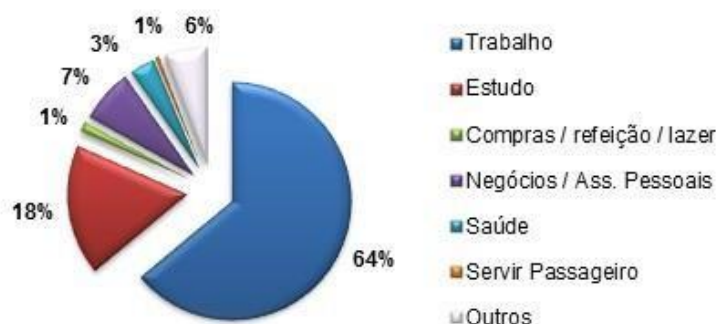


Figura 45 – Repartição das viagens motorizadas por motivo no Entorno imediato

Fonte: PDTU (2009)

A repartição modal, abaixo, mostra que 77% das viagens do DF e 53% daquelas do Entorno imediato são realizadas por modo motorizado. Isso evidencia o uso intenso de veículos no DF e a importância das viagens a pé no Entorno.

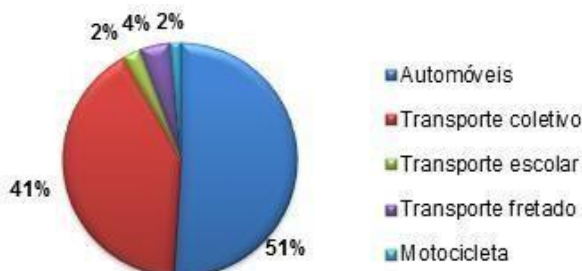


Figura 46 – Repartição das viagens por modo motorizado no DF

Fonte: PDTU (2009)

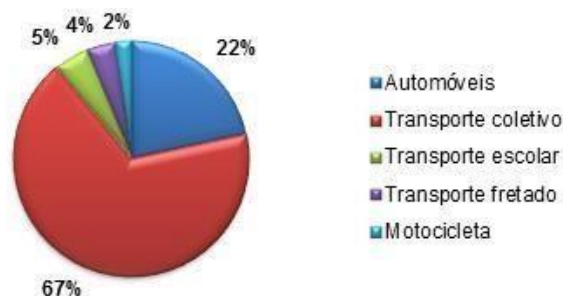


Figura 47 – Repartição das viagens por modo motorizado no Entorno imediato
Fonte: PDTU (2009)

No Distrito Federal, a repartição por modos motorizados mostra que 53% das viagens são realizadas no modo individual e 47% no modo coletivo. No Entorno imediato, 67% das viagens são realizadas no modo coletivo. Esses dados demonstram a grande importância do transporte individual no DF e do transporte coletivo nos municípios do Entorno imediato.

A pesquisa O/D (2009) buscou, ainda, identificar as linhas de desejo futuro das viagens pelos seguintes modais: transporte coletivo e por automóveis, no pico da manhã, para 2010 e 2020.

As linhas de desejo futuro das viagens por transporte coletivo estão apresentadas abaixo, para 2010 e 2020.

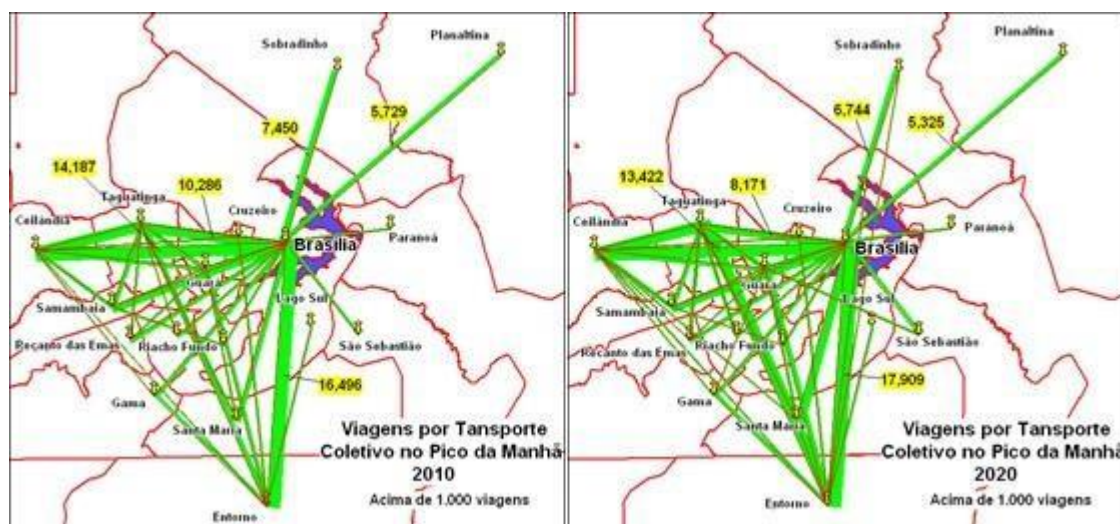


Figura 48 – Linhas de desejo futuro das viagens por transporte coletivo no pico da manhã (2010 e 2020)
Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

Os eixos que apresentam maior carregamento de viagens são o Sul e o Oeste. De acordo com o PDOT, é nesses eixos que se concentram as ações de planejamento urbano e ocupação de solo que irão promover e intensificar o desenvolvimento socioeconômico do DF e Entorno imediato.

As linhas de desejo futuro das viagens por automóveis estão apresentadas a seguir, para 2010 e 2020.

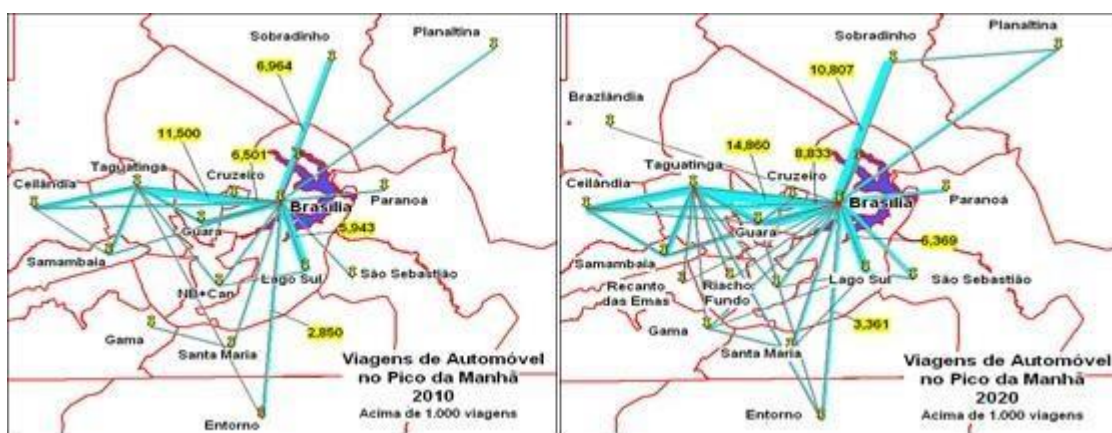


Figura 49 – Linhas de desejo futuro das viagens por automóveis no pico da manhã (2010 e 2020)

Fonte: Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009)

Nota-se que o grande destino é o Plano Piloto, seguido pela Região Administrativa de Taguatinga. Os eixos mais carregados são o Oeste e o Norte.

A projeção de viagens para os horizontes de 2010 e 2020 foi desenvolvida com base nos mesmos modelos de produção e de atração de viagens utilizados para estimar a demanda no ano base 2009. Também foram consideradas as estimativas de domicílios, renda familiar, empregos e matrículas escolares, por zona de tráfego, para os anos horizonte.

A Matriz de Deslocamento por transporte coletivo em 2014, considerando todas as RA do DF e os oito municípios do Entorno imediato, permite analisar os principais fluxos de pessoas, bem como estabelecer algumas inferências sobre os polos geradores de emprego, assumindo-se a proporção identificada na Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino em relação aos motivos de viagens.

As matrizes de viagem são a representação numérica dos desejos de viagens da população da área de estudo para um dia útil e para a hora de pico da manhã. As matrizes são utilizadas para carregamento da rede de simulação e também para construção de linhas de desejo, que representam graficamente o valor numérico encontrado entre cada par OD. A Matriz de Deslocamento por transporte coletivo no pico da manhã em 2014 está apresentada em anexo.

Na atual matriz de passageiros por transporte coletivo (apresentada acima), verifica-se que o maior número de deslocamentos para Brasília é proveniente das Regiões Administrativas de Ceilândia (14.414), da própria RA de Brasília (9.181), de Águas Claras (8.948), Taguatinga (8.099), Planaltina (7.326) e Santa Maria (6.306).

De todos os eixos estruturantes (Oeste, Central, Norte e Sul), a quantidade de passageiros com destino a Brasília é bem relevante, comprovando a grande atração existente, principalmente em decorrência da concentração de empregos na área central do Plano Piloto de Brasília.

Entre os municípios do Entorno imediato, também com destino a Brasília, o número maior de passageiros é proveniente da cidade de Valparaíso (5.610), seguida por Águas Lindas (3.992), Luziânia (3.007), Planaltina de Goiás (2.039), Novo Gama (1.219), Cidade Ocidental (1.034), Santo Antônio do Descoberto (468) e Formosa (264).

As Regiões Administrativas e os municípios mais procurados, de acordo com a matriz, são: Brasília, Taguatinga, Setor de Abastecimento e Indústria-SAI, Ceilândia, Águas Claras, Guará, Sudoeste, Samambaia, Gama,

Lago Sul, Santa Maria, Lago Norte, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Cruzeiro, Vicente Pires, Brazlândia, Paranoá, SCIA-Estrutural, Valparaíso, Planaltina, Park Way, Sobradinho II, São Sebastião, Riacho Fundo I, Candangolândia, Riacho Fundo II, Luziânia, Itapoã, Jardim Botânico, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Varjão, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Formosa e Santo Antônio do Descoberto.

2.3.5 - Bloco 5 - Qual a infraestrutura hídrica instalada no DF para diversos usos e empreendimentos?

Já na Etapa 1 do ZEE-DF, os graves desafios relacionados à gestão dos recursos hídricos no DF foram identificados e endereçados. Este esforço dialogava com os esforços empreendidos no Conselho de Recursos Hídricos do DF (CRH/DF), no sentido de reposicionar a importância dos recursos hídricos locais, no contexto dos esforços para implementar o Plano de Gerenciamento Integrado do Recursos Hídricos do DF (PGIRH/DF), aprovado, por unanimidade, em 2012. Diante do desafio, a discussão foi aprofundada, possibilitando a elaboração de um mapa de risco de perda de recarga de aquífero, no âmbito da Matriz Ecológica.

Assume-se, tanto no CRH/DF (por meio das discussões de “*Enquadramento das Águas Superficiais*” relacionadas à qualidade de águas), quanto no ZEE-DF (em vista do mapa de risco supracitado), que a água é um dos elementos centrais para o território, capaz de traduzir a Capacidade de Suporte e de comunicar, de maneira inequívoca, à sociedade, os desafios atuais e futuros. Trata-se da quantidade e da qualidade das águas, para usos e fins diversos, tanto em espaços rurais quanto urbanos.

Neste capítulo, trataremos apenas de aspectos relativos à quantidade de água sob a perspectiva da cobertura da rede da concessionária, no que tange o provimento de água potável e de esgotamento sanitário. Transferimos para as Unidades de Intervenção a discussão da Poluição, articulando Quantidade e Qualidade de Água e, se possível, disponibilidade hídrica, de modo a trabalharmos a ação antrópica (Matriz Socioeconômica) no território, articulada com a capacidade de suporte (Matriz Ecológica).

• Quantidade de água no DF

Este tópico tem por objetivo apresentar a disponibilidade hídrica, bem como a infraestrutura instalada no Distrito Federal, para fins de abastecimento público de água e de esgotamento sanitário, visando identificar potencialidades e possíveis limitações ao desenvolvimento socioeconômico, relacionadas ao saneamento ambiental.

• Provimento de água potável no DF

– Infraestrutura instalada para provimento de água potável

A figura a seguir apresenta a localização dos mananciais utilizados pela Caesb, com as respectivas áreas das bacias hidrográficas/mananciais:

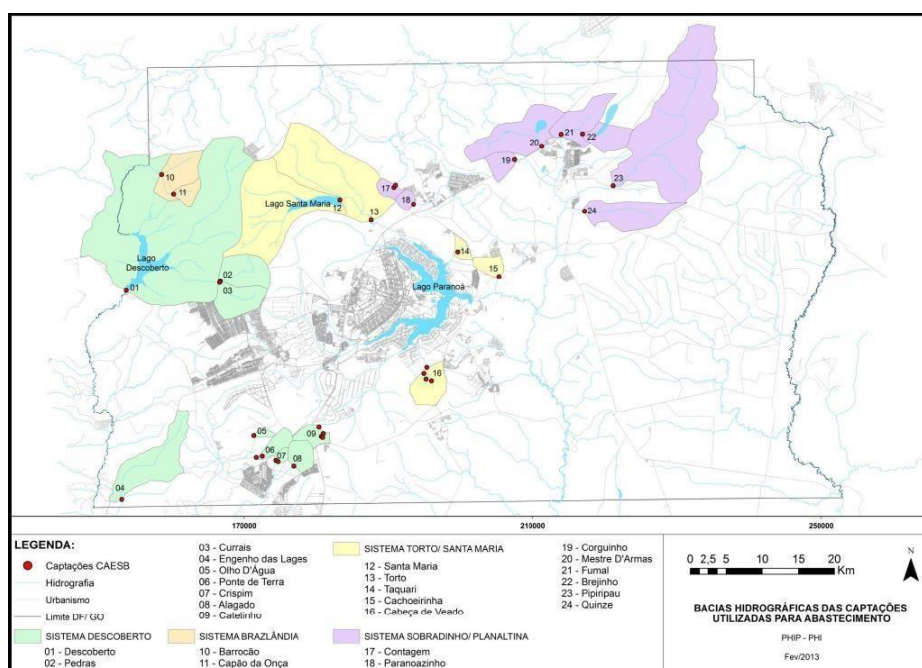


Figura 50 – Mananciais utilizados pela CAESB e suas respectivas Bacias Hidrográficas

Fonte: CAESB (2013)

Os mananciais do DF são classificados como Áreas de Proteção de Mananciais (APM), segundo a legislação distrital, somente se utilizado pela CAESB. Isto significa que, com exceção dos principais mananciais, em termos de quantidade de água, aqueles de menor porte podem não estar protegidos pela legislação, apesar de sua importância para o sistema.

A incorporação desta camada de análise no ZEE-DF permitirá a reflexão sobre as APMs, desvinculando-as de uma utilização imediata pela empresa concessionária e reposicionando-as estrategicamente para garantir sua proteção, dada sua importância para assegurar a manutenção das vazões no território.

O sistema de abastecimento público de água do Distrito Federal conta com cinco principais Sistemas Produtores integrados, quais sejam: Santa Maria/Torto, Rio Descoberto, Planaltina/Sobradinho, Braziândia e São Sebastião, resultado de contínuos esforços e investimento por parte do Estado. A figura a seguir apresenta as áreas de cobertura dos sistemas de abastecimento de água no Distrito Federal, evidenciando suas integrações.

Cabe pontuar que a estratégia histórica de Estado em relação ao abastecimento público, ao nível nacional e distrital, está baseada na extração de água bruta de sistemas superficiais. Esta estratégia apresenta alguns riscos associados, que merecem ser discutidos e aprofundados.

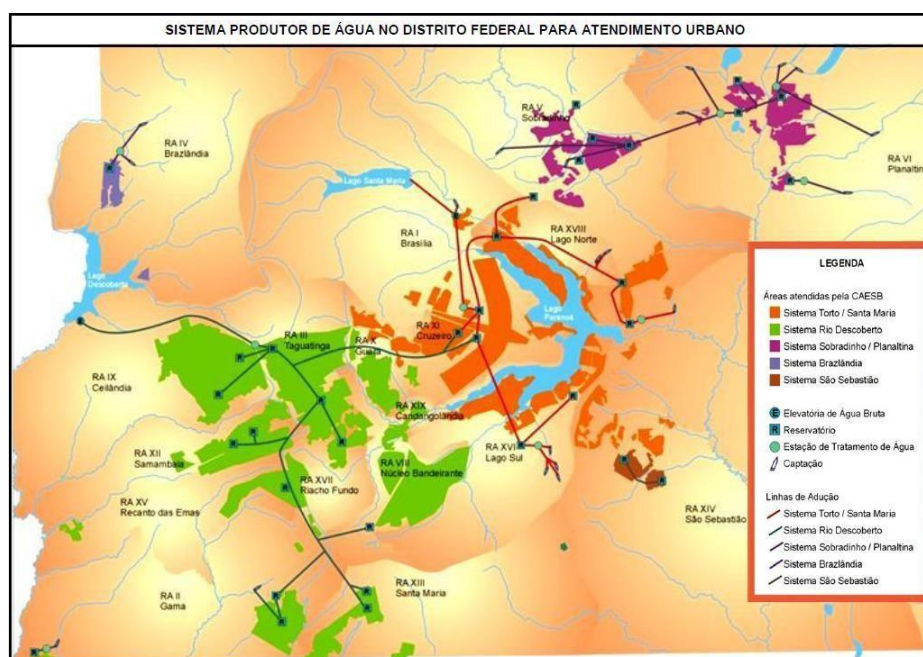


Figura 51 – Sistemas produtores de água no DF para o atendimento urbano
Fonte: CAESB (2013)

Devido à integração do sistema, o índice de atendimento do abastecimento de água, em 2012, foi de 98% da demanda total em 2013. O Sistema Rio Descoberto responde por 60,4% do volume de água produzido, seguido pelos Sistemas Santa Maria/Torto e Sobradinho/Planaltina, responsáveis, respectivamente, por 26% e 9% da produção de água. Os Sistemas Brazlândia e São Sebastião respondem, respectivamente, por 1,4% e 2,7% do volume total.

Com exceção do Sistema São Sebastião, que utiliza somente manancial subterrâneo, os sistemas produtores são compostos por um conjunto de mananciais superficiais que operam de forma integrada, sendo que alguns desses sistemas têm sido reforçados por mananciais subterrâneos.

O papel da água subterrânea no abastecimento público do DF vem crescendo nos últimos anos, chegando a contribuir com 5,2% do volume total produzido em 2012. Neste mesmo ano, a vazão média produzida para fins de abastecimento público pela CAESB foi de 7.471 L/s. Embora a capacidade de produção instantânea dos sistemas existentes alcance 9.565 L/s, a vazão total passível de ser captada nos mananciais utilizados atualmente pela Companhia atinge cerca de 8.500 L/s, devido à infraestrutura instalada.

Tabela 32 – Principais características dos Sistemas Produtores de Água Superficial no DF em 2013

Sistema Produtor	Capacidade de produção instantânea (l/s)	Vazão Produzida (l/s)
Torto/Santa Maria (integrado)	2.629,1	1.952,7
Rio Descoberto (integrado)	5.506,0	4.521,5
Brazlândia	152,9	105,8
Sobradinho / Planaltina	1.020,8	693,7
São Sebastião	256,4	197,5
Total	9.565,2	7.471,2

Fonte: CAESB (2013)

A vazão captável corresponde às vazões outorgadas e/ou vazões calculadas por estudos hidrológicos, que definem os valores passíveis de captação.

O governo do DF prevê, por meio da Caesb, a implantação de três novas captações superficiais nos próximos anos: no ribeirão Bananal, no Lago Paranoá e no Lago da UHE Corumbá IV. Os processos de licenciamento ambiental estão em curso, com a previsão de entrada, em 2015, da captação no Lago Paranoá.

A captação no ribeirão Bananal irá operar de forma integrada às captações Santa Maria/Torto, com tratamento de água na ETA (Estação de Tratamento de Água) Brasília. As vazões captadas variam de 600 a 750 L/s. A captação no Lago Paranoá ocorrerá em duas etapas, sendo a primeira com capacidade de 2100 L/s e a segunda 700 L/s, totalizando 2.800 L/s. O sistema produtor Corumbá também ocorrerá em duas etapas, cada uma com capacidade de produção de 1400 L/s.

É importante pontuar que o ciclo de planejamento e implantação de infraestrutura hídrica não é curto e que o crescimento acelerado de população poderá alcançar rapidamente o teto de vazão (da atual infraestrutura), e, em médio prazo, o atingimento do máximo de exploração das águas no território em função dos limites disponíveis. Registre-se que a ocupação irregular/ilegal tende a promover a diminuição da disponibilidade hídrica pelo comprometimento de áreas importantes para recarga dos aquíferos, em vista da rápida impermeabilização de extensas áreas, aliada ao aumento da produção de sedimentos e o consequente assoreamento dos corpos d'água. O resultado é um aumento da vulnerabilidade distrital – dos ambientes urbanos, rurais e naturais – em vista do impacto das mudanças climáticas nos recursos hídricos, tanto relativos à escassez (secas e queimadas), quanto à abundância (enchentes e alagamentos).

Considerando que as vazões médias produzidas não representam as vazões demandadas nos períodos de maior consumo de água, pode-se concluir, a partir das informações apresentadas, que a capacidade de produção dos sistemas existentes encontra-se muito próxima da demanda de água, sendo imperiosa a implantação dos novos sistemas de abastecimento, além de esforços para reduzir as perdas e os desperdícios no consumo.

Diante do exposto, verifica-se que o monitoramento da disponibilidade de água tratada para o abastecimento público pode ser feito por meio de um indicador de uso do sistema existente. Ou seja, que considere a vazão produzida (atendimento da demanda atual), em relação à vazão captável, visto que este último é o parâmetro limitador que melhor traduz a Capacidade de Suporte do território no tocante a sua disponibilidade. A capacidade de produção pode e deve ser um pouco maior que as vazões captáveis para que os sistemas tenham flexibilidade operacional, desde que interligados.

A interligação do sistema no DF aumenta objetivamente a resiliência da população do DF, uma vez que a exploração dos sistemas produtores não é isolada. Assim, as vazões captáveis isoladas não constituem, a exemplo de outros Estados, o parâmetro que indica a maior limitação do sistema de abastecimento de água.

Em relação às áreas rurais, a CAESB vem ampliando a sua atuação nos últimos anos. Em 2013, foram atendidos 30.413 habitantes de 61 comunidades rurais. Os sistemas de abastecimento nessas localidades são isolados e, em geral, adotam poços profundos como fonte de abastecimento. A imagem a seguir apresenta a localização de tais comunidades.

Fonte: CAESB (2013)

Analisou-se o perfil dos consumidores de água no DF, como forma de identificar as principais atividades econômicas no consumo público de água, inclusive sua relevância, além de prover subsídios à construção de Unidades de Intervenção, Cenários Futuros, Zonas, Subzonas e Diretrizes.

- ✓ Residencial
- ✓ Comercial
- ✓ Industrial
- ✓ Pública

Com base nos dados de consumo micromedido e quantidade de unidades de consumo (economias), foi determinado um índice de consumo médio por categoria, obtido pela divisão do consumo micromedido pelo respectivo número de unidades de consumo.

Cada uma das categorias foi analisada à luz de dois parâmetros.

Um primeiro parâmetro, correspondente ao “consumo médio micromedido por unidade de consumo em metros cúbicos por mês e por Região Administrativa ou Setor”, possibilita identificar os consumos médios mensais, por unidade consumidora e por categoria, nas diversas regiões e setores urbanos do Distrito Federal. Este identifica os volumes médios mensais por unidade de consumo por categoria, permitindo identificar consumos específicos mais significativos para o DF.

O segundo parâmetro, corresponde ao “consumo total micromedido, em metros cúbicos por mês, por Região Administrativa ou Setor”, evidencia o volume médio mensal de água consumida por categoria, nas diversas regiões e setores urbanos do Distrito Federal. Este indicador mostra o quantitativo total de água consumida nas quatro categorias de análise, pondo em evidência os principais centros de consumo no DF.

Dessa forma, as figuras a seguir, indicam o consumo micromedido total ($\text{m}^3/\text{mês}$), para as categorias Residencial, Comercial, Industrial e do Poder Público, em 44 áreas urbanas do DF. Ressalte-se a variação de escala de medida ($\text{m}^3/\text{mês}$) entre as categorias de consumo. E em que pese os dados se apresentarem em 44 unidades, é possível fazer a aproximação com as RAs do DF.

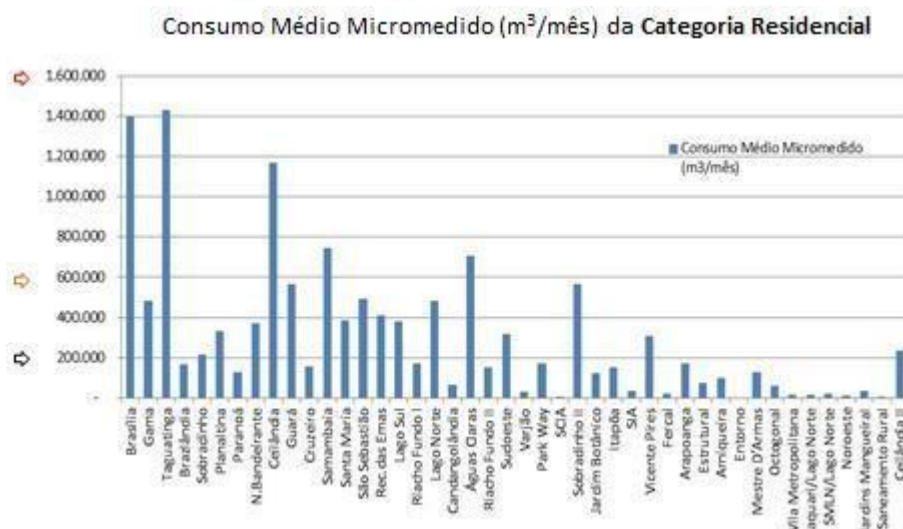


Figura 53 – Consumo Médio Micromedido ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Residencial no DF em 2013
Fonte: CAESB (julho/2014)

Constata-se que as regiões urbanas que demandam maior volume de água para uso residencial, são: Brasília, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Águas Claras. Os volumes mensais consumidos variam da ordem de 700 mil a 1.400 mil $\text{m}^3/\text{mês}$.

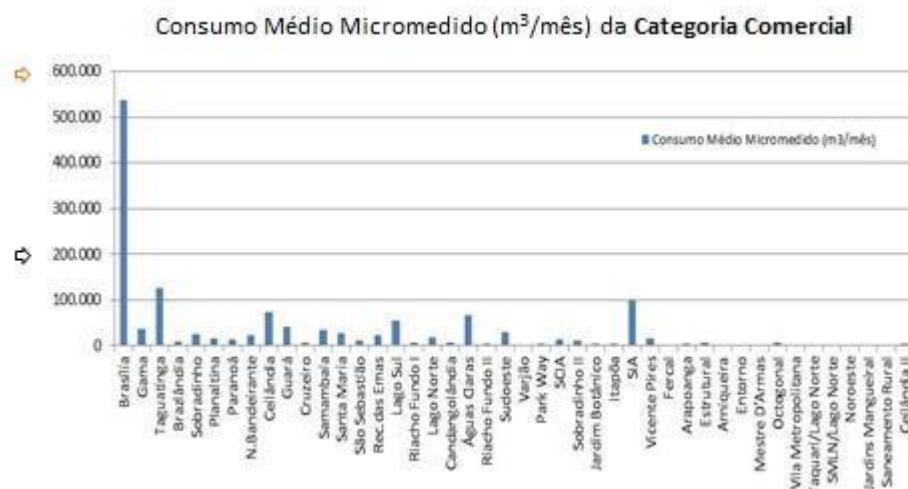


Figura 54 – Consumo Médio Micromedido ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Comercial no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

Em termos de demanda de água para uso comercial, em geral, os volumes são pouco expressivos, destacando-se apenas Brasília, que atinge valores da ordem de 550 mil $\text{m}^3/\text{mês}$, seguida por Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras, Lago Sul e SIA, com consumos variando entre 50 a 120 mil $\text{m}^3/\text{mês}$.

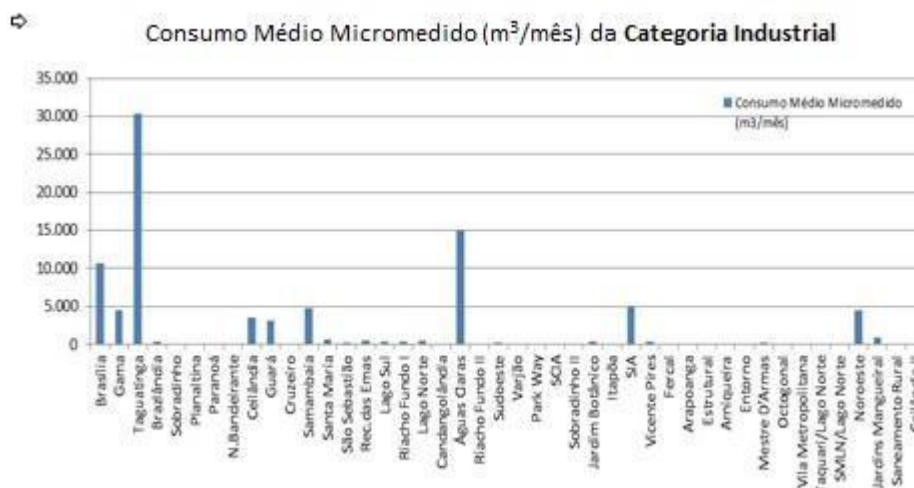


Figura 55 – Consumo Médio Micromedido ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Industrial no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

Na categoria industrial, constata-se valores de consumo ainda menos expressivos, quando comparado às demandas das categorias residencial e comercial. Destacam-se as localidades de Brasília, Taguatinga e Águas Claras, cujos volumes consumidos variam de 10 mil a 30 mil $\text{m}^3/\text{mês}$.

É importante destacar que a atividade de construção civil é considerada categoria industrial, motivo pelo qual Águas Claras possui consumos elevados de água neste setor.

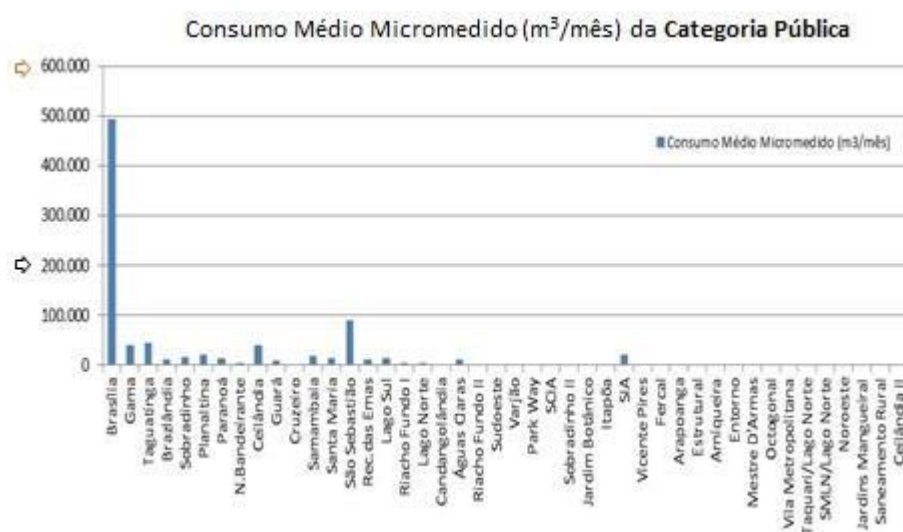


Figura 56 – Consumo Médio Micromedido ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Pública no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

O consumo de água para uso público, como seria de se esperar, concentra-se em Brasília, atingindo valores próximos a 500 mil $\text{m}^3/\text{mês}$. O consumo público na região de São Sebastião só se torna expressivo, com valores da ordem de 90 mil $\text{m}^3/\text{mês}$, devido ao presídio da Papuda. Em seguida, Taguatinga, Gama e Ceilândia atingem valores de consumo em torno de 40 mil $\text{m}^3/\text{mês}$, enquanto nas demais áreas urbanas o consumo público torna-se pouco expressivo.

Sinteticamente, podemos constatar que, em termos de volume consumido nas quatro categorias de consumidores analisados, o consumo residencial é o mais relevante, correspondendo a 84,5 % do volume total distribuído.

Em seguida, identifica-se o consumo comercial (9% do volume total) e o consumo público (5,9 % do volume total). Portanto, constata-se que o consumo industrial no Distrito Federal é inexpressivo, uma vez que representa apenas 0,6% do volume total consumido. A figura abaixo apresenta os volumes totais consumidos por categoria, relativos à média do período de setembro a dezembro de 2013. O volume total médio mensal distribuído foi de 15.233,507 m^3 .

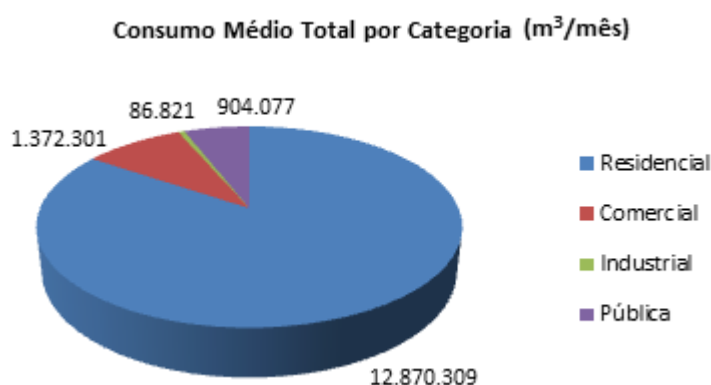


Figura 57 – Consumo Médio Total ($\text{m}^3/\text{mês}$) por categoria no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

Em relação ao consumo mensal de água por unidade consumidora, as figuras a seguir apresentam os valores médios observados para as categorias residencial, comercial, industrial e pública, referentes ao período de setembro a dezembro de 2013.

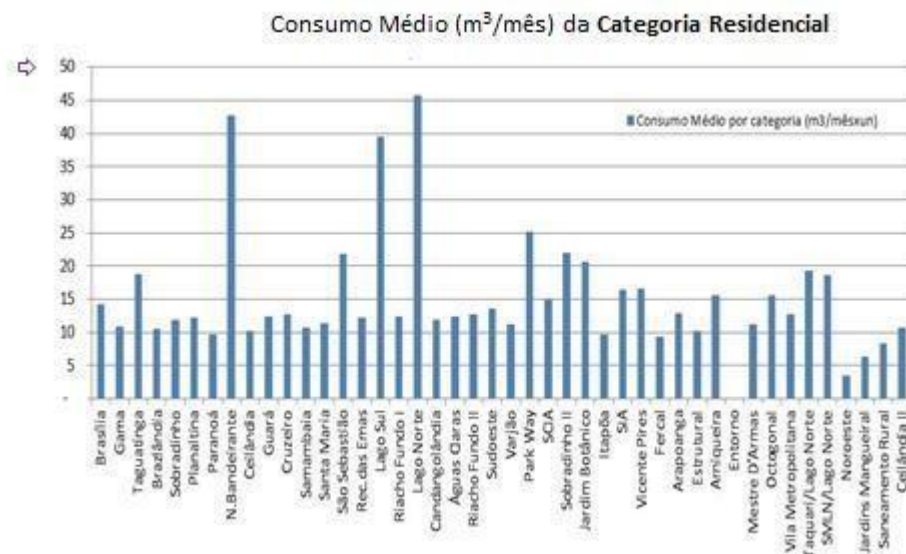


Figura 58 – Consumo Médio ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Residencial no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

O consumo médio mensal de água por unidade residencial variou de 10 a 25 $\text{m}^3/\text{mês}$, destacando-se como maiores consumidoras as Regiões Administrativas do Lago Sul, Lago Norte e Núcleo Bandeirante, atingindo a faixa entre 40 e 45 $\text{m}^3/\text{mês}$.

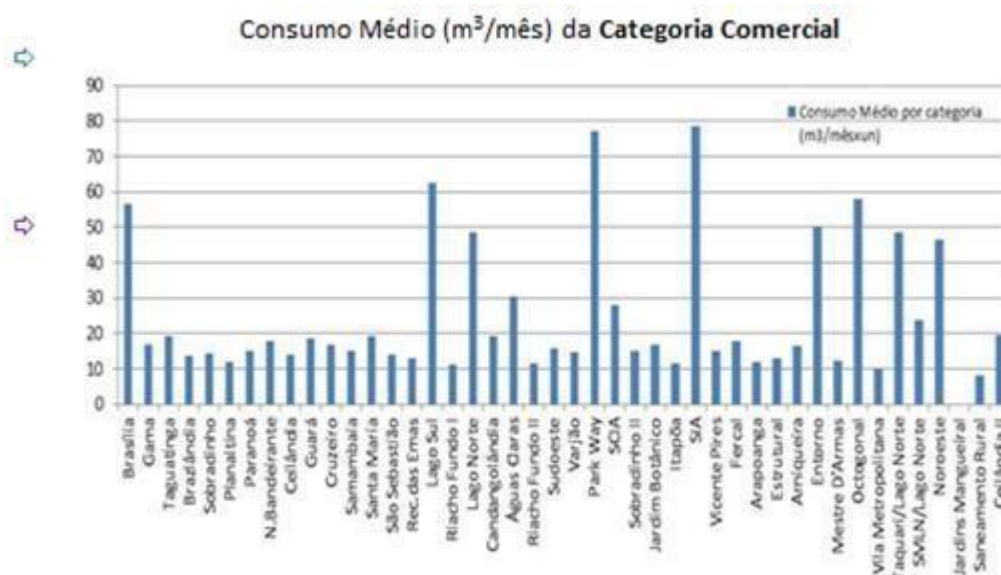


Figura 59 – Consumo Médio ($\text{m}^3/\text{mês}$) da categoria Comercial no DF em 2013

Fonte: CAESB (julho/2014)

O consumo médio mensal por unidade comercial, em geral, também apresenta valores médios pouco significativos, variando entre 10 e 20 $\text{m}^3/\text{mês}$. Consumos mais expressivos, na faixa de 50 a 80 $\text{m}^3/\text{mês}$, são observados em Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Park Way, SIA e Octogonal.

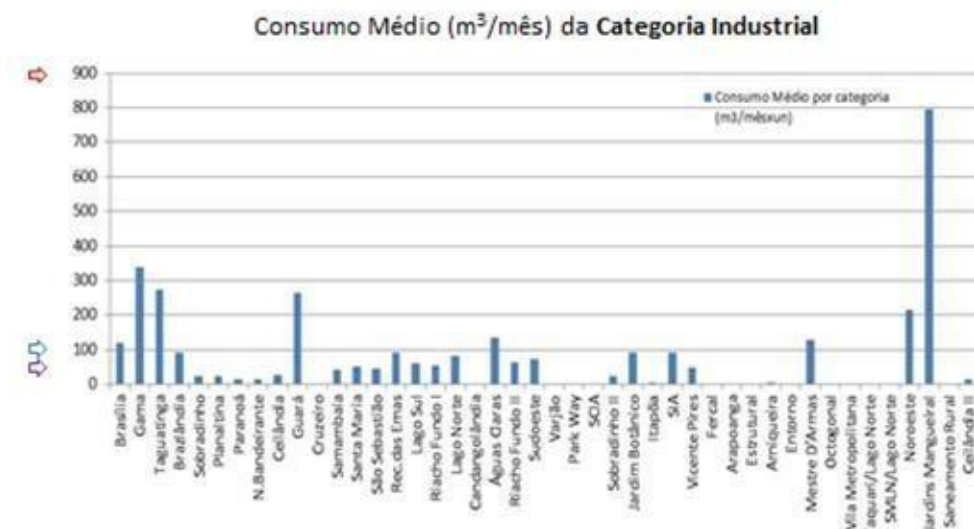


Figura 60 – Consumo Médio (m³/mês) da categoria Industrial no DF em 2013
 Fonte: CAESB (julho/2014)

Embora o volume total de consumo de água na categoria industrial não seja significativo no Distrito Federal, conforme mencionado anteriormente, os consumos médios mensais por unidade consumidora podem apresentar valores elevados, de acordo com a atividade produtiva.

Os consumos mais elevados desta categoria são observados nos Jardins Mangueiral e Noroeste, onde se destaca a indústria da construção civil, seguidos pelas RAs do Gama, Taguatinga e Guará, provavelmente em decorrência da mesma atividade produtiva.

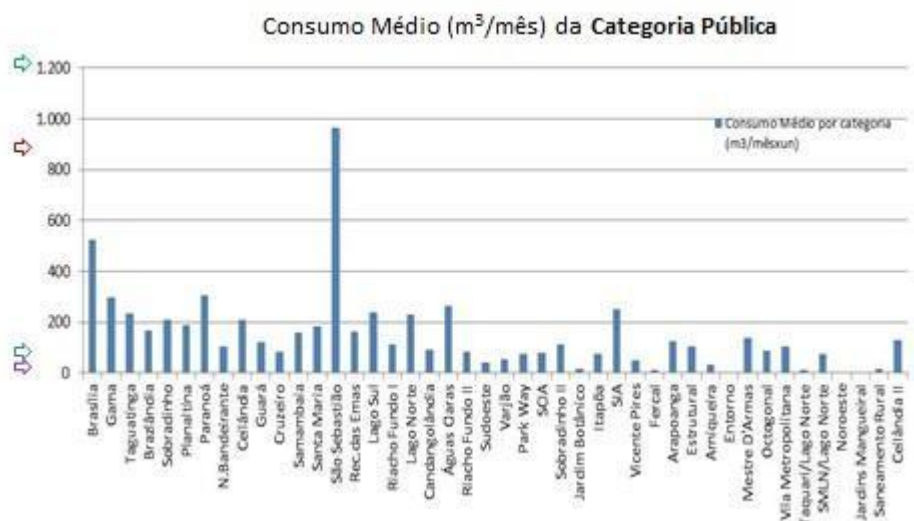


Figura 61 – Consumo Médio (m³/mês) da categoria Pública no DF em 2013
 Fonte: CAESB (julho/2014)

Na categoria pública, os consumos de água mais relevantes ocorrem em Brasília, com valores médios mensais da ordem de 500 m³/mês e, em São Sebastião, que atinge valores superiores a 900 m³/mês, refletindo a situação específica do presídio da Papuda. Em geral, os consumos médios mensais são entre 150 e 300 m³/mês, referentes, predominantemente, a escolas, hospitais e prédios públicos.

Das análises efetuadas, constata-se que a demanda de água mais significativa no Distrito Federal é para uso residencial. As demandas para abastecimento das categorias comercial e pública ocorrem de forma mais distribuída, ressaltando algumas situações específicas. Os consumos para atividades industriais são praticamente inexpressivos. Ressalta-se que este traço costuma caracterizar atividades de baixo potencial poluidor.

Dessa forma, mantendo-se as atividades econômicas em padrões similares aos atualmente praticados no Distrito Federal, sejam elas atividades comercial, pública ou industrial, os consumos médios de água, por categoria, permanecerão com comportamentos próximos aos observados anteriormente.

Assim, as projeções de expansão do sistema de abastecimento de água já contemplam tais demandas e podem ser adotadas nos estudos de cenário, ressaltando apenas situações em que os cenários contemplem atividades econômicas que requeiram demandas elevadas de água, quando devem ser adotados critérios específicos de projeção.

• Provimento de esgotamento sanitário no DF

– Infraestrutura instalada para o provimento de esgotamento sanitário

A análise do esgotamento sanitário no DF utilizou dados do Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal, em elaboração. Estes dados foram utilizados para determinar a carga contribuinte de cada bacia de esgotamento, considerando a população contribuinte atendida por rede de esgoto. O aprofundamento desta questão ocorrerá na análise das Unidades de Intervenção, com foco na compreensão do impacto humano sobre os corpos hídricos.

As principais bacias hidrográficas utilizadas para fins de diluição de esgotos tratados no Distrito Federal são: Bacia do Lago Paranoá, Bacia do Rio São Bartolomeu, Bacia do Rio Ponte Alta/ Rio Alagado e Bacia do Rio Descoberto/ Melchior. Os sistemas de esgotamento sanitário compostos por unidades de coleta, transporte e Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) são nominados pela respectiva ETE.

A unidade geográfica utilizada para a análise é a Bacia de Esgotamento, que correspondem às seguintes Regiões Administrativas e Unidades Hidrográficas:

Tabela 33 – Localização das ETEs e Bacias de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal

Bacia de Esgotamento	Região Administrativa	Bacia Hidrográfica
Alagado	Parte de Santa Maria	Bacias do Rio Ponte Alta e do Rio Alagado
Brasília Norte	Taquari, Lago Norte e parte de Brasília (Asa Norte, Vila Planalto, Setor de Clubes Norte)	Bacia do Lago Paranoá
Brasília Sul	Cruzeiro, Guará, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, SIA, Águas Claras, QN1 de Riacho Fundo, Lago Sul e parte de Brasília (Asa Sul e Setor de Clubes Sul)	Bacia do Lago Paranoá
Brazlândia	Brazlândia (efluentes exportados para Rio Verde-GO)	Bacias do Rio Descoberto e do Rio Melchior
Gama	Gama	Bacias do Rio Ponte Alta e do Rio Alagado
Melchior	Taguatinga e Ceilândia	Bacias do Rio Descoberto e do Rio Melchior

Paranoá	Paranoá	Bacia do Rio São Bartolomeu
Planaltina	Planaltina	Bacia do Rio São Bartolomeu
Recanto das Emas	Recanto das Emas e Riacho Fundo II	Bacias do Rio Ponte Alta e do Rio Alagado
Riacho Fundo	Riacho Fundo, exceto QN1	Bacia do Lago Paranoá
Samambaia	Samambaia	Bacias do Rio Descoberto e do Rio Melchior
Santa Maria	Parte de Santa Maria	Bacias do Rio Ponte Alta e do Rio Alagado
São Sebastião	São Sebastião	Bacia do Rio São Bartolomeu
Sobradinho	Sobradinho	Bacia do Rio São Bartolomeu
Torto	Vila Weslian Roriz (Torto)	Bacia do Lago Paranoá
Vale do Amanhecer	Planaltina	Bacia do Rio São Bartolomeu

Fonte: GT4, ZEE-DF (2014)

Atualmente existem 16 ETEs responsáveis pelo tratamento de 100% dos esgotos coletados, onde grande parte dos esgotos é tratada a nível terciário para a remoção de nutrientes.

O índice de atendimento com sistema de coleta de esgotos no Distrito Federal, em 2012, foi de 82%. As áreas ainda não atendidas correspondem basicamente àquelas que adotam soluções individuais, tipo fossa-sumidouro, por possuírem lotes com dimensões específicas ou por estarem localizados em condomínios irregulares (incluindo aqueles em fase de regularização).

Na figura abaixo, estão as áreas atendidas pelos sistemas de esgotamento sanitário do DF.

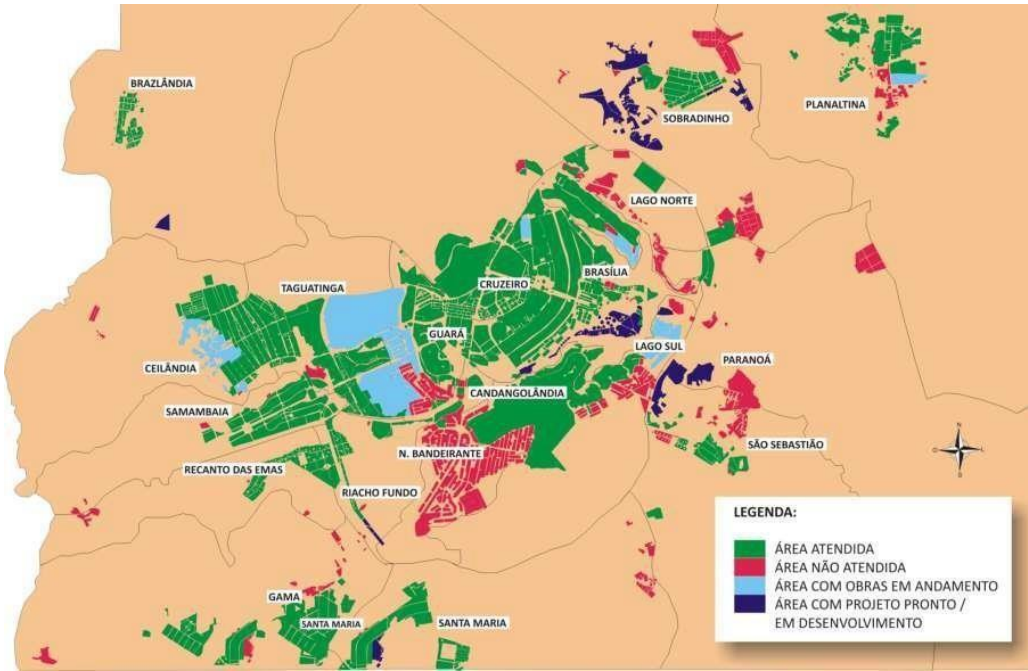


Figura 62 – Mapa das áreas de atendimento dos sistemas de esgotamento sanitário no DF
 Fonte: SIESG 2013 (CAESB)

– Atendimento da população por rede de esgotamento sanitário



Figura 63 – População atendida por rede de esgoto na bacia de esgotamento no DF em 2013

Fonte: CAESB (2014)

Observa-se que a bacia de esgotamento sanitário com a maior população contribuinte é a bacia da ETE Melchior, consequentemente gerando maior carga *per capita*. Estamos tratando da ordem de mais de 500 mil habitantes, ou seja, mais de meio milhão de pessoas, correspondendo aos dois maiores núcleos urbanos, ou seja, as RAs de Ceilândia e Taguatinga.

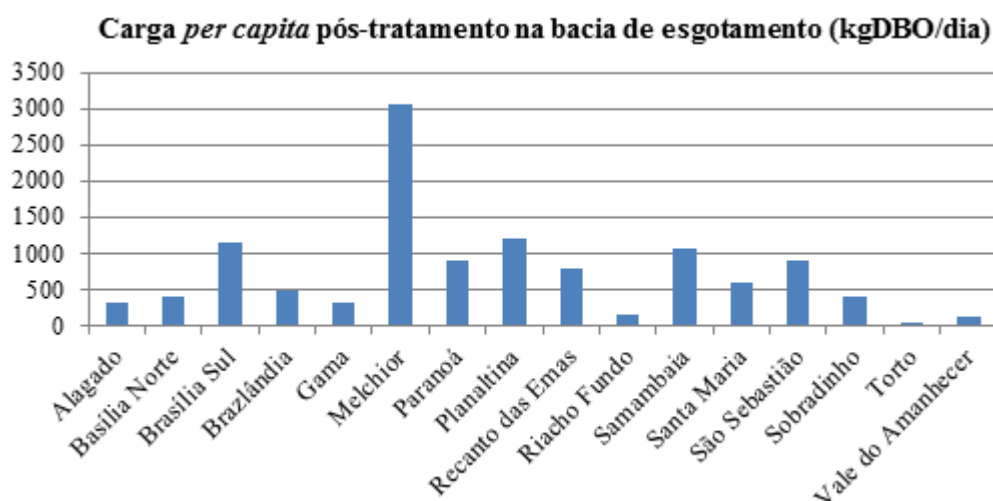


Figura 64 – Carga *per capita* pós-tratamento na bacia de esgotamento no DF em 2013

Fonte: CAESB (2014)

As implicações das cargas *per capita* pós-tratamento sanitário, inclusive sobre o planejamento governamental, serão abordadas no capítulo das Unidades de Intervenção, posto que tratam de impacto ambiental, resiliência dos corpos hídricos e capacidade de suporte do território.

2.3.6 - Bloco 6 - Qual a infraestrutura elétrica instalada para suportar a demanda do DF?

A distribuição de energia elétrica no Distrito Federal é de responsabilidade da Companhia Energética de Brasília (CEB) Distribuição, empresa com concessão do Governo Federal para distribuição de energia elétrica no âmbito do DF por meio do Contrato de concessão nº 0066/1999/ANEEL. É uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral, com prazo de concessão até 2015.

Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel é o órgão que tem por finalidade regular e fiscalizar as atividades e serviços prestados. Anualmente, a Concessionária encaminha à Aneel o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), no qual consta a previsão de expansão do sistema elétrico do Distrito Federal para o horizonte de 10 anos, apontando as obras do Sistema de Distribuição de Alta Tensão (SDAT) e das Subestações de Distribuição – SED. O Sistema de Distribuição de 75 Média Tensão (SDMT) e o Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (SDBT) têm um horizonte de apenas cinco anos.

Dadas estas condicionantes, é de fundamental importância a integração dos planejamentos setoriais do Governo do DF – a exemplo daqueles que definem a expansão urbana e/ou de atividades econômicas industriais – de modo que as previsões de reforço ou expansão da rede elétrica sejam consideradas no PDD.

Tais estudos têm por objetivo detalhar a expansão, ampliação e reforços no sistema de distribuição, bem como prospectar as principais obras estruturantes, de modo a atender aos critérios técnicos e econômicos para os horizontes de médio e longo prazo, resultando no plano de obras.

O suprimento de energia elétrica no Distrito Federal é realizado por Furnas Centrais Elétricas, por meio das subestações de Brasília Sul 345/138 kV, Brasília Geral 230/34,5 kV e Samambaia 500/345/138 kV, com capacidades de 900 MVA, 240 MVA e 675 MVA, respectivamente. Também contribuem UHE Corumbá IV, Corumbá III e Paranoá, com 127 MW, 93 MW e 30 MW de potência instalada.

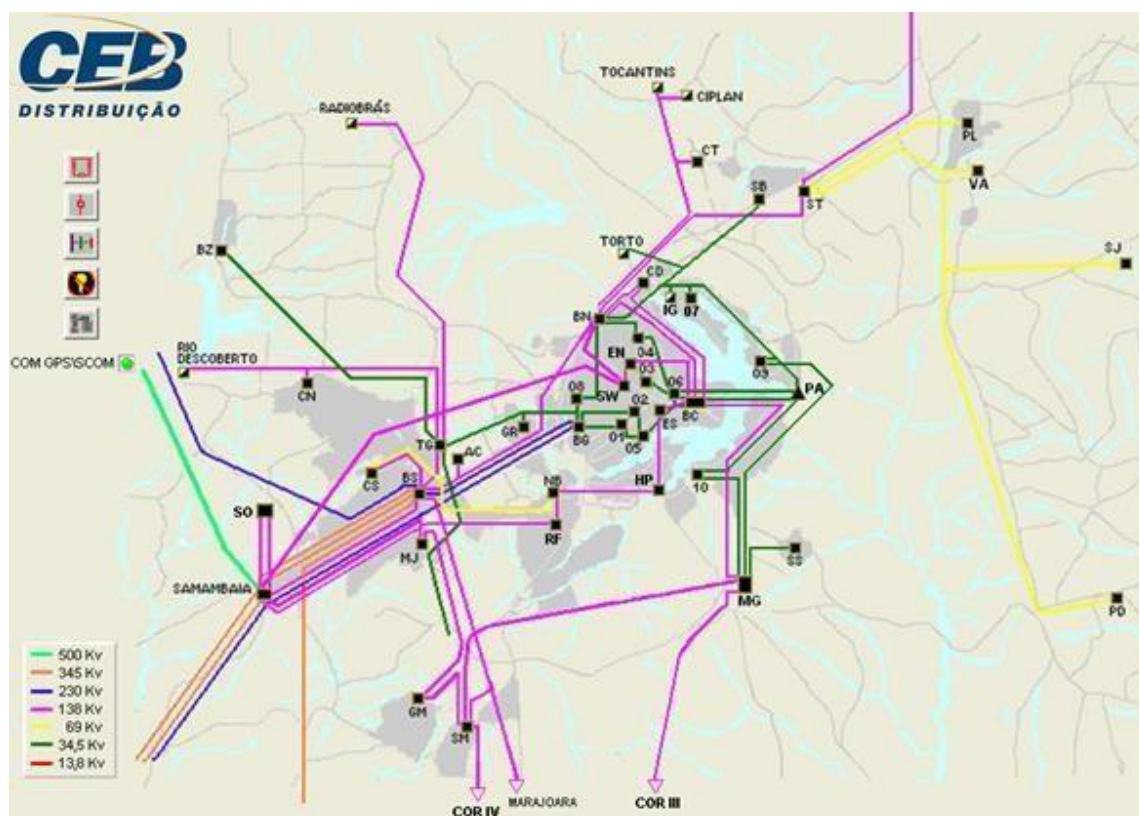


Figura 65 – Mapa de operação do sistema elétrico do Distrito Federal
Fonte: CEB Distribuição (2014)

A rede de distribuição implantada mostra uma priorização da região centro-oeste, com foco no sudoeste, onde estão os núcleos urbanos mais populosos. A partir do sistema supridor de Furnas, o qual atravessa o DF

(Samambaia, Brasília Sul e Brasília Geral), existe um conjunto de subestações neste mesmo eixo (Brasília Centro, Brasília Norte, Estádio Nacional, Embaixadas Sul, Guará, Gama, Núcleo Bandeirantes, Águas Claras, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Taguatinga, entre outros), as quais avançam para o lado leste e sudeste do Lago Paranoá (Sobradinho, Contagem, Mangueiral e São Sebastião), além de Brazlândia a oeste e São José, Planaltina, a extremo leste, e no eixo Sul, ao longo da DF-140 (Monjolo, Gama e Santa Maria).

Outro eixo, mais leste e ao sul, inclui uma subestação no Vale do Amanhecer e no PAD Jardim. O sistema comporta, adicionalmente, um conjunto de subestações particulares, tais como as dos eixos Oeste e Noroeste (Rio Descoberto e Radiobrás), do eixo Norte (Ciplan e Tocantins), e da região central (subestações do Torto e do Igatemi).

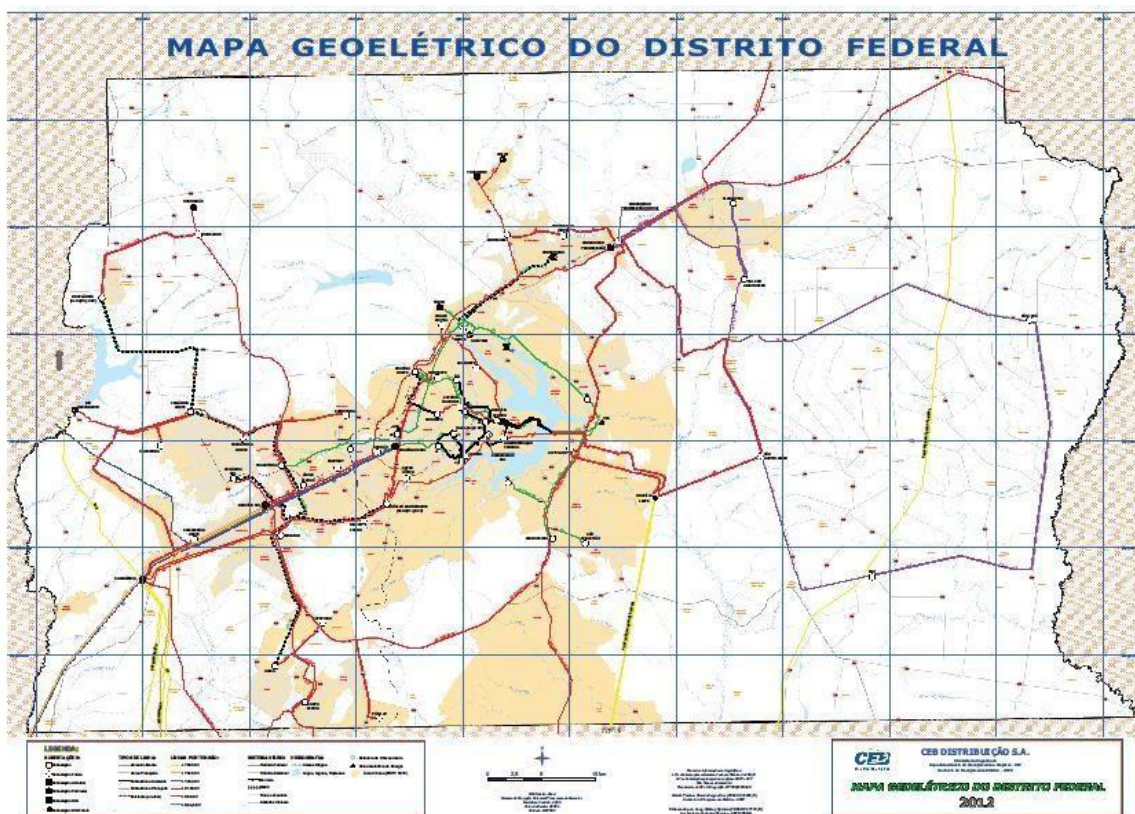


Figura 66 – Mapa geométrico do Distrito Federal (versão 2012 com previsão de obras até 2021)

Fonte: CEB Distribuição (2012)

A expansão do sistema já prevê, no PDD 2014/2023, as seguintes Subestações (SE): Brazlândia (nova), Guararoba, Taguatinga Norte, Estrutural, Park Way, Administração Federal (próximo aos Três Poderes), Catetinho, Guará Dois, Sobradinho Dois, São Bartolomeu, Itapoã, Parque das Benções, Asa Sul, Asa Norte, Noroeste e Polo JK. As SEs estão interligadas por linhas de distribuição de 138, 69 e 34,5 kV, aéreas, subterrâneas e sublacustres.

Destaque-se que as subestações de Brasília Sul e Samambaia alimentam, também, regiões do Entorno. Ademais, o suprimento de cargas a nordeste do DF faz-se pela Subestação de Sobradinho.

• Mercado de energia elétrica no DF: evolução e tendências

A demanda de energia requerida pela sociedade em um determinado período é uma variável composta por condições socioeconômicas, culturais e até mesmo climáticas. Para entender o histórico do consumo de

energia elétrica, é preciso avaliar os principais fatores que explicam a demanda de energia. Pode-se, por exemplo, observar a evolução das tarifas, as transformações do setor produtivo local, os ganhos de eficiência energética e produtiva em função da introdução de novas tecnologias, a mudança de hábitos da população, a evolução do nível de emprego e o aumento da renda disponível das pessoas. Com base nessa perspectiva é que se pretende compreender melhor o comportamento passado e, ao mesmo tempo, prospectar o comportamento futuro do mercado de energia elétrica.

Nos últimos cinco anos, o consumo de energia elétrica no Distrito Federal cresceu 21,6%, uma média de 5,1% ao ano, enquanto a média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB/DF) entre os anos de 2009 e 2013 foi de 3,3%. De acordo com a CODEPLAN, o PIB/DF cresceu 1,2% em 2013. Esta variação ficou abaixo da média do PIB nacional, que cresceu 2,3%. O setor de Serviços, que participa com 93,2% na estrutura do PIB/DF, também cresceu 1,2% em 2013.

Verifica-se, ainda, que mesmo com a crise financeira mundial deflagrada em 2008 e com reflexos em 2009, setores da economia do Distrito Federal apresentaram crescimento positivo entre 2008 e 2010. As atividades econômicas com maior participação no PIB/DF em 2010 foram os setores de serviços, com 93,2%, administração, saúde e educação pública, com 54,4%. Na figura a seguir, é apresentada a evolução da carga própria, do PIB/DF e do PIB Brasil, de 2007 a 2013.

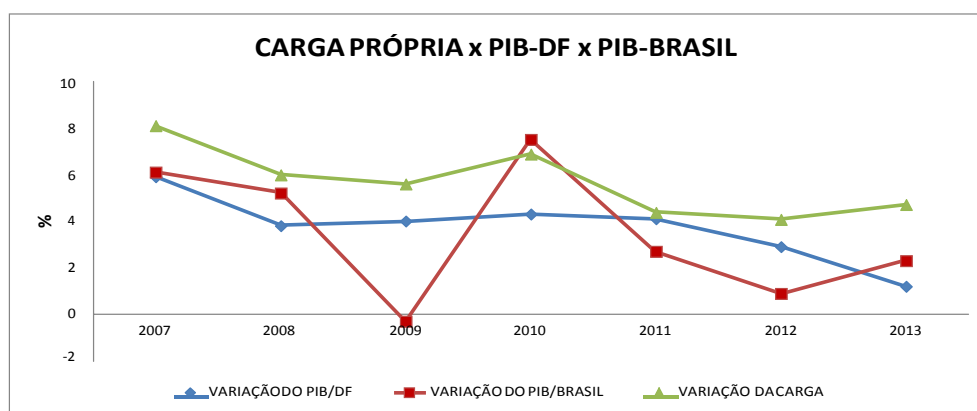


Figura 67 – Evolução da carga própria em comparação ao PIB/DF e ao PIB/Brasil (2007 a 2013)

Fonte: Boletins de Mercado (CEB Distribuição, CODEPLAN, IPEA)

• Consumo de energia elétrica por classe de consumidores no DF

As condições gerais de fornecimento de energia elétrica estão previstas na Resolução Normativa nº 414/2010 – ANEEL. São definidas as seis categorias de consumidores, apresentadas neste estudo:

- ✓ Residencial;
- ✓ Comercial;
- ✓ Industrial;
- ✓ Pública;
- ✓ Rural;
- ✓ Iluminação Pública.

No fechamento do ano 2013, a CEB possuía 947.324 consumidores de energia. Excluem-se deste número os usuários de áreas irregulares (do ponto de vista da regularização ambiental e fundiária). O consumo acumulado no ano de 2013 por classes de consumidores (em participação percentual) e o número de consumidores por classe (em participação percentual) estão apresentados nas figuras abaixo.

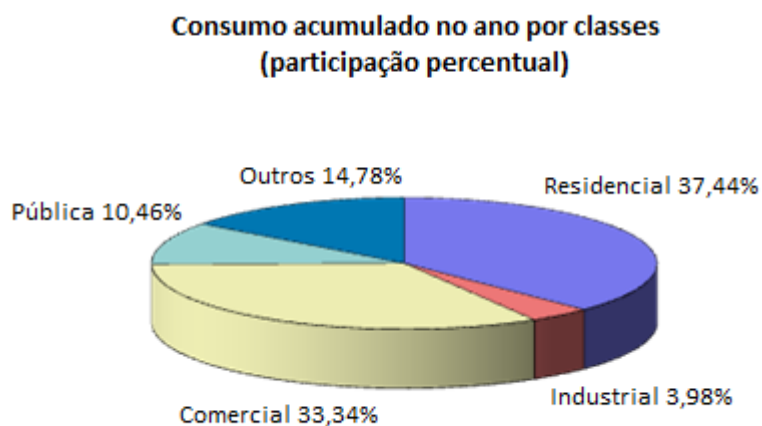


Figura 68 – Consumo acumulado no ano por classes (participação percentual) em 2013
Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

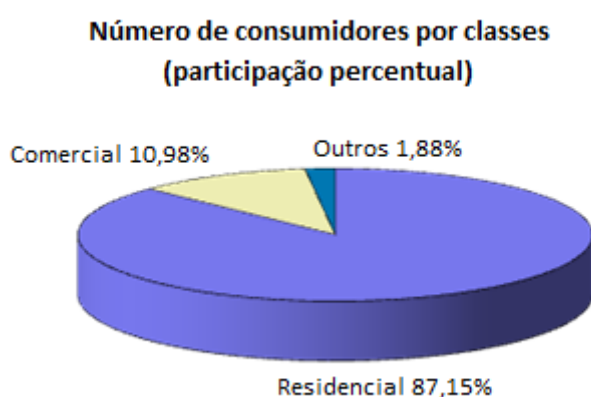


Figura 69 – Número de consumidores por classes (participação percentual) em 2013
Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

As figuras acima demonstram que o maior percentual pertence ao segmento residencial, tanto em consumo de energia, quanto em quantidade de consumidores. Em seguida, vem o segmento comercial e do poder público.

Em síntese, as principais limitações quanto ao provimento de energia elétrica no Distrito Federal estão na infraestrutura instalada, na disponibilidade orçamentária da CEB e na observação do planejamento de médio e longo prazo, integrados a outras pastas setoriais, no âmbito do GDF.

A diversificação da matriz energética é uma questão importante, particularmente com a utilização da energia solar. Ressalte-se que, no DF, o provimento de energia, por meio do sistema Furnas, assim como pela energia provida pela UHE do Lago Paranoá, é eminentemente hidrelétrica.

– Análises qualitativas e quantitativas do mercado de energia elétrica no DF

A tabela abaixo mostra o consumo total de energia elétrica do DF e as respectivas taxas de crescimento.

Tabela 34 – Consumo total de energia elétrica e taxas de crescimento no DF (2004 a 2013)

ANO	CONSUMO TOTAL	TAXAS DE CRESCIMENTO
2013	7.300.749	4,71%
2012	6.972.105	4,07%
2011	6.699.506	4,37%
2010	6.418.970	6,87%
2009	6.006.569	5,59%
2008	5.688.335	5,98%
2007	5.367.251	8,09%
2006	4.965.664	5,94%
2005	4.687.096	7,72%
2004	4.351.297	5,06%

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

O consumo total de energia da CEB-D, que considera o consumo cativo, as perdas e os consumidores livres, apresentou, nos últimos dez anos, um crescimento médio de 5,84%.

Na perspectiva do consumo por classe dos últimos dez anos, apresentado na tabela, as classes com crescimento médio mais significativo foram: a industrial, que se destacou dentre as demais, com 12,98%; a de iluminação pública, em torno de 7,73%; e a comercial, com 6,93%; enquanto o menor incremento foi verificado no consumo do poder público, com apenas 4,73%.

Neste sentido, observa-se que as variações anuais na classe industrial podem ser explicadas pelo retorno e posterior saída de um consumidor expressivo para o mercado livre. No caso da iluminação pública, iniciativas como o programa do GDF “Energia com Segurança” e a ampliação do sistema de iluminação pública no Distrito Federal, podem explicar o avanço no consumo.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à participação no mercado da CEB-D. A classe residencial é a mais expressiva, contribuindo com 36,76%, seguida pelas classes comercial, com 33,30%; e Poder Público, com 10,72%, considerando dados de 2013. Fato que merece atenção é a classe comercial, com participação no consumo próxima ao da residencial. O aumento na classe comercial também está atrelado ao grande número de shopping centers e hipermercados, concentrados principalmente no Plano Piloto, em Brasília. Tudo isso movido pela alta renda da população que, em sua maioria trabalha, no setor público.

O segmento residencial, o mais representativo no consumo de energia elétrica, apresentou crescimento médio de 4,96% nos últimos dez anos.

O consumo acumulado por consumidor residencial passou de 222,34 kWh/mês para 226,02 kWh/mês, um acréscimo de 2% em relação a 2012. É possível entender que, dentre outros fatores, o efeito renda contribui para o aumento no consumo.

A tabela abaixo apresentada o consumo por classe, a estrutura de participação e as respectivas taxas de crescimento nos últimos dez anos.

Tabela 35 – Consumo por classe (MWh) no DF (2004 a 2013)

ANO	RES.	IND.	COM.	RURAL	PODER PÚBL.	ILUM. PUB.	SERV. PÚBL.	PRÓPRIO
2013	2.192.306	245.914	1.986.201	146.852	639.486	402.224	349.086	1.889
2012	2.074.439	240.061	1.903.666	138.717	596.475	385.590	324.974	1.841
2011	2.005.410	231.665	1.831.741	131.370	569.703	364.038	333.660	1.866
2010	1.966.598	419.733	1.651.029	124.208	548.026	344.640	326.001	2.400
2009	1.878.995	375.257	1.535.465	112.497	516.937	300.780	313.487	2.644
2008	1.785.468	186.819	1.388.907	109.650	533.722	270.670	274.695	3.139
2007	1.704.565	164.437	1.303.064	108.284	524.677	236.930	246.186	4.236
2006	1.589.608	140.803	1.225.611	93.597	488.253	212.766	234.648	4.142
2005	1.507.609	131.950	1.174.348	97.151	459.283	211.739	216.701	4.538
2004	1.419.497	124.735	1.088.899	92.884	423.871	207.790	206.919	4.249
ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO								
2013	36,76%	4,12%	33,30%	2,46%	10,72%	6,74%	5,85%	0,03%
2012	36,61%	4,24%	33,60%	2,45%	10,53%	6,81%	5,74%	0,03%
2011	36,67%	4,24%	33,49%	2,40%	10,42%	6,66%	6,10%	0,03%
2010	36,54%	7,80%	30,67%	2,31%	10,18%	6,40%	6,06%	0,04%
2009	37,31%	7,45%	30,49%	2,23%	10,26%	5,97%	6,22%	0,05%
2008	39,21%	4,10%	30,50%	2,41%	11,72%	5,94%	6,03%	0,07%
2007	39,71%	3,83%	30,36%	2,52%	12,22%	5,52%	5,74%	0,10%
2006	39,85%	3,53%	30,72%	2,35%	12,24%	5,33%	5,88%	0,10%
2005	39,64%	3,47%	30,88%	2,55%	12,08%	5,57%	5,70%	0,12%
2004	39,77%	3,50%	30,51%	2,60%	11,88%	5,82%	5,80%	0,12%
TAXA DE CRESCIMENTO - % ANO								
2013	5,68%	2,44%	4,34%	5,86%	7,21%	4,31%	7,42%	2,61%
2012	3,44%	3,62%	3,93%	5,59%	4,70%	5,92%	-2,60%	-1,34%
2011	1,97%	-44,81%	10,95%	5,77%	3,96%	5,63%	2,35%	-22,24%
2010	4,66%	11,85%	7,53%	10,41%	6,01%	14,58%	3,99%	-9,23%
2009	5,24%	100,87%	10,55%	2,60%	-3,14%	11,12%	14,12%	-15,77%
2008	4,75%	13,61%	6,59%	1,26%	1,72%	14,24%	11,58%	-25,90%
2007	7,23%	16,79%	6,32%	15,69%	7,46%	11,36%	4,92%	2,27%
2006	5,44%	6,71%	4,37%	-3,66%	6,31%	0,49%	8,28%	-8,73%
2005	6,21%	5,78%	7,85%	4,59%	8,35%	1,90%	4,73%	6,80%

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Observação: nos termos da distribuição espacial do consumo por localidade, a CEB-D considera 19 Regiões Administrativas.

– Consumo de energia elétrica pela Classe Residencial

O consumo residencial por Região Administrativa em 2013 está expresso em MWh, evidenciando destaque para as RAs de Taguatinga, Plano Piloto e Ceilândia, conforme figuras a seguir.

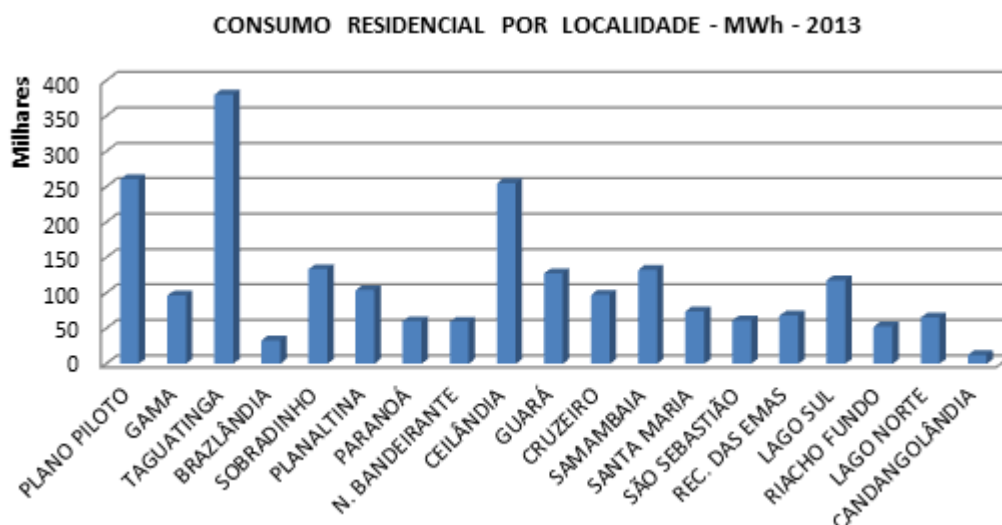


Figura 70 – Consumo Residencial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Acompanhando a distribuição do consumo total por RA neste segmento, a análise do número de consumidores residenciais aponta para um maior índice nas RAs de Taguatinga, Ceilândia e Plano Piloto.

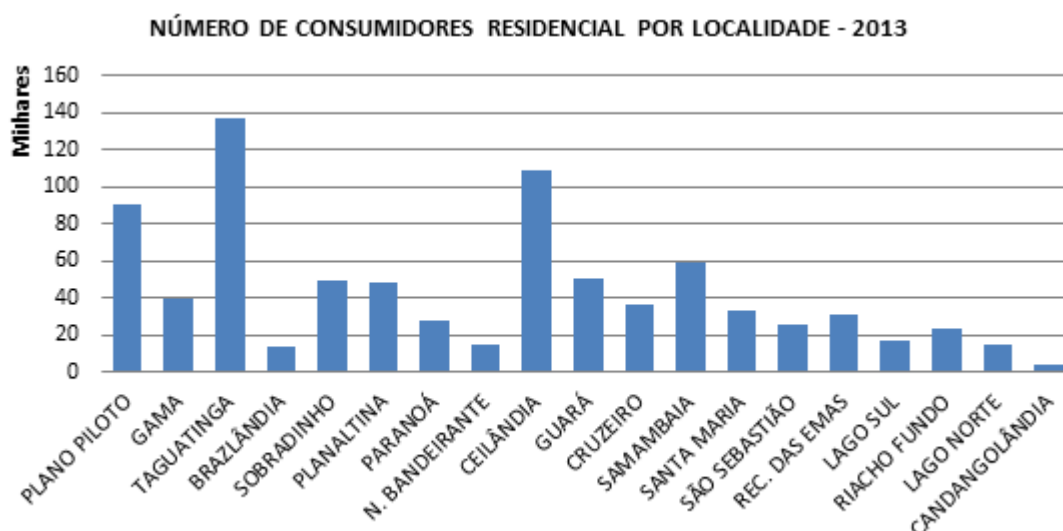


Figura 71 – Número de consumidores no segmento Residencial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Desta forma, Taguatinga, Ceilândia e Plano Piloto são as RAs que mais consomem energia no segmento residencial. Por serem as com maior número de consumidores, conclui-se que o consumo total pode ser resultado da quantidade de consumidores e não na intensidade de consumo por residência.

De fato, as análises acima encobrem uma importante assimetria no consumo de energia elétrica. Para evidenciar esta assimetria, analisou-se o consumo residencial médio, por RA, o qual considera implicitamente o fator renda, conforme abaixo:

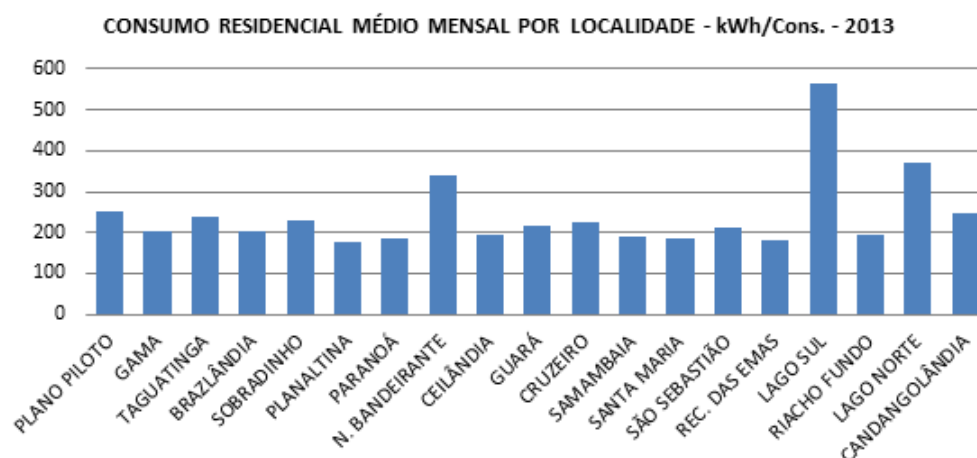


Figura 72 – Consumo Residencial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Chama a atenção o fato da RA Lago Sul apresentar um consumo residencial médio próximo a 600 kWh por residência, seguido pelo Lago Norte com cerca de 400 kWh e Núcleo Bandeirante (que inclui a RA Park Way), com pouco mais de 300 kWh. Todas as demais RAs, incluindo o Plano Piloto, mostram consumo entre 160 a 250 kWh. Considerando-se que o quantitativo populacional é muito díspar entre estas três RAs de maior renda e as três mais populosas (entre as 19 citadas), tem-se desvendada a assimetria de consumo em consequência da forte concentração de renda em algumas RAs do DF.

– Consumo de energia elétrica pela Classe Industrial

A análise da classe industrial indica um consumo de energia elétrica em torno de 50 milhões MWh, nas RAs Taguatinga e Samambaia, seguidas por Plano Piloto e Gama (com aproximadamente 35 milhões MWh). Depois, vêm Samambaia e Guará, com aproximadamente 20 milhões MWh, e Planaltina, Sobradinho e Brazlândia, com cerca de 10 milhões MWh.

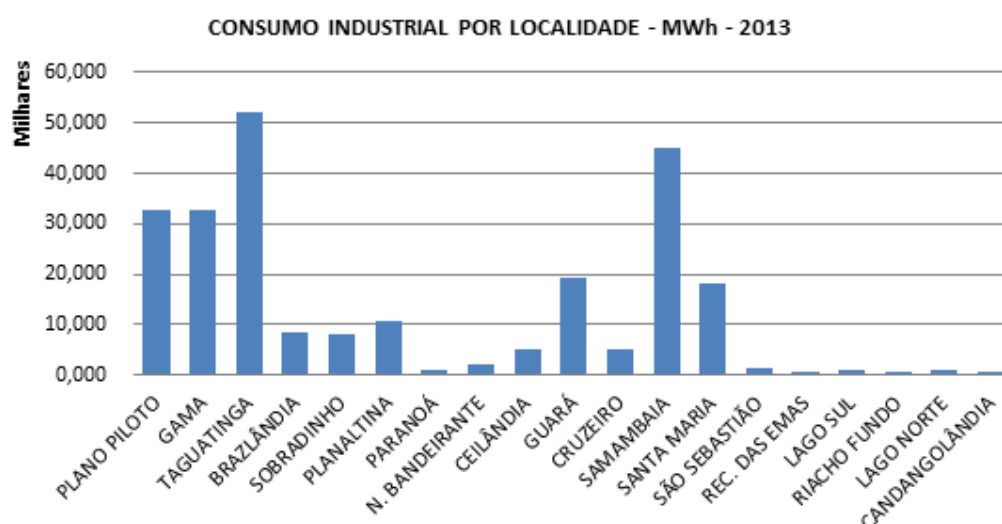


Figura 73 – Consumo Industrial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Ressalte-se que Samambaia, Taguatinga, Guará (incluindo o SIA) e Plano Piloto apresentam a maior quantidade de consumidores de energia no seguimento industrial.

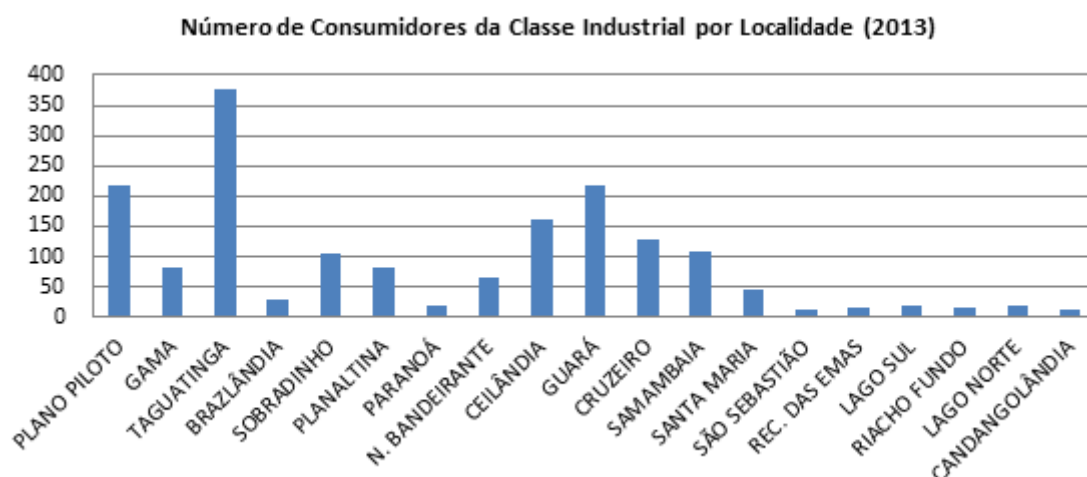


Figura 74 – Número de consumidores no segmento Industrial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

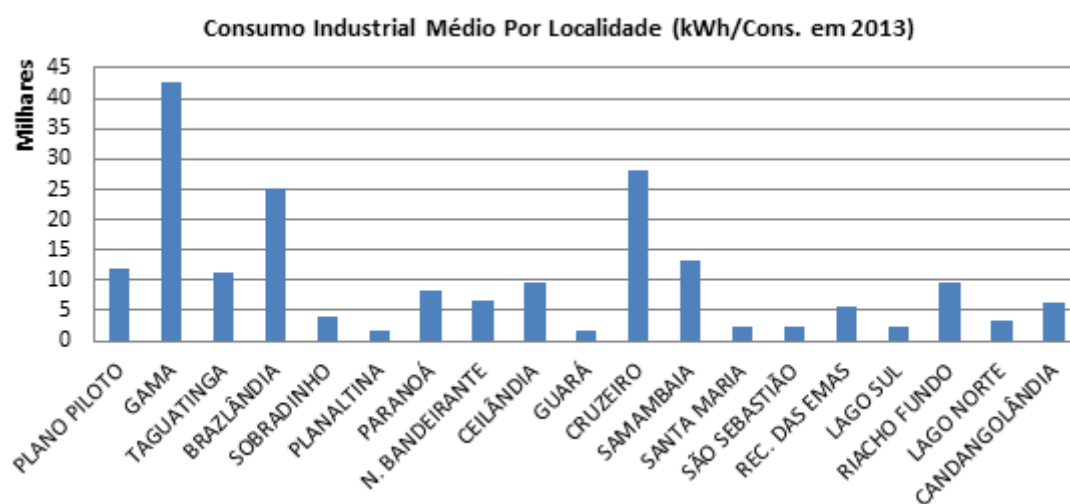


Figura 75 – Consumo Industrial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

O consumo de energia no seguimento Industrial destaca o Gama, seguido pelo Cruzeiro (que também inclui SIG e Sudoeste).

– Consumo de energia elétrica pela Classe Comercial

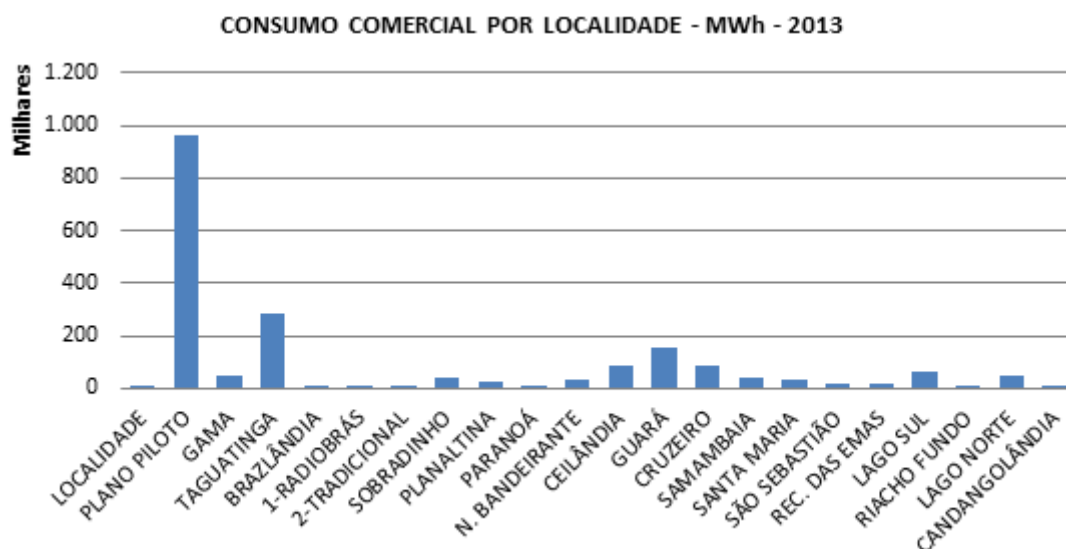


Figura 76 – Consumo Comercial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

O número de consumidores e consumo de energia elétrica do segmento comercial destaca Plano Piloto e Taguatinga.

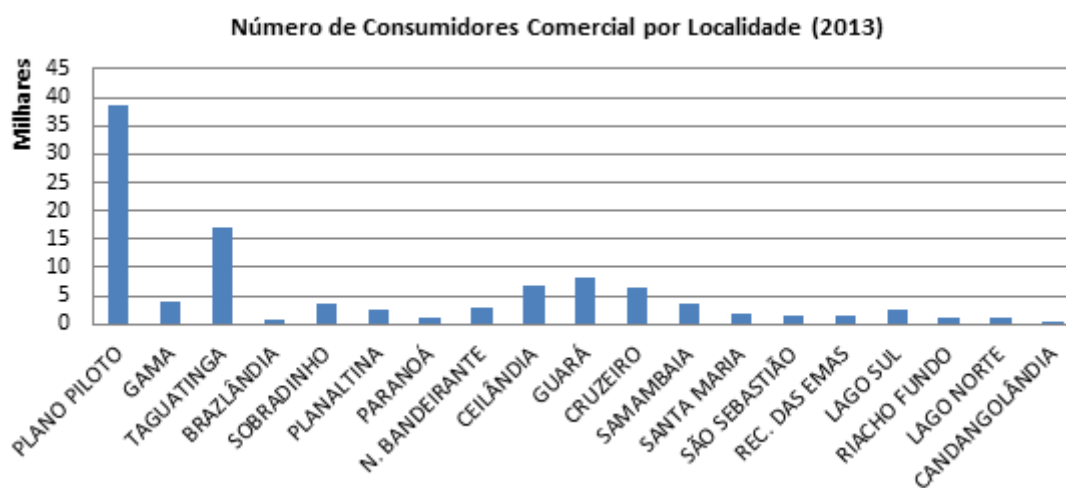


Figura 77 – Número de consumidores no segmento Comercial por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

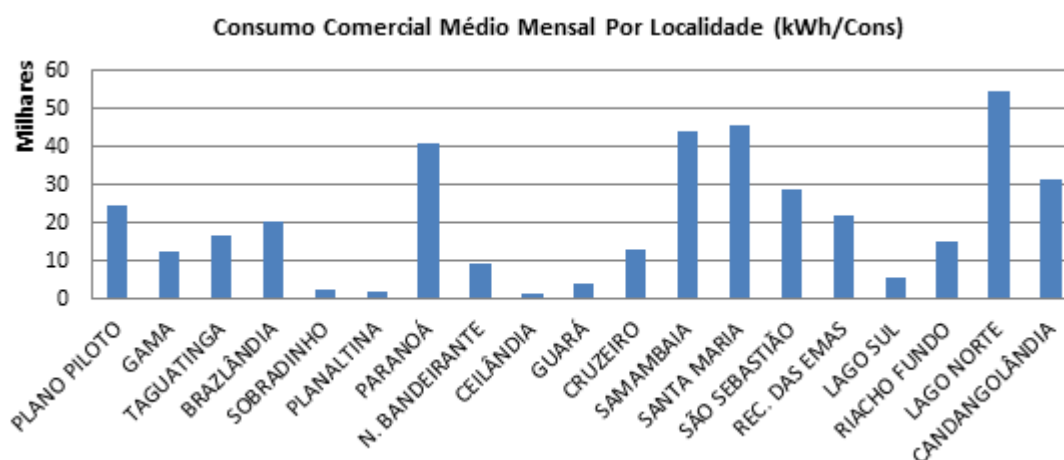


Figura 78 – Consumo Comercial médio mensal por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Entretanto, quanto ao consumo médio por localidade em kwh, a RA Lago Norte fica à frente, seguida por Santa Maria, Samambaia e Paranoá.

– Consumo de energia elétrica no Espaço Rural

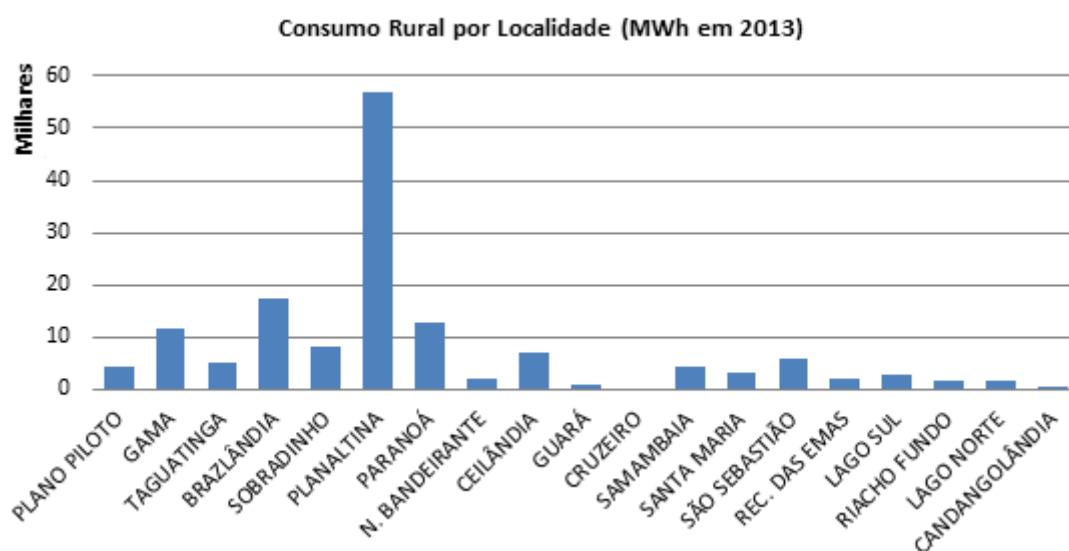


Figura 79 – Consumo Rural por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

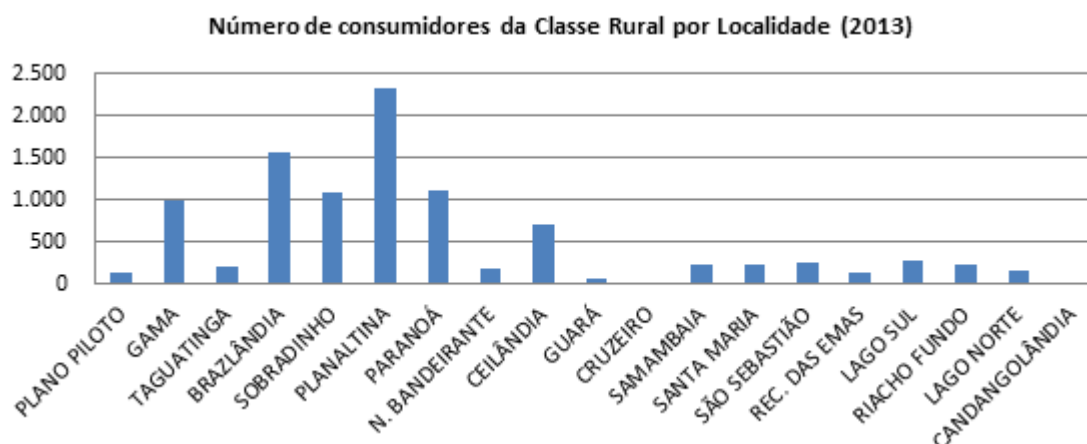


Figura 80 – Número de consumidores do segmento Rural por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

As figuras acima apresentam as áreas rurais do DF, com destaque para Planaltina, Brazlândia, Gama e Sobradinho, tanto em número de consumidores quanto no consumo médio de energia elétrica.

– Consumo de energia elétrica pela Classe Poder Público

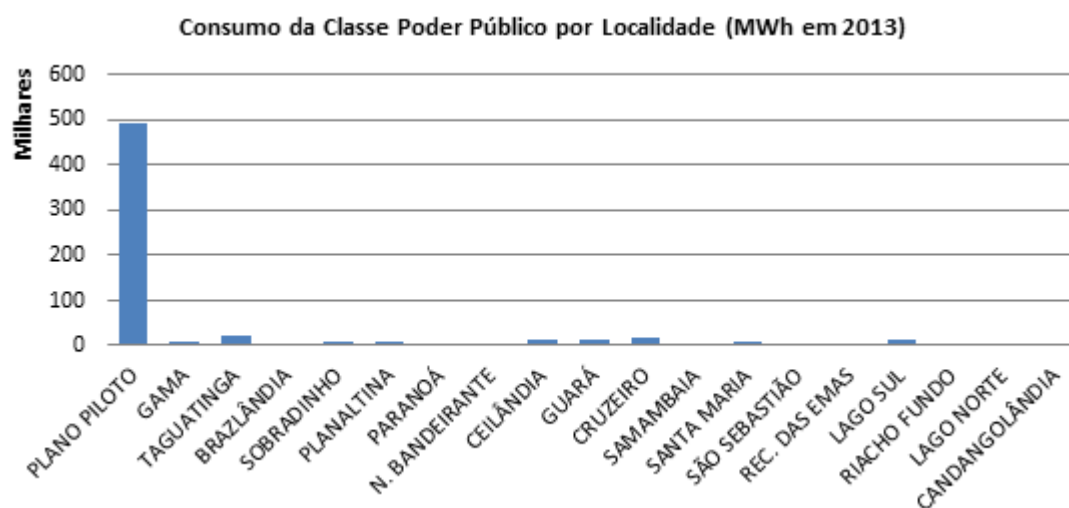


Figura 81 – Consumo do Poder Público por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Observação: Considera-se Poder Público o segmento constituído pelos prédios da Administração Pública Federal e Distrital.

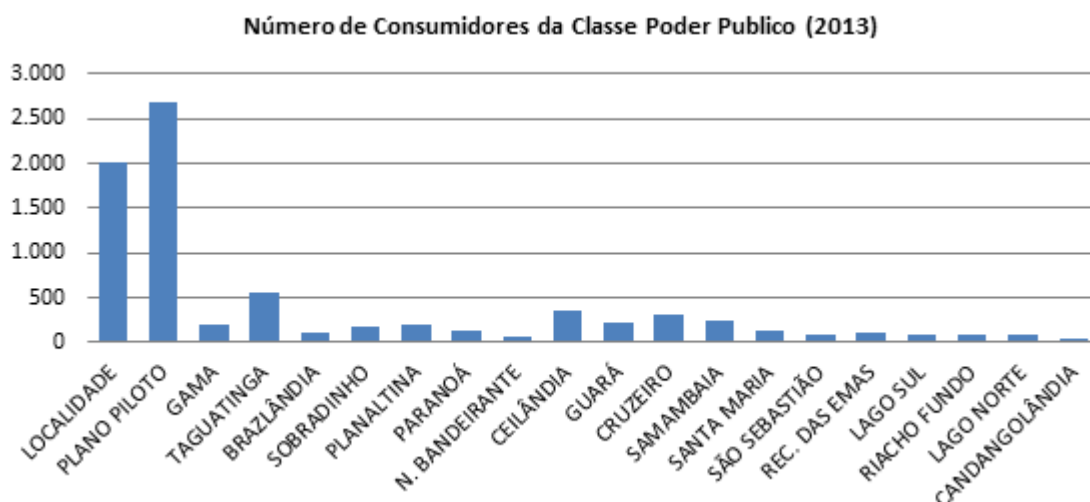


Figura 82 – Número de consumidores do segmento Poder Público por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Quanto ao segmento Poder Público, tanto no número de consumidores como no consumo, a RA Brasília se destaca, devido à concentração de edifícios onde funcionam órgãos da Administração Pública.

Outro segmento, denominado Serviço Público, diz respeito a instalações públicas, tais como escolas, hospitais e demais instituições, diferentes da Administração Pública.

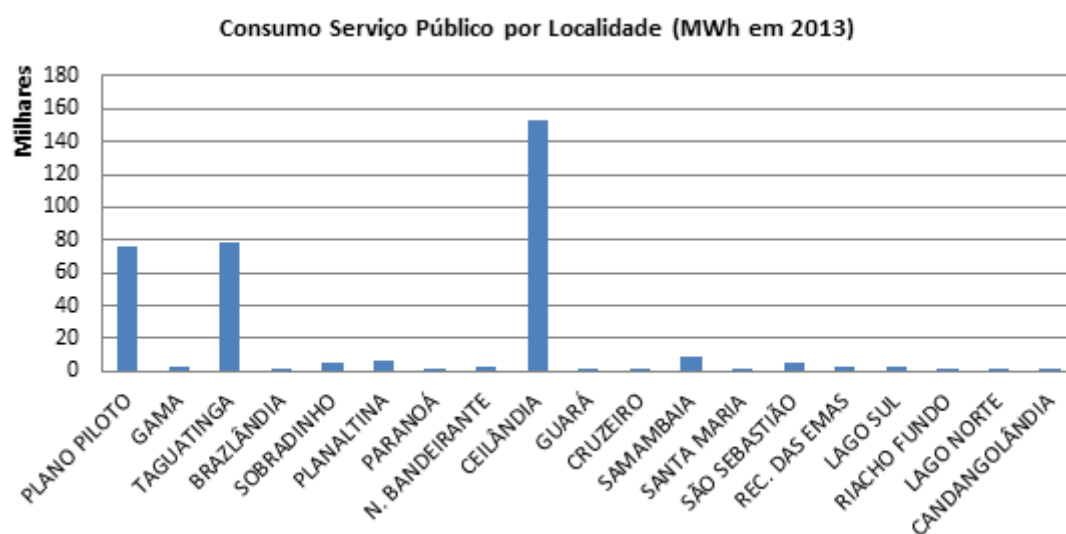


Figura 83 – Consumo do Serviço Público por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

O consumo do segmento Serviço Público, destaca as RAs de Ceilândia, Taguatinga e Brasília.

O maior quantitativo de consumidores do segmento Serviço Público está na RA Sobradinho (60), com cerca de duas vezes a quantidade de consumidores em relação ao segundo colocado, São Sebastião (35), seguidos de Planaltina (29), Lago Sul (28), Brasília (23) e Paranoá (19), conforme figura abaixo.

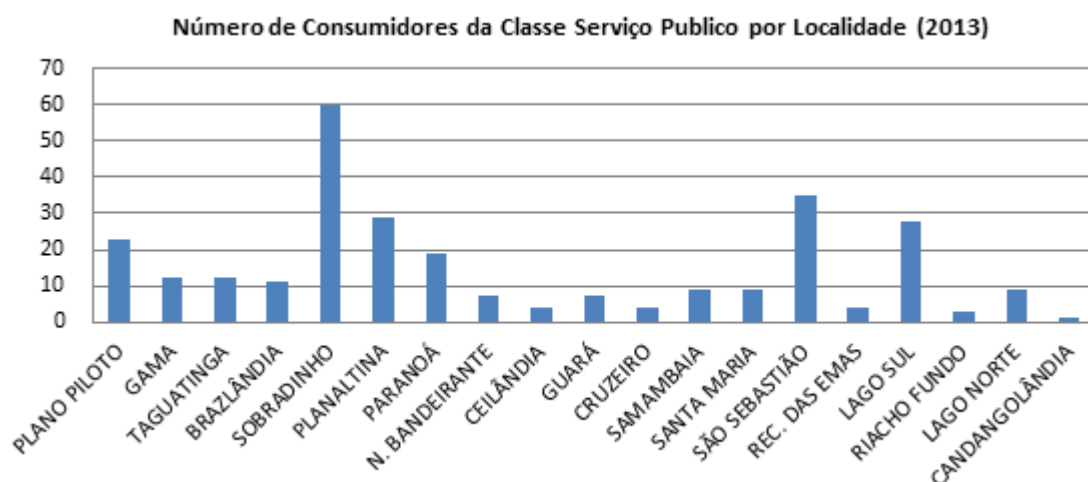


Figura 84 – Número de consumidores do segmento Serviço Público por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Acrescentamos, ademais, análises de Iluminação Pública. Neste segmento, Brasília se destaca pela maior quantidade de pontos de Iluminação e, conseqüentemente, maior consumo (91.065 MW, em 2013).

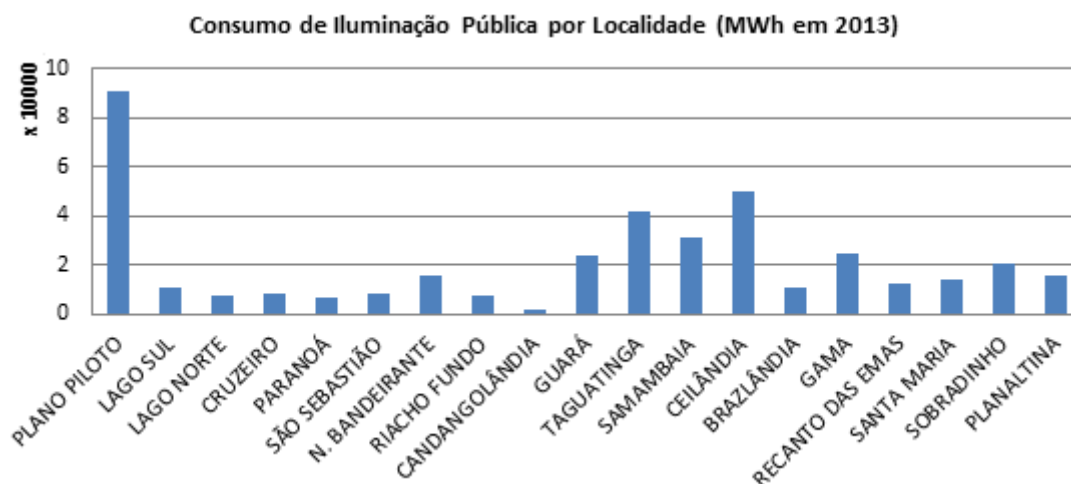


Figura 85 – Consumo de Iluminação Pública por localidade em 2013 (MWh)

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

Ceilândia, por ser o grande núcleo urbano do DF, apresenta também níveis altos de consumo de iluminação Pública (49.748 MW, em 2013), embora muito menores do que a RA Brasília. Taguatinga, outro núcleo urbano de porte, apresenta-se em 3º lugar com consumo de 41.835 MW, em 2013, seguido de Samambaia, com consumo de 31.112 MW. Gama, Guará e Sobradinho apresentam-se, na sequência, com 24.800 MW, 24.194 MW e 20.368 MW, respectivamente. O destaque à RA Brasília pode ser compreendido pela importância do tombamento do Plano Piloto e suas escalas, requerendo iluminação intensa de setores da escala monumental, como eixo monumental, eixão e monumentos.

O quantitativo de luminárias para a Iluminação Pública acompanha o consumo, com destaque para as RAs Brasília, Ceilândia, Taguatinga e Samambaia.

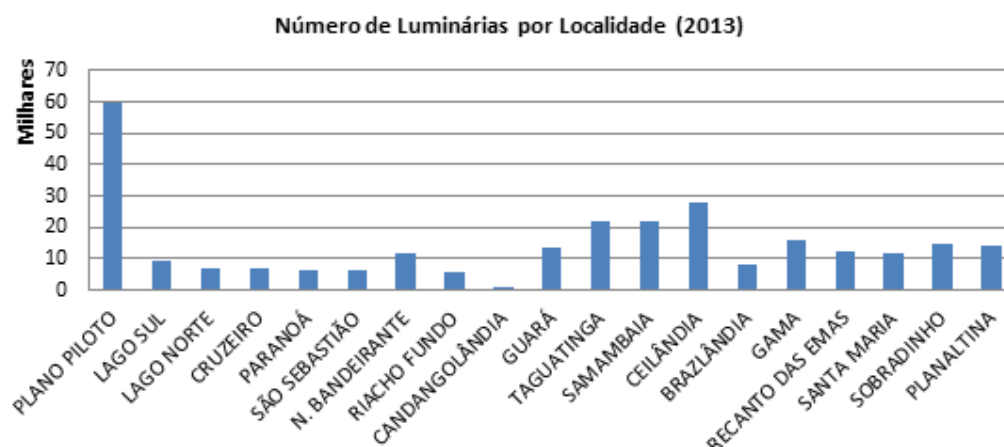


Figura 86 – Número de luminárias por localidade em 2013

Fonte: Boletim de Mercado, CEB Distribuição (2013)

• Potencialidades e fragilidades no suprimento de energia elétrica no DF

O suprimento de energia elétrica é composto, basicamente, por três partes: a geração, a transmissão e a distribuição da energia elétrica. O sistema de transmissão é composto por linhas e subestações com tensões acima de 138 kV. A rede de transmissão é utilizada para o transporte de grandes blocos de energia no país e, juntamente com as usinas geradoras, compõe a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. A partir das subestações da Rede Básica, há o rebaixamento da tensão para níveis da distribuição. Deste ponto em diante, é de responsabilidade das Concessionárias Distribuidoras se utilizarem das linhas de distribuição e subestações para o atendimento dos consumidores, nos diversos níveis de tensão.

Assim, as limitações no suprimento de energia ao DF poderão estar relacionadas: (i) ao suprimento de energia pela Rede Básica e (ii) à capacidade da rede de distribuição. Desta forma, cabe à Concessionária planejar a expansão do sistema, de acordo com as características regionais (crescimento populacional e econômico, políticas de desenvolvimento, etc.) e informar as necessidades aos Agentes da Rede Básica.

Por estar na região central do Brasil, o Distrito Federal está próximo aos principais corredores de linhas de transmissão, as quais escoam a energia elétrica gerada nas Regiões Norte e Nordeste para o Sul e o Sudeste. Essa localização favorece os reforços da Rede Básica. Atualmente, está em construção o quarto ponto de suprimento ao DF, a SE Brasília Leste, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2016. Com este novo ponto de suprimento da Rede Básica, o DF ganha em capacidade e confiabilidade.

No âmbito da distribuição, os principais reforços ocorreram na rede de 138 kV. As novas linhas de distribuição geram uma alternativa operacional para o atendimento das subestações, além de equilibrarem o carregamento das SEs Brasília Sul e Samambaia. As novas subestações buscam aliviar o carregamento das atuais e, adicionalmente, possibilitar o atendimento de novas cargas, conforme os critérios de qualidade estabelecidos.

No caso do DF, há grandes desafios no planejamento da expansão da distribuição de energia elétrica. Dentre eles, podemos citar o crescimento populacional desordenado que exige um aumento de capacidade de fornecimento de energia em regiões muitas vezes não preparadas. Há também um grande índice de ligações irregulares, que sobrecarregam e oneram o sistema, além de rebaixar o nível do serviço prestado (em vista da frequência e duração das quedas do sistema, da interrupção do provimento de energia elétrica e da qualidade da rede).

Outro ponto importante a destacar é a dificuldade na obtenção de lotes para a implantação de novas subestações, devido aos altos preços da terra, principalmente na região central da capital, e da sistemática ocupação irregular em áreas já previstas para instalação de infraestrutura elétrica.

Conforme citado anteriormente, a questão climática também é importante nos estudos de consumo planejamento do suprimento de energia elétrica. Isto é particularmente significativo, dada a matriz hidroelétrica brasileira, a qual depende do nível dos reservatórios de água para funcionamento das turbinas das usinas hidrelétricas. A dinâmica climática apresenta desafios importantes no DF, devido às duas estações climáticas típicas. No período seco, a geração, tanto das usinas de Corumbá III e IV como da Usina do Paranoá e das PCH da CELG, em Itiquira, são minimizadas. Além disso, com o aumento da temperatura ambiente, é natural haver uma elevação de consumo, principalmente devido ao uso de aparelhos de ar condicionado. Toda essa conjuntura eleva substancialmente a demanda das subestações de Samambaia, Brasília Geral e Brasília Sul.

3 - Resultados das análises

As análises foram realizadas tomando por base (i) domicílio; (ii) população, (iii) Região Administrativa.

3.1 - Análises com base na caracterização dos domicílios

• Indicadores de renda

Para uma primeira aproximação ao estabelecimento de Regiões Administrativas homogêneas no DF, trabalhou-se com a Renda Domiciliar Média Mensal *per capita* (RDMMpc) por RA. Tal parâmetro foi capaz de apontar similaridades e diferenças entre populações residentes em distintas localidades. Esta decisão fundamentou-se no fato de a renda refletir as condições de vida dos domicílios, bem como as condições socioeconômicas da população de um dado território. Por representarem o poder de consumo de uma família, prestam-se, também, à representação do potencial de mercado de uma dada localidade.

A figura abaixo apresenta os valores de RDMM *per capita* por RA, em 2011, onde as graves diferenças nos domicílios distritais evidenciam a segregação geoespacial característica desta Unidade da Federação. Observe-se que estamos tratando, dependendo da RA, de uma diferença *per capita* de mais de 10 vezes, chegando a diferenças ainda maiores quando tratamos da renda total do domicílio.

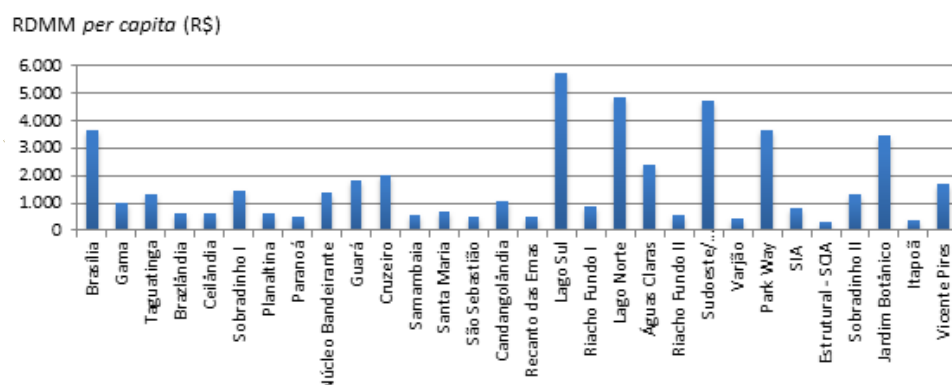


Figura 87 – Renda Domiciliar Média Mensal *per capita* por Região Administrativa do DF em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

O ordenamento decrescente da RDMM *per capita* por Região Administrativa permitiu a organização das RAs em sete grupos, conforme abaixo:

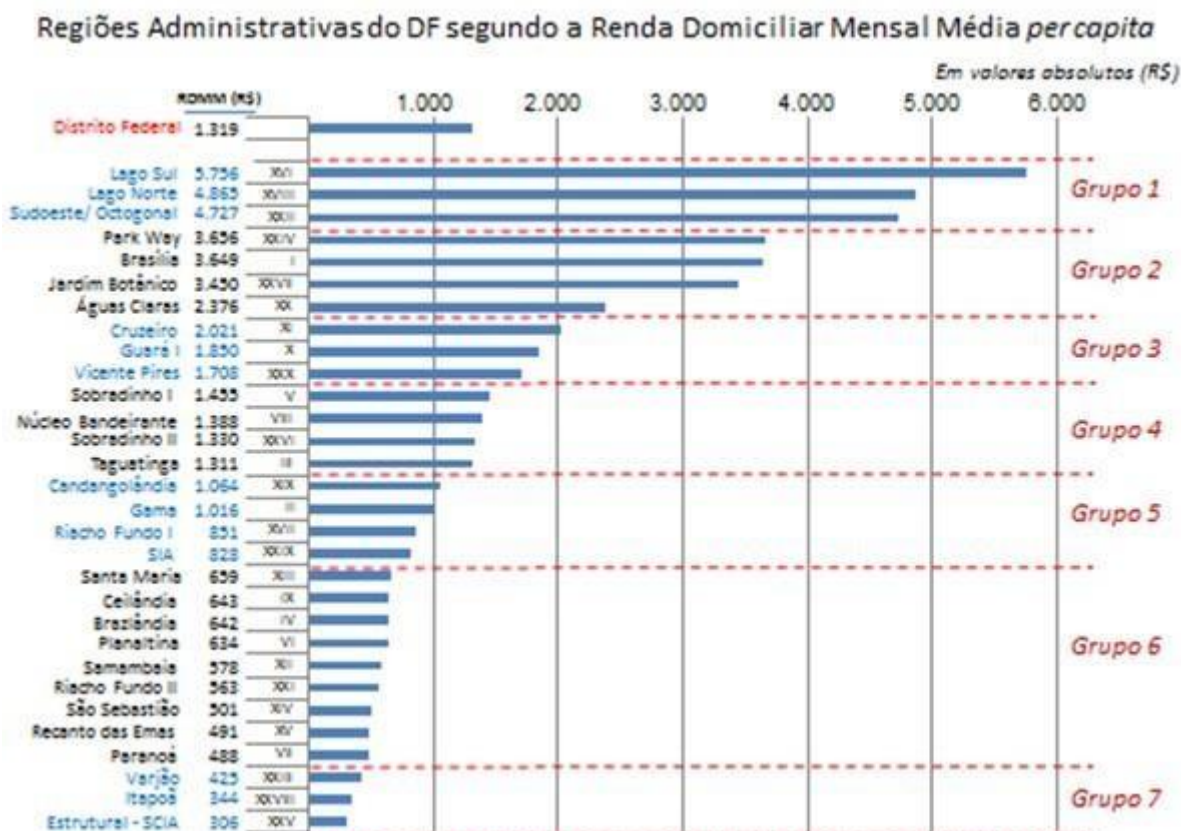


Figura 88 – Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal (RDMM) *per capita* em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A Região Administrativa de Águas Claras poderia ser enquadrada tanto no Grupo 2 quanto no 3. Porém, devido a um número reduzido de pessoas no domicílio, que significa menos dependentes, observamos a importância da renda total domiciliar, aproximando-se das RAs de grupos mais abastados. Por este motivo, optamos por deixá-la no Grupo 2.

Os grupos de RAs segundo as classes de renda mostram que, no DF:

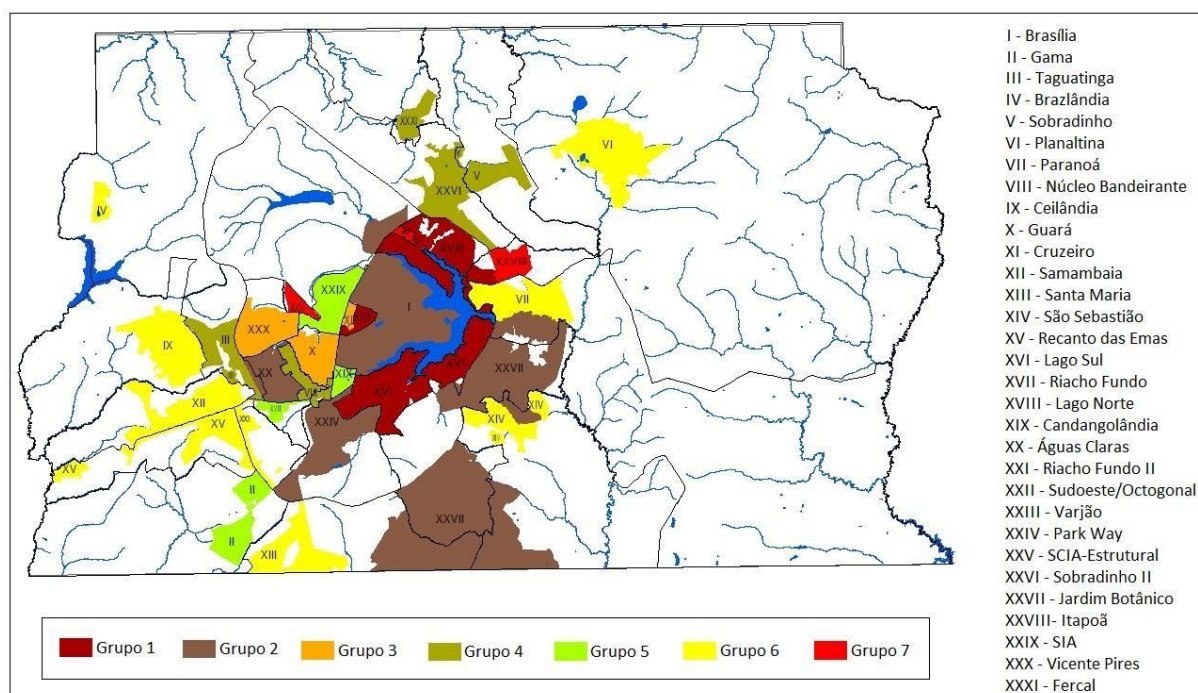
- Os Grupos 1 e 2, de muito alta renda (acima de R\$ 2.300,00 *per capita*) somam 498.655 habitantes, ou seja, quase um quinto da população (19,51%) e 178.803 domicílios (22,8%).
- Os Grupos seguintes, 3 e 4 (entre R\$ 1.300,00 e R\$ 2.100,00 *per capita*), somam quase um milhão de pessoas (994.568 habitantes), ou seja, 38,91% da população e 300.214 domicílios (38,24%).
- No Grupo 6, temos mais de meio milhão de habitantes (total de 639.274), ou seja, um quarto da população sobrevivendo com renda *per capita* de R\$ 450,00 a R\$ 700,00 em 184.259 domicílios (23,50%).
- No Grupo 7, temos um contingente 105.748 habitantes (4,14% da população) vivendo com renda *per capita* inferior a R\$ 450,00 em quase 30 mil domicílios (29.612), isto é, quase 4% dos domicílios (3,78%).

Tabela 36 – Regiões Administrativas segundo a Renda Domiciliar Média Mensal *per capita* em 2011

Grupos	Regiões Administrativas	Faixas de RDMM <i>per capita</i> (R\$)	População (hab.)	População (%)	Domicílios (nº)	Domicílios (%)
1	Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/ Octogonal	Superior a R\$ 4.500,00	102.786	4,02	37.877	4,83
2	Park Way, Brasília, Jardim Botânico e Águas Claras	Entre R\$ 3.660,00 e R\$ 2.300,00	395.869	15,49	140.926	17,97
3	Cruzeiro, Guará I e Vicente Pires	Entre R\$ 2.100,00 e R\$ 1.700,00	206.830	8,09	62.829	8,01
4	Sobradinho I, Núcleo Bandeirante,	Entre R\$ 1.500,00	787.738	30,82	237.385	30,28
5	Candangolândia, Gama, Riacho Fundo I e SAI	Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 800,00	317.904	12,44	91.204	11,63
6	Santa Maria, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Riacho Fundo II, São Sebastião, Recanto das Emas e Paranoá	Entre R\$ 700,00 e R\$ 450,00	639.274	25,00	184.259	23,50
7	Varjão, Itapoã e Estrutural	Inferior a	105.748	4,14	29.612	3,78
Distrito Federal			2.556.149	100,00	784.092	100,00

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A figura abaixo mostra a localização espacial dos sete grupos de RAs:

**Figura 89** – Espacialização dos Grupos de RAs no território, segundo a RDMM *per capita*

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Em busca das Unidades Territoriais Básicas Socioeconômicas (UTBs-SE), partimos, então, desta primeira camada de análise com sete grupos de RAs. Os diversos olhares sobre tais mostram que há, neste recorte, contingentes importantes de população vivendo com faixas de renda comum. Destaque-se, por exemplo, que a soma de apenas três grupos (2, 4 e 6) totaliza 1.822.881 habitantes (71,31% da população) em 562.570 domicílios (71,75%).

Este tipo de recorte poderá nos auxiliar, em etapas subsequentes do ZEE-DF, na proposição de diretrizes focadas nas lições emanadas das análises da socioeconomia. A maior renda domiciliar está concentrada no Grupo 1, que inclui três RAs: Lago Sul (RA-XVI), Lago Norte (RA-XVIII) e Sudoeste /Octogonal (RA-XXII), o que soma um total de 102.786 residentes (4,0% da população do DF), ou seja, 37.877 domicílios (4,83%) com uma RDMM_{pc} acima de R\$ 4.500,00 (valores nominais de 2011). Este conjunto de RAs apresenta o menor contingente populacional e está representado na figura acima pela cor vermelho terra.

O segundo grupo mostra uma distribuição de renda ainda alta, sendo quatro RAs: Park Way (RA-XXIV), Brasília (RA-I), Jardim Botânico (RA-XXVII) e Águas Claras (RA-XX). São quase 400 mil residentes (395.869), ou seja, 15,49% da população do DF – ou 140.926 domicílios (17,97%) – com renda entre R\$ 3.600,00 e R\$ 2.600,00 *per capita*. Este conjunto de RAs está representado na figura acima pela cor marrom.

O terceiro grupo mostra uma RDMM_{pc} variável (de R\$ 2.100,00 a R\$ 1.700,00). São três RAs: Cruzeiro (RA-XI), Guará I (RA-X) e Vicente Pires (RA-XXX), somando cerca de 200 mil habitantes (206.830 residentes, 8,09% da população) ou 62.829 domicílios (8,01%). Este conjunto de RAs está representado na figura acima pela cor laranja.

O quarto grupo é o que concentra maior contingente populacional. Constitui-se por quatro RAs: Sobradinho I (RA-V), Núcleo Bandeirante (RA-VIII), Sobradinho II (RA-XXVI) e Taguatinga (RA-III). São quase 800 mil habitantes (787.738 residentes, 30,82% da população) ou 237.385 domicílios (30,28%) com renda *per capita* variando de R\$ 1.500,00 a R\$ 1.300,00. Está representado na figura acima pela cor verde musgo.

O quinto grupo é constituído por quatro RAs: Candangolândia (RA-XIX), Gama (RA-II), Riacho Fundo I (RA-XVII) e SIA (RA-XXIX), que possuem renda *per capita* entre R\$ 1.100,00 e R\$ 800,00. Juntas, somam cerca de 300 mil habitantes (317.904 residentes, 12,44% da população) ou 91.204 domicílios (11,63%). Este conjunto de RAs está representado na figura acima pela cor verde claro.

O sexto grupo constitui o segundo maior agrupamento populacional, com cerca de 650 mil habitantes (639.274 residentes, 25% da população) ou 184.259 domicílios (23,50%). Neste grupo encontram-se oito RAs: Santa Maria (RA-XIII), Ceilândia (RA-IX), Brazlândia (RA-IV), Planaltina (RA-VI), Riacho Fundo II (RA-XXI), São Sebastião (RA-XIV), Recanto das Emas (RA-XV) e Paranoá (RA-VII). Sua renda *per capita* varia entre R\$ 700,00 e R\$ 450,00. Este conjunto de RAs está representado na figura pela cor amarela.

O sétimo grupo constitui o segundo menor contingente populacional, e é composto por três RAs: Varjão (RA-XXIII), Itapoã (RA-XXVIII) e Estrutural/SCIA (RA-XXV), com aproximadamente 100 mil habitantes (105.748 residentes, 4,14% da população) ou 29.612 domicílios (3,78%). Sua renda *per capita* é inferior a R\$ 450,00. Este conjunto de RAs está representado na figura acima pela cor vermelho vivo.

Comparativamente, observados os dados da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU, 2009), os oito municípios do Entorno imediato apareceriam nos grupos de RAs de menor renda *per capita*, sendo:

- Na faixa do Grupo 6 – Valparaíso, Formosa, Cidade Ocidental, Luziânia,
Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto
- Na faixa do Grupo 7 – Planaltina de Goiás e Águas Lindas

Tal população, em 2013, permaneceu essencialmente urbana, somando quase um milhão de habitantes (PMAD/2013) e tendo as cidades de Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso como os maiores e mais populosos núcleos urbanos.

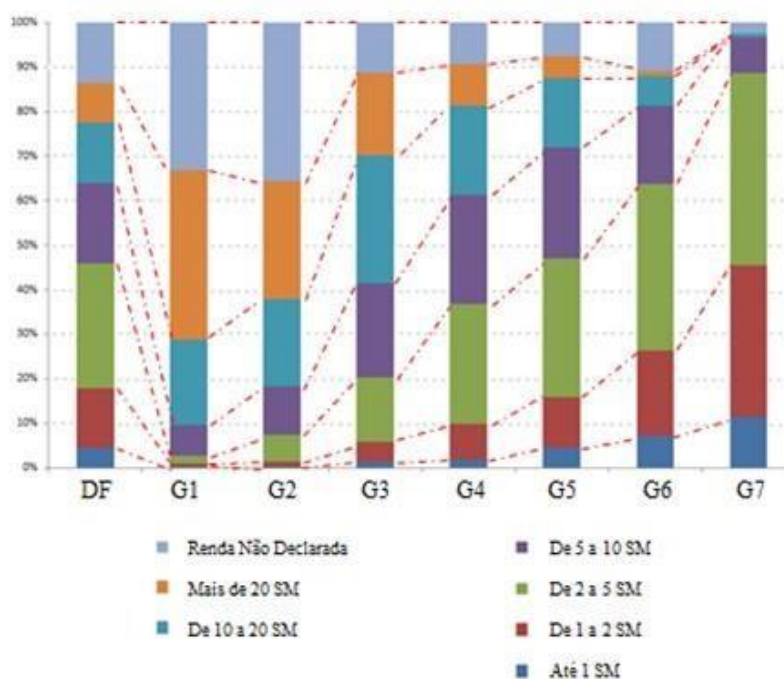
Tabela 37 – População dos municípios do Entorno imediato em 2013

Cidade	População Total		Total	%
	Urbana	Rural		
Águas Lindas	197.890	240	198.130	19,78
Cidade Ocidental	68.502	2.330	70.832	7,09
Formosa	100.404	8.062	108.466	10,86
Luziânia	177.501	11.724	189.225	18,95
Novo Gama	101.902	1.047	102.949	10,31
Planaltina	83.356	4.067	87.423	8,76
Santo Antônio do Descoberto	66.583	6.440	73.023	7,31
Valparaíso	168.961	0	168.961	16,92
Total	965.099	33.910	999.009	100,00

Fonte: Perfil Socioeconômico dos Moradores dos Municípios da Área Metropolitana de Brasília (PMAD/2014), com porcentagem calculada pelo GT4/ZEE-DF

– Distribuição das faixas de renda nos grupo de RAs, a partir da RDMM *per capita*

A análise da distribuição das faixas de renda dentro de cada grupo de RA permitiu um refinamento dos trabalhos, de modo a identificar as faixas de maior presença e, assim, complementar a análise da Renda Domiciliar Média Mensal *per capita*.

**Figura 90** – Faixas de RDMM *per capita* por Grupos de RAs

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Observamos, de imediato, a expressiva participação relativa do segmento “Renda Não Declarada” em todos os grupos. Existem inúmeras explicações possíveis para a ocorrência deste segmento. No entanto, uma vez que estamos trabalhando com dados estatísticos (e considerando que a metodologia utilizada na PDAD apresenta este campo de resposta quando da visita domiciliar), não serão feitas inferências acerca do que representa este segmento, mesmo havendo altos percentuais.

A análise da ocorrência das faixas de renda no Grupo 1 mostra que 38% dos domicílios possuem rendimentos de mais de 20 Salários Mínimos (SM) e quase um quinto dos domicílios apresentam renda entre 10 e 20 SM (19,3%), totalizando 57,3% dos domicílios. Por outro lado, os domicílios que possuem até dois SM correspondem a menos de 1% e provavelmente estão associados aos domicílios ocupados por caseiros e/ou porteiros que residem no local de trabalho.

No segundo grupo, há redução de 11,5% dos domicílios com acima de 20 SM, totalizando cerca de um quarto dos mesmos (26,5%). Observa-se uma manutenção do contingente de domicílios com 10 a 20 SM e um aumento importante dos domicílios com 02 a 05 SM (de 1,8% no Grupo 1 para 6,0% no Grupo 2).

A redistribuição no padrão de ocorrência das faixas de renda domiciliar continua no Grupo 3, onde o total de domicílios com renda acima de 20 SM chega a 18,5%, ao passo que aumenta para 14,4% os domicílios com renda entre 02 e 05 SM. Observa-se também o aumento expressivo de domicílios com renda entre 01 e 02 SM, que passaram de 1% (Grupo 2) para 4,6% (Grupo 3).

O Grupo 4 apresenta expressiva redução do número de domicílios com renda acima de 20 SM: cerca de metade do Grupo 3 (9,3%); ao passo que duplicam o percentual de domicílios com salários entre 02 e 05 SM e a faixa que recebe de 01 a 02 SM. Encontra-se uma maioria de domicílios com faixas de renda intermediárias: 02 a 05 SM (27%), 05 a 10 SM (24,6%) e 10 a 20 SM (20%).

O Grupo 5 apresenta maior quantitativo de domicílios recebendo de 02 a 05 SM (31,3%) e de 05 a 10 SM (24,9%). Há uma redução de cinco pontos percentuais no total de domicílios com 10 a 20 SM (15,7%), e os domicílios acima de 20 SM passam para menos de 5% (4,8%).

A redistribuição das ocorrências por faixa de renda se acentua com o Grupo 6, onde apenas 1,1% dos domicílios apresenta renda acima de 20 SM, e menos de 7% com renda de 10 a 20 SM. A maior ocorrência relativa neste grupo ocorre com faixa de renda entre 02 a 05 SM (37,5%), e praticamente duplicou o quantitativo que recebe até 01 SM (7,1%).

O Grupo 7 mostra que menos de 1% do total recebe acima de 10 SM (nenhuma ocorrência acima de 20 SM). Ademais, quase metade do total recebe de 02 a 05 SM (43,2%); 34% do total recebem de 01 a 02 SM e mais de 10% vivem com menos de 01 SM (11,4%).

A distribuição das faixas de renda em cada grupo demonstra a consistência dos agrupamentos de RAs considerando a RDMM *per capita* na medida em que nos permite estabelecer um gradiente de perfis de faixa de renda, o que evidencia as diferenciações e singularidades de cada grupo.

Nos municípios do Entorno do DF, a análise da distribuição dos domicílios segundo a classe de renda domiciliar em 2013 (PMAD) apresentou predomínio, entre os que declararam renda, daqueles que recebem entre 02 e 05 SM (113.602 ou 45,78% dos domicílios). Na sequência, os que recebem entre 01 e 02 SM (73.161 ou 29,48% dos domicílios) e os com rendimento de até 01 SM (29.764 ou 11,99% dos domicílios). Os domicílios com renda acima de 05 SM representam 12,75% do total. Destes, 10,34% com rendimento entre 05 e 10 SM; apenas 2,10% entre 10 e 20 SM; e residuais 0,31% com mais de 20 SM.

Em síntese, os domicílios com renda de até 02 SM (rendimento baixo) representam 41,47% do total. Em alguns municípios, esse percentual supera 50%, como pode ser percebido em Santo Antônio do Descoberto (50,71%) e Alexânia (50,46%), ou está próximo a 50%, como nota-se em Águas Lindas (46,56%).

Quatro municípios apresentam maiores participações relativas de faixa de renda mais alta (acima de 05 SM), a saber: Valparaíso (24,76%), Cidade Ocidental (19,09%), Formosa (17,51%) e Planaltina (15,38%). Os domicílios com renda acima de 10 SM também estão em Valparaíso (8,84%), Cidade Ocidental (5,00%) e Formosa (4,80%). Nos demais municípios, os que estão nessa faixa não alcançam 3%. Estes perfis de renda são compatíveis com a classificação destes municípios, comparativamente, nos Grupos 6 e 7 de RAs do DF.

• Indicadores de bens e serviços

Para a caracterização dos domicílios segundo a RDMM_{pc}, trabalhamos, no ZEE-DF, com indicadores de bens e serviços. A consistência de tal recorte foi aferida por meio da análise do acesso dos domicílios a:

- Posse de automóveis
- Computador/laptop
- Assinatura de internet
- TV por assinatura
- Assinatura de jornais

Com exceção da posse de automóveis, os demais indicadores foram denominados “culturais” nos trabalhos desenvolvidos em 2004 pelo Núcleo de Demografia da Codeplan. Preferimos, então, ater-nos a uma nomenclatura com significado mais claro e direto: “acesso a bens e serviços de informação”, que traduz o interesse por comunicação/informação nos domicílios, indicando diferentes níveis de informação e formação.

Os resultados estão apresentados abaixo, explicitando a diferença de inclinação relativa a maiores ou menores acessos a bens e serviços por grupos de RAs. De maneira geral, observamos coerência nas análises conforme os Grupos de RAs definidos com base na RDMM *per capita*.

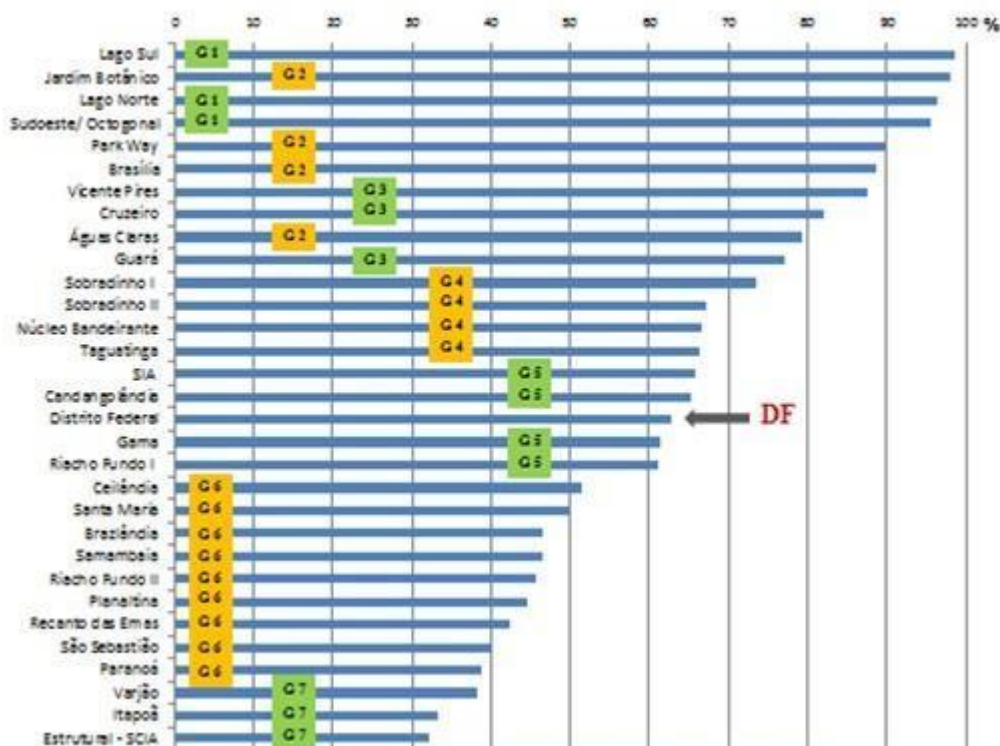


Figura 91 – Classificação das Regiões Administrativas segundo posse de automóveis por domicílio em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Encontramos um forte rebatimento na classificação das Regiões Administrativas utilizando o critério de porcentagem de domicílios com posse de automóveis em relação à classificação de Renda Domiciliar Média Mensal *per capita*, demonstrando consistência deste primeiro recorte de classificação das RAs em busca de áreas homogêneas socioeconômicas.

Existem duas exceções em termos do alinhamento da RA com o seu Grupo. Uma destas é a RA do Jardim Botânico, cuja altíssima ocorrência de automóveis nos domicílios pode ser explicada pelo fato de que esta é uma ocupação relativamente recente e irregular, o que enseja características de debilidade estrutural no sistema de transporte público, entre outros. Aliado a isto, a RA apresenta uma RDMM *per capita* de R\$ 3.450,00, constituindo-se na sexta mais alta do DF. Assim, em que pese esta compor o G2, apresenta-se alinhada com o percentual de posse de automóveis por domicílio do Grupo 1. A segunda exceção é a RA Águas Claras, que apresenta percentuais de posse de automóveis por domicílio inferior ao padrão encontrado em outras RAs do Grupo 3. Destaque-se que esta região apresenta-se integrada à rede metroviária, responsável pelo deslocamento de um contingente importante da população, contando inclusive com duas paradas de Metrô. Esta linha atende Plano Piloto, Águas Claras, Samambaia e Ceilândia. Isto contribui para desobrigar os domicílios a adesão do modo individual de deslocamento, para fins de trabalho, posto que o destino de grande parte desta população de alta renda é a RA-I (Brasília).

No caso do Entorno imediato, temos que:

(...) é relativamente elevado o percentual dos domicílios que possuem automóvel no conjunto da periferia metropolitana (46,46%), com destaque para os municípios de Formosa, onde esse percentual chega a 58,16%; Valparaíso com 54,86% e Planaltina com 51,61%. PMAD (2013), p. 60.

A figura abaixo apresenta os outros indicadores de bens e serviços utilizados, evidenciando diferenças em seu poder discriminatório para fins de identificação de homogeneidades nas RAs.

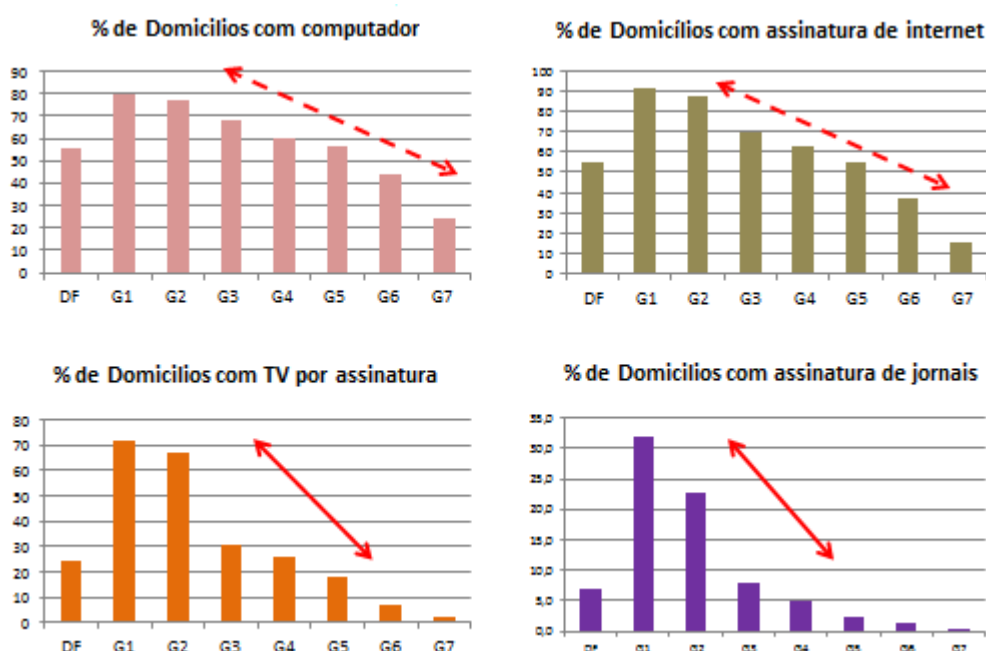


Figura 92 – Indicadores de bens e serviços dos Grupos de RAs

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

A análise dos parâmetros mostrou dois grupos. No primeiro, os índices de posse de computadores e de assinatura de internet apresentaram um gradiente mais discreto de variação entre os Grupos de RAs.

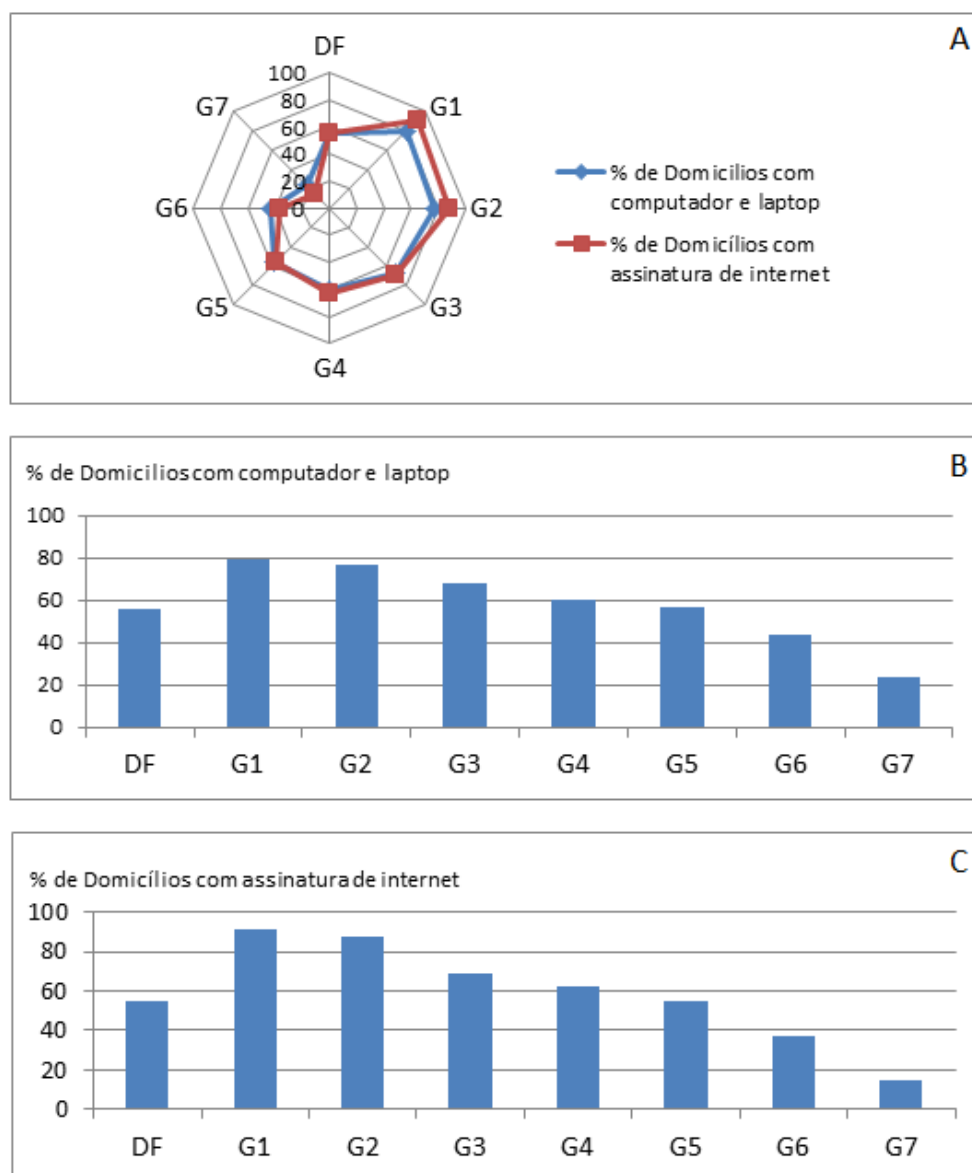


Figura 93 – Caracterização de domicílios com posse de computadores (A, B) e assinatura de internet (A, C)
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Nos municípios do Entorno imediato, há microcomputadores em 34,22% dos domicílios, destacando-se as cidades de Valparaíso (50,05%) e Cidade Ocidental (43,16%). Enquanto isso, Valparaíso e Formosa apresentam percentual de domicílios com notebooks (33,33% e 30,90%, respectivamente) compatíveis com aqueles encontrados nos domicílios das RAs do Grupo 6 em 2011.

A TV por assinatura está presente em 17,78% dos domicílios do Entorno imediato. Em Valparaíso, cerca de 1/3 dos domicílios a possuem (30,97%). Na Cidade Ocidental, um quarto (25,06%) e no Novo Gama, um quinto (21,82%). Os domicílios com assinatura de jornais são em número bastante reduzido, presentes principalmente em Valparaíso e Formosa. Deste feito, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama e Formosa apresentam-se como os municípios com maior acesso a bens e serviços, além de estarem mais próximos do núcleo metropolitano.

Os indicadores de *TV por assinatura* e *assinatura de jornais* (figura abaixo) mostraram-se parâmetros eficazes para a observação do gradiente de porcentagem obtido entre os Grupos de RAs, mantendo uma melhor correlação com a RDMM *per capita*.

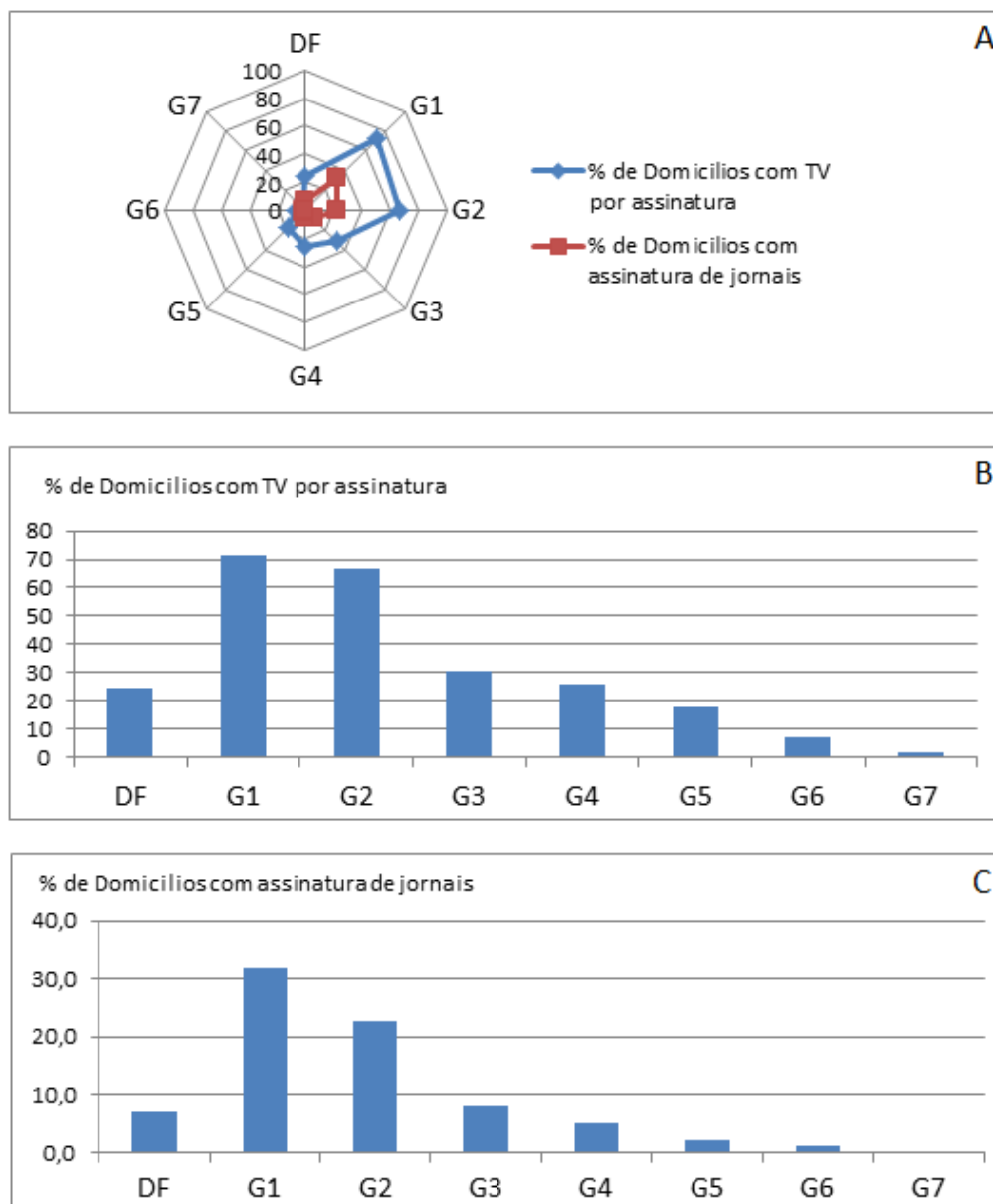


Figura 94 – Caracterização de domicílios com serviço de TV por assinatura (A, B) e assinatura de jornais (A, C)
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Os resultados mostram que estes parâmetros têm maior poder de discriminar claramente os Grupos de RAs, e devem ser observados em análises futuras, durante a implementação do ZEE-DF.

Quanto à busca por lazer e cultura, observa-se que grande maioria dos residentes do Entorno do DF o fazem em seu município de origem (78,97%). Dentre os menos de 20% que procuram lazer e cultura no DF, os principais destinos são a RA-I/Brasília (12,17%), a RA-III/Taguatinga (2,75%) e a RA-II/Gama (2,16%). As regiões de destino parecem constituir-se polos econômicos não apenas do DF, como também da área metropolitana, o que será retomado mais adiante na análise das RAs.

3.2 – Análises com base na caracterização da população

• Indicadores demográficos

Esta segunda camada de análise mudou o referencial, passando de domicílio a populações urbanas, a partir de indicadores demográficos. As análises por Grupos de RAs estão apresentadas abaixo, enquanto os indicadores por RA utilizados para o refinamento da análise dos grupos encontram-se, por completo, no Anexo.

Foram utilizados três indicadores, tratados de modo articulado, para melhor compreensão das análises:

- Razão de Sexo
- Razão de Dependência
- Índice de Envelhecimento

– Razão de Sexo

Indica o equilíbrio (ou não) dos gêneros de residentes. Análises complementares, ainda com indicadores demográficos (particularmente a estrutura etária), permitem determinar a proporção de mulheres em idade de reprodução, com diversas consequências para a evolução da pirâmide etária e a escala temporal, considerando novos contingentes e incrementos de população em idade economicamente ativa.

Para a determinação da Razão de Sexo, foi necessário aferir a população total e o percentual de homens e mulheres em cada Grupo de RAs, conforme abaixo:

Tabela 38 – Características da população para a determinação da Razão de Sexo em cada Grupo de RAs

Parâmetros	DF	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7
População Total	2.556.119	114.768	253.430	316.764	373.655	181.144	1.218.829	997.529
% Homens	47,5	47,6	46,7	47,6	46,1	47,1	47,9	49,7
% Mulheres	52,5	52,4	53,3	52,4	53,9	52,9	52,1	50,3
Razão de Sexo (1)	90,4	91,0	87,5	90,8	85,6	89,0	91,9	98,7

Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Temos, em praticamente todos os grupos, uma maioria de mulheres, com exceção do G7, que apresenta uma Razão de Sexo de 98,7, ou seja, 99 homens para cada 100 mulheres (praticamente um equilíbrio de proporção Homens x Mulheres). Igualmente no Entorno imediato, com renda equivalente às RAs do Grupo 7, apresentaram equilíbrio nesta proporção.

Nos Grupos 4 e 2, encontramos as menores proporções de homens em relação às mulheres: 86 e 88 homens para cada 100 mulheres, respectivamente. São as RAs: Park Way, Brasília, Jardim Botânico e Águas Claras, bem como Sobradinho I, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II e Taguatinga.

A análise da estrutura etária foi possível mediante a utilização de dois indicadores demográficos: Razão de Dependência e Índice de Envelhecimento. Dentre as questões mais importantes para as análises da estrutura etária da população, está a questão do envelhecimento populacional e suas implicações para crescimento econômico, redução da pobreza e até mesmo finanças públicas e prestação de serviços.

– Razão de Dependência

Constitui um importante indicador de monitoramento da dinâmica etária da população. O IBGE a calcula como o quociente entre o número de pessoas que hipoteticamente compõem o grupo de população economicamente dependente e o de população potencialmente ativa. A expressão deste quociente representa a participação da maior população potencialmente ativa face aos dois grupos etários dependentes: infância e terceira idade. Sua determinação, assim como a do Índice de Envelhecimento (também conhecido como Índice do Idoso), ambos por grupo de RAs, envolveu a definição de três grandes grupos etários.

A Razão de Dependência e o Índice de Envelhecimento foram estabelecidos testando dois recortes de faixa etária: (i) de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e 65 anos ou mais – consoante com o estudo anterior (2004) do Núcleo de Demografia da Codeplan; e (ii) de 0 a 14 anos, de 15 a 69 anos e 70 anos ou mais. A Razão de Dependência foi calculada para as 30 RAs e ordenada segundo os valores, estabelecendo um gradiente de valores. A média do DF foi em 36,8% em 2011, conforme nota-se no gráfico abaixo:

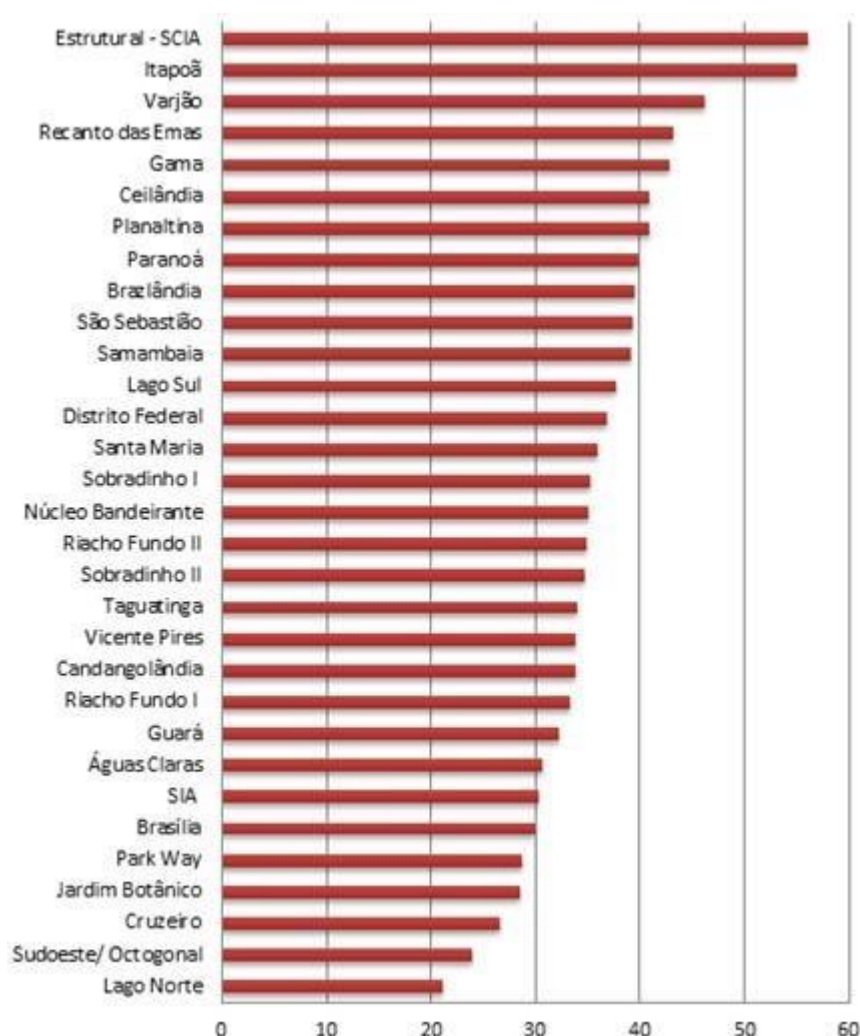


Figura 95 – Razão de Dependência nas 30 Regiões Administrativas do DF em 2011

Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Observa-se uma migração da posição das RAs quando comparadas em relação à classificação por suas RDMM *per capita*. O Lago Sul é a Região Administrativa de maior RDMM *per capita* no DF e, no entanto, apresenta Razão de Dependência de 37,8%, bem maior do que as demais RAs que compõem o Grupo 1: Lago Norte e Sudoeste/Octogonal, com 21,1% e 23,9% respectivamente.

Nessa migração, permanece a associação inversamente proporcional entre RDMM *per capita* e Razão de Dependência. Assim, percebe-se que as RAs com as maiores RDMM *per capita* apresentam os menores índices de Razão de Dependência: Lago Norte e Sudoeste/Octogonal (G1), Cruzeiro (G3), Jardim Botânico, Park Way e Brasília (G2), e assim sucessivamente. Por outro lado, as RAs com menores RDMM *per capita* apresentam maiores índices de Razão de Dependência. Desse modo, remonta-se o gradiente: Estrutural (56,1%), Itapoã (55,0%) e Varjão (46,2%), todas do G7; Recanto das Emas (43,2% / G6), Gama (42,9%/G5), e assim por diante. O indicador foi calculado para o DF e os sete Grupos de RAs, considerando os três grandes grupos etários: de 0 a 14 anos; de 15 a 69 anos e 70 anos ou mais.

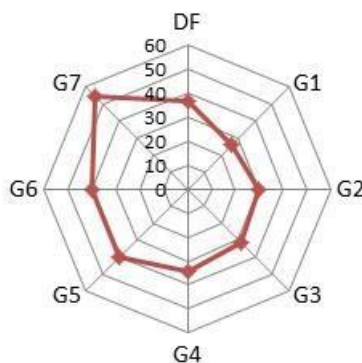


Figura 96 – Razão de Dependência no DF e nos Grupos de RAs em 2011

Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Observa-se um aumento paulatino do valor deste indicador desde o agrupamento de RAs mais abastado G1 (26,3%) até o de menor renda, G7 (54,5%). Assim, além de maior renda, há menos dependentes no domicílio. E ao contrário, apresenta-se a situação já grave dos domicílios com menores rendas *per capita*, intensificada pelo alto número de dependentes que, veremos adiante, é constituído principalmente de habitantes do primeiro grande grupo etário (0 a 14 anos).

Há de se considerar que, em muitos casos, a aposentadoria constitui o esteio econômico do domicílio e, portanto, o recorte de idade não pode ser automaticamente associado à dependência financeira. Por outro lado, temos um percentual de idosos que retorna às atividades profissionais por motivações diversas. Neste caso, tampouco podem ser considerados dependentes. Isto ocorre porque temos um processo importante de envelhecimento da população brasileira, com rebatimentos no DF. Em que pese estes cortes, sabe-se que cada vez mais pessoas tendem a permanecer por mais tempo no mercado de trabalho, ou retomar atividades após a aposentadoria pelos mais diversos motivos. De toda sorte, o corte do terceiro grupo etário não está associado a limitações de população idosa, apenas mantém grupos etários tradicionalmente definidos, tanto para cálculo dos demais indicadores, quanto para análises de políticas públicas específicas.

– Índice de Envelhecimento

Segundo o documento *Envelhecendo em um Brasil Mais Velho* (Banco Mundial, 2010), o Brasil nunca se preocupou suficientemente com o envelhecimento de sua população em virtude das características de país com grande quantidade de jovens. No entanto, nas últimas décadas, o desenvolvimento da nação a levou a apresentar índices sociais e demográficos de primeiro mundo, mas com instituições e sistemas de terceiro mundo, resultando daí graves implicações.

As rápidas mudanças demográficas em curso no Brasil representam antes de tudo uma enorme oportunidade para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento social e econômico do País. O Brasil passa por um curto período, chamado “Bônus Demográfico”, único na história de cada nação, quando a força de trabalho é muito maior do que a

população dependente. Este é um ponto de inflexão que no Brasil deve durar apenas até 2020, mas cujos impactos durarão indefinidamente. (...) As escolhas do País em termos de educação, saúde e previdência nesta fase determinarão a capacidade do País para investir adequadamente nos seus jovens, dar uma vida digna e longa aos seus idosos, e continuar crescendo, oferecendo serviços de qualidade cada vez maior à população, e competindo internacionalmente – em suma, assumindo cada vez mais a condição de país desenvolvido.

103

Envelhecendo em um País mais Velho (Banco Mundial, 2010).

Em estudos demográficos, diversos autores propõem faixas percentuais e limites para a definição de população jovem ou envelhecida. Rigotti e Zahreddine (2006), por exemplo, definiram o limite superior considerando o Índice de Envelhecimento acima de 27,3%, o limite inferior até 10,7% e o intervalo entre ambos como população em nível intermediário de envelhecimento. Segundo estes cortes, ressalvadas as diferenças de metodologias e para fins de análise demográfica, temos uma população já envelhecida no DF.

Tabela 39 – Índice de Envelhecimento por Região Administrativa em 2011

Nome RA	População do DF (%)	Índice de Envelhecimento
Brasília	8,21	80,03
Gama	4,99	46,18
Taguatinga	7,74	54,37
Brazlândia	1,93	16,30
Sobradinho I	2,31	49,95
Planaltina	6,33	21,39
Paranoá	1,66	12,44
Núcleo Bandeirante	0,88	42,94
Ceilândia	15,82	18,65
Guará	4,22	55,33
Cruzeiro	1,22	54,17
Samambaia	7,90	13,33
Santa Maria	4,67	14,16
São Sebastião	3,04	6,65
Recanto das Emas	4,88	8,92
Lago Sul	1,16	127,95
Riacho Fundo I	1,38	25,18
Lago Norte	1,31	85,55
Candangolândia	0,62	29,30
Águas Claras	4,30	19,62
Riacho Fundo II	1,45	11,11
Sudoeste/ Octogonal	2,02	34,02
Varjão	0,35	7,18
Park Way	0,77	41,19
Estrutural - SCIA	1,26	2,11
Sobradinho II	3,69	17,79
Jardim Botânico	0,93	27,74
Itapoã	2,20	4,87
SIA	0,10	6,07
Vicente Pires	2,65	16,37
Distrito Federal	100,00	26,15

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Com base nesse indicador, o ordenamento das Regiões Administrativas, abaixo apresentado, mostra o gradiente do envelhecimento no DF, que acompanha o gradiente de renda do território. Na figura a seguir, estão os Índices de Envelhecimento das RAs em 2011, ordenados do maior para o menor, e os cortes propostos.

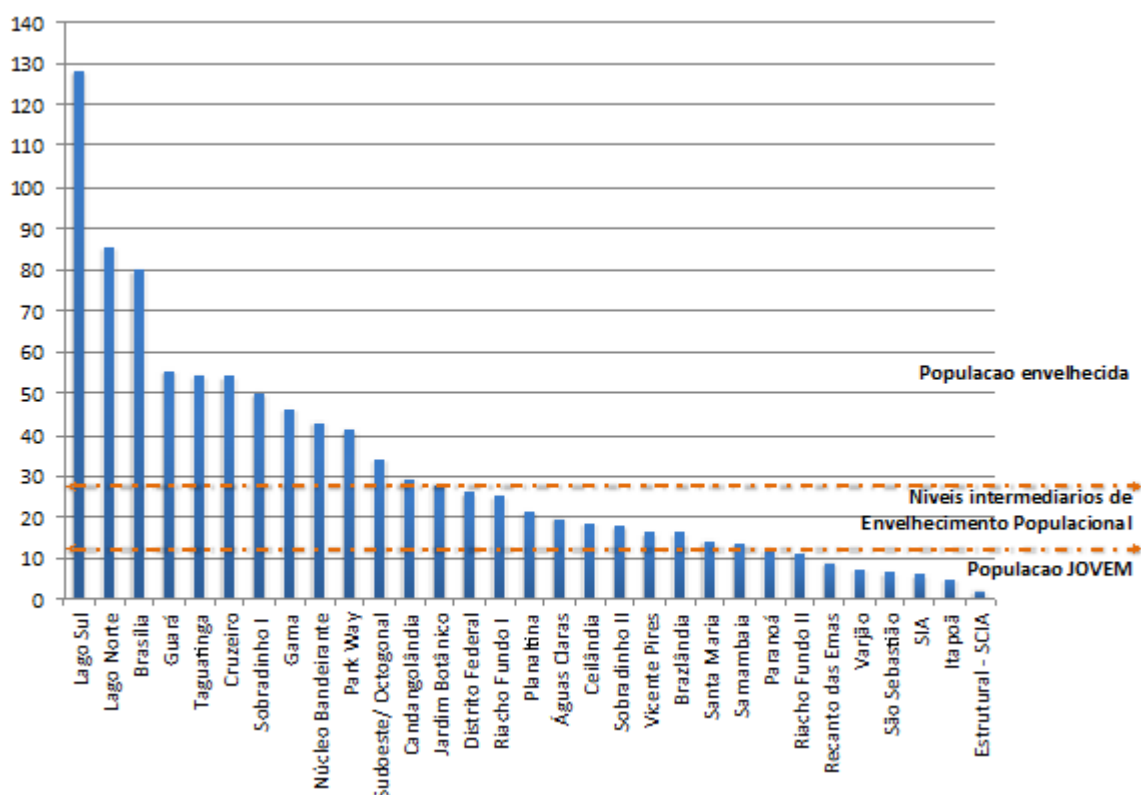


Figura 97 – Índice de Envelhecimento por Região Administrativa em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

As RAs de Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Varjão, SIA, Itapoã e Estrutural apresentam populações *jovens a muito jovens*, e representam 14,9% da população do DF (381 mil habitantes). Observe-se que, com exceção do SII, comparecem todas as RAs do Grupo 7 (Varjão, Itapoã e Estrutural) e duas do Grupo 6 (Riacho Fundo II e Recanto das Emas).

As RAs de Riacho Fundo I, Planaltina, Águas Claras, Ceilândia, Sobradinho II, Vicente Pires, Brazlândia, Santa Maria e Samambaia apresentam níveis intermediários de envelhecimento, e representam 48,7% da população distrital (aproximadamente 1,3 milhão de habitantes).

Por outro lado, as RAs do Jardim Botânico, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Park Way, Núcleo Bandeirante, Gama, Sobradinho I, Cruzeiro, Taguatinga e Guará I apresentam populações já envelhecidas, totalizando 25,7% da população (cerca de 657 mil habitantes). Merecem destaque as RAs do Lago Sul, Lago Norte e Brasília, com populações muito envelhecidas, particularmente a do Lago Sul. Estas somam 10,7% adicionais (cerca de 274 mil habitantes).

Observe-se que este gradiente de envelhecimento acompanha o gradiente de distribuição de renda, considerando o indicador de RDMM *per capita*. Assim, novamente temos populações com menores rendas apresentando maiores participações do grupo etário de 0 a 14 anos, assim como participações discretas, senão residuais, de idosos, com Indicadores de Envelhecimento baixos, resultantes de uma composição da população com menos idosos e mais jovens. Por outro lado, as populações mais abastadas também são as mais envelhecidas no DF.

Em vista das oportunidades socioeconômicas do território, há necessidade de aprofundamento futuro dos indicadores demográficos em busca de compreender o fenômeno do Bônus Demográfico, que tem e terá impactos profundos na sociedade brasileira e distrital, com graves repercussões socioeconômicas.

A comparação dos dois recortes de grandes grupos etários apresentados no decorrer deste capítulo nos permitiu algumas considerações, a começar pelo grupo etário de 0 a 14 anos, comum nas duas análises. Em ambos os casos, nota-se uma diferença importante entre os grupos de RAs:

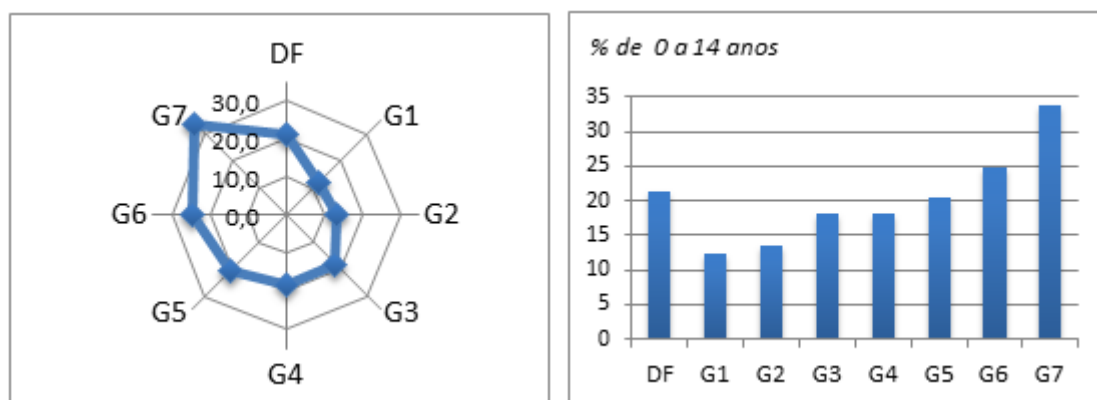


Figura 98 – Comparação da participação do grupo etário de 0 a 14 anos nos Grupos de RAs

Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Enquanto as RAs de maior RDMM *per capita* (Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal) apresentam 12,3% de crianças, temos acréscimos paulatinos até o G6, onde o valor corresponde a duas vezes aquele encontrado no G1. No entanto, as três RAs de menor RDMM *per capita* (Varjão, Itapoã e Estrutural) têm cerca de três vezes mais crianças em relação ao G1, evidenciando uma distância importante do G7 em relação ao grupo anterior, considerando pequena variação encontrada na participação relativa de mulheres de 15 a 49 anos, em idade fértil: de 55,4 no Grupo 1 a 58,5 no Grupo 7 (tabela abaixo, com os indicadores demográficos calculados por Grupo de RAs segundo a RDMM *per capita*).

Tabela 40 – Características da população para determinação da Razão de Dependência e do Índice de Envelhecimento para os Grupos de RAs e com diferentes grupos etários

(a) idosos: 65 anos ou mais:

Parâmetros	DF	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7
0 a 14 anos	21,3	12,3	13,5	18,1	18,0	20,3	24,8	33,9
15 a 64 anos	70,0	74,6	72,1	72,8	70,5	67,6	69,1	63,8
65 anos ou mais	8,7	13,1	14,5	9,1	11,4	12,0	6,2	2,3
Razão de Dependência (2)	42,9	34,0	38,7	37,4	41,8	47,8	44,8	56,7
Participação relativa das mulheres de 15 a 49 anos (%)	55,4	54,7	52,0	56,3	53,3	52,6	56,8	58,5
Idade média da população	33,3	39,2	39,4	34,9	35,8	34,9	30,7	25,1
Índice de Envelhecimento (3)	59,9	153,6	154,4	75,5	89,0	80,9	38,0	12,0

(b) idosos: 70 anos ou mais:

Parâmetros	DF	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7
0 a 14 anos	21,3	12,3	13,5	18,1	18,0	20,3	24,8	33,9
15 a 69 anos	73,1	79,2	77,1	76,1	74,4	71,5	71,56	64,7
70 anos ou mais	5,6	8,5	9,4	5,8	7,6	8,2	3,8	1,4
Razão de Dependência (2)	36,8	26,3	29,7	31,5	34,4	39,9	39,9	54,5
Participação relativa das mulheres de 15 a 49 anos (%)	55,4	54,7	52,0	56,3	53,3	52,6	56,8	58,5
Idade média da população	33,3	39,2	39,4	34,9	35,8	34,9	30,7	25,1
Índice de Envelhecimento (3)	26,2	69,3	70,2	31,9	41,8	40,2	15,3	4,1

Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Utilizando o corte da maior população potencialmente ativa (de 15 a 69 anos), temos aprofundadas as diferenças entre os grupos em relação ao corte de 15 a 65 anos. Enquanto no Grupo 1 temos 79,2% da população, no Grupo 7 temos 64,7%. Por outro lado, na análise da participação da população com 70 anos ou mais, temos menores diferenças entre os Grupos de RAs nos dois recortes. Ainda assim, a comparação entre o G1 e G7 denota uma forte redução na participação deste grupo etário na composição da população do G7 em relação ao G1. Considerando o corte de 65 ou 70 anos, passa-se, respectivamente, de 13,1% (G1) para 2,3% (G7) ou de 8,5% (G1) para 1,4% (G7).

A Razão de Dependência demonstra, conforme esperado, um aumento da população dependente em relação à população potencialmente ativa conforme decresce a RDMM_{pc}, em função principalmente da estrutura etária. Enquanto no G1 temos 26 pessoas dependentes (PD) para 74 pessoas trabalhando (PT), no G3 a relação de dependência aumenta para 32 (PD) e 68 (PT). No G5, a relação chega a 40 (PD) para 60 (PT), culminando no G7 com uma inflexão de mais dependentes do que pessoas trabalhando (55 PD para 45 PT).

As mulheres em idade reprodutiva, entre 15 e 49 anos, correspondem a 55% do total de residentes femininas no DF. Os índices, para quase todos os grupos, ficaram entre 52% e 56,8%, com exceção do G7, com 58,5%, o qual apresenta perfil de população francamente jovem.

A observância conjunta do percentual de mulheres, da participação do grupo etário de 0 a 14 anos e da participação relativa das mulheres de 15 a 49 anos indica localidades que requerem mais infraestrutura para suporte a faixas etárias da infância e da terceira idade, destacando-se localidades de menores RDMM *per capita*, e apontando-se:

- Localidades que requerem programas e incentivos para assegurar a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho.
- Localidades que requerem programas específicos para a promoção da saúde da mulher.
- Necessidade de cobertura de Estado para a infância, considerado um público que requer atenção especial por constituir uma faixa de vulnerabilidade (principalmente quando em localidades com baixos índices de RDMM *per capita*). Esta população precisa ser alvo de políticas públicas específicas, uma vez que as tendências indicam que o Estado brasileiro, a partir de 2020, quando ocorrerá o ponto de corte do Bônus Demográfico, passará a ter maiores transferências à terceira idade em relação aos jovens, ocasionando maiores vulnerabilidades a esta faixa etária (Banco Mundial, 2010).
- O mesmo para o público da terceira idade, que requer atenção especial, pois também constitui faixa de vulnerabilidade.

Consideramos a possibilidade de utilização de vários indicadores, simultaneamente, como um padrão de identidade, para caracterização das RAs e adotamos quatro indicadores, buscando os padrões das Regiões.

A análise conjunta da Razão de Dependência, da participação relativa de mulheres em idade fértil, da Idade Média da população e do Índice de Envelhecimento para cada grupo de RAs está apresentada abaixo.

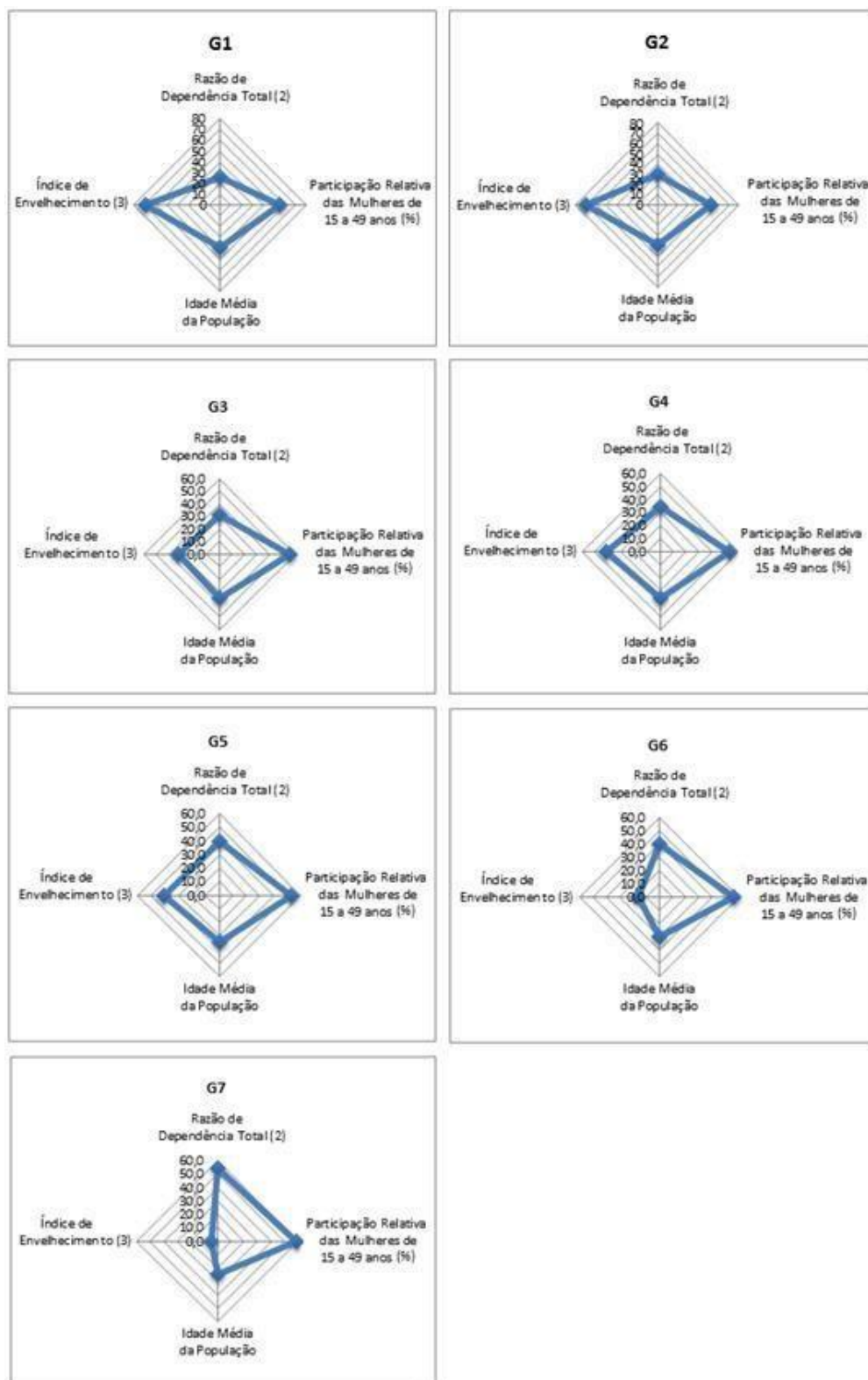


Figura 99 – Perfil de Indicadores Demográficos relacionados à Dependência e ao Envelhecimento por Grupo de RAs
Fonte: Análises GT4/ZEE-DF, com base nos cálculos do Núcleo de Estatística da Codeplan, a partir do PDAD/2011

Conforme abordado nos preâmbulos do documento, a questão da assimetria de riquezas no DF, com claro rebatimento espacial, é uma questão da maior importância para a discussão do desenvolvimento sustentável, do rápido crescimento urbano e das populações vulneráveis. Os indicadores do DF encobrem uma grave situação de desigualdades sociais e de renda, informalidade e desemprego. Estas desigualdades se manifestam no território com elevada concentração espacial das oportunidades de emprego nas áreas com maior renda e a periferização do desemprego e da pobreza. A diferença entre a renda domiciliar *per capita* da RA mais rica (Lago Sul) e da mais pobre do DF (Estrutural) é de quase quinze vezes, evidenciando a gravidade da assimetria na distribuição da riqueza no interior do DF.

A comparação direta dos indicadores demográficos do G1 (maiores RDMM_{pc}) e G7 (menores RDMM_{pc}) põe em evidência estas grandes assimetrias de renda, com graves consequências. A tabela abaixo resume os indicadores utilizados neste trabalho, comparando o Distrito Federal, o Grupo 1 (Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal) e o Grupo 7 (Varjão, Itapoã e Estrutural).

A gravidade da situação comparece quando retomamos a RDMM *per capita* e o primeiro grande grupo etário (infância de 0 a 14 anos), compondo um quadro de vulnerabilidade para o G7. Isto é, Varjão, Itapoã e Estrutural têm uma população jovem (média de 25 anos), com uma maioria de dependentes em relação à população ativa (essencialmente crianças e jovens até 14 anos) e com RDMM_{pc} inferior a R\$ 400,00 por mês. Tais características conferem ao G7 um caráter distinto dos demais grupos, em posição oposta ao G1.

Na outra extremidade, temos uma população de alta renda, com estrutura etária similar aos países desenvolvidos, isto é, mais envelhecida (média de idade de 39 anos para os Grupos 1 e 2 e com menor participação de mulheres em idade reprodutiva), com 12% a 14% de crianças e importante participação do grupo etário de 70 anos ou mais. Ademais, é nestes dois grupos (assim como no G3) que se encontram, atualmente, as maiores proporções de população potencialmente ativa em termos relativos.

À luz dos indicadores apresentados na imagem acima, bem como da participação dos grandes grupos etários nas RAs, encontramos similaridade nos perfis do G1 (Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal) e do G2 (Park Way, Brasília, Jardim Botânico e Águas Claras), bem como entre o G4 (Sobradinho I, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II e Taguatinga) e o G5 (Candangolândia, Gama, Riacho Fundo I e SIA).

Os G3 (Cruzeiro, Guará I e Vicente Pires), G6 (Santa Maria, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Samambaia, Riacho Fundo II, São Sebastião, Recanto das Emas e Paranoá) e G7 (Varjão, Itapoã e Estrutural) apresentam perfis distintos dos demais e entre si. Assim, sob os parâmetros demográficos, temos possibilidade de, se necessário, associar alguns grupos, resultando em cinco agrupamentos: G1+G2, G3, G4+G5, G6 e G7. Por outro lado, se mantidos os sete Grupos de RAs, podemos estabelecer diretrizes comuns àqueles que apresentaram similaridade. Uma análise articulada com os demais indicadores permitirá um arranjo final, apontando áreas com dinâmicas socioeconômicas similares, constituindo as UTB-SE do ZEE-DF.

Em face das análises apresentadas, verificamos a necessidade de o Estado enfrentar a discussão sobre os jovens de hoje e de amanhã, no contexto do envelhecimento da população no DF e, por meio de ajustes estruturais, viabilizar alternativas para que os mesmos, no curto prazo (e crianças a médio prazo), tenham meios para ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada, considerando o Bônus Demográfico para o qual o Brasil está chegando. Assim, apesar do fato de estarmos trabalhando com uma fotografia do DF (e não uma evolução dos indicadores), há que se ter clareza quanto às importantes repercussões do Bônus Demográfico no DF e toda a área metropolitana. Recomendamos, então, acompanhamento formal e sistemático da questão demográfica por meio de tais indicadores durante a implementação do ZEE-DF. Tal análise poderá auxiliar o resgate do planejamento de Estado e a formulação de políticas públicas de impacto e intensidade.

Os dados da PMAD (2013) confirmam o perfil jovem da população dos municípios do Entorno imediato. Considerando os doze municípios estudados no PMAD, tem-se que:

(...) a população da região é formada majoritariamente por um perfil mais jovem, pois mais de dois terços de seus moradores (70,64%) estão na faixa etária de até 39 anos de idade, já entre 0 a 14 anos (24,91%) taxa superior é verificada para o Distrito Federal, pela PDAD/2011, de 21,40%. O contingente de 0 a 14 anos atinge 15,43% do total e os jovens de 15 a 24 anos alcançam 20,15%.

Nas faixas de população adulta, de 25 a 59 anos, encontramos 46,61% do total, sendo maior na faixa etária de 25 a 39 anos, em que estão 25,58% dos residentes. A população idosa, com 60 anos ou mais, representa 8,35% dos habitantes. PMAD (2013), p.31.

Ademais,

No tocante às faixas etárias em que se concentram a força de trabalho, de 15 a 59 anos, é expressiva sua participação na população da periferia metropolitana, atinge 66,76%. (...) O grupo de jovens apresenta razão de dependência maior que a do grupo de idosos, corroborando o que foi mencionado anteriormente, em relação ao perfil mais jovem da população. PMAD (2013), p.32.

Dentre os oito municípios do Entorno imediato, temos Águas Lindas e Novo Gama apresentando os maiores percentuais de crianças, com 28,31% e 27,23%, respectivamente (PMAD/2013).

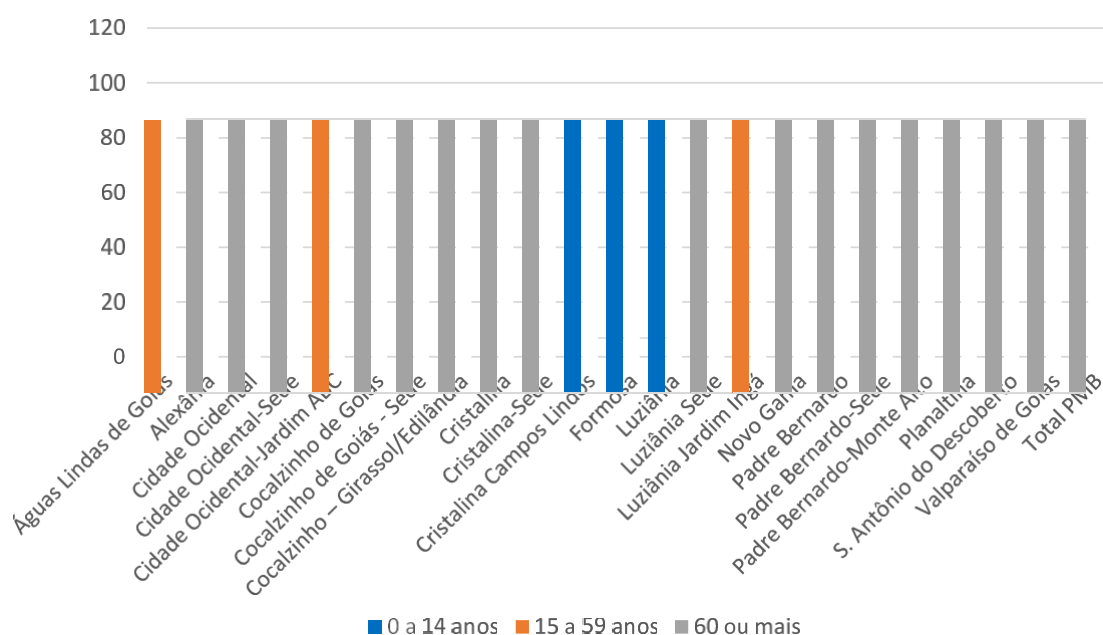


Figura 100 – Grupos etários dos municípios e distritos/aglomerações urbanas na PMB

Fonte: PMAD/2013 (CODEPLAN)

A Razão de Dependência da chamada Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), em 2013, considerando os doze municípios, é coerente com a situação dos grupos de menor renda, segundo a qual aumenta a Razão de Dependência Total.

A Razão de Dependência da periferia metropolitana, considerando apenas a população jovem, é de 37,32%; em relação à população idosa, de 12,48%; a Razão de Dependência Total é de 49,80%, ou seja, para cada grupo de 100 pessoas potencialmente ativa, computa-se cerca de 50 dependentes, 37 jovens e 13 idosos. PMAD (2013), p.33.

110

• Indicadores de renda

Revestem-se de grande importância para a proposição de políticas públicas que visam à qualificação dos jovens de hoje e de amanhã no contexto das discussões do Bônus Demográfico. Importam também para identificar vocações para a promoção da economia distrital com bases qualificadas, demandadoras de conhecimento e bem articuladas com a vocação de Capital Federal.

A apreciação do tema passou pela utilização de três indicadores:

- População de 7 a 14 anos fora da escola
- Taxa de analfabetismo
- Participação relativa da população com nível superior completo

– População de 7 a 14 anos fora da escola

Este primeiro índice importa pela identificação, no presente, de localidades com população do primeiro grande grupo etário, particularmente aquela faixa etária que legal e obrigatoriamente deve estar na escola, de sorte a perfazer, pelo menos, o Ensino Fundamental. Estas são localidades com população vulnerável, que requerem a atenção do poder público para promover soluções de curtíssimo prazo para assegurar a migração para o sistema educacional, o amparo e a qualificação.

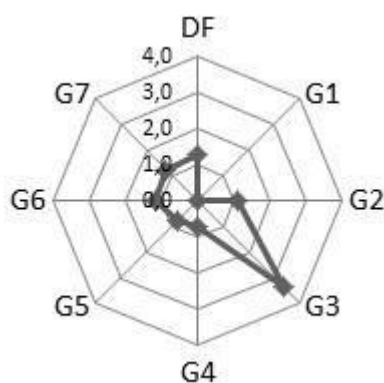


Figura 101 – Percentual de população de 7 a 14 anos fora da escola por Grupos de RAs

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

O índice de população de 7 a 14 anos fora da escola foi de 1,3% em 2011 para o DF. O G1 é o único que apresentava, à época, todos desta faixa etária na escola. Os demais grupos apresentaram índices de 0,7% (G4) a 1,2% (G6 e G7). No entanto, destacam-se os resultados obtidos com o G3. Águas Claras, Cruzeiro, Guarã I e Vicente Pires apresentaram, no grupo, em média, 3,3% das crianças e jovens desta idade fora da escola. Não foram encontrados elementos que expliquem a situação atípica das RAs do GT3.

Nos municípios do Entorno imediato, a situação agrava-se na população menor de 6 anos fora da escola:

É importante ressaltar que a pesquisa apurou que 5,87% do total de menores de 6 anos estão “fora da escola” (62.910 crianças), algo que demanda esforço governamental para ampliar a pré-escola nos municípios da PMB. Nota-se que apenas 0,52% (5.600 crianças) estão no “maternal ou creche” (...). PMAD (2013), p.45.

Assim, fazem-se necessárias políticas públicas específicas, já que este grupo de população encontra-se em situação de alta vulnerabilidade, postas a baixa renda domiciliar e a baixa cobertura de infraestrutura ou equipamentos educacionais capazes de prover as condições para o desenvolvimento saudável destas crianças.

– Taxa de analfabetismo

O segundo indicador, taxa de analfabetismo, diz respeito às pessoas maiores de 18 anos analfabetas. Sinaliza claramente uma população sem qualificação, que tende a se manter em níveis de vulnerabilidade, com ciclo perverso de baixa remuneração e trabalho intermitente, geralmente braçal.



Figura 102 – Percentual de população analfabeta por Grupos de RAs

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

É importante dizer que em 2014 o DF recebeu o Selo de *Território Livre do Analfabetismo*, do Ministério da Educação, dado às localidades que atingem 96% de alfabetização, segundo dados do IBGE. A situação difere nos municípios do Entorno imediato, que, de maneira geral, se aproximam dos Grupos 6 e 7 de RAs distritais. Segundo a PMAD (2013):

(...) pouco mais de dois terços dos declarantes não estudam: 69,20% (741.455). Entre os que estudam, os que estão em escolas públicas correspondem a 25,20% e os que estudam em escolas particulares são apenas 5,60% (60.297 estudantes).

Com foco nos que “não estudam”, destacam-se os percentuais mais significativos de cinco municípios: Águas Lindas, 68,00% (134.173 pessoas); Valparaíso, 68,90% (116.417 indivíduos); Luziânia, 71,20% (126.363 pessoas); Formosa, 70,00% (70.264 pessoas) e Novo Gama, 68,10% (69.423 pessoas).

Os motivos declarados são: (...) *porque concluiu os estudos, 24,50% (262.654 pessoas), seguidos de falta de interesse, 23,28% (249.437 declarantes) e porque trabalha 12,55% (134.460 pessoas), além de outros motivos menores.*

(...) Por se tratar de municípios com desenvolvimento econômico estagnado, a falta de oportunidades termina refletindo no desestímulo da população em avançar na educação. Quatro municípios, por exemplo, se destacaram no quantitativo de pessoas que não estudam por falta de interesse: Padre Bernardo, 33,30%; Águas Lindas, 31,75%; Cidade Ocidental, 27,28% e Luziânia, 27,90%. PMAD (2013), p.44.

De maneira geral, a distribuição dos níveis de escolaridade nos municípios estudados na PMAD (2013) mostra uma população com baixos níveis de escolaridade, acompanhando o padrão dos Grupos 6 e 7 do DF

Sobressaíram-se dois níveis com maior número de pessoas: o “fundamental incompleto”, com 37,92% (406.270 declarantes) e “médio completo”, 21,15% (226.661 declarantes), ambos perfazem mais da metade dos entrevistados, 54,07%. Em seguida aparece o “ensino médio incompleto”, com 12,86% (137.852 pessoas). Vale ressaltar que apenas 2,57% (27.514 pessoas) com 15 anos ou mais declararam-se analfabetos. (...) A alfabetização de adultos também é pouco desenvolvida, com 0,44% de declarantes (4.725 pessoas). PMAD (2013), p.45.

A grande maioria desta população estuda em seu município de origem (89,92% de um total de 330.128 estudantes dos doze municípios), desmistificando a ocorrência de deslocamentos massivos para o DF por motivo de estudo. Dentre os municípios do Entorno imediato, apenas Santo Antônio do Descoberto não apresenta altos percentuais de habitantes que estudam no próprio município.

Tabela 41 – Habitantes do Entorno imediato que estudam no município de origem

Municípios do Entorno Imediato	Total de Estudantes	% de Estudantes
Águas Lindas de Goiás	56.250	89,12
Cidade Ocidental	18.475	86,94
Luziânia	48.556	94,95
Novo Gama	26.473	81,51
Planaltina	23.008	90,38
Valparaíso de Goiás	45.062	85,76
Total	247.531	-

Fonte: PMAD (2013)

Assim, apenas 9,36% dos estudantes residentes nos municípios do Entorno imediato estudam no DF, cuja preferência é pela RA-I/Brasília (10.577 estudantes; 3,20%), RA-II/Gama (8.062 estudantes; 2,44%), RA-III/Taguatinga (6.000 estudantes; 1,82%), entre outras, que somam 6.283 estudantes (1,90%). A demanda por escolas distritais advém de Valparaíso (6.969 estudantes; 13,26%), Águas Lindas (6.770 estudantes; 10,73%), Novo Gama (5.769 estudantes; 17,76%), Cidade Ocidental (2.715 estudantes; 12,80%), Luziânia (2.582 estudantes; 5,05%) e Planaltina (1.908 estudantes; 7,50%).

Os fluxos de estudantes estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 42 – Destino e origem de habitantes do Entorno imediato que se deslocam para o DF por motivo de estudo

RA de Destino	Município de Origem	Total de Estudantes	% de Estudantes
RA-I / Brasília	Valparaíso	3.206	6,10
	Luziânia	1.820	3,56
	Planaltina de Goiás	1.656	6,51
	Cidade Ocidental	1.456	6,87
RA-II / Gama	Novo Gama	4.900	15,09
	Valparaíso	2.437	4,64
RA-III / Taguatinga	Águas Lindas	3.701	5,86
	Valparaíso	727	1,38
	Santo Antônio do Descoberto	581	2,70
Total		20.484	-

Fonte: PMAD (2013) / CODEPLAN

As estratégias de desenvolvimento da área metropolitana precisam enfrentar e superar a aparente situação de acomodação da população quanto à elevação dos seus atuais níveis e padrões de escolaridade. Os reflexos de uma baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho têm repercussões importantes na dinamização econômica dos municípios, historicamente caracterizados por baixa representatividade no setor produtivo.

– Participação relativa da população com nível superior completo

O terceiro indicador trata de identificar as potencialidades capazes de, entre outras, alavancar os meios para se ter uma Capital Federal voltada a atividades econômicas (inclusive indústrias) que demandem alta qualificação, já que esta é uma das hipóteses de trabalho para as Unidades de Intervenção do ZEE-DF.

Conforme identificado no diagnóstico socioeconômico, conforme dados da PDAD (2011) para o DF e do PDTU (2009) para DF e Entorno imediato, um grande contingente tem nível superior completo e cerca de 20% têm pós-graduação, particularmente nas localidades de mais alta renda.

**Figura 103** – Percentual de população com nível superior completo por Grupos de RAs

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

De maneira geral, o grau de instrução acompanha o nível de renda do domicílio no DF. Há, portanto, um gradiente das localidades mais abastadas, onde mais de 60% da população têm ensino superior completo, até o G7, com apenas 0,6%. As substanciais diferenças encontradas entre os conjuntos de RAs depõem pela manutenção dos sete Grupos antes estabelecidos. O G1 apresenta 60,7% de sua população de 115 mil habitantes com ensino superior completo, enquanto o G2 possui 48,9% de um total de 363 mil residentes.

Nos grupos seguintes, observa-se grande redução da participação relativa da população com ensino superior na composição da população do G3, com 25,5% de um total de 207 mil habitantes, isto é, menos da metade em relação ao G1. O G4 apresenta 17,1% de 377 mil habitantes. O G5, apenas 10% de um total de 181 mil residentes. O G6, que possui o maior contingente populacional (1,219 milhões habitantes, ou seja, 48% de toda a população do DF), apresenta apenas 4% da população com ensino superior completo. O G7, com 98 mil habitantes, tem níveis residuais, menos de 1% (0,6%).

A comparação dos níveis de grau de instrução da população residente no DF e no Entorno imediato em 2009 (abaixo), mostra diferenças estruturais na participação relativa de cada classe de instrução, com um ponto de inflexão na população com até o Ensino Médio, quando passa a aumentar no DF e diminuir no Entorno imediato a proporção de população com maior nível de instrução. Ressalte a proporção de $\frac{3}{4}$ para $\frac{1}{4}$ entre DF e Entorno imediato do ponto de vista da quantidade efetiva (nominal) de tais populações. Ressalte-se também que o DF foi considerado “Território Livre de Analfabetismo” em 2014.

Nos municípios do Entorno imediato, temos que:

Entre os que se declararam com “nível superior completo” (Especialização, Mestrado e Doutorado) foram computados 4,39% (47.012 pessoas) e com “superior completo” somam 3,65% (39.070 indivíduos). PMAD (2013), p.45.

Os dados da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino (PDTU/2009) permitiram-nos comparar a situação das Regiões Administrativas do DF e destes municípios do Entorno imediato, conforme se segue.

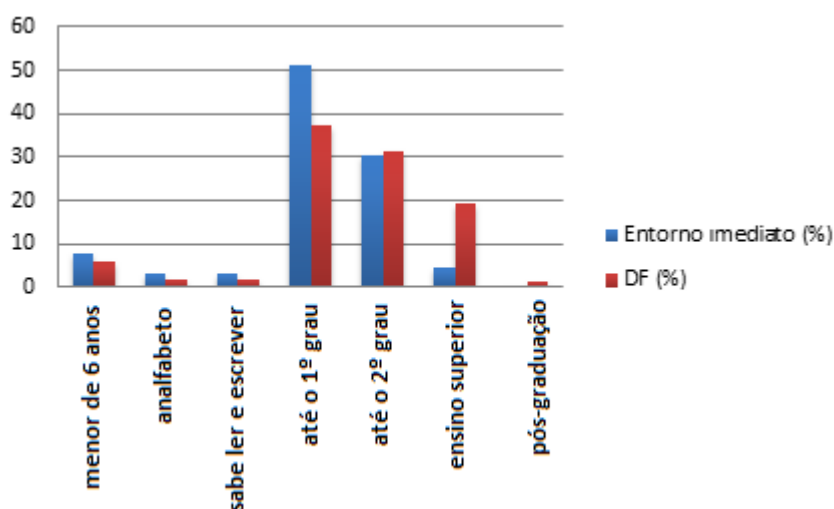


Figura 104 – Percentual dos graus de instrução da população do Entorno imediato e do DF em 2009

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da Pesquisa OD do PDTU (2009)

O quantitativo de população com até o Ensino Médio, praticamente equivalente em termos relativos entre DF e Entorno imediato, correspondia a cerca de um milhão e meio de pessoas (1.364.030 habitantes) em 2009, sendo 782.091 no DF e 248.625 no Entorno imediato.

As diferenças importantes são a maior contribuição relativa de população com menor escolaridade no Entorno imediato e de maior qualificação no DF. Apesar do percentual de população com até o Ensino Fundamental ser menor no DF (37,91%), o contingente populacional é muito superior, nominalmente correspondendo a 944.238 habitantes, mais do que o dobro do contingente de mesma classe de escolaridade no Entorno imediato (419.801 habitantes).

Por outro lado, a maior diferença é a presença no DF de um quantitativo muito relevante (tanto em termos relativos, quanto nominais) de população com formação superior (20,85%), correspondendo a mais de meio milhão de pessoas (519.319 habitantes), enquanto o contingente de população com mesma classe de escolaridade no Entorno imediato representa cerca de 40 mil pessoas, isto é, mais de dez vezes menos em termos nominais (1,59% da população do DF, 40.122 habitantes). Assim, em termos nominais, o total de população com ensino superior completo do Entorno imediato corresponde ao total de população pós-graduada no DF, que tem, ademais, acima de dez vezes mais habitantes com ensino superior.

O contingente de população menor de 6 anos que não estuda é maior no Entorno imediato. A análise, articulada com a RDMMpc, indica uma população vulnerável. De fato, tais municípios se assemelham aos Grupos 6 e 7 do DF, que correspondem às duas menores faixas de renda do DF. A notória ausência de infraestruturas de educação, saúde, transporte e políticas públicas voltadas para crianças e mulheres em idade fértil torna a situação ainda mais crítica em termos de vulnerabilidade.

Representamos as diferenças encontradas em termos de Razão de Instrução segundo as classes de escolaridade entre a população do Entorno imediato e no DF, conforme abaixo. Isto é, a proporção direta, em termos relativos, entre os subconjuntos de população no Entorno imediato em relação ao DF, para cada classe de instrução.

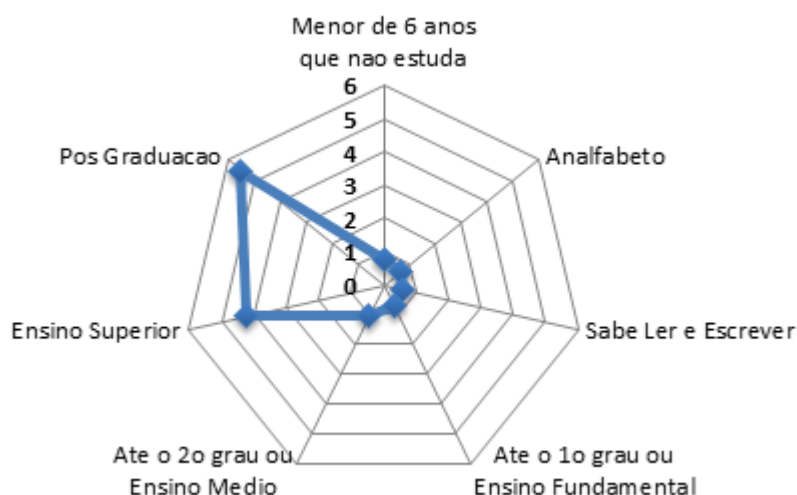


Figura 105 – Razão de Instrução segundo as classes de escolaridade da população do Entorno imediato e do DF

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da Pesquisa OD do PDTU (2009)

Assim, temos a proporção relativa de uma criança menor de 6 anos fora da escola no Entorno imediato para 0,77 criança menor de 6 anos que não estuda no DF. A Razão de Instrução passa a 1,04 com até o Ensino Médio no DF em relação a cada um do Entorno imediato. E avança para 4,22 com Ensino Superior no DF para cada um do Entorno imediato, chegando à proporção de 5,48 para cada um do Entorno imediato, comparando-se os totais relativos (%).

Isto remete novamente à questão da qualificação da população, particularmente dos jovens, uma vez que a idade média dos G3 a G6 está na faixa dos 30 anos (31 a 36 anos), além da média de 25 anos no G7. Estamos falando de 77,48% da população (G3 a G6) ou 81% (se incluirmos o G7).

Existe, portanto, uma relação entre escolaridade, RDMM *per capita* e indicadores demográficos com rebatimentos muito diferenciados nas oportunidades para entrada e permanência no mercado de trabalho. A política de desenvolvimento do DF, ainda em elaboração, deve considerar fortemente a característica das localidades (DF e Entorno imediato), a partir da combinação de indicadores reveladores de potencialidades econômicas desde que endereçadas às vulnerabilidades sociais, nos seus diversos aspectos.

O acesso a equipamentos culturais é outro aspecto muito importante para os níveis de informação e de formação da população. Este acesso é baixo em todos os municípios da área metropolitana: 95,80% das pessoas não vão a museus, 94,48% não vão a teatros, 87,64% não frequenta bibliotecas, 79,99% não assistem a shows, 69,46% não frequentam cinemas e 66,38% não têm o hábito de leitura.

Estas populações também apresentam baixos níveis de atividades esportivas, o que revela um alto grau de sedentarismo, o que ocasiona impactos diretos na saúde pública (PMAD/2013). Ademais, os residentes destes municípios pouco conhecem os pontos turísticos de onde moram. Apenas 31,45% dos domicílios declararam que há atração turística em seu município, sendo que a grande maioria declarou desconhecer a existência de pontos turísticos (PMAD/2013).

Este estreitamento de possibilidades culturais e de formação, associada a baixos níveis de escolaridade, reduz as possibilidades reais de incremento de renda mediante o empreendedorismo de negócios, o que resulta em poucas alternativas de qualificada geração de emprego e renda.

3.3 – Análises com base na caracterização da estrutura produtiva por RA

Trabalhou-se um conjunto de indicadores relacionados à caracterização das dinâmicas socioeconômicas e à estrutura produtiva das RAs, sendo eles:

- Balanço de postos de trabalho face ao total de residentes
- Taxa de desemprego
- Tipologias de empregos por setor nas RAs
- Grau de cobertura da infraestrutura

– Balanço de postos de trabalho face ao total de residentes

O resultado das análises realizadas no capítulo anterior está sumarizado na tabela abaixo, em termos da situação das Regiões Administrativas quanto à razão entre os totais de postos de trabalho e de residentes de cada RA.

Optamos por manter a análise individual das RAs para a identificação de características da estrutura produtiva sob o olhar da oferta de postos de trabalho. Consideramos que tal análise pode trazer elementos para refinar os Grupos de RAs com que trabalhamos neste capítulo.

Os dados mostram as RAs superavitárias em termos de postos de trabalho em relação à população residente, as equilibradas e as deficitárias, ampla maioria no DF, como consta na tabela a seguir:

Tabela 43 – Balanço de postos de trabalho face ao total de residentes das RAs do DF em 2011

RAs SUPERAVITÁRIAS	RAs EQUILIBRADAS	RAs DEFICITÁRIAS
Brasília (RA-I)	Sobradinho I (RA-V)	Ceilândia (RA-IX)
Taguatinga (RA-III)	Brazlândia (RA-IV)	Samambaia (RA-XII)
SIA (RA-XXIX)	Gama (RA-II)	Recanto das Emas (RA-XV)
Lago Sul (XVI)		Santa Maria (RA-XIII)
Núcleo Bandeirante (RA-VIII)		Sobradinho II (RA-XXVI)
		Planaltina (RA-VI)
		Águas Claras (RA-XX)
		Guará I (RA-X)
		Vicente Pires (RA-XXX)
		Sudoeste / Octogonal (RA-XXII)
		Paranoá (RA-VII)
		Cruzeiro (RA-XI)
		São Sebastião (RA-XIV)
		Riacho Fundo I (RA-XVII)
		Lago Norte (RA-XVIII)
		Candangolândia (RA-XIX)
		Riacho Fundo II (RA-XXI)
		Varjão (RA-XXIII)
		Park Way (RA-XXIV)
		Estrutural (RA-XXV)
		Jardim Botânico (RA-XXVII)
		Itapoã (RA-XXVIII)

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base no documento “Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades-Dormitório” (CODEPLAN/2013)

Apenas cinco RAs apresentam *superávit* em termos do total de postos de trabalho face ao total de residentes na RA: Brasília, Taguatinga, SIA, Lago Sul e Núcleo Bandeirante.

Em termos quantitativos, a RA-I/Brasília (209,9 mil habitantes, 86,6 mil domicílios) é a região com maior número de postos de trabalho: 514,5 mil. A RA-III/Taguatinga (197,8 mil habitantes, 65,2 mil domicílios) é a segunda dentre as dez mais empregadoras, com 96,6 mil empregos formais, seguida da RA-IX/Ceilândia (404,3 mil habitantes, 116,9 mil domicílios), com 72,5 mil empregos formais. Na quarta posição, a RA-XII/Samambaia (201,9 mil habitantes, 61,0 mil domicílios), apresenta menos da metade do quantitativo do terceiro lugar, isto é, 33 mil postos de trabalho; a RA-VI/Planaltina (161,8 mil habitantes, 48 mil domicílios), encontra-se na quinta posição, com 32,9 mil postos. Em que pese o quantitativo expressivo de posto de trabalho, buscamos, nesta análise, junto aos polos e subpolos econômicos (em termos quantitativos), as RAs com possibilidades de, teoricamente, absorver o contingente populacional que lá vive. Teoricamente, já que não há como assegurar que o habitante residente ocupe um posto de trabalho na mesma RA. Aliás, Taguatinga (RA-III) é um bom exemplo, sendo uma RA superavitária e apresentando 30,3 mil habitantes deslocando-se para a RA-I/Brasília diariamente.

Neste segundo olhar, temos a razão direta entre ocupações geradas e ocupantes residentes, que nos mostra as RAs que mais geram postos de empregos em relação a sua própria população. A RA-XXIX/SIA (2.448 habitantes, 1.435 domicílios) gera a melhor razão do DF: 21,1 empregos por habitante residente. Esta razão decai rapidamente nas demais RAs. Brasília, segunda colocada, gera 5,4 empregos por habitante residente,

apresentando-se (tanto no total, quanto em termos relativos) um impressionante desempenho. O Lago Sul (29,7 mil habitantes, 8,6 mil domicílios) apresenta-se na terceira posição, com 1,4 empregos gerados por habitante residente. Taguatinga gera 1,2 empregos por habitante residente, enquanto o Núcleo Bandeirante (22,6 mil habitantes, 7,2 mil domicílios) apresenta razão de 1,02 empregos gerados por habitante residente.

Dentre as RAs equilibradas, temos Sobradinho I (59 mil habitantes, 17 mil domicílios) com 0,96 postos de trabalho por habitante residente, Gama (127,5 mil habitantes, 37,7 mil domicílios) e Brazlândia (49,4 mil habitantes, 12,2 mil domicílios) com 0,68 e 0,62 postos gerados por habitante residente.

No entanto, existe um *déficit* estrutural na distribuição dos postos de trabalho ofertados. É fato que a grande maioria das RAs apresenta preocupante *déficit* de postos de trabalho em relação a sua população residente, demonstrando a necessidade urgente de convergir políticas públicas que estanquem os adensamentos sem articulação com a geração de emprego e renda, e principalmente a necessidade de enfrentar-se a ausência histórica de robusta política de desenvolvimento econômico para o DF. Das 30 RAs analisadas, vinte não conseguem assegurar toda a oferta, na escala adequada, de postos de empregos compatível com o quantitativo de população residente. Dentre estas RAs, temos representantes dos sete Grupos de RAs. No entanto, algumas diferenças são visíveis: o Lago Norte, por exemplo, é uma RA com feição predominantemente residencial, de alta RDMM *per capita*, com 87,3 % da população empregada na RA-I, a qual apresenta predominância de Serviço Público, particularmente Serviço Público Federal. Apenas 7,4% da população trabalha na própria RA. O mesmo ocorre com o Sudoeste/Octogonal (RA-XXII), também de alta renda (G1), com cerca de 83,7% de sua população residente deslocando-se para a RA-I, tendo 7,7% de sua população trabalhando na própria RA. São RAs exportadoras de mão-de-obra altamente qualificada.

A realidade é outra para a RA-IX/Ceilândia, o centro urbano mais populoso do DF (404,3 mil habitantes, 116,9 mil domicílios), que apresenta maior *déficit* de postos de trabalho em termos quantitativos: 18,3%, ou seja, 87,2 mil empregos formais (mais do que o tamanho de diversas RAs do DF). A RDMM *per capita* é de outra faixa (G6), e apresenta o segundo maior contingente nominal de trabalhadores deslocando-se diariamente para a RA-I (51,8 mil trabalhadores). A RA-XII/Samambaia (201,9 mil habitantes, 60,7 mil domicílios) é o segundo núcleo urbano com maior *déficit* nominal de postos de trabalho, e requer a criação de 47,5 mil empregos, ou seja, quase 10% do total de ocupações. As RAs de Recanto das Emas, Santa Maria e Planaltina apresentam a ordem de 33 mil empregos deficitários. São 33,8 mil (7,11%), 31,6 mil (6,6%), e 30,1 mil (6,3%), respectivamente. Estas, que compõem o Grupo 6 de RDMM *per capita*, somam mais de um milhão de habitantes, ou seja 39,6% da população total do DF. Ademais, este contingente populacional vive no mesmo eixo urbano, a sudoeste do centro político da Capital Federal, demandando transporte público.

Sobradinho II (94,3 mil habitantes, 25,8 mil domicílios), pertencente ao G4, apresenta a mesma ordem de grandeza das citadas RAs do Grupo 6, isto é, 30,7 mil postos de trabalho (ou 6,5% do total).

Varjão (9 mil habitantes, 2,3 mil residências), Itapoã (56,4 mil habitantes, 14 mil residências) e Estrutural (32,1 mil habitantes, 8,3 mil residências) apresentam-se em condição deficitária em termos de postos de trabalho face ao contingente populacional residente. Todas são de menor RDMM *per capita* e pertencem ao Grupo 7.

Nos municípios do Entorno, segundo a PMAD (2013), das 470.956 pessoas que trabalhavam à época, 53,54% do total (251.98 residentes) empregavam-se no próprio município, e 45,03% (211.993 residentes) trabalhavam no Distrito Federal.

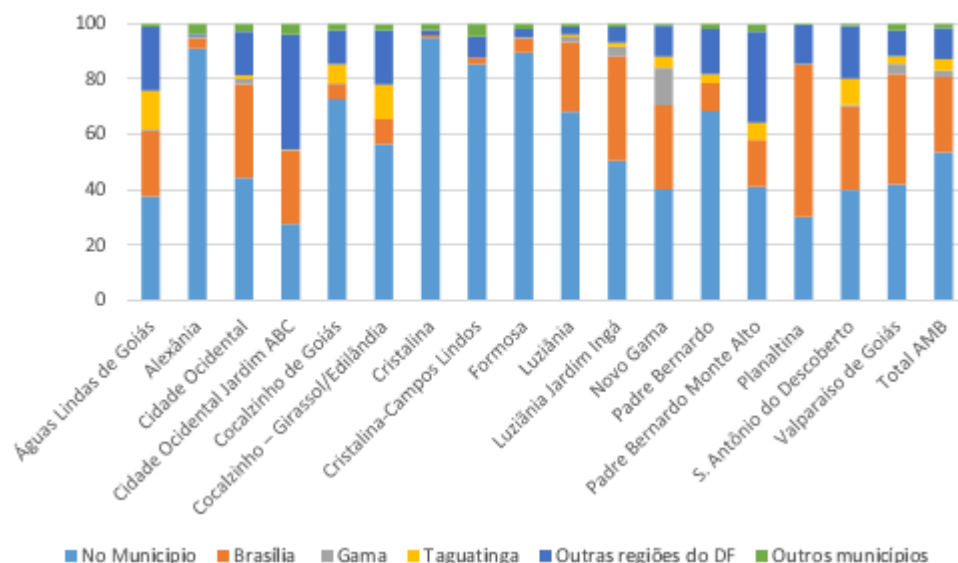


Figura 106 – Populações urbanas da PMB segundo o local de trabalho

Fonte: PMAD (2013)

Destes, seis municípios do Entorno imediato apresentaram participação relativa da população residente trabalhando no DF acima de 50%. São municípios com estrutura econômica menos diversificada e/ou mais próximos do DF.

Tabela 44 – Percentual de residentes dos municípios do Entorno imediato que trabalham no DF

Municípios	Total de residentes trabalhando no DF	%
Planaltina de Goiás	28.014	69,53
Águas Lindas	50.893	61,32
Santo Antônio do Descoberto	15.332	59,38
Novo Gama	27.722	59,34
Valparaíso	42.368	55,57
Cidade Ocidental	15.407	52,90
Total	179.736	-

Fonte: PMAD (2013)

Os principais destinos desta população residente no Entorno imediato que trabalha no DF são Brasília (60,24% ou 127.679 pessoas), Taguatinga (9,34% ou 19.785 pessoas) e Gama (5,57% ou 11.814 pessoas), confirmando tais RAs como atradoras de mão-de-obra e, com veremos abaixo, superavitárias na oferta de postos de emprego em relação ao total de residente.

Um olhar mais estruturante acerca das oportunidades ofertadas pelas RAs expõe especificidades em alguns Grupos de RAs, a partir das condições estruturais na relação de postos de trabalhos ofertados e a população total residente e das movimentações de populações. A tabela abaixo apresenta uma síntese de tais elementos, com o refinamento proposto aos sete Grupos de RAs.

Tabela 45 – Refinamento dos sete Grupos de RAs

Grupo	RAs	Balanço (postos de trabalho / população residente)	RAs com maiores percentuais trabalhando na própria RA (% residentes trabalhando na própria RA)	Principais RAs empregadoras (polos atratores) (nº de trabalhadores)	Principais polos exportadores de mão-de-obra (% residentes trabalhando na própria RA)	Classificação proposta: D: Deficitária E: Equilibrada S: Superavitária
1	Lago Sul	Superavitária			6º (17,5%)	G1 – S/E
	Lago Norte	Deficitária			2º (7,4%)	G1 - Deficitária
	Sudoeste/Octogonal	Deficitária			1º (7,7%)	G1 - Deficitária
2	Park Way	Deficitária			5º (15,2%)	G2 - Deficitária
	Brasília	Superavitária	1º (93,6%)	1º (514.500)		G2 – S/E
	Jardim Botânico	Deficitária			3º (10,8%)	G2 - Deficitária
	Águas Claras	Deficitária		9º (24.400)	8º (19,2%)	G2 - Deficitária
3	Cruzeiro	Deficitária			7º (18%)	G3 - Deficitária
	Guará I	Deficitária		8º (27.180)		G3 - Deficitária
	Vicente Pires	Deficitária			4º (15%)	G3 - Deficitária
4	Sobradinho I	Equilibrada	5º (47,2%)	10º (23.700)		G4 – S/E
	Núcleo Bandeirante	Superavitária				G4 – S/E
	Sobradinho II	Deficitária				G4 - Deficitária
	Taguatinga	Superavitária	6º (44,7%)	2º (96.600)		G4 – S/E
5	Candangolândia	Deficitária				G5 - Deficitária
	Gama	Equilibrada	7º (43,7%)	6º (32.200)		G5 – S ou E
	Riacho Fundo I	Deficitária				G5 - Deficitária
	SIA	Superavitária		7º (29.070)		G5 – S ou E
6	Santa Maria	Deficitária				G6 - Deficitária
	Ceilândia	Deficitária		3º (72.530)		G6 - Deficitária
	Brazlândia	Equilibrado	3º (48,7%)			G6 – S ou E
	Planaltina	Deficitária	4º (48,7)	5º (32.940)		G6 - Deficitária
	Samambaia	Deficitária		4º (33.000)		G6 - Deficitária
	Riacho Fundo II	Deficitária			9º 19,4%)	G6 - Deficitária
	São Sebastiao	Deficitária				G6 - Deficitária
	Recanto das Emas	Deficitária				G6 - Deficitária
	Paranoá	Deficitária				G6 - Deficitária
7	Varjão	Deficitária				G7 - Deficitária
	Itapoã	Deficitária				G7 - Deficitária
	Estrutural / SCIA	Deficitária				G7 - Deficitária

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Assim, dentre 30 RAs, temos apenas oito em situação superavitária ou equilibrada, correspondendo a um total de 698.320 habitantes ou 27,3% da população do DF. Considerando a existência de uma relativa concentração de postos de trabalho na RA-I/Brasília, ao contrário do senso geral, a maioria dos postos de trabalho não encontram-se nesta. Existe, no DF, uma relativa descentralização de empregos formais, com a existência de polos econômicos que precisam ser fortalecidos mediante uma política de desenvolvimento econômico bem estruturada e de políticas públicas promotoras de desenvolvimento.

Dentre estas RAs, destacam-se Taguatinga, SIA, Núcleo Bandeirante, Sobradinho I, Gama, Brazlândia e Lago Sul, que já ofertam postos de trabalho e apresentam oportunidades para o fortalecimento econômico que precisam para assegurar impactos sociais e ambientais positivos.

Temos, ademais, desafios claros para algumas RAs que constituem núcleos urbanos importantes e que estão deficitárias em postos de trabalho. O *déficit* de Ceilândia, por exemplo, embora seja de menos de 20% de sua população residente, corresponde a um importante quantitativo nominal. Isto significa, por outro lado, que, do ponto de vista estritamente quantitativo, temos mais de 80% da população residente naquela RA passível de ocupação de postos de trabalho existentes na própria RA. Ressalvado o fato de que não se pode assegurar que o posto de trabalho será ocupado por habitante residente naquela RA, temos o fato de Ceilândia apresentar níveis de estruturação e dinâmica econômica que não precisam ser criados, mas sim aprimorados, desmistificando a ideia de que, com exceção de Brasília, temos apenas “*Cidades Dormitórias*” no DF.

A qualificação mencionada diz muito respeito tanto à elevação do nível educacional dos habitantes para alargar as possibilidades de qualificação profissional e melhor inserção no mercado de trabalho, quanto da própria qualificação do mercado, resultante de uma política de desenvolvimento estruturada e sustentável para todo o território, a qual precisa incluir o alargamento do horizonte cultural mediante uma política cultural e empreendedora qualificada.

– Taxas de desemprego

A evolução da taxa de desemprego seguiu uma metodologia que se fundamenta no fato da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) ser realizada em todo o DF, cujas amostras não permitem cálculos por RA e sim por grupos de RAs. Neste sentido, os dados são apresentados agrupando as RAs em:

- Grupo I (Alta Renda) – Brasília, Lago Sul e LagoNorte.
- Grupo II (Renda Intermediária) – Gama, Taguatinga, Sobradinho I, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará I, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo I.
- Grupo III (Renda mais baixa) – Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas.

Observou-se uma redução na taxa de desemprego total nestes agrupamentos de RAs de 1992 a 2012. No entanto, a redução diferiu segundo o grupo, em favor das menores rendas:

Tabela 46 – Taxas de desemprego no DF em 1992 e 2012

Ano	Taxa de Desemprego Total		
	Grupo I Renda mais alta	Grupo II Renda intermediária	Grupo III Renda mais baixa
1992	7,8	14,7	20,4
2012	6,6	10,5	14,7

Fonte: PED-DF (2012), convênio SETRAB, CODEPLAN, DIEESE, MTE-FAT e SEADE-SP

Observa-se uma maior redução na taxa de desemprego conforme diminui a renda. Na população de menores níveis de renda, a taxa de desemprego passou de 20,4 para 14,7. No entanto, no grupo de renda intermediária, baixou de 14,7 para 10,5. Já no grupo de maior renda, embora tenha havido redução, esta foi mais discreta, passando de 7,8 para 6,6.

Isto denota maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho para todos os agrupamentos, mas particularmente para as populações de menor renda. Tal percepção está de acordo com as análises comparativas da escolaridade da população do DF em 2009 e 2011, nas quais se observa uma maior

participação relativa das classes de escolaridade intermediária (Ensino Médio) e de Ensino Superior, considerando que o Grupo III, de renda mais baixa no estudo da PED, é constituído de RAs com altas taxas de dependência e estrutura etária jovem ou, no máximo, intermediária em termos de envelhecimento. Isto também está alinhado com o aumento da cobertura do sistema de transporte coletivo, permitindo maior mobilidade das populações em busca de emprego.

No Entorno imediato, considerando a população economicamente ativa (PEA), as taxas de desemprego variaram, em 2013, de 6,7% a 11,40%, conforme o município, a escolaridade e a proximidade com o Distrito Federal: Águas Lindas (11,40%), Luziânia (10,40%), Santo Antônio do Descoberto (9,51%), Novo Gama (9,11%), Formosa (8,46%), Valparaíso (7,24%) e Cidade Ocidental (6,70%).

– Tipologias de empregos por setor nas RAs

Os dados econômicos do DF indicam que 42,18% da população distrital (1.078.261 habitantes) tinham atividade remunerada em 2011 (PDAD/2011). As análises mostram uma prevalência, no DF, de postos de trabalho relacionados às atividades de Comércio e de Administração Pública (seja Federal ou Distrital), com 294.286 (24,96%) e 261.294 (22,2%) postos, respectivamente. A seguir, comparecem os Serviços em Geral, com 87.855 postos (7,5%), Construção Civil, com 62.393 postos (5,3%), e Serviços Domésticos, com 61.676 postos (5,2%). Abaixo de 5% cada, temos atividades de Educação, com 42.724 postos (3,6%), Transportes, com 42.273 postos (3,6%), e Saúde, com 31.784 postos (2,7%).

Conforme análise dos postos de trabalho, Brasília (RA-I), Taguatinga (RA-III) e Ceilândia (RA-IX) apresentam perfis diferentes em função da atividade econômica. A Administração Pública Federal apresenta destaque em Brasília, seguida de Serviços de Informação, Serviços Comunitários, Comunicação, Saúde e Administração Pública Distrital. Em Taguatinga, prevalecem, com maiores participações relativas, atividades de Comércio, Saúde, Indústria e Educação, seguidas de Serviços Pessoais, Serviços Creditícios & Financeiros e outro grupo com postos de trabalho relacionados à Administração, Transporte, Comunicação e Serviços Domésticos. Ceilândia apresenta as atividades principais, em termos de postos de trabalho, aquelas relativas à Indústria, seguidas de Educação e Comércio. Serviços Pessoais, Serviços Comunitários e Transporte comparecem na sequência, com Serviços de Arte & Cultura, Serviços em Geral e Administração Pública Distrital.

Assim, em termos relativos, temos as atividades industriais já instaladas em duas RAs populosas do DF: Ceilândia e Taguatinga. Na primeira, existem oportunidades relacionadas a atividades de Educação e Serviços Diversos, incluindo Comunitários e de Arte & Cultura, além de Comércio. A segunda apresenta potencialidades econômicas já instaladas relacionadas à Saúde, Educação e Serviços, particularmente os Serviços em Geral, Pessoais e Creditícios & Financeiros, além de Indústria e Comércio.

A promoção de novos ciclos de desenvolvimento econômico, considerando em especial a necessidade de desenvolvimento sustentável, pode ocorrer com menos riscos partindo de potencialidades econômicas já instaladas, com sua promoção e articulação. A compreensão das potencialidades já instaladas nas RAs do Distrito Federal é, portanto, um ponto de partida neste trabalho, para chegar-se à discussão central de qual desenvolvimento econômico se quer para o DF nos próximos anos.

Estes dados apontam uma hegemonia do setor terciário no Distrito Federal em termos de postos de trabalhos ocupados e traduzem uma formatação histórica, demonstrando uma situação quase consolidada de prevalência da economia terciária na composição do PIB distrital. Esta é uma informação fundamental para a proposição das Unidades de Intervenção, de modo que as atividades econômicas possam aprofundar construções históricas que valorizem e resgatem o papel de Capital Federal.

Segundo a PMAD (2013), também prevalecem atividades econômicas do setor terciário nos municípios do Entorno do DF, com quase 80% dos postos de trabalho.

Destaque maior para a ocupação no comércio, com 121.899 pessoas ou 25,90%; serviços gerais, com 57.587 pessoas ou 12,23%; e serviços domésticos, com 37.107 pessoas ou 7,88%. PMAD (2013), p.53.

A atividade comercial apresenta maior taxa de ocupação em Planaltina (37,36%); Novo Gama (30,54%); Cidade Ocidental (29,40%) e Águas Lindas (27,03%).

Ainda no setor terciário, a Administração Pública oferta cerca de 10% dos postos de trabalho, seja no âmbito municipal, estadual, distrital ou federal.

No setor secundário, prevalece a construção civil, que oferta 15,08% do total de postos de trabalho, destacando-se em cinco municípios: Planaltina (37,36%); Novo Gama (30,54%); Cidade Ocidental (29,40%); Águas Lindas (27,00%) e Alexânia (25,81%). Em diversos casos, o setor encontra-se aquecido pela demanda de programas habitacionais, como o *Minha Casa, Minha Vida*.

Não há informações confiáveis do setor primário, posto que a PMAD é uma pesquisa aplicada às áreas urbanas. Ademais, 34% da população economicamente ativa estão ocupadas em atividades autônomas ou sem carteira assinada. A elevada participação relativa de assalariados nestas duas categorias explicita um alto índice de informalidade no mercado de trabalho da região.

– Indicadores de infraestrutura (cobertura de rede)

Apesar de a unidade básica dos indicadores de infraestrutura ser o domicílio, o grau de cobertura das redes de infraestrutura reflete a implementação de programas de governo para as RAs. Assim, tende-se a encontrar menores níveis de cobertura nas localidades com predominância de ocupação irregular de terras públicas. Nestes casos, observou-se, historicamente, uma forte permissividade do Estado (quando não sua anuência) e um esforço, neste último período, de condicionar o atendimento pelas concessionárias de serviços públicos a esforços de legalização das áreas mediante licenciamento ambiental, autorizado pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM-DF) e, a seguir, pelo Conselho de Planejamento do Distrito Federal (CONPLAN-DF) para a obtenção, junto ao órgão licenciador, da licença autorizativa para obras.

Assim, os indicadores de cobertura de redes relacionados à infraestrutura tendem a estar associados às RAs e não aos domicílios isoladamente, conforme os indicadores utilizados acima (estes sim, tipicamente sob a governança do domicílio). Por esta razão, tais indicadores estão apresentados neste capítulo, e não na caracterização das RAs por domicílios. São eles:

- % de domicílios ligados à rede geral de água
- % de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário
- % de domicílios ligados à rede geral de drenagem pluvial
- % de domicílios com ruas asfaltadas
- % de domicílios com coleta de lixo urbano
- % de domicílios com iluminação pública

Os resultados mostram dados interessantes. O gráfico abaixo reúne os percentuais de cobertura de cada um dos parâmetros utilizados, explicitando a faixa entre 70% a 100% de cobertura. Ademais, cada um dos parâmetros foi ilustrado por figura específicas.

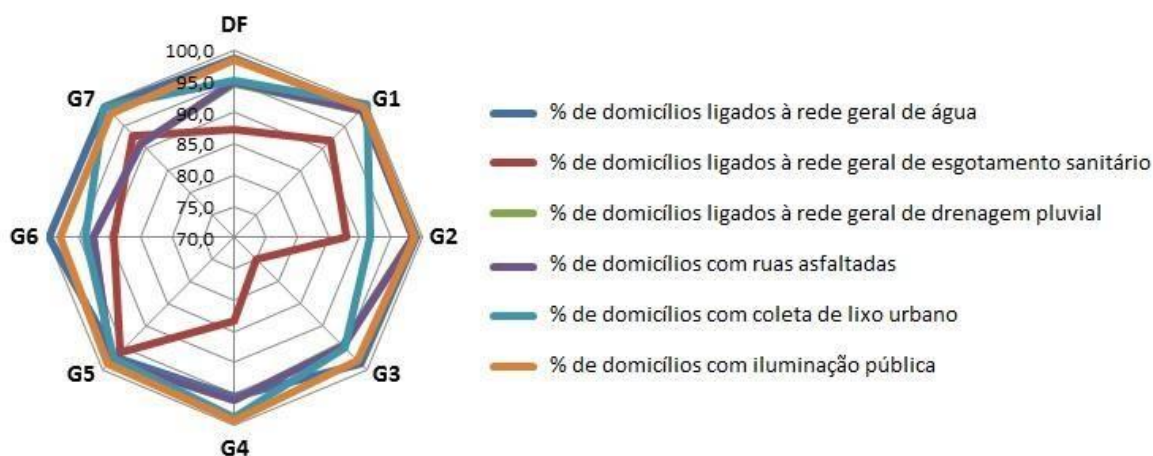


Figura 107 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs com cobertura de serviços públicos de infraestrutura
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014) com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Os indicadores destes seis parâmetros mostram o DF em situação muito privilegiada do ponto de vista do provimento de infraestrutura quando comparado à média dos municípios brasileiros ou mesmo das principais capitais federais do país.

– Água potável

Sobre o provimento de água potável por meio da ligação à rede geral da Concessionária (CAESB), temos um percentual acima de 95% para todos os Grupos de RAs.

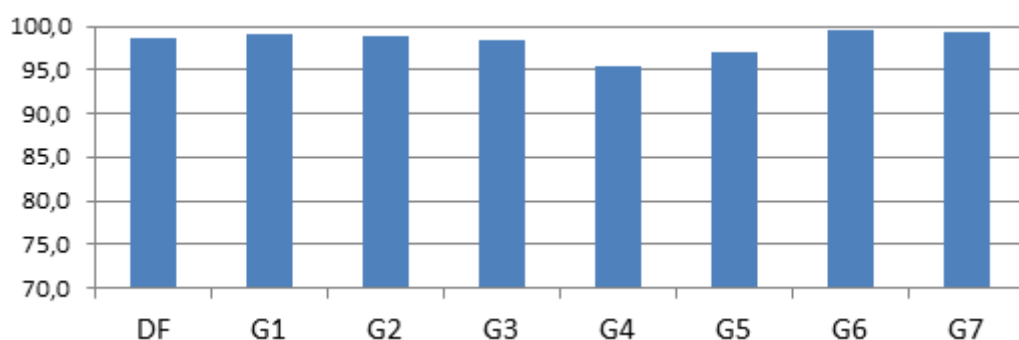


Figura 108 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de água potável em 2011
Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

O mais baixo índice obtido, dentre os agrupamentos de RAs, foi o do Grupo 4, com 95,4% dos domicílios. Os maiores percentuais foram os do G6 (99,6%), G7 (99,4%) e G1 (99,2%). O Grupo 2 apresentou 98,4%, e o Grupo 5 apresentou 97,0%. A média do DF foi de 98,6% de domicílios ligados à rede geral de provimento de água potável da Concessionária local. Este parâmetro está representado nas imagens acima: pela cor azul escura na Figura 107 e, separadamente, no gráfico de barras.

– Esgotamento sanitário

O provimento de esgotamento sanitário por meio da ligação à rede geral da Concessionária (CAESB) alcança menor cobertura que da água potável, embora superior a 83% para todos os Grupos de RAs. Isto é, ainda alto comparado às médias municipais.

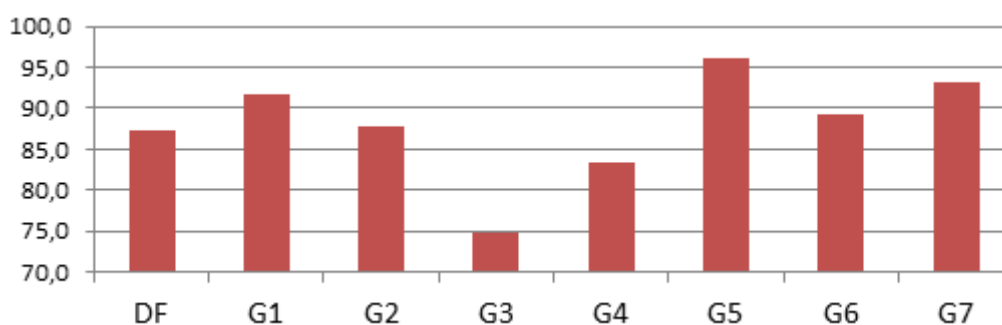


Figura 109 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de esgotamento sanitário em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

O acesso à rede geral de esgotamento sanitário é um elemento da maior importância, considerando os riscos apresentados à recarga de aquíferos nos ambientes distritais (cabecreira de nascentes nacionais e distritais), com rebatimento imediato nos mananciais de captação de água para os ambientes urbanos.

O menor percentual de cobertura foi de 74,9% para o Grupo 4, seguido pelo G4 (83,4%), G2 (87,9%) e G6 (89,3%). Os demais apresentam percentuais acima de 90%: o G1 com 91,8% e o G7 com 93,1%. A maior cobertura foi obtida pelo G5, com 96%. A média do DF foi de 87,2% de domicílios ligados à rede geral de provimento de esgotamento sanitário. Este parâmetro está representado pela cor marrom na Figura 107 e ilustrado separadamente na imagem acima.

Em havendo a possibilidade de se expandir políticas públicas de enfoque social, há de se considerar o G4 (Cruzeiro, Guará I e Vicente Pires) e o G5 (Sobradinho I e II, Núcleo Bandeirante e Taguatinga), que, juntos, apresentam 170.070 domicílios (21,69%) e 554.799 habitantes (21,70%). Dentre todas as RAs, Vicente Pires apresenta, particularmente, importantes desafios, posta a situação de ocupação ilegal ainda sem solução definitiva para uma efetiva implantação destes serviços públicos, já que parte dos domicílios está em Área de Preservação Permanente (APP), cuja legalização encontra obstáculos em marco legal federal e distrital.

– Drenagem pluvial

Assim como o esgotamento sanitário, a drenagem pluvial é um elemento da maior importância no DF, onde têm ocorrido repetidos episódios de transtornos em ambientes urbanos frente às deficiências da infraestrutura.

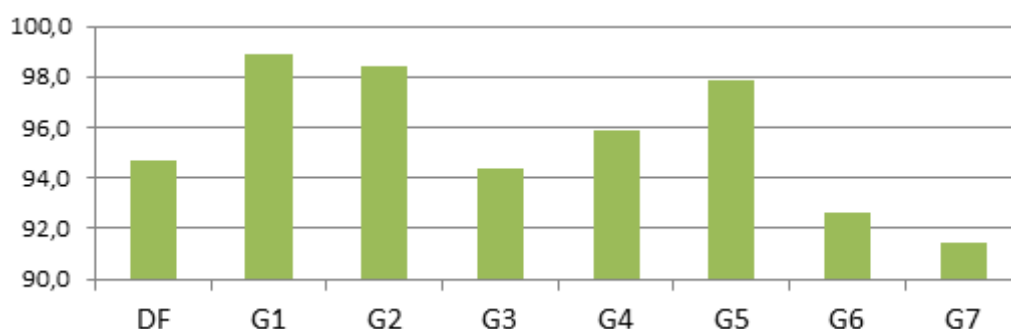


Figura 110 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs ligados à rede geral de drenagem pluvial em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Temos uma menor cobertura nas RAs do Grupo 7, de menor renda, com 91,4% de domicílios com acesso à rede. Na sequência, estão o G6 com 92,6%, o G3 com 94,4% e o G4 com 95,9%. Na faixa superior, temos o G5 (97,9%) e o GT2 (98,4%). A maior cobertura foi encontrada nas RAs do Grupo 1, com 98,9%.

Em havendo a possibilidade de se expandir as políticas públicas de enfoque social, há de se considerar os dois grupos de menor cobertura (e também de menor renda), que correspondem a 395.453 domicílios (27,28%) e a 1.316.387 habitantes (29,14% da população). São as RAs: Santa Maria, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Riacho Fundo II, São Sebastião, Recanto das Emas, Paranoá, Varjão, Itapoã e Estrutural.

– Ruas asfaltadas

Quanto à cobertura de Estado em relação à pavimentação urbana, tendo como base no percentual de ruas asfaltadas, também encontra-se, no DF, uma situação privilegiada em relação à média dos municípios brasileiros, posto que os menores índices foram acima de 90%.

O índice mais baixo, dentre os agrupamentos de RAs, foi o do Grupo 7, de menor renda, com 91,4% dos domicílios. Observe-se novamente a ocorrência de menores índices de cobertura em localidades com níveis de renda altos, como o caso das RAs do Grupo 3 (94,7%), devido à ocupação de terras públicas de modo ilegal, fruto de grilagem e parcelamento irregular. Tal situação, muitas vezes, impede a entrada dos serviços públicos, caso não haja esforços e compromisso com a regularização da situação mediante o licenciamento ambiental.

Os maiores percentuais foram obtidos pelo G1 (98,9%), G2 (98,4%) e G5 (97,9%). A média do DF foi de 94,8% de domicílios com ruas asfaltadas. Este parâmetro está representado pela cor verde claro na Figura 107 e ilustrado, separadamente, no gráfico abaixo:

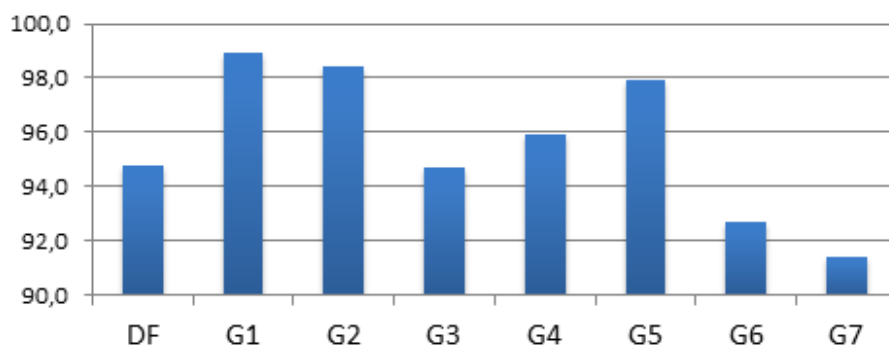


Figura 111 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs com ruas pavimentadas em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

– Coleta de lixo urbano

Sobre o provimento de serviço de coleta de lixo urbano, também temos uma alta cobertura da rede. O principal desafio, no DF, está na efetiva implantação do sistema de gestão dos resíduos sólidos (aterros sanitários, áreas de transbordo, pontos de coleta, etc.). Particularmente crítica é a gestão dos resíduos da construção civil, que corresponde a um percentual do atual lixão da Estrutural, maior do que a média dos municípios. Isto sinaliza a intensidade desta atividade econômica no DF. Tal parâmetro está representado pela cor azul claro na Figura 107 e ilustrado, separadamente, no gráfico abaixo.

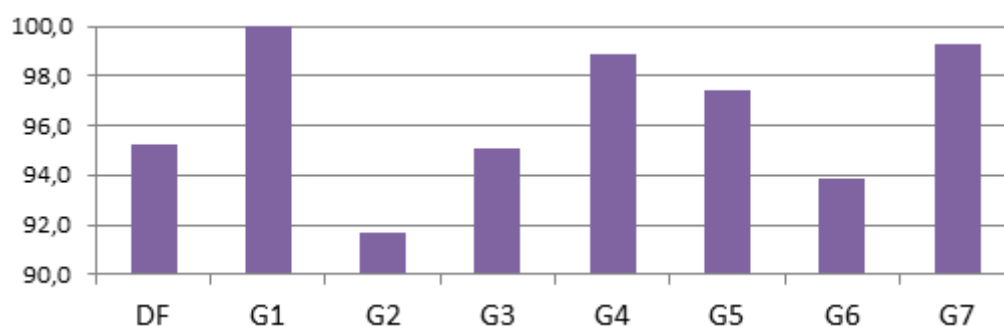


Figura 112 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs com coleta de lixo urbano em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Temos, no DF, RAs com pelo menos 90% dos domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo, com destaque para os G1 (100%), G7 (99,3%) e G4 (98,9%). Temos o G3 com 95,1% e o G6 com 93,9%.

Com menor cobertura, há o G2 com 91,7% dos domicílios com coleta de lixo. Neste grupo, temos Park Way, Brasília, Jardim Botânico e Águas Claras. O Jardim Botânico apresenta menores índices de cobertura deste serviço, já que possui situações de ocupação ilegal de áreas públicas, ainda sem solução do ponto de vista da regularização ou da desocupação.

– Iluminação pública

Analisando os dados do provimento de iluminação pública, encontramos altos índices, com cobertura superior a 95% dos domicílios. Este parâmetro está representado pela cor laranja na Figura 107 e ilustrado separadamente no gráfico abaixo.

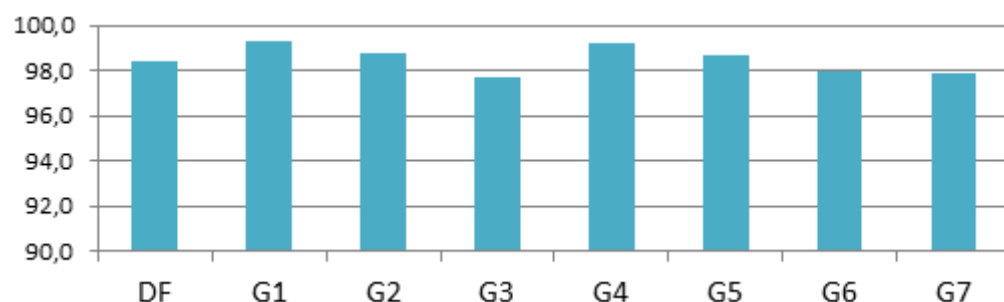


Figura 113 – Percentual de domicílios por Grupos de RAs com iluminação pública em 2011

Fonte: Análises do GT4, ZEE-DF (2014), com base nos dados da PDAD 2011 (CODEPLAN)

Os maiores índices de cobertura foram percebidos no G1 (99,3%) e no G4 (99,2%). Os Grupos 2, 5 e 6 apresentam 98,8%, 98,7% e 98,0% respectivamente. Os grupos com menores coberturas são o G7 (97,3%) e o G3 (97,7%).

– Energia Elétrica

Sobre o provimento de energia elétrica no DF, temos grande cobertura, mas baixa qualidade do serviço.

A análise de indicadores complementares pode auxiliar a aferição da qualidade dos serviços prestados. Dentre eles, estão: a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). São parâmetros definidos e acompanhados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para o setor elétrico do Brasil.

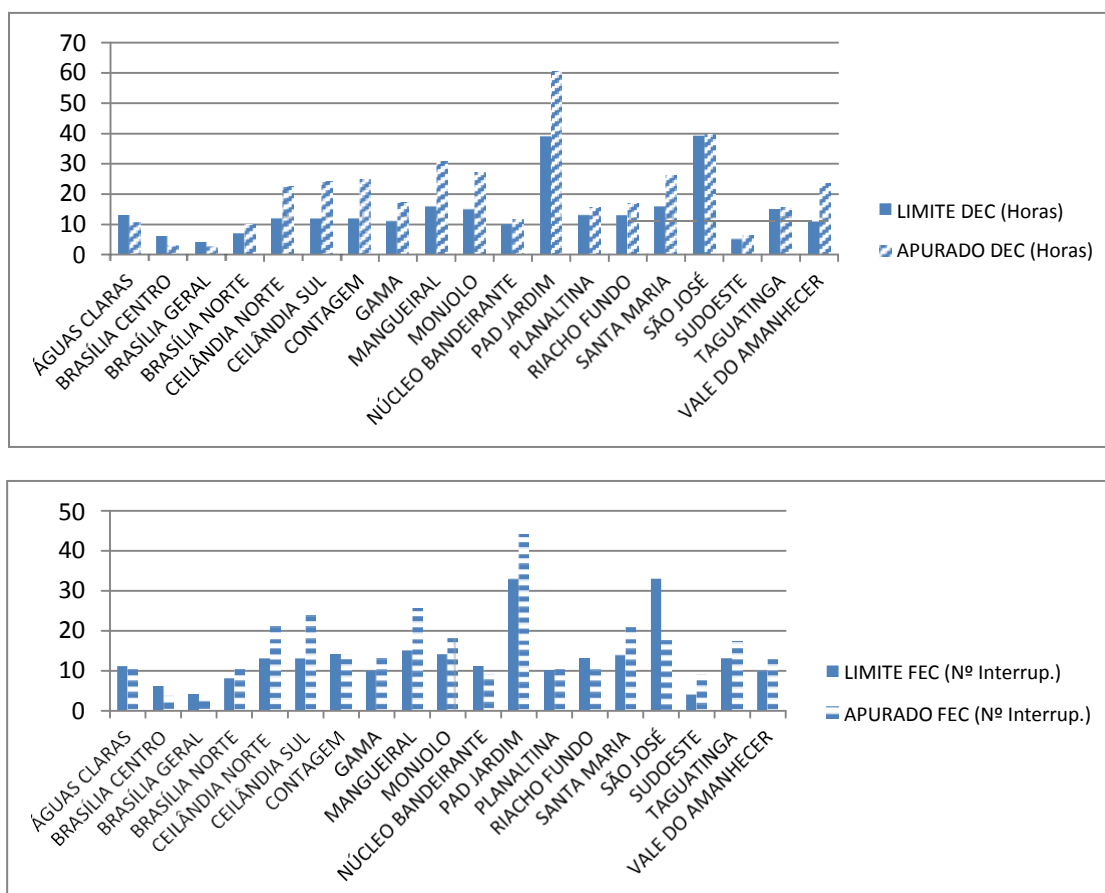


Figura 114 – Indicadores DEC (A) e FEC (B) por conjunto elétrico

Fonte: CEB Distribuição, SOE/GRES (2014)

Os dados de 2013 mostram valores acima dos permitidos pela ANEEL, tanto em horas de interrupção (DEC), quanto em número de interrupções (FEC), na maioria das subestações, indicando baixa qualidade do serviço prestado. Isto ocorre em virtude da sobrecarga do sistema, fruto da falta de planejamento das outras pastas no que se refere à expansão urbana e da ausência de fiscalização em assentamentos urbanos irregulares que utilizam ligações clandestinas de energia elétrica. Tudo aliado à insuficiência dos recursos orçamentários, posto que não há, de antemão, limitação de a energia elétrica ser fornecida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Assim, a solução deste problema enfrentado pela Concessionária distrital está no âmbito da governança do próprio DF, mediante a integração dos seus instrumentos de planejamento e da gestão integrada do território.

Assim, conforme esperado, não há possibilidade de correlacionar somente as rendas domiciliares para encontrar coerência nos perfis de cobertura da infraestrutura pelos indicadores utilizados. Isto se deve pelo fato das Regiões Administrativas serem unidades de planejamento do poder público, ou seja, a implantação de infraestrutura não é obviamente uma decisão apenas de domicílio, não depende da renda domiciliar ou de qualquer outro parâmetro.

Em que pese os índices de cobertura das redes de infraestrutura quando comparados com a média dos municípios brasileiros, o Distrito Federal ainda encontra desafios, particularmente quanto ao provimento de saneamento básico e drenagem pluvial, além de coleta de lixo e sua correta disposição. Estes elementos trazem importantes impactos ao meio ambiente, comprometem a resiliência e a capacidade de suporte e, desta maneira, aumentam os riscos cuja solução, se houver, pode representar custos altos para Estado e sociedade.

Conforme previsto, esta análise explicita um novo parâmetro a ser considerado, em função do histórico de ocupação ilegal de áreas públicas no DF. O grau de legalização das áreas é determinante para permitir que as concessionárias implementem infraestrutura, sob pena de, em áreas irregulares, haver longas e complexas negociações que envolvam acordos administrativos e judiciais.

Neste sentido, destaque-se o provimento de energia elétrica, o qual precisa ser aferido adicionalmente por parâmetros que analisem a qualidade do serviço. Exemplo: apesar de cobertura extensa de provimento de energia elétrica na RA-XVIII/Lago Norte (a segunda RA mais abastada em termos de RDMM *per capita*), são frequentes as interrupções do serviço, fruto da sobrecarga das subestações e do grande número de ligações clandestinas de localidades próximas. A baixa qualidade do serviço permite trazer luz a problemas de investimentos das concessionárias para o atendimento de novas regiões ou a melhoria da rede em geral. No caso deste parâmetro, temos, entre outras, a questão de investimentos substanciais para a construção de novas subestações.

4. Considerações finais

4.1 – Principais lições apreendidas

• Compreendendo a dinâmica socioeconômica do DF

– A rápida urbanização e a ocupação urbana intensa e desordenada

Mudanças significativas puderam ser observadas na estrutura produtiva de diversas regiões do país ao longo das últimas décadas. A redução da importância da atividade agrícola em favor das atividades urbanas e industriais constitui o traço mais marcante destas transformações (Diniz, 1995; Guimarães Neto, 1995, p.10).

Em que pese a *Marcha para o Oeste*, na década de 40, e a transferência da Capital Federal, na década de 60, a proposta de mudança da Capital para o interior do Brasil data do século XIX. Foi estabelecida na Constituição Federal de 1891, e a *Missão Cruls* (1892) delimitou a área a ser ocupada pelo Distrito Federal. O espaço escolhido era formado por latifúndios de produção agrícola de subsistência e pecuária extensiva de baixa produtividade. As transformações estruturais brasileiras nas décadas de 40 e 50, particularmente no setor industrial, pouco influenciaram a Região Centro-Oeste, ainda focada na expansão das atividades agropecuárias. A *Marcha para o Oeste*, ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, trouxe elementos muito marcantes quanto à urbanização da região, que passou a apresentar altas taxas de urbanização no país. Sendo assim, no ano de 2000, o Centro-Oeste já contava com 83% de sua população urbana. Isto porque a inauguração da Capital Federal, em 1960, instituiu dinâmicas de adensamento urbano para toda a região imediata, intensificada na década de 70.

Deste modo, o processo de ocupação do Planalto Central modelou a ocupação territorial e a dinâmica socioeconômica do DF. A expansão urbana ocorreu de forma polinucleada e dispersa, transbordando os limites político-administrativos, principalmente para municípios do Estado de Goiás, mas chegando também ao Estado de Minas Gerais. Tal dinâmica resultou na ampliação da periferia urbana com a criação e o adensamento de novos bairros.

Nestas poucas décadas de existência, o DF atingiu a ordem de 2,5 milhões de habitantes, sem contar 1,3 milhão de residentes em seu Entorno. Não há, portanto, mais como falar apenas em DF, mas em Metrópole e Área Metropolitana.

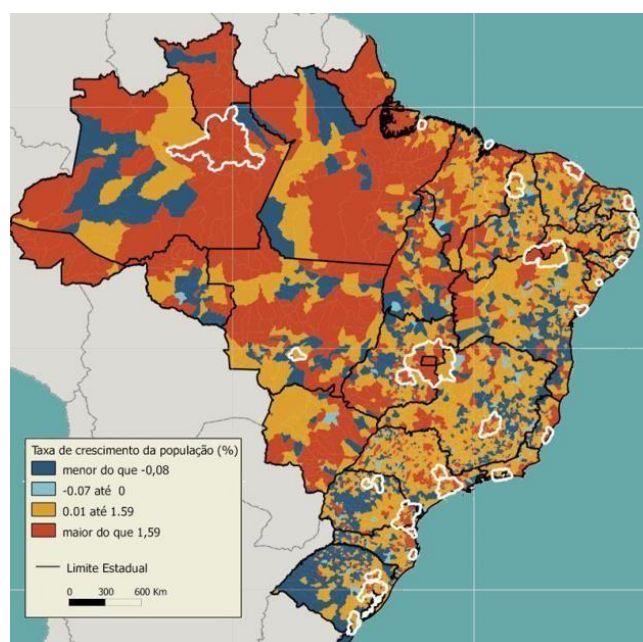


Figura 115 – Taxa de crescimento da população nos municípios brasileiros, com destaque nas metrópoles

Fonte: IBGE/2010, Indicação das Metrôpoles por Rolnik (2011),

consultado do sítio <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/07/21/algo-mudou-no-crescimento-das-cidades-brasileiras> em 08/09/2014

A metrópole é um ambiente complexo, com intrincados movimentos de populações.

Os fluxos migratórios diversos (...) deram dinamismo à vida metropolitana, moldaram novas centralidades urbanas e reforçaram as existentes, articulando áreas rurais e assentamentos diversos às áreas centrais da metrópole. Planejamento e Ambiente em Regiões Metropolitanas (2012)

A metrópole é a forma contemporânea mais contundente de expressão da urbanização, dos processos de ocupação e apropriação do território e de organização da vida coletiva em várias de suas dimensões, exprimindo potencialidades e diferenças, valores, sonhos e lutas. (...) A metrópole é cada vez mais o lugar da produção – de bens, serviços, mercadorias, conhecimento – e também onde se situam as tomadas de decisão e estruturas de poder; é o lugar do consumo – individual e coletivo – e da reprodução da população, do ambiente construído, dos valores. Nessa área convivem natureza e cultura, espaços naturais ou livres, não edificadas, cultivados e preservados, de uso coletivo e privado, e espaços progressivamente artificializados, construídos, esparsos ou adensados, fruto de processos de produção formais e informais.

Numa perspectiva demográfica, a metrópole pode ser vista como uma concentração de pessoas em movimento. Planejamento e Ambiente em Regiões Metropolitanas (2012)

No Brasil, o fenômeno da rápida expansão urbana trouxe problemas estruturais, que se encontram em todas as metrópoles e regiões metropolitanas do país.

O mesmo acontece no DF e sua área metropolitana, apresentando, como vimos ao longo deste trabalho, grande assimetria de renda e forte segregação geoespacial no território. Observa-se ainda fortes diferenças nas possibilidades das populações auferirem renda em função dos níveis assimétricos de escolaridade e de acesso à cultura.

– A assimetria geoespacial na distribuição dos postos de trabalho

A assimetria na oferta de postos de trabalho leva a fluxos internos de trabalhadores no DF e de algumas Regiões Administrativas para outras, assim como fluxos do Entorno para a região central metropolitana.

As análises desenvolvidas no âmbito do PDTU (2009) apresentam informações de grande relevância para aferir o deslocamento de habitantes entre diversas localidades do DF e do Entorno. Estas estão na Matriz de Origem e Destino, apresentada no Anexo.

– Os fluxos de trabalhadores no DF e no Entorno imediato

Avaliando a Matriz de Deslocamento por Transporte Coletivo em 2014 (pico da manhã), podemos notar que a cidade do Entorno imediato que mais demanda deslocamentos para o DF é Águas Lindas (13.964), representando 28,2% do total de viagens originadas nessa região. Deste total, 56,0% destinam-se às RAs de Brasília (4.497; 32,2%) e Taguatinga (3.325; 23,8%), outros 29,2% destinam-se às RAs do SIA (1.630; 11,7%), Ceilândia (1.344; 9,6%) e Águas Claras (1.097; 7,9%).

Em seguida, destaca-se a cidade de Valparaíso, com 11.540 deslocamentos diários (no pico da manhã), significando 23,3% das viagens totais originadas no Entorno próximo, sendo que mais da metade destas destinam-se à RA de Brasília (6.320; 54,8%). Dos 45,2% de viagens restantes, a maior parcela destina-se para as RAs de Águas Claras (901; 7,8%), Gama (833; 7,2%), Guará (825; 7,1%), e Lago Sul (703; 6,1%).

Posteriormente, com volumes bem próximos, aparecem Luziânia (5.976; 12,1%), Planaltina de Goiás (6.136; 12,4%) e Novo Gama (5.586; 11,3%). Com relação à cidade de Planaltina de Goiás, destaca-se um importante movimento para as RAs do Sudoeste (1.019; 16,6%), Lago Norte (993; 16,2%) e Sobradinho (390; 11,2%). Quanto ao Novo Gama, cabe ressaltar sua grande dependência em relação a RA do Gama (2.265), onde 40,5% dos deslocamentos destinados ao DF são para essa região.

Finalizando, com volumes de viagens menos significativos, apresentam-se Santo Antônio do Descoberto (3.237; 6,5%), Cidade Ocidental (1.794; 3,6%) e Formosa (1.292; 2,6%). Com relação a Santo Antônio do Descoberto, cabe observar sua grande dependência em relação à RA de Taguatinga (2.265), onde 38,7% dos deslocamentos destinados ao DF são para essa região.

Dessa maneira, observa-se que cerca de 40% de todas as viagens com origem no Entorno imediato destinam-se à RA de Brasília. Em algumas localidades, como Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia, esse destino representa cerca de 60% da demanda total para o DF. Isso decorre, principalmente, em função da forte influência e atratividade exercidas pelos órgãos governamentais, federais e distritais, e em razão dos serviços e empregos diretos e indiretos ofertados.

– Os níveis de escolaridade, o acesso à cultura e as oportunidades

De maneira geral, o grau de instrução acompanha o nível de renda do domicílio no DF. Encontramos um gradiente, desde as localidades mais abastadas (onde mais de 60% dos habitantes possuem ensino superior completo) até o G7, com índice de apenas 0,6%.

A comparação do grau de instrução da população residente no DF e no Entorno imediato em 2009 nos mostra diferenças estruturais na participação relativa de cada classe de instrução, com ponto de inflexão na população com até o Ensino Médio, quando passam a aumentar no DF e a diminuir no Entorno imediato a

proporção de populações com maior nível de instrução. Ressalte-se a proporção de $\frac{3}{4}$ para $\frac{1}{4}$ entre DF e Entorno imediato do ponto de vista da quantidade efetiva (nominal) das populações. Ressalte-se também que o DF foi considerado “*Território Livre de Analfabetismo*” em 2014.

A maior diferença é, sem dúvidas, a presença, no DF, de um quantitativo muito relevante (tanto em termos relativos, quanto nominais) de população com formação superior (20,85%), correspondendo a mais de meio milhão de pessoas (519.319 habitantes), enquanto o contingente de população com a mesma classe de escolaridade no Entorno imediato representa menos de 40 mil pessoas, isto é, mais de dez vezes menos em termos nominais. Acresce-se à população com ensino superior completo, 1,59% da população do DF com pós-graduação, representando 40.122 habitantes. Assim, em termos nominais, o total de residentes com ensino superior completo no Entorno imediato corresponde ao total de população pós-graduada no DF, que tem, ademais, mais de dez vezes mais habitantes com ensino superior.

O contingente de população menor de 6 anos que não estuda é maior no Entorno imediato. A análise, articulada com a RDMM *per capita* indica uma população vulnerável. De fato, os municípios do Entorno imediato se assemelham aos Grupos 6 e 7 (as duas menores faixas de renda do DF). A notória ausência de infraestrutura de educação, saúde, transporte e políticas públicas voltadas para as crianças e mulheres em idade fértil torna a situação ainda mais crítica, em termos de vulnerabilidade.

Este estreitamento de possibilidades culturais e de formação, associada a baixos níveis de escolaridade, reduz as possibilidades reais de incremento de renda, mediante o empreendedorismo de negócios, o que resulta em poucas alternativas de qualificada geração de emprego e renda.

As estratégias de desenvolvimento da área metropolitana precisam enfrentar e superar esta aparente situação de acomodação da população, que se traduz em pouca atratividade pela elevação dos seus atuais níveis e padrões de escolaridade. Os reflexos de uma baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho têm repercussões importantes na dinâmica econômica dos municípios, historicamente caracterizados por baixa representatividade do setor produtivo.

– O envelhecimento da população

As análises feitas nos permitem recomendar alguns elementos para a reflexão durante a construção das Unidades de Intervenção. Entre elas:

- Atenção do Estado para a infância, considerado um público que requer atenção especial por constituir uma faixa de vulnerabilidade (principalmente quando em localidades com baixos índices de RDMM *per capita*). Esta população precisa ser alvo de políticas públicas específicas, uma vez que as tendências indicam que o Brasil, a partir de 2020, quando ocorrerá o corte do Bônus Demográfico, passará a ter maiores transferências à terceira idade em relação aos jovens, ocasionando maiores vulnerabilidades a esta faixa etária (Banco Mundial, 2010).
- O mesmo para o público da terceira idade, que requer atenção especial, pois também constitui faixa de vulnerabilidade.
- Atenção às localidades que requerem programas e incentivos que assegurem entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, assim como aquelas que requerem programas específicos para a promoção da saúde da mulher.

Em face das análises apresentadas, verificamos a necessidade de o Estado enfrentar a discussão sobre os jovens de hoje e de amanhã, no contexto do envelhecimento da população no DF e, por meio de ajustes estruturais, viabilizar alternativas para que os mesmos, no curto prazo (e crianças a médio prazo), tenham meios

para ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada, considerando o Bônus Demográfico para o qual o Brasil está chegando. Assim, apesar do fato de estarmos trabalhando com uma fotografia do DF (e não uma evolução dos indicadores), há que se ter clareza quanto às importantes repercussões do Bônus Demográfico no DF e toda área metropolitana. Recomendamos, então, o acompanhamento formal e sistemático da questão demográfica por meio de tais indicadores durante a implementação do ZEE-DF. Este tipo de análise poderá auxiliar fortemente o resgate do planejamento de Estado e a formulação de políticas públicas de impacto intensidade, assegurando a função estruturante.

• Desconstruindo alguns mitos

– O alto PIB *per capita* do DF.

E a assimetria na distribuição da riqueza, os municípios do Entorno e as populações vulneráveis?

O Distrito Federal tem uma áurea associada a um lugar de riquezas. No entanto, assim como ocorre no Brasil, os altos níveis de desigualdade pessoal e espacial da economia distrital compõem nas estruturas produtivas, nas relações de trabalho, nas condições de vida e na possibilidade de acesso da população aos bens e serviços básicos de saúde, educação e meio ambiente. As informações sistematicamente veiculadas acerca do alto PIB *per capita* no DF, isoladas de outros indicadores, transmitem a falsa ideia de que não há desigualdade no DF ou, se há, é mínima.

Vimos, nos nossos estudos, que a diferença da Renda Domiciliar Média Mensal *per capita* pode variar de mais de R\$ 5.000,00 nas RAs mais abastadas a menos de R\$ 500,00 nas mais pobres. Em termos de renda domiciliar total, temos uma diferença de quase 16 vezes, praticamente o dobro do que encontramos nos exemplos mais discrepantes das Unidades da Federação do país.

O reconhecimento deste ponto de partida – de que há assimetrias graves no próprio DF – é a chave para mudarmos o olhar em relação à questão das migrações regionais em geral, dos municípios do Entorno imediato ao DF e, mais particularmente, na questão das populações vulneráveis do próprio território. O problema da gravíssima assimetria de renda deixou, há muito, de ser externo ao DF. Não é o DF que sofre da violência praticada por populações externas. O problema começa (e está instalado) no próprio DF. As dinâmicas de ocupação do solo mostram a gradual expulsão de populações com base no preço do m² do solo. A mudança de olhar, o reconhecimento e a correta avaliação da questão da assimetria da riqueza são pré-requisitos para se criar políticas públicas adequadas ao enfrentamento da questão no contexto do desenvolvimento sustentável do território.

– As cidades dormitórios. E os subpolos econômicos?

Ainda hoje prevalece o mito de que as cidades satélites do DF são dormitórios, dada a concentração dos postos de trabalho na RA-I/Brasília. Isto porque, embora não dito, as análises focam na localização espacial dos postos de trabalho e, particularmente, nos postos de trabalho associados à Administração Pública.

Apesar da inegável concentração geoespacial, conforme visto, mais da metade dos postos de trabalho são ofertados fora da RA-I/Brasília e, além disso, a principal atividade econômica do DF, em todas as RAs (inclusive a RA-I), é o comércio.

Assim é que, além da Administração Pública, existem atividades produtivas fomentadoras da economia, com postos de trabalho em diversas RAs, que precisam ser identificados, articulados e fomentados dentro de um planejamento integrado de desenvolvimento. O reconhecimento de dinâmicas socioeconômicas importa para a construção das alternativas econômicas para o DF, evitando-se ao máximo a adoção de pacotes de

desenvolvimento que incluem qualquer tipo de indústria (em nome de gerar emprego). Não há dúvidas de que temos uma ausência estrutural de política de desenvolvimento econômico ao longo dos diversos governos da Capital Federal. É inegável que esta questão urge de solução.

Neste sentido, ponderamos que: (i) aproveitar as potencialidades é fundamental para alavancar futuros; (ii) as potencialidades econômicas precisam ser pensadas e implementadas considerando ao menos o DF e seu Entorno imediato, senão a escala regional; (iii) estas devem nascer articuladas com as questões sociais e ambientais. As questões sociais incluem as assimetrias de renda, poder, oportunidades e bem-estar no território. As ambientais tratam tanto da capacidade de suporte, quanto das potencialidades econômicas (preservação, conservação e utilização racional dos ativos econômicos ambientais/serviços ecossistêmicos).

– A solução: trazer indústrias para o DF. Quais tipos de indústrias?

A Capital Federal foi pensada como estratégia de interiorização do país, com importância e amplitude nacionais. A Constituição Federal de 1988 trouxe a inovação quanto à existência de representação formal para o Distrito Federal, com eleição para governador, senador, deputados federais e deputados distritais para esta Unidade da Federação. Este foi, sem dúvidas, um ponto de inflexão para o território, posta a restrição política na atuação (agora em uma UF específica) e o comparecimento de interesses locais, muitas vezes sobrepondo-se a interesses regionais e nacionais.

Em que pesem limitações geopolíticas, o DF apresentou, desde seu nascedouro, vocação distinta dos municípios e Estados. A consolidação das dinâmicas metropolitanas envolvendo o DF, GO e MG recoloca desafios apresentados desde sua criação: “o DF é maior do que o DF” (Rossi, 2014), isto é, o DF enquanto sociedade e sistemas econômico, social e ambiental é maior do que o DF como dimensão físico-territorial, o quadrilátero.

A discussão sobre o futuro do DF, ou melhor, de toda a área metropolitana, está associada à economia de escala, obtida em atividades industriais. No entanto, considerando que o sistema ambiental do Planalto Central, no contexto do Bioma Cerrado, enseja algumas características ambientais intrínsecas (a exemplo dos rios de baixa vazão), a apropriação econômica dos recursos naturais e de seus serviços ecossistêmicos precisa ser discutida e melhor avaliada.

Assim é que o sistema ambiental do DF apresenta, já na atualidade, níveis de comprometimento aos serviços ecossistêmicos, particularmente associados à rápida, intensa e ainda desordenada expansão urbana. Portanto, é extremamente atual, necessário e relevante o debate acerca de qual indústria o DF consegue recepcionar, fixar, promover e desenvolver.

O quantitativo de empregos diretos e indiretos gerados não pode ser o único nem o principal elemento para a tomada de decisão, sob pena de consolidarmos situações desfavoráveis a um ambiente econômico saudável, como o racionamento de água, a baixa qualidade do provimento de energia elétrica, as distâncias excessivas entre moradia e posto de trabalho e a sobrecarga da malha viária, que penaliza trabalhadores e empregadores, comprometendo adicionalmente o tempo e a qualidade na entrega de produtos e serviços.

A tipologia de indústria que se pretende promover para o DF precisa estar muito bem articulada com o modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental da Capital Federal, para melhor articulação de suas potencialidades e o resgate/reposicionamento de sua missão nacional. Potencialidades, tais como: altíssimos índices de educação em relação às médias do país, presença do governo federal para negociação de políticas públicas a exemplo de escolas técnicas, entre outros.

Indústrias que demandam inovação e potencial criativo, de menor potencial poluidor e baixa extração de recursos naturais, típicas do século XXI, representam um potencial ainda não explorado, merecedor de atenção particular pelos agentes e atores do território.

Recomendamos que na análise das Unidades de Intervenção sejam discutidos textos que possam indicar caminhos para indústrias menos poluentes e mais intensivas em conhecimento, a exemplo da indústria criativa, de turismo, entre outras.

• **Potencialidades socioeconômicas do DF**

– **Potencialidades já instaladas como subsídios à discussão de vocação das RAs e demais localidades**

Brasília (RA-I), Taguatinga (RA-III), Ceilândia (RA-IX) e Gama (RA- II) apresentam perfis diferentes em função da atividade econômica, segundo análise dos postos de trabalho.

A questão da qualificação da população, particularmente da população jovem, é fundamental neste debate, uma vez que a idade média dos G3 a G6 está na faixa dos 30 anos (31 a 36 anos), além da média de 25 anos do G7. Estamos falando de 77,48% da população (G3 a G6) ou 81% (se incluirmos o G7).

Existe uma relação entre escolaridade, RDMM_{pc} e indicadores demográficos , com rebatimentos muito diferenciados nas oportunidades para a entrada e a permanência no mercado de trabalho. A política de desenvolvimento do DF, ainda em elaboração, deve considerar fortemente a característica das localidades (DF e Entorno imediato) a partir da combinação de indicadores reveladores de potencialidades econômicas, desde que endereçadas às vulnerabilidades sociais, nos seus diversos aspectos.

Existe um *déficit* estrutural na distribuição dos postos de trabalho no DF e no Entorno imediato. É fato que a maioria das RAs apresenta preocupante *déficit* de empregos formais em relação a sua população residente, demonstrando a urgente necessidade de convergência de políticas públicas que estanquem os adensamentos sem articulação com a geração de emprego e renda e, principalmente, a necessidade de se enfrentar a ausência histórica de robusta política de desenvolvimento econômico para o DF. Das 30 RAs analisadas, 22 não conseguem assegurar toda a oferta, em escala adequada de postos de trabalho, compatível com o quantitativo de população residente. Dentre elas, há representantes de todos os Grupos de RAs. No entanto, o maior *déficit* de empregos em relação à população da RA mostra um máximo de 18% (Ceilândia), que exporta cerca de 50 mil trabalhadores diariamente. Observe-se que esta RA apresenta população total de mais de 400 mil habitantes, não podendo, portanto, ser considerada cidade dormitório totalmente dependente dos empregos ofertados pela RA-I/Brasília. Da mesma forma, os municípios do Entorno imediato que, apesar do grande contingente da força de trabalho deslocando-se diariamente para o DF, também apresentam potencialidades econômicas já instaladas, as quais precisam ser identificadas, analisadas e aprimoradas.

4.2 - Contribuições ao desenvolvimento econômico sustentável do DF, particularmente às Unidades de Intervenção do ZEE-DF

• **O papel do ZEE-DF na discussão do desenvolvimento sustentável do DF**

O Zoneamento Ecológico-Econômico apresenta-se como oportunidade ímpar para o DF, no sentido de que a escala de trabalho atual permite aferir e articular os diversos planos setoriais, de modo que a Matriz Ecológica e a Matriz Econômica, qualificadas sob o olhar futuro dos Cenários (que também articulam os cenários de planos setoriais), nos permitirão perseguir o objetivo de sustentabilidade para o território.

O ZEE-DF deve ser encarado e desenvolvido tanto como produto (minuta de Projeto de Lei, baseada em um conjunto de documentos analíticos), quanto processo, interferindo e qualificando a atuação de agentes e atores. O ZEE-DF como processo já vem se consolidando, a exemplo das análises de riscos da Matriz Ecológica, ao nível do CONPLAN. Este é um importante legado, a ser desenvolvido na implementação do ZEE-DF após a aprovação na Câmara Legislativa do DF.

• Reflexões sobre o desenvolvimento econômico do DF, a Capital do Brasil, Patrimônio da Humanidade, com terra e gente do Cerrado

– Onde estamos? O que já temos?

A promoção de novos ciclos de desenvolvimento econômico, considerando em especial a necessidade de desenvolvimento sustentável, pode ocorrer com menos riscos partindo de potencialidades econômicas já instaladas, com sua promoção e articulação. A compreensão das potencialidades já instaladas nas RAs do Distrito Federal é, portanto, um ponto de partida neste trabalho, para chegar-se à discussão central de qual desenvolvimento econômico se quer para o DF nos próximos anos.

O DF apresenta uma hegemonia do setor terciário em termos de postos de trabalhos ocupados, que traduzem uma formatação histórica e demonstram uma situação quase consolidada de prevalência da economia terciária na composição do PIB distrital. Segundo dados da PMAD (2013), também prevalecem as atividades econômicas do setor terciário nos municípios do Entorno imediato do DF, com quase 80% dos postos de trabalho. Está é uma informação fundamental para a proposição das Unidades de Intervenção, de modo que as atividades econômicas possam aprofundar construções que valorizem e resgatem o papel de Capital Federal.

• Recomendações para as Unidades de Intervenção, Zonas e Subzonas do ZEE-DF

As recomendações da Matriz Socioeconômica dizem respeito às diretrizes de utilização do território, assim como à localização geoespacial dos polos econômicos e sua abrangência.

Existem, ademais, oportunidades a serem exploradas nas Unidades de Intervenção que dizem respeito ao resgate dos elementos de planejamento, principalmente através da harmonização dos instrumentos de planejamento e de gestão, conforme abaixo.

– Harmonização dos instrumentos de planejamento e gestão para a construção do futuro sustentável

Mais além da articulação dos planos setoriais, à luz da sustentabilidade social, econômica e ambiental, temos a possibilidade de qualificar novos ciclos de atualização de tais instrumentos. Ressaltamos que o ZEE não pode substituir planos, nem concorrer com estes, mas deve ser posicionado como base comum para a qualificação do planejamento territorial integrado e setorial.

A articulação do Enquadramento dos Recursos Hídricos Superficiais do DF (em discussão no CRH-DF) com o ZEE-DF, por meio de seu posicionamento como vetor de qualidade das zonas e subzonas, permitirá, sem dúvidas, um salto de qualidade na possibilidade do Estado e da sociedade controlarem a ocupação do território, bem como cobrarem medidas efetivas para a sustentabilidade. Esta discussão, inédita no país, precisa ser aprofundada na construção das Unidades de Intervenção.

– Fazer comparecer uma “demografia de sustentabilidade” no ZEE-DF

Os processos demográficos são muito mais do que a questão do crescimento populacional.

Segundo (Martine e cols., 2010), *a dinâmica demográfica é bem mais complexa e sua importância nos processos ambientais em curso é muito maior do que meros números absolutos. Basta ver que, no atual momento, apenas uma minoria desses sete bilhões é consumidora e poluidora, ou que os piores impactos desse padrão de consumo serão sentidos pelos mais pobres dos não consumidores.* Martine, G. (2010), em: População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais

137

As mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas nos padrões demográficos – tais como a queda de fecundidade, a maior equidade de gêneros, as migrações humanas, a transição urbana e o envelhecimento populacional – precisam ser priorizados em qualquer debate ambiental, pois resultam enormes implicações sobre o perfil da atividade produtiva e do consumo, com graves reatamentos nas origens das mudanças ambientais e sobre a vulnerabilidade e seus efeitos.

– Contribuição das mudanças climáticas

Recomenda-se que as análises sobre Mudanças Climáticas compareçam na construção das Unidades de Intervenção, posta a necessidade de se estabelecer medidas de mitigação e de adaptação, bem como diferentes condições ecológicas e socioeconômicas do território.